



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
POLÍTICAS PÚBLICAS,
GESTÃO E AVALIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR
MESTRADO PROFISSIONAL



KATIANE DA CUNHA SOUZA

**MEMÓRIA E IDENTIDADE INSTITUCIONAL:
inventário do acervo da Escola de Agronomia do Nordeste
(1934-1968)**

JOÃO PESSOA
2018

KATIANE DA CUNHA SOUZA

**MEMÓRIA E IDENTIDADE INSTITUCIONAL:
inventário do acervo da Escola de Agronomia do Nordeste
(1934-1968)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior - Mestrado Profissional do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba - Linha de Pesquisa Gestão e Financiamento do Ensino Superior, como requisito para a obtenção do título de mestre

Orientadora: Prof^a. Dra. Maria Ivete Martins Correia

JOÃO PESSOA

2018

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S729m Souza, Katiane da Cunha.

Memória e identidade institucional: inventário do
acervo da Escola de Agronomia do Nordeste (1934-1968) /
Katiane da Cunha Souza. - João Pessoa, 2018.
218 f. : il.

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCSA.

1. Memória Institucional. 2. Escola de Agronomia do
Nordeste. 3. Identidade institucional. 4. Ensino
Superior na Paraíba. 5. Universidade Federal da
Paraíba. 6. Inventário. I. Título

UFPB/BC

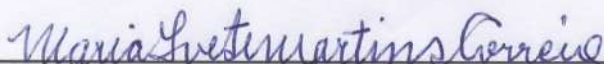
KATIANE DA CUNHA SOUZA

**MEMÓRIA E IDENTIDADE INSTITUCIONAL:
inventário do acervo da Escola de Agronomia do Nordeste
(1934-1968)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior - Mestrado Profissional do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba - Linha de Pesquisa Gestão e Financiamento do Ensino Superior, como requisito para a obtenção do grau de mestre

APROVADO EM 28 / 02 / 2018

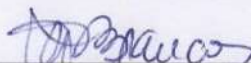
BANCA EXAMINADORA



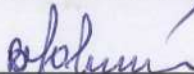
Prof^ª. Dra. Maria Ivete Martins Correia
(Presidente da Comissão/ Orientadora/ MPPGAV - UFPB)



Prof^ª. Dra. Marisete Fernandes de Lima
(Membro interno / MPPGAV - UFPB):



Prof^ª Dra. Uyguciará Veloso Castelo Branco
(Membro interno/ MPPGAV – UFPB)



Prof^ª Dra. Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira
(Membro externo/ PPGCI/ MPPGOA – UFPB)

Ana Paula Romão de Souza Ferreira
(Membro suplente/ MPPGAV – UFPB)

RESUMO

A implantação da Escola de Agronomia do Nordeste, em Areia, no Estado da Paraíba, repousa sobre um encadeamento de fatores políticos, econômicos e socioculturais, que, no contexto nacional, estadual e municipal, confluíram para sua criação em 1934. Primeira instituição laica de ensino superior da Paraíba, existiu como instituição isolada até 1968, quando passou a integrar a Universidade Federal da Paraíba. Esta pesquisa assenta-se no pressuposto de que o valor da memória de uma instituição reside na sua capacidade generativa de subsidiar o presente, apontar caminhos, indicar perspectivas de estudo, revelar contextos e intencionalidades e expressar a cultura de uma comunidade. Objetiva ressignificar a memória da Escola de Agronomia do Nordeste, a partir das suas fontes documentais, com vistas à elaboração de um inventário do seu acervo, no interstício 1934-1968. Ancora-se em um aporte teórico que privilegia as categorias memória e identidade institucional, à luz de autores clássicos e atuais a exemplo de Nora (1993), Bosi (1995), Le Goff (2003), Ricoeur (2007), Halbwachs (2009) e Thiesen (2013). Alimenta-se no método historiográfico fundamentado em Arostegui (2006) e Vergara (2010). É um estudo descritivo de caráter exploratório e de natureza qualitativa. Caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica e documental, privilegiando, tanto quanto possível, fontes originais que possam colocar o pesquisador e a coletividade em contato com a história. A coleta dos dados foi realizada no Campus II, o Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal da Paraíba, privilegiando os seguintes lugares de memória: Arquivo, Biblioteca, Diretoria, Coordenação de Agronomia e Praças. Os achados apontam para a delimitação de três importantes momentos que imprimem identidade plural à Escola de Agronomia do Nordeste: o primeiro, da sua criação, em 1934, até a federalização, em 1950, conferindo-lhe identidade como Centro de Pesquisa e Estação Agrícola Experimental. O segundo compreende a década de 1950, quando se deu o incremento das atividades de Extensão, com destaque para as Feiras Ruralistas e para a criação dos Centros Domésticos de Artesanato Feminino. O terceiro abarca a década de 1960 até sua integração à UFPB em 1968, quando o ensino se destacou em relação às demais atividades. Como resultado, organizamos os documentos da Instituição em formato de inventário, com o objetivo de preservar, divulgar e ressignificar sua memória. Nosso escopo é converter este estudo em um auxílio prático para o reconhecimento da Instituição, que extrapole o âmbito interno da academia, recomponha a história do ensino superior na Paraíba e revele a ciência como um domínio coletivo. O inventário resultante deste trabalho é um ponto de partida para uma efetiva intervenção no acervo da Escola e um instrumento pioneiro para novas pesquisas sobre a história, a memória e a identidade da Instituição, do Ensino Superior na Paraíba e do Ensino Agrícola no Brasil.

Palavras-chave: Memória institucional. Escola de Agronomia do Nordeste. Identidade institucional. Ensino Superior na Paraíba. Universidade Federal da Paraíba. Inventário.

ABSTRACT

The establishment of the School of Agronomy of the Northeast, in Areia, in the State of Paraíba, rests on a chain of political, economic and socio-cultural factors that, in the national, state and municipal context, came together for its creation in 1934. First lay educational institution superior of Paraíba, existed as an isolated institution until 1968, when it became part of the Federal University of Paraíba. This research is based on the assumption that the value of an institution's memory lies in its generative capacity to subsidize the present, to point out ways, to indicate perspectives of study, to reveal contexts and intentionalities, and to express the culture of a community. It aims to re-signify the memory of the School of Agronomy of the Northeast, from its documentary sources, with a view to the elaboration of an inventory of its collection, at the intersection 1934-1968. It is anchored in a theoretical contribution that favors the categories of memory and institutional identity, in the light of classic and current authors such as Nora (1993), Bosi (1995), Le Goff (2003), Ricoeur (2007), Halbwachs (2009) and Thiesen (2013). It feeds on the historiographical method based on Arostegui (2006) and Vergara, (2010). It is a descriptive study of an exploratory and qualitative nature. It is characterized as a bibliographical and documentary research, privileging, as far as possible, original sources that can put the researcher and the community in contact with the history. Data collection was carried out in Campus II of the Center of Agrarian Sciences of the Federal University of Paraíba, privileging the following places of memory: Archive, Library, Directorate, Coordination of Agronomy and Squares. The findings point to the delimitation of three important moments that imply plural identity to the School of Agronomy of the Northeast: the first, from its creation in 1934, to federalization in 1950, granting it identity as a Research Center and Experimental Agricultural Station. The second includes the 1950s, when the Extension activities were increased, with emphasis on the Ruralista Fairs and the creation of the Domestic Crafts Centers for Women. The third covers the 1960s until its integration with the UFPB in 1968, when teaching stood out in relation to the other activities. As a result, we organize the Institution's documents in an inventory format, with the aim of preserving, disseminating and re-meaning their memory. Our scope is to convert this study into a practical aid for the recognition of the Institution, which goes beyond the internal scope of the academy, recomposes the history of higher education in Paraíba and reveals science as a collective domain. The inventory resulting from this work is a starting point for an effective intervention in the collection of the School and a pioneering instrument for new research on the history, memory and identity of the Institution, Higher Education in Paraíba and Agricultural Education in Brazil.

Key words: Institutional memory. School of Agronomy of the Northeast. Institutional identity. Higher Education in Paraíba. Federal University of Paraíba. Inventory.

A todos os gestores, professores, funcionários e alunos
que foram protagonistas da história da Escola de Agronomia do Nordeste,
em especial a Francisco Tancredo Torres,
que tanto lutou para que a memória dessa Escola
nunca fosse esquecida

AGRADECIMENTOS

A Deus, meu refúgio e força maior, fonte de inteligência, que me amparou nos momentos mais difíceis desta jornada, fazendo-me acreditar que era possível realizar mais este sonho.

Aos meus pais, por sempre acreditarem em mim e, mesmo não entendendo o labor da vida acadêmica, foram meus maiores incentivadores e meus maiores exemplos de vida.

Ao meu irmão Amaury e, de forma especial a minha irmã Maíra, que por ter vivenciado tudo que eu estava a vivenciar neste mestrado, soube me compreender, me dar forças e me ajudar nas coletas de dados deste trabalho.

À turma 2 do MPPGAV, pela convivência e companheirismo nestes dois anos de mestrado. Em especial, ao grupo “Top secret”: Anna Regina Ribeiro, André Domigos, Maria José Paiva, Rodrigo, conhecido por Peruca e Vanicleide Jovito, primeiramente, por me terem me acolhido neste grupo seletivo e, principalmente, pela presença, preocupação e carinho para comigo. Não sei o que seria de mim, neste mestrado, sem vocês. Serei sempre grata a cada um/uma.

Ao trio Fernanda Farias, Kênia Araújo, em especial a Sueleém Brito, que abriu mão de sua semana de férias, para me ajudar na coleta dos dados e na formatação deste trabalho. Serei sempre grata por toda a ajuda nesta pesquisa e principalmente pela amizade de cada uma de vocês.

A Layla, minha cachorrinha, que ficava sempre ao meu lado, me fazendo companhia e oferecendo-me carinho, nos longos períodos em que passei sentada em detrimento dos nossos passeios.

Aos funcionários do CCA, em especial ao “Sr. Derso” e sua esposa “Dona Cícera”, pela presteza e agilidade em tudo que eu precisei para a coleta de campo.

À direção anterior do CCA, em nome do professor Djail Santos, ex-diretor do CCA, que não colocou empecilho à realização deste mestrado.

À Direção atual do CCA, em nome do diretor Manoel Bandeira, que sempre se mostrou acessível e preocupado com a situação da memória da Escola.

Aos meus colegas de trabalho da Biblioteca do CCA, por me ensinarem a amar o Campus II e por compreenderem e suprirem a minha ausência, no período das aulas, onde eu precisava deslocar-me para a capital. Em especial, aos bibliotecários Jadson Pamplona e Juccia Nathielle do Nascimento, bem como ao servidor Heronides da Silva e a Valmério Meneses, que abraçaram este projeto, ajudando na coleta e agora buscando dar continuidade a esta pesquisa, através de um projeto de extensão, no qual estou engajada também. Muito obrigada.

À coordenação de Agronomia, em nome do servidor Arinaldo Elizario, que nos concedeu a listagem de todos os alunos concluintes da EAN.

À Direção do CCSA, em nome do diretor Walmir Rufino da Silva, que me concedeu licença para concluir a pesquisa e, que, tão bem, me acolheu.

À Biblioteca do CCSA, em nome de Ana Claudia Lopes, minha chefe imediata, pela acolhida e compreensão neste último ano de mestrado e primeiro de trabalho neste setor. Serei sempre grata a você e principalmente a André que abriu mão de pedir a licença de afastamento para o mestrado, para que eu, recém-chegada ao setor, pudesse usufruir deste benefício, comprometendo-se em realizar minhas tarefas e suprir minha ausência. Minha gratidão.

Ao Sistema de Bibliotecas da UFPB em nome da nossa gestora Maria de Fátima dos Santos, pela compreensão da nossa ausência no período de tantas mudanças boas que o SIBI vem passando.

A Juliane Teixeira, gestora do Arquivo Central da UFPB, por sua ajuda técnica, na construção do inventário, por sua preocupação em recuperar o arquivo do CCA e por sempre ser tão solícita em ajudar.

A minha orientadora Maria Ivete Martins Correia por toda a ajuda, paciência e valiosos momentos de aprendizagem. O seu amor por sua terra natal me fez apaixonar mais ainda pela história da EAN. Espero ter atendido um pouco toda sua expectativa a respeito deste trabalho. Sua forma de escrever me encanta, comparável a outros escritores famosos de sua terra natal.

A minha coorientadora Marisete Fernandes pela disponibilidade em me orientar junto com Ivete.

Às professoras Bernardina Freire e Uyguciara Veloso, componentes da Banca de

Avaliação desta Dissertação. Sinto-me privilegiada, em ter na minha banca, duas doutoras que tiveram como escopo de pesquisa em suas teses, pessoas ilustres de Areia. A primeira, com Simeão Leal e a segunda, com o grande idealizador do nosso objeto de pesquisa, José Américo de Almeida. Agradeço imensamente todas as contribuições.

A UFPB e ao MPPGAV, pela oportunidade deste mestrado. Em especial, a todos os professores deste Programa pelos ensinamentos oferecidos. E a secretária Rosilene Mariano, sempre à disposição para ajudar.

Ao pessoal do CEDESP em nome de nossa querida Nice, que com sua alegria e cafezinho animava e nos mantinha acordados em nossas tardes de aulas.

Enfim, agradeço a todos que contribuíram, de forma direta ou indireta, para a realização deste trabalho e que, por lapso da memória, não foram citados acima.

Minha eterna gratidão!

“A memória é um cabedal infinito do qual
só registramos um fragmento”
(BOSI, 1995, p. 39)

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Cursos de Engenharia Agrônômica criados na Era Vargas (1931-1945)	21
Quadro 2 - Cronologia dos eventos mais representativos da EAN	23-25
Quadro 3 - Ficha para o inventário (Série e subsérie)	60
Quadro 4 - Ficha para o inventário (Dossiê e item documental)	61
Quadro 5 - Documentos encontrados no arquivo do CCA (Grupo 1 - Administração)	64
Quadro 6 - Leis e Decretos referentes a EAN (1934-1968)	67-68
Quadro 7 - Relação de prédios da EAN (1960)	81
Quadro 8 - Distribuição do espaço geográfico da EAN	82
Quadro 9 - Diretores da EAN	82-83
Quadro 10 - Documentos encontrados no arquivo do CCA (Grupo 2 - Ensino)	94
Quadro 11 - Cursos oferecidos pela EAN	95
Quadro 12 - Grade Curricular do Curso Fundamental	95-96
Quadro 13 - Grade Curricular do Curso Colegial Agrícola	97
Quadro 14 - Distribuição das disciplinas do Curso Colegial Agrícola por série	98
Quadro 15 - Grade Curricular do Curso Superior em Agronomia	100
Quadro 16 - Série e Disciplinas do Curso Superior em Agronomia	101
Quadro 17 - Documentos encontrados no arquivo do CCA (Grupo 3 - Pesquisa)	115
Quadro 18 - Documentos encontrados no arquivo do CCA (Grupo 4 - Extensão)	123
Quadro 19 - Centros de Treinamento de Economia Doméstica	130

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Ilustração 1 - Placa da 2ª turma de engenheiros agrônomos da EAN (1941)	38
Ilustração 2 - Museu da Rapadura, situado no Campus II da UFPB	39
Ilustração 3 - Prédio onde funcionava o Arquivo do CCA/UFPB, na vigência desta pesquisa	58
Ilustração 4 - Prédio atual do Arquivo do CCA/UFPB	59
Ilustração 5 - Decreto de criação e regulamentação da EAN	65
Ilustração 6 - Decreto n. 478, de 12 de janeiro de 1934	69
Ilustração 7 - Placa de Inauguração da Escola de Agronomia	70
Ilustração 8 - As Primeiras Edificações da EAN	71
Ilustração 9 - Residência do Diretor da Escola de Agronomia	72
Ilustração 10 - Planta da residência dos professores	73
Ilustração 11 - Planta do orquidário	74
Ilustração 12 - Planta do Centro de Treinamento de Economia Doméstica	75
Ilustração 13 - Carta de José Américo ao Dr. Carvalho de Araújo, Diretor da Escola de Agronomia (verso e anverso)	77
Ilustração 14 - Pavilhão Central da EAN	79
Ilustração 15 - Vista parcial do Departamento de Agricultura	85
Ilustração 16 - Rebanho em pastagem artificial	86
Ilustração 17 - Gabinete de Anatomia Animal	86
Ilustração 18 - Vista parcial da horta da EAN	87
Ilustração 19 - Gabinete de Engenharia Rural	89
Ilustração 20 - Gabinete de Fitopatologia	89
Ilustração 21 - Gabinete de Entomologia	90

Ilustração 22 - Gabinete de Química Analítica	90
Ilustração 23 - Gabinete de Química Agrícola e Geologia	91
Ilustração 23 - Organograma - Departamentos da EAN - 1943	92
Ilustração 24 - Autógrafo de Argemiro de Figueiredo, então governador da Paraíba em visita a EAN no ano de 1938	96
Ilustração 26 - Gráfico dos Concluintes do Curso Técnico Agrícola (1937-1971)	99
Ilustração 27 - Gráfico dos concluintes do Curso de Agronomia (1940-1968)	102
Ilustração 28 - Gráfico dos concluintes do Curso de Agronomia por década	102
Ilustração 29 - Vila residencial dos estudantes	104
Ilustração 30 - Refeitório Central dos estudantes	104
Ilustração 31 - Divulgação no Jornal A União dos cursos oferecidos pela Escola	106
Ilustração 32 - Ata do exame final de segunda época do Curso Médio	108
Ilustração 33 - Grupo de alunos da EAN	109
Ilustração 34 - Nota no Jornal A União sobre a Primeira Festa do Calouro da EAN	113
Ilustração 35 - Capa do primeiro e do segundo número do periódico "A Gleba", publicação do Diretório Acadêmico da EAN	114
Ilustração 36 - Aparelho para microfotografia	117
Ilustração 37 - Capa do primeiro livro publicado pela EAN	119
Ilustração 38 - Capa do livro "Como Agricultar as Terras Nordestinas"	120
Ilustração 39 - Capas dos Boletins Técnicos da EAN	121
Ilustração 40 - Cultura do pimentão na EAN, década de 1940	124
Ilustração 41 - Cultura do repolho na EAN, década de 1940	125

Ilustração 42 - Diretores de escolas em Curso de Férias na EAN	126
Ilustração 43 - Aula prática de Apicultura em Curso de Férias	127
Ilustração 44 - Convite dos concluintes do Curso de Economia Doméstica Rural da cidade de Remígio	129
Ilustração 45 - Convite para cerimônia de integração da EAN a UFPB	134
Ilustração 46 -: Correspondência alusiva à parceria entre a EAN e a UFPB, para fornecimento de gêneros alimentícios	135

LISTA DE SIGLAS

ANCAR -	Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural
CCA -	Centro de Ciências Agrárias
CRSR -	Conselho Regional de Serviço Social Rural
CTA -	Conselho Técnico Administrativo
DNPA -	Departamento Nacional de Pesquisa Agropecuária
EAN -	Escola de Agronomia do Nordeste
ENA -	Escola Nacional de Agronomia
IES -	Instituição de Ensino Superior
IPEANE -	Instituto de Pesquisa Agrônômica do Nordeste
LDB -	Lei de Diretrizes e Bases da Educacional Nacional
MPPGAV -	Mestrado em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior
NOBRADE -	Norma Brasileira de Descrição Arquivística
SEAV -	Superintendência de Ensino Agrícola e Veterinário
SENAI -	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESP -	Serviço Especial de Saúde Pública
UFPB -	Universidade Federal da Paraíba
UNESCO -	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
1.1 O OBJETO DE ESTUDO	17
1.2 O ENCADEAMENTO LÓGICO DA PESQUISA	26
2 CONTEXTUALIZAÇÃO CONCEITUAL EM MEMÓRIA E IDENTIDADE INSTITUCIONAL	31
2.1 MEMÓRIA COMO COMPONENTE DA IDENTIDADE INSTITUCIONAL	31
2.2 LUGARES DE MEMÓRIA	36
2.3 O PATRIMÔNIO DOCUMENTAL E SUA PRESERVAÇÃO	42
2.4 FONTES PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	47
3 PERCURSO METODOLÓGICO	53
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	54
3.2 ABORDAGEM DAS FONTES DE PESQUISA	56
4 ANÁLISE, DESCRIÇÃO E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	63
4.1 DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS	63
4.1.1 Fundamentos Legais da EAN	64
4.1.2 O Projeto Arquitetônico	68
4.1.3 Estrutura e Funcionamento da EAN	76
4.1.3.1 O Corpo Docente	83
4.1.3.2 Os Departamentos	84
4.2 ATIVIDADES DE ENSINO	93
4.2.1 Cursos Oferecidos Pela EAN	94
4.2.2 A política Estudantil	109

4.3 ATIVIDADES DE PESQUISA	115
4.3.1 Estação Experimental	115
4.3.2 Produção Técnico-científica da EAN	119
4.4 ATIVIDADE DE EXTENSÃO	122
4.4.1 Centro de Economia Doméstica	127
4.5 A INTEGRAÇÃO À UFPB	132
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	137
REFERÊNCIAS	140
APÊNDICES	152
ANEXOS	196

1 INTRODUÇÃO

“A EAN é e será sempre a grandeza e o orgulho de Areia
e o farol agrônomo da Paraíba”
(TORRES, 1996, p.15)

Nesta introdução situamos o leitor em relação ao nosso objeto de estudo, a Escola de Agronomia do Nordeste (EAN), buscando exprimir sua importância como primeira instituição de ensino superior público do Estado da Paraíba. Ressaltamos os principais fatores que confluíram para sua instalação na cidade de Areia, sua evolução no período de 1934 a 1968 e sua importância para a economia local e regional. Apresentamos o encadeamento lógico da pesquisa, que engloba a justificativa, a problemática, o pressuposto, os objetivos e a estrutura dos capítulos.

1.1 O OBJETO DE ESTUDO

A implantação da Escola de Agronomia do Nordeste, em Areia, no Estado da Paraíba, resulta da confluência de injunções políticas, econômicas e socioculturais.

No cenário político, em nível nacional, com a revolução de 1930, Getúlio Vargas assume o Governo da República, cria o Ministério da Educação e Saúde Pública e nomeia para o governo da Paraíba, como Ministro da Viação e Obras Públicas o areense José Américo, que ao longo de sua trajetória, foi deputado, governador do seu Estado e membro da Academia Paraibana de Letras; senador e imortal da Academia Brasileira de Letras. Expoente do movimento tenentista e da literatura regionalista. Possuía grande prestígio junto ao governo federal, onde pleiteia para Juarez Távora o Ministério da Agricultura e Comércio, exigindo deste, a criação de uma Escola Agrícola sediada em Areia (CASTELO BRANCO, 2005; CORREIA, 2010), empreendimento que marcaria sua importância histórica no cenário político, econômico e educacional paraibano e sua perpetuação para os conterrâneos, como a iniciativa de maior vulto em favor do progresso e grandeza da sua terra natal. Destacamos ainda o descontentamento dos grupos políticos, liderados, de um lado, pelas oligarquias da Velha República, e do outro, pelos tenentes que defendiam a formação de um governo forte, surgindo assim, um novo levante – conhecida como revolução constituinte, iniciada em 9 de julho de 1932,

que resultou na elaboração de uma nova Constituição, promulgada em 1934, ano em que foi criada a Escola de Agronomia do Nordeste.

Em nível de Estado, ainda no século XIX por volta de 1884, foi sugerida, pelo engenheiro Francisco Soares da Silva Retumba, a criação de uma escola de agricultura no interior da Paraíba, quando, comissionado pelo governo da Província, esteve em Areia para examinar os canaviais dizimados pela praga denominada gomose (ALMEIDA, 1958). O assunto foi retomado em 1932 pelo interventor Antenor Navarro que cogitava fomentar a agricultura do Estado. Naquele período, o diretor do Ensino Primário, José Baptista de Melo, registrara em relatório a necessidade de oferta de ensino agrícola com o objetivo de atender às necessidades econômicas do Estado, cujo produto mais cultivado era o algodão (CASTELO BRANCO, 2005). Estas intenções se somariam ao empreendedorismo de Gratuliano da Costa Brito¹, que, acatando a iniciativa nacional e as intenções locais, liberou os recursos cabíveis ao Estado, à revelia da discordância do então Tenente Ernesto Geisel, Secretário da Fazenda na interventoria do mesmo, sendo a única voz discordante em relação à criação da EAN (TORRES, 1996). A Escola teria caráter estadual, mas seria subvencionada pelo Ministério da Agricultura, através de Termo de Acordo celebrado entre o governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil e o do Estado da Paraíba do Norte, publicado no Diário Oficial da União no dia 22 de janeiro de 1936.

Em nível de município, apesar da rejeição de segmentos da elite que pleiteavam cursos em Medicina e Direito, registramos o entusiasmo dos segmentos agrícola e educacional que sempre distinguiram Areia no cenário estadual, tanto pelos solos ubérrimos e amenidade do clima, quanto pela tradição nas letras (BEZERRA, 2007; TORRES, 1996). A confluência destas forças culminou com a vinda do presidente da República Getúlio Dorneles Vargas a Areia, em 10 de setembro de 1933, recebido em triunfos, alegrias e esperanças e merecendo da

¹ Gratuliano da Costa Brito, ao lado do tenente Ernesto Geisel, integrou o Conselho Consultivo, que assessorava a interventoria de Antenor Navarro de 1930 a 1932. Em abril de 1932 assumiu interinamente o governo, após o falecimento de Navarro em um acidente de avião, sendo efetivado como o mais jovem interventor federal da Paraíba. Durante seu governo, empreendeu diversas obras, inaugurou o Porto de Cabedelo, cujas obras haviam sido iniciadas na gestão de Antenor Navarro, bem como a construção da EAN, organizou as Polícias Militar e Civil e reestruturou o sistema de arrecadação do Estado (FUNDAÇÃO GÉTULIO VARGAS, 2010).

sociedade areiense, a mais nobre acolhida².

É preciso realçar a situação em que estava mergulhada a Paraíba por força de uma estrutura política onde imperava o coronelismo que limitava as ações governamentais à autoridade de uma elite latifundiária detentora de poder para eleger ou derrotar os governantes (BEZERRA, 2007). Esta estrutura não permitia a existência de um projeto que contemplasse os anseios da população, cenário que também favoreceu José Américo, cujos ideais, empreendimentos e realizações eram maiores em relação à troca de favores entre aqueles. José Américo conhecia o universo nacional e pensava inserir a Paraíba nos propósitos governamentais postulados na campanha Vargas.

No cenário econômico, várias mudanças também vinham ocorrendo no Brasil pós-1930. A crise experimentada na década de 1920 afetara diretamente o setor agrícola, enfraquecendo a hegemonia política das oligarquias cafeeiras, que elevaram Vargas ao poder com o compromisso de diversificar e modernizar a produção rural, ampliando a vocação agrícola do país, até então submetida aos limites da monocultura cafeeira.

Areia, além de ser a terra natal de José Américo, era reduto de forte oligarquia³, onde se concentravam vários coronéis, a despeito do seu limitado

² A comitiva presidencial, que contou com os técnicos do Ministério da Agricultura, Alfeu Domingues e Navarro de Andrade para estudos preliminares à implantação da Escola de Agronomia, saiu verdadeiramente impressionada com a exposição de produtos agrícolas pelos ruralistas locais no Grupo Escolar Álvaro Machado, com o local destinado à construção da Escola, e com o banquete de fina culinária local, oferecido aos visitantes. Em decorrência, providências são tomadas: em 13 de janeiro de 1934, é publicado no Diário Oficial do Estado da Paraíba o decreto de nº 478, de 12 de janeiro de 1934, destinando um crédito de setecentos contos de réis, para a construção da Escola de Agronomia, que, em curto tempo, tornou-se realidade (TORRES, 1996).

³ Regime político, em que o poder é exercido por um pequeno grupo de pessoas, pertencentes ao mesmo partido, classe ou família. O poder oligárquico principiava no município onde os coronéis do grupo majoritário controlavam o Conselho Municipal e elegiam os deputados pelos quais tinham acesso ao governador do Estado, nesta época chamado de presidente, e que fechava o ciclo junto ao governo federal, somente permitindo a candidatura ao legislativo para partidários, instituindo bancadas integralmente situacionistas (MELLO, 2002). Destacaram-se em Areia as oligarquias Alvarista, Cunha Lima, Brito Lira, além de forças políticas fortemente representativas como José Américo de Almeida. “Na primeira República, durante mais de vinte anos, os areienses tiveram magna participação em todos os lances políticos ocorridos no Estado e participaram ativamente na revolução de 1930 com a participação de José Américo de Almeida” (ALMEIDA, 1958, p. 72-78). O município esteve, desde o Império, amplamente representado na Assembleia Provincial e também na Assembleia Nacional (CORREIA, 2010, p. 112-113).

território. Seu poder econômico, à época, não era um dos maiores. Sua produção voltava-se basicamente ao cultivo do algodão e à fabricação de rapadura e aguardente destinadas ao mercado interno. Assim, a criação da Escola de Agronomia em Areia, explica-se muito mais pela força política de José Américo, do que pelo poderio econômico do município (BEZERRA, 2007). Enraizara-se e floresceria em Areia um patrimônio mais simbólico e imaterial expresso em termos de Cultura, Letras e Artes do que em termos de lucro imediato.

Dois fatos particularizaram o surgimento do Ensino Superior laico na Paraíba, se comparado ao contexto do brasileiro. Em primeiro lugar, sua localização, que se deu em uma cidade pequena, no interior do Estado, quando as primeiras instituições de nível superior no Brasil surgiram historicamente nas cidades onde a corte portuguesa residia e nas principais capitais. O segundo fato é a identidade do curso, na área das ciências agrárias, que, embora aliada à vocação do município de Areia, contrastava com os demais Estados do país, onde predominava o ensino superior nas áreas do Direito e da Medicina. Tais particularidades confirmam a influência de José Américo nos destinos do Estado e, particularmente, da sua terra natal (BEZERRA, 2007).

No contexto sociocultural, até então, o ensino agrícola não era valorizado pelas elites, nem pela população em geral. A atividade agrícola fora exercida pelos escravos e pelos imigrantes, sendo considerada atividade subalterna que não exigia escolarização. Era praticada sem nenhuma perícia técnica e sem conhecimento científico (CAPDEVILLE, 1991). Muito lentamente, as escolas agrícolas passariam a exercer um papel importante na formação de filhos de fazendeiros e de seus aliados próximos, tornando-se determinante de ascensão social, que tradicionalmente era conferida apenas aos titulados em Medicina, Direito e Teologia (BEZERRA, 2007).

Foi no governo Vargas (1930-1945) que, em cumprimento às promessas de modernização e diversificação da agricultura, foram criados 05 (cinco) novos cursos de Agronomia, dos quais, como podemos ver no quadro abaixo, apenas o de Areia⁴., pioneiro no Estado da Paraíba, existe até hoje. O curso de Barreiros, também de

⁴ A Escola de Agronomia do Nordeste manteve-se como o único curso laico de ensino superior na Paraíba por mais de dez anos, até a criação da Faculdade de Ciências Econômicas de João Pessoa, de caráter particular, por um grupo de professores da Academia do Comércio Epitácio Pessoa (ACEP), em 30 de outubro de 1947, agregando os cursos de Economia, Ciências Contábeis e Administração (BEZERRA, 2007).

iniciativa do governo do Estado de Pernambuco, à semelhança do de Areia, só funcionou um ano e meio.

Quadro 1 - Cursos de Engenharia Agrícola criados na Era Vargas (1931-1945)

Ano de criação	Situação atual	Cidade
1930	Extinto	Barreiros-PE
1932	Extinto	São Luís-MA
1935	Extinto	Niterói-RJ
1936	Extinto	Campos-RJ
1937	Em atividade, incorporado à UFPB, Campus II	Areia-PB

Fonte: Capdeville, 1991.

Antes da inauguração e do funcionamento da EAN como Escola Superior, foram implantados o Curso Fundamental e o Curso Médio de Agricultura. O primeiro foi ministrado de 1936 a 1938 e formava administradores rurais; o segundo, denominado Curso Agrotécnico, prolongou-se até a década de 1970, sendo ampliado de dois para três anos de duração, com a criação da Lei Orgânica do Ensino Agrícola, Decreto-Lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946, que estabelecia as bases de organização e de regime do ensino agrícola. Houve também uma mudança na grade curricular do curso, passando a ter, a partir de 1949, equivalência aos demais cursos de segundo grau, possibilitando o ingresso nos cursos superiores através de concursos de habilitação ou vestibular, passando a ser denominado Colegial Agrícola.

Situando também a Educação nesse cenário, é imperativo dizer que a consciência da necessidade de formar recursos humanos em áreas técnicas manifestou-se, já na década de 1920, com o movimento “Escola Nova”; ganhou força, na década de 1930, com o Estatuto das Universidades Brasileiras, fruto da Reforma Francisco Campos; consolidou-se na década de 1940, com as reformas da legislação sobre o ensino superior agrícola, as Leis Orgânicas do ensino comercial, industrial e agrícola e a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); e fortaleceu-se na década de 1950, com o Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek (1956-1960) que explicitava, na Meta nº 30, a integração da

educação ao projeto de desenvolvimento nacional, pela formação dos técnicos a ele necessários (CAPDEVILLE, 1991).

No contexto do pós-guerra, a ênfase na importância da educação culminou com a gradual federalização das instituições de Ensino Superior. As "federalizações" em grupo, iniciadas no governo Dutra, significaram um maior envolvimento da União na formação de profissionais de nível superior, e o setor agrícola foi um dos primeiros a serem beneficiados. A Escola de Agronomia do Nordeste, em Areia, foi uma das primeiras a serem federalizadas pela Lei nº 1.055, de 16 de janeiro de 1950, juntamente com as Escolas Superiores de Agricultura e Veterinária do Paraná, em Curitiba; de Agronomia do Ceará, situada em Fortaleza; Medicina Veterinária, localizada em Niterói; e Agrônômica da Bahia, com sede no município de Cruz das Almas. O ensino agrícola era, então, ligado ao Ministério da Agricultura.

A transferência da EAN para o Ministério da Educação e Cultura se deu por força do Parecer Nº 60.731, de 1º de maio de 1967, no governo de Costa e Silva, que, transfere para o Ministério da Educação e Cultura os órgãos de ensino agregados ao Ministério da Agricultura. A Escola passou então a ser subordinada à Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura.

Por força do Decreto Presidencial nº 62.715, de 16 de maio de 1968, passou a fazer parte da Universidade Federal da Paraíba. Com a Reforma Cêntrica iniciada em 05 de maio de 1974, e instituída pelo Decreto Nº 73.701, de 28 de fevereiro de 1974, que extingue as instituições de ensino superior isoladas, a EAN foi reestruturada em dois departamentos: o Agro-Biológico e o Agro-Zootécnico, passando a integrar o Centro de Ciências e Tecnologia da UFPB (CCT/UFPB), sediado em Campina Grande, passando a ser denominado "Campus" Agrário de Areia. Apenas em 1976, quase 40 anos depois, foi criado seu segundo curso superior, o curso de Zootecnia, tendo seu reconhecimento através da Portaria do MEC nº 63/80 de 15/01/1980. Em 1978, com a crescente estrutura multicampi desenvolvida pela UFPB, a Escola de Areia deixou de fazer parte do Centro de Ciências e Tecnologia e passou a ser o Centro de Ciências Agrárias (CCA), Campus III, da Universidade Federal da Paraíba. Em 2002 foi criada, por desmembramento da UFPB, a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) através da Lei nº. 10.419, de 9 de abril. Assim, o CCA passou a ser o Campus II da UFPB, com a ampliação de sua estrutura departamental, agregando os Departamentos de:

Fitotecnia, Zootecnia, Solos e Engenharia Rural, e Ciências Fundamentais e Sociais.

Atualmente, conta com sete Departamentos: Solos e Engenharia Rural; Fitotecnia e Ciências Ambientais; Zootecnia; Ciências Fundamentais e Sociais; Ciências Veterinárias; Ciências Biológicas; Química e Física. E sete cursos de graduação, a saber: Agronomia, Zootecnia, Bacharelado em Biologia, Licenciatura em Biologia, Medicina Veterinária, Bacharelado em Química e Licenciatura em Química. Oferece também os seguintes cursos de pós-graduação: mestrado e doutorado em Agronomia, mestrado e doutorado em Zootecnia, mestrado e doutorado em Ciências do Solo; mestrado em Ciência Animal e mestrado em Biodiversidade. No quadro abaixo apresentamos uma cronologia dos eventos mais importantes ao longo da história da EAN.

Quadro 2 - Cronologia dos eventos mais representativos da EAN

ANO	ACONTECIMENTO
1933	<ul style="list-style-type: none"> • Visita do Presidente Getúlio Vargas a cidade de Areia, em 10 de setembro de 1933, para verificar a possibilidade da instalação de uma Escola de Agronomia.
1934	<ul style="list-style-type: none"> • Abertura de crédito, pelo governo do Estado, Gratuliano da Costa Brito, para a compra do terreno e início da construção da Escola.
1936	<ul style="list-style-type: none"> • Regulamentação do Curso, • Implantação do Curso Fundamental e o Curso Médio de Agricultura, • Inauguração da Escola, em 15 de abril de 1936, • Nomeação do primeiro Diretor, Prof. Luiz Carvalho Araújo, oriundo de Viçosa-MG.
1937	<ul style="list-style-type: none"> • Realização do primeiro vestibular do curso de Agronomia, • Início do Curso Superior de Agronomia, com a aula inaugural no dia 1 de março de 1937; • Diplomação da primeira turma de Técnicos Agrícolas, com 14 formandos em dezembro de 1937.
1938	<ul style="list-style-type: none"> • Nomeação do segundo Diretor, Pimentel Gomes.
1939	<ul style="list-style-type: none"> • Publicação do livro de Pimentel Gomes, Diretor da EAN, "Como Agricutlar as Terras Nordestinas".
1940	<ul style="list-style-type: none"> • Reconhecimento do Curso Superior em Agronomia pelo Governo Federal, • Diplomação da primeira Turma de Engenheiros Agrônomos, em 1^o de

	dezembro de 1940, com 8 formandos.
1942	<ul style="list-style-type: none"> • Criação do Herbário, atualmente denominado Herbário “Jayme Coelho de Moraes”.
1944	<ul style="list-style-type: none"> • Incorporação, pelo Governo do Estado, do imóvel rural “Jardim”, ao patrimônio da Escola, • Início da construção do primeiro internato, com capacidade para 48 alunos.
1946	<ul style="list-style-type: none"> • Inauguração da Vila Acadêmica, composta de oito casas, cada uma com capacidade para 6 alunos e de um refeitório central, com cozinha.
1950	<ul style="list-style-type: none"> • Federalização da Escola de Agronomia do Nordeste e transferência dos seus bens para o Patrimônio Nacional, passando a ser subordinada ao Ministério da Agricultura.
1952	<ul style="list-style-type: none"> • Realização da primeira “Semana Ruralista de Areia, de 14 a 18 de abril de 1952.
1955	<ul style="list-style-type: none"> • Criação da Universidade da Paraíba, • Liberação de crédito destinado aos serviços de Extensão, no valor de Cr\$1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), que inaugurou oficialmente a extensão agrícola na EAN.
1958	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliação da Vila Acadêmica com mais 3 novos blocos para alojamento, sendo 2 com capacidade para 120 alunos e um outro, para 30 alunos e com conclusão da quadra de basquetebol.
1959	<ul style="list-style-type: none"> • Instalação da Energia elétrica da Chesf em Areia, • Instalação de um cinema no prédio central da EAN, com tela para projeção de cinemascope⁵.
1960	<ul style="list-style-type: none"> • Federalização da Universidade da Paraíba, • Instalação da primeira rede telefônica interna, através de centro automático com 42 linhas, inclusive uma para a cidade, • Instalação de uma estação de rádio com autofalante.
1967	<ul style="list-style-type: none"> • Subordinação da EAN à Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura.
1968	<ul style="list-style-type: none"> • Integração à Universidade Federal da Paraíba.
1974	<ul style="list-style-type: none"> • Integração da EAN ao Centro de Ciências e Tecnologia da UFPB CCT/UFPB, sediado em Campina Grande, passando a denominar-se “Campus” Agrário de Areia.

⁵ Tecnologia de filmagem e projeção criada pelo presidente da Twentieth Century Fox em 1953, que utilizava lentes anamórficas. Foi utilizada entre 1953 e 1967 para a gravação de filmes widescreen, marcando o início do formato moderno tanto para a filmagem quanto para a exibição de filmes.

1976	<ul style="list-style-type: none"> • Criação do segundo curso, graduação em Zootecnia, 40 anos depois da implantação do primeiro curso Superior em Agronomia.
1978	<ul style="list-style-type: none"> • Desvinculação da EAN ao Centro de Ciências e Tecnologia, situado em Campina Grande, tornando-se Centro de Ciências Agrárias (CCA), Campus III, da Universidade Federal da Paraíba.
1980	<ul style="list-style-type: none"> • Reconhecimento do Curso de Zootecnia, através da Portaria do MEC nº 63/80 de 15/01/1980.
2002	<ul style="list-style-type: none"> • Criação da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), por desmembramento da UFPB, • Instituição do CCA como Campus II da UFPB, com a ampliação de sua estrutura departamental, agregando os Departamentos de: Fitotecnia, Zootecnia, Solos e Engenharia Rural, e Ciências Fundamentais e Sociais, até a presente data.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

A EAN foi a primeira instituição laica de ensino superior público da Paraíba⁶, somente precedida pelo Curso Superior em Teologia criado em 1894, pelo também areense Adauto Aurélio de Miranda Henriques, primeiro bispo e primeiro arcebispo do Estado (CORREIA, 2010). Foi de grande importância para o desenvolvimento da Paraíba e do Nordeste, a ponto de ser considerada pelo governador, Gratuliano da Costa Brito, como instituição de inestimável missão, equiparada à relevância do Instituto de Campinas para São Paulo (ARAÚJO, 1986).

Ao final deste percurso introdutório que situa nosso objeto de estudo, temos a clara percepção de que a Escola de Agronomia do Nordeste foi a **pedra angular** da Educação Superior no Estado da Paraíba; foi o embrião da Universidade Federal da Paraíba e foi uma obra que enlaçou a educação à economia local, estadual e regional. Pelos fatos acima, podemos dimensionar a importância desta instituição para a História municipal, estadual e regional, o que justifica nossas preocupações iniciais em relação ao acervo documental que resguarda sua memória.

⁶ A EAN foi o quarto estabelecimento de ensino superior agrícola do Nordeste. Os três primeiros estabelecimentos foram: a Escola Agrícola da Bahia (1877), extinta em 1904, recriada em 1938, hoje integrada à Universidade Federal da Bahia; a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária de São Bento, PE (1915), atualmente integrada à Universidade Federal Rural de Pernambuco e a Escola de Agronomia do Ceará (1918), hoje anexada à Universidade Federal do Ceará.

1.2 O ENCADEAMENTO LÓGICO DA PESQUISA

Nos últimos anos, observa-se um interesse crescente pelas questões ligadas à preservação da memória institucional brasileira. Esta preocupação tardia não constitui, ainda, uma ação efetiva e unânime. Caracteriza-se por iniciativas dispersas e pontuais, diluídas na descontinuidade das políticas de informação, de educação, de cultura e de gestão, nas quais estariam inseridas as ações de organização da memória institucional. A fragmentação de tais políticas é gerada por mudanças que ocorrem nos órgãos públicos em geral, contribuindo para a perda de acervos históricos que armazenam a memória e por visões deformadas de gestão, que elegem prioridades para aplicação dos recursos científicos, tecnológicos e financeiros, relegando a memória institucional a último plano em termos de investimentos. Decorre, ainda, da falta de consciência sobre a importância da preservação dos diversos dispositivos que agregam a memória institucional, por todos os segmentos que fazem a instituição. Este descaso, historicamente praticado no Brasil, tem sido responsável pela obliteração da memória, da cultura, da identidade e dos bens e valores materiais e imateriais sobre os quais se erige a história da nação (MIGUEL; SANTOS, 2014; BERNARDES, 2015).

O fato é que se trata de uma questão inadiável, pois o ordenamento jurídico brasileiro reconhece a centralidade da gestão documental para assegurar o direito de acesso à informação e a própria administração pública, em todos os níveis, reconhece as dificuldades e problemas decorrentes dessa demanda reprimida (BERNARDES, 2015).

Ao focarmos o tema Memória da Escola de Agronomia do Nordeste, vinculado à linha de pesquisa Gestão e Financiamento do Ensino Superior do Mestrado Profissional em Gestão Avaliação e Políticas Públicas do Ensino Superior (MPPGAV), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), pretendemos trazer à luz a necessidade de ressignificação da sua memória e de fortalecimento da sua identidade, ora dispersas e lacunosas pelos efeitos das condições de acondicionamento do seu acervo, pelo desgaste do tempo, pela omissão de gestores que não reconheceram a necessidade da sua preservação.

Enquanto bibliotecária e servidora na Biblioteca do Centro de Ciências

Agrárias, no período de 2008 a 2016, situamos, como **justificativa** para o nosso estudo, a necessidade de ressignificar a história da EAN, buscando referências em seus “lugares de memória”, para oportunizar também o reconhecimento da comunidade acadêmica e da população à importância da EAN como “viga mestra” do ensino superior na Paraíba. Em nossa perspectiva, a pesquisa contribuirá para o planejamento estratégico, para a tomada de decisões por parte dos gestores institucionais, para a capacitação dos docentes, discentes e servidores técnico-administrativos, para a diversificação e o aprofundamento da pesquisa, porque tais lugares de memória, armazenando o conhecimento produzido, funcionam como guardiões de teorias, projetos, experimentos e saberes diversos a serem visitados, consultados, reeditados ou continuados, conforme sua pertinência às necessidades dos usuários e sua adequação à conjuntura atual. A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Nacional, no art. 43, que trata sobre a finalidade da educação superior, expressa em seu parágrafo IV, a finalidade de “promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação” (BRASIL, 1996).

Em nossas atribuições como bibliotecária, tivemos acesso a publicações científicas, boletins e documentos reportados à EAN, e detectamos uma reduzida produção disponível na biblioteca. O acesso a este acervo sem nenhum tratamento técnico era desconsiderado sob a alegação de ser um material antigo e sem serventia como fonte histórica, cultural ou científica. Esta constatação nos instigou a desenvolver a pesquisa no intuito de localizar, conhecer, reunir e disponibilizar tais documentos à comunidade do CCA e da UFPB, com o propósito de manter viva a memória da instituição.

Ao visitarmos o arquivo⁷, nos deparamos com um depósito de documentos jogados no chão, destruídos pelo tempo, sem nenhuma organização, em uma casa que não oferece estrutura para este fim. Este arquivo permaneceu fechado e sem fluxo de informação ao longo dos oito anos em que trabalhamos na Biblioteca Setorial do CCA. Imaginar que grande parte da memória da EAN pudesse ser destruída pelo tempo e dissipada pela falta de sensibilidade ou desconhecimento da

⁷ Fotos da situação do arquivo, tiradas no dia da nossa visita, constam no Apêndice C deste trabalho. A visita foi realizada em dezembro de 2016.

instituição, nos motivou a empreender este estudo, que visa contribuir para diminuir a lacuna sobre um passado institucional tão decantadamente valorizado nos discursos verbais e, não obstante, tão inacessível e descuidado pela instituição, bem como, chamar a atenção dos atuais gestores da Escola para a importância da preservação de sua identidade e de sua história através de seus documentos e de seus lugares de memória (NORA, 1993), uma vez que “cabe à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem” (BRASIL, 1988, art. 216, § 2º). Já na lei que dispõe sobre a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados, Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991, art. 1º: afirma que “É dever do Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação”. Citamos ainda a Lei que regulamenta o acesso a Informações, que no seu Art. 6º, afirma:

“Cabe aos órgãos e entidades do poder público, observadas as normas e procedimentos específicos aplicáveis, assegurar a: I - gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e sua divulgação; II - proteção da informação, garantindo-se sua disponibilidade, autenticidade e integridade; [...] (BRASIL, 1988).

O Código de Ética do Conselho Federal de Biblioteconomia, no seu art.8º, expressa que “o Bibliotecário deve interessar-se pelo bem público e, com tal finalidade, contribuir com seus conhecimentos, capacidade e experiência para melhor servir a coletividade” (BRASIL, 2002).

A produção científica e documental de uma instituição é ponto de partida, para ratificar, ampliar, descobrir e criar novos conhecimentos. O saber acumulado constitui célula que origina e nutre novas descobertas científicas. O acervo documental é uma lente privilegiada para a compreensão do presente. Nele se encontram elementos fundamentais que testemunham a origem, a evolução histórica, política e social, a produção científica e as contribuições da instituição para o desenvolvimento coletivo. Elaboramos então, um projeto de pesquisa que encontrou possibilidade de execução no contexto das ações que constituem a política de formação continuada da UFPB, através da Pró-Reitoria de Gestão de

Pessoas, enquanto aluna do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior oferecido pelo Centro de Educação, levantando a seguinte **problemática**: Partindo dos achados parciais e descontínuos encontrados nos lugares de memória do Campus II, é possível reconstituir a memória institucional da EAN? Como **pressuposto**, apegamo-nos à noção de que, o valor dos documentos reside na sua capacidade generativa de subsidiar o presente, fornecer pistas, apontar caminhos, indicar perspectivas de estudos, revelar contextos e intencionalidades, além de ressignificar a memória institucional e expressar a cultura de uma comunidade. Estabelecemos como **objetivo geral**: Ressignificar a memória da Escola de Agronomia do Nordeste, a partir das suas fontes documentais, com vistas à elaboração de um inventário do seu acervo documental, no interstício 1934-1968.

Para tornar possível nossa investigação, desdobramos nosso objetivo geral em intenções particularizadas, que explicitamos sob a forma de **objetivos específicos**, quais sejam: a) mapear os documentos existentes sobre EAN, no interstício investigado; b) caracterizar os documentos considerando seu valor histórico; c) tratar tecnicamente a documentação referente ao interstício investigado; d) elaborar um inventário de acordo com as normas arquivísticas e biblioteconômicas. Por se tratar de um trabalho pioneiro, que busca promover um registro sistemático dos fatos, eventos e atividades de ensino, pesquisa e extensão, poderá servir como fonte para novas pesquisas relacionadas à memória e à história do Ensino Superior Agrícola na Paraíba.

O trabalho se formaliza com a seguinte **estrutura**: o primeiro capítulo constitui esta introdução, na qual situamos o objeto desta pesquisa e seu encadeamento lógico. O segundo capítulo expõe uma contextualização conceitual em memória institucional, procurando evidenciar a importância da memória para o entendimento e construção da identidade institucional, da preservação documental e dos lugares de memória para cultura organizacional e perpetuação da história. O terceiro capítulo apresenta o percurso metodológico adotado para dar suporte à investigação, aponta a abordagem das fontes da pesquisa e a estratégia para construção do inventário. O quarto capítulo trata da nossa pesquisa de campo: coleta e análise dos dados, descrição e apresentação dos resultados. Nas nossas considerações finais, nos reportamos à problemática e aos objetivos para

verificarmos o cumprimento da nossa tarefa. Como produto final, apresentamos um inventário do acervo da EAN, que possibilita uma ressignificação da sua memória e que, em última análise, é a concretização do propósito desta pesquisa, tanto quanto ponto de partida para trabalhos que planejamos realizar ou sugerir no exercício da nossa profissão. Elaboramos um Inventário como instrumento que possibilite uma ressignificação da memória da EAN, que, em última análise, é a concretização do propósito desta pesquisa.

Consoante com os imperativos éticos aplicáveis à ciência e à nossa profissão, nos propusemos, com esta pesquisa, levantar um acervo documental de bens materiais e simbólicos da EAN, não restrito a um grupo seletivo de pesquisadores, mas convertido em um inventário que revele a ciência como domínio coletivo, de caráter público, a ser consultado, desfrutado e ressignificado como forma de perpetuar a memória da EAN, que recompõe também a memória do município de Areia, da Educação Superior na Paraíba e, em especial, da Universidade Federal da Paraíba.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO CONCEITUAL EM MEMÓRIA E IDENTIDADE INSTITUCIONAL

“A memória, na qual cresce a história,
que por sua vez a alimenta,
procura salvar o passado
para servir ao presente e ao futuro.”
(LE GOFF, 2003, p.471).

Uma inclinação da historiografia contemporânea é a memorização, descrita na ressubjetivação dos sujeitos, dos objetos, das fontes documentais, da história; e na re-poetização do passado, provocando-lhes uma nova aparência, e inserindo a memória e a identidade como estruturas desta tendência (DIEHL, 2002). Partindo desse pressuposto, abordamos, neste capítulo, as categorias **memória** e **identidade**, conceitos que, articulados, agregam sentidos e significados transdisciplinares. Apresentamos uma análise conceitual em memória institucional; situamos a importância da preservação documental e dos lugares de memória para preservação da história, focalizando a importância destes fatores, para a identidade institucional.

2.1 MEMÓRIA COMO COMPONENTE DA IDENTIDADE INSTITUCIONAL

A memória, enquanto tema de estudo tratado de maneira interdisciplinar, é um tópico recorrido por distintas áreas do conhecimento e indispensável para aqueles domínios que lidam com registros de informação, como é o caso da Ciência da Informação (CI) onde a memória não é lembrança (biológico) nem história (rememoração); a memória é registro, nesse sentido, o interesse da CI recai sobre a relação entre memória e informação, reconhecendo especialmente a informação registrada, isto é, o documento, em suas mais variadas manifestações, suportes e ambiências (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2011). Assim é estudada a partir de seus aspectos social e cultural, destacando-se a dimensão visível e tangível da memória: o documento. Essa relevância é justificada pela possibilidade de (re)construção da memória e da formação de identidade social a partir desses registros de informação o que requer sua organização, preservação e divulgação.

O conceito de memória, inversamente à sua noção corrente no senso comum, é evolutivo, dinâmico, processual, e cumulativo, suscitando ricas discussões no decorrer da história da humanidade. Até o início do século XX, história e memória eram como duas faces de uma mesma realidade, a narração do passado, em que toda história escrita refletia a lógica do Estado. Por tempos, esteve ausente do debate intelectual das ciências sociais. A partir dos anos 1980, sua relevância para a discussão científica foi retomada, sobretudo nos campos da história e da política (TRAVERSO, 2005 apud PONTES, 2011).

Considerada objeto de luta das pessoas que detinham o poder de decisão sobre o que deveria ser lembrado e o que deveria ser esquecido, a memória sempre integrou os mecanismos de controle de um grupo sobre o outro, servindo de fonte para a história oficial, mas também de instrumento de resistência das classes subordinadas (PEREIRA, 2006).

Memória é vida, sempre carregada por grupos vivos, estando em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações (NORA, 1993, p. 9).

A Memória, no sentido primeiro da expressão, é a presença do passado, é uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação **seletiva** do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional (ROUSSO, 2006). Portanto, toda memória é por definição, **coletiva**, embora esteja relacionada às lembranças dos indivíduos, não é um fenômeno de interiorização individual, e sim uma construção social, uma elaboração coletiva, modelada pelos próprios grupos sociais, que permite manter e solidificar laços existentes entre os membros de um grupo, identificado no espaço e no tempo (HALBWACHS, 2009). Não deve ser entendida como mera volta ao passado, numa tentativa de “resgate” do que ficou retido lá atrás, e sim, como um **processo dinâmico de fatos** que passaram pelo filtro individual e social e foram organizados e recriados no presente. Lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias do hoje, as experiências do passado (THIESEN, 2013).

Sendo seletiva, coletiva, generativa e itinerante, a memória se integra em tentativas conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de abrangências e perfis diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações, sendo assim um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual quanto coletiva, e fator importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.

A referência ao passado serve para manter a coesão das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar, suas características, seu perfil, sua identidade e sua articulação ao contexto no qual elas se complementam e se realimentam. Toda instituição veicula seu próprio passado e a imagem que forjou de si mesma. Por isso, o que está em jogo na memória e na sua ressignificação é também o fundamento da identidade individual e coletiva; assim a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual quanto coletiva, uma vez que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa, de um grupo, de uma instituição em sua reconstrução de si (POLLAK, 1992). Portanto, tem como o atributo mais imediato: “garantir a continuidade do tempo e permitir resistir à alteridade, ao ‘tempo que muda’, as rupturas que são o destino de toda vida humana; em suma, ela constitui [...] um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros” (ROUSSO, 2006, p. 94-95).

Como podemos perceber, a memória é um elemento essencial da identidade, e primordial para o funcionamento e para o entendimento das instituições. É por seu intermédio que as instituições se reproduzem no seio da sociedade. O conceito de memória institucional é algo híbrido, constitui uma soma de múltiplas narrativas construídas no contexto organizacional dos múltiplos indivíduos, práticas e atos institucionais, considerando que nós somos e fazemos as instituições, movimentando suas engrenagens de funcionamento com nossas ideias, ações e valores, partejando com elas uma relação de pertencimento e de fabricação da sua história que também é nossa. Agimos no seu interior e elas só mudam se nós que fazemos parte delas, mudarmos. Por isto, o conceito de memória está nas linhas e entrelinhas dos discursos dos autores e, também em cada indivíduo e em cada instituição, sendo construído e reconstruído a cada dia de nossas existências

(BARBOSA, 2010; THIESEN, 2013).

A Memória Institucional começou a surgir de forma sistemática a partir da década de 1970, como reflexo dos estudos sociológicos, antropológicos e históricos voltados à questão da memória e o surgimento da “Nova História⁸”, onde os acervos das empresas passaram por uma transformação, ampliando a compreensão dos documentos para fins de estudo da construção da cultura e da identidade corporativa. (TOTINI; GABETE, 2004; RUEDA; FREITAS; VALL, 2011).

No Brasil, a memória organizacional começa a ganhar força com a redemocratização do país e a grave crise econômica da década de 1980 que transformaram o panorama do mercado brasileiro e as empresas buscaram a sua reestruturação no resgate da memória organizacional e na consciência da sua identidade (TOTINI; GABETE, 2004). Está diretamente relacionada com a trajetória da instituição e abrange sua estrutura, o corpo funcional, a sua missão e sua função social que reflete como ela é no presente, valorizando todos os passos já percorridos junto a sociedade em sua trajetória para a construção da sua história. A história de uma empresa não deve ser pensada apenas como resgate do passado, mas como um marco referencial a partir do qual as pessoas redescobrem valores e experiências, reforçam vínculos presentes, criam empatia com a trajetória da organização e podem refletir sobre as expectativas dos planos futuros (WORCMAN, 2004).

Para isto, devem ter seus documentos reunidos e concentrados em acervos, armazenados e organizados corretamente com a finalidade de estarem disponíveis para consulta, pois esses documentos retratam não só as atividades de uma instituição, mas também uma época, um tempo e um espaço vividos, facilitando assim o entendimento da instituição como parte do todo. Esses registros, postos de maneira orgânica, passam a ser rica fonte de informação e elemento primordial no funcionamento das instituições, agregando-lhes valor (MERLO; KONRAD, 2015).

As afirmações dos autores acima encontram ressonância nas teorizações de Azevedo Neto (2007) que ratifica a necessidade de tratamento, organização e

⁸ Nova história (em francês “Nouvelle Histoire”) é a corrente historiográfica surgida nos anos 1970 e correspondente à terceira geração da chamada Escola dos Annales. Seu nome derivou da publicação da obra “Fazer a História”, em três volumes, organizada pelos historiógrafos Jacques Le Goff e Pierre Nora, seus principais expoentes na França.

disseminação da informação patrimonial como estratégia para consolidar processos de criação e solidificação da cidadania. Quando estudamos os registros de informação referentes a uma instituição ou grupo social, estamos contribuindo para a construção e entendimento da sua identidade. Costa (1995) considera essencial a definição de políticas e estratégias para o desenvolvimento da memória institucional, visando alcançar dois objetivos fundamentais:

a) organizar o acervo histórico (bibliográfico, arquivístico e museológico, etc.) de modo a preservar as informações que as instituições e seus agentes produzem; e

b) divulgar (transmitir, disseminar) a memória institucional através de ações específicas (programas, projetos) não apenas no interior da(s) própria(s) instituição(ões), mas também no âmbito das sociedades nas quais se inserem. Divulgação a ser feita através de programas comprometidos com a memória histórica e não nos estreitos limites da história oficial discriminatória.

Além de informação estratégica dotada de valor decisório nas atividades da gestão universitária, a memória institucional possui valor intrínseco e reconhecimento simbólico na instituição universitária. No primeiro caso, o valor histórico da memória institucional é informação estratégica objetiva, que preserva, em longo prazo, a série decisória indispensável à manutenção da coerência e do compromisso institucional da universidade com a sua missão na construção do conhecimento. No segundo caso, a memória institucional é a guardiã dos valores subjetivos dos atores, construtores da ciência objetiva específica da universidade.

Mas tudo isso não parece ser suficiente para a valorização dos seus acervos de memória. O debate e as ações em torno da preservação da memória do ensino superior no Brasil ainda são bastante tímidos e a ausência de gestão documental dentro das Instituições de Ensino Superior (IES) criou um quadro de grandes volumes acumulados sem o devido tratamento arquivístico (NASCIMENTO, 2015; MARTINS, 1992). Existe uma divergência entre a importância conceitual atribuída à memória institucional e o que de fato é feito para preservá-la, e torná-la acessível. O conhecimento de que a memória institucional tem papel de destaque na consolidação de uma identidade institucional parece não compactuar com a cultura institucional, pois geralmente o discurso de sua importância dificilmente repercute nas ações necessárias à efetivação da sua salvaguarda e transitabilidade (MATOS, 2004; CARPES; FLORES, 2013).

Como vimos o conceito de memória reporta-se, primeiramente, a um fenômeno individual e psicológico, que possibilita ao ser humano a evocação de percepções ou informações do passado. Esse exercício da memória individual, processual, integral, ao longo do tempo da oralidade mítica, dá lugar à memória fixada pela técnica da escrita e a consequente criação de arquivos, bibliotecas e museus, entre outros lugares de memória que organizam os meios visuais e sonoros constituídos de uma memória fragmentada, acumulada, colecionada e coletiva (LE GOFF, 2003). Na seção que se segue, abordaremos os lugares de memória, enquanto fundos multirreferenciais. A eles, recorreremos para tentar reconstituir e ressignificar a memória e a história da Escola de Agronomia do Nordeste.

2.2 LUGARES DE MEMÓRIA

Iniciamos esta seção situando a importância da memória oral para as sociedades primitivas (NORA, 1993; TRAVERSO, 2005 apud PONTES, 2011; DAHER, 2012), as quais não tinham necessidade de lugares de memória, porque nelas a memória ainda estava viva, sendo transmitida oralmente, de geração a geração. No cenário contemporâneo, a transmissão oral das vivências e saberes individuais e coletivos encontra-se obliterada em favor dos múltiplos mecanismos de informação e comunicação imediatas, simultâneas e refutáveis existentes na sociedade letrada. Esta realidade vem reclamando a instituição de "Lugares de Memória" como resposta a uma necessidade sentida pelo indivíduo contemporâneo, de busca de sua gênese, em lugares e fontes ainda não depuradas (NORA, 1993).

Estamos diante de uma crise de transmissão da experiência do passado iniciada na Modernidade. As sociedades contemporâneas já não possuem os mecanismos tradicionais de transmissão da memória, que se perpetuavam entre gerações, como uma herança, determinando as identidades dos grupos e das comunidades durante muito tempo, o que acabou trazendo uma mudança profunda nas estruturas da memória coletiva e, com isso, a obsessão memorial dos nossos dias, que visa situar-nos num mundo transformado pela tecnologia, em que as tradições perdem importância diante do imediatismo pós-moderno (TRAVERSO, 2005 apud PONTES, 2011).

A velocidade da vida diária torna necessária a existência, ou a instituição de lugares de memória. Quanto menos se vive a memória no âmago, maior a necessidade de suportes exteriores; lugares portadores de história, de significado que, de outra forma, se perderiam. Os tais lugares também podem ser um núcleo significativo, que se caracteriza por uma forte carga de simbolismo e de emoção, com duração que transcende gerações. Os lugares de memória têm como fundamentos as convenções e costumes sociais, culturais e políticos e se modificam na medida em que mudam as maneiras de sua concepção, aprovação, tradição e uso. São estabilizadores da memória coletiva (NORA, 1993). São eles:

lugares topográficos como os arquivos, as bibliotecas, os museus; lugares monumentais como os cemitérios ou as arquiteturas, lugares simbólicos como as comemorações, as peregrinações, os aniversários ou os emblemas; lugares funcionais como os manuais, as autobiografias ou as associações: estes memoriais têm sua história (NORA, 1978 apud LE GOFF, 2003, p. 467).

Estes lugares são fontes de externalização de uma memória que se apresenta nas coisas, na diversidade de manifestações coletivas, mostrando que são muitos os sentidos de memória e os lugares que a ela remetem, cada um deles suscitando lembranças, reencontros e pertencimentos, que constituem o princípio e o segredo da identidade. São espaços genésicos e reprodutores da memória coletiva, contribuindo, assim, para a solidificação e reedição da história. Estes lugares de memória são construídos para que a coletividade possa neles encontrar mostras de reconhecimento e de pertencimento (NORA, 1993; PEREIRA, 2006).

Nas Instituições de Ensino Superior, tais lugares têm sob sua guarda documentos essenciais, criados no decorrer das atividades de ensino, pesquisa e extensão, que testemunham a memória da instituição, constituindo fontes de pesquisa para alunos, professores, historiadores, pesquisadores e comunidade.

Na outrora EAN, esses lugares encontram-se dispersos por toda parte do atual Centro de Ciências Agrárias: no prédio central, nas residências originalmente destinadas aos professores; no alojamento estudantil; nos laboratórios; nas placas de formatura afixadas ao solo, ao lado de árvores ritualmente plantadas por cada turma concluinte; no museu da rapadura, casa grande original do engenho

desapropriado para construção da Escola; no arquivo “morto”, onde jazem os documentos que encerram a história e retratam o modo de funcionamento daquela instituição; na biblioteca, que preserva e disponibiliza a comunidade a produção técnico-científica e os livros que contam retalhos da história da Escola, entre tantos outros espaços criados e percebidos como parte importante na ressignificação da memória da EAN.

Na ilustração abaixo podemos observar um desses lugares de memórias, onde os alunos concluintes juntamente com seus professores, se reuniam para plantar uma espécie florestal, que representaria sua turma.

Ilustração 1 - Placa da 2ª turma de engenheiros agrônomos da EAN (1941)⁹



Fonte: Autoria própria, 2017.

Outro importante lugar de memória da Escola é Museu da Cachaça e da

⁹ Esta placa está localizada na praça que fica em frente ao prédio central. Desde a primeira turma até os dias atuais se mantém a tradição do plantio da árvore por cada turma concluinte dentro do Campus II, acompanhada de uma placa com o nome científico da espécie e o ano da turma concluinte. Pela ação do tempo, algumas placas desapareceram e outras estão desgastadas. Ex-alunos, em visita à Escola, têm como referência a placa da sua turma. Muitos deles não encontrando, têm providenciado a sua reposição.

Rapadura, ou simplesmente Museu da Rapadura, projetado em 1979, tinha por objetivo preservar e difundir para as gerações presentes e futuras os costumes e a vida rural e, principalmente, o processo de produção tradicional dos derivados da cana-de-açúcar, uma vez que a EAN foi instalada onde funcionava um engenho açucareiro no século XVIII, o Engenho da Várzea. O funcionamento do Museu só veio a ter início em novembro de 1997, sendo regulamentado pela Resolução nº. 70/1999 do CONSEPE/UFPB e composto por um conjunto arquitetônico (casa e engenho) (Ilustração 2), com uma área de dois hectares, circundante à residência

Ilustração 2 - Museu da Rapadura, situado no Campus II da UFPB¹⁰



Fonte: Autoria própria, 2017.

Os Arquivos Escolares:

deveriam representar uma possibilidade valerosa de acesso à memória da sociedade brasileira, capazes de oferecer uma diversidade de documentos (escritos, cultura material, arquitetura,

¹⁰ Casa-Grande, parte do Museu da Rapadura (no detalhe, o engenho). O Museu faz parte da Universidade Federal da Paraíba e está localizado dentro do Campus II, o Centro de Ciências Agrárias (CCA).

oralidade, iconográfico) com informações sobre aspectos sociais, econômicos, culturais e educacionais. No entanto, são tratados com desprezo e seus documentos considerados insignificantes o suficiente para serem armazenados em locais inadequados e incinerados ou jogados no lixo quando passam a ocupar muito espaço. (MIGUEL; SANTOS, 2014, p. 1).

A afirmação dos autores acima, representa exatamente o tratamento dado ao arquivo da EAN, espaço que oferece uma diversidade de documentos, escritos, relatos entre tantas outras memórias de uma instituição tão singular, mas que ao mesmo tempo é tratado com tanto desprezo. Esses mesmos autores com sua atuação no campo da pesquisa da História da Educação e do Ensino, asseveram que a problemática que envolve os documentos e os arquivos escolares está relacionada a questões mais complexas que as de ordem de localização e organização destas fontes. Dizem respeito ao lugar que a escola e tudo que ela produz, inclusive documentos, ocupa na sociedade. A relação da sociedade estabelecida com as instituições escolares na atualidade pode ser caracterizada como utilitária; a ela cabe a função de “preparar” crianças e jovens para o mundo, principalmente, o do trabalho. As pessoas, no presente, não concebem as escolas como espaços da memória coletiva, não a compreendem como herança valorosa, nem como uma instituição representativa da história e da cultura de um povo (MIGUEL; SANTOS, 2014).

No cenário acadêmico das IES, as bibliotecas, além da função de disponibilizar periódicos científicos, livros e outros materiais informacionais, têm como tarefa preservar a memória institucional, através da guarda de sua produção científica e dos documentos que tratem sobre a mesma. A pesquisa sobre a EAN pode nos confirmar que o estágio atual da instituição e a situação presente das atividades acadêmicas provêm de um estágio anterior, que evoluiu a partir de iniciativas inovadoras, de mudanças na estrutura administrativa, da renovação dos quadros docentes, da atuação dos estudantes e funcionários, de reformas impostas pelo governo, de mudanças resultantes da massificação e democratização do ensino, entre outras razões que haveremos de encontrar no curso da nossa pesquisa. Estes aspectos, quando devidamente preservados e postos ao alcance dos interessados, constituem uma base para se entender melhor a natureza presente da instituição (SABADINI, 2008).

Uma instituição como a Universidade, geradora e disseminadora de conhecimento, de grande valor histórico, e que reproduz o funcionamento da sociedade como um todo, que lida com a pluralidade de ideias e o confronto de opiniões, que revela contradições sociais (CHAUÍ, 2003), deve valorizar seu patrimônio material e imaterial, como instrumentos de guarda, preservação e acesso à sua memória, seja esta científica, histórica, administrativa, cultural ou de qualquer natureza, para assim atualizar suas origens, sua identidade, sua história, sua missão e suas projeções de futuro, restabelecendo sua pertinência, e reeditando sua missão em bases consistentes (MATOS, 2004).

A memória é um dos alicerces que dá sentido à vida e se não há mais meios de memória, faz-se necessário criar lugares que reúnam objetos, materiais ou imateriais, que permitam às pessoas compreender o passado e, assim garantir a transmissão do conhecimento, da experiência, para as gerações futuras (BOSI, 1995). Com a instituição não é diferente: preservar a memória institucional não é apenas resgatar o seu passado, mas compreender as diferenças e os limites de cada período e manter a instituição viva. A memória fornece referências consistentes para entender o presente, planejar o futuro, descobrir novos valores, renovar os vínculos e consolidar a identidade institucional.

A EAN, célula primeva do ensino superior público da Paraíba, agrega uma bagagem de informações que representam sua memória. Desmembrar sua estrutura organizacional das concepções institucionais que a idearam pode descaracterizá-la, comprometendo sua identidade, sua história e a missão para a qual foi concebida. Suas memórias estão, em grande parte, em documentos gerados em suas atividades administrativa, de ensino, de pesquisa e de extensão, antes mesmo da legitimação da extensão como prática acadêmica¹¹. A EAN possui significativos espaços no atual Centro de Ciências Agrárias da UFPB, possíveis de ressignificar sua memória e sua identidade. Lugares esquecidos, cujas fontes enseja interessantes trabalhos acadêmico-científicos reveladores da instituição altaneira

¹¹ Desde o início do funcionamento, a EAN prestou serviços educativos e de formação para agricultores e agricultoras e professores da região, através de cursos e treinamentos oferecidos de acordo com a necessidade da região e da época. Em 1952, por iniciativa de Padre Ruy Vieira, vigário e professor da EAN, conjuntamente com a Paróquia de Areia, realizou a primeira Semana Ruralista. Na mesma década foram implantados os diversos Centros de Economia Rural Doméstica, nas cidades e vilas da região do Brejo e do Cariri.

que deu origem a educação superior na Paraíba.

A preservação e disseminação do acervo existente nestes lugares de memória possibilitará à comunidade e às futuras gerações aprofundarem conhecimentos, não apenas sobre a Escola, mas também sobre cultura, política, economia e educação superior na Paraíba. A EAN já se mostrou cara a escritores, jornalistas, docentes, discentes, técnicos e leigos que, versando assuntos diversos, pontuaram sua importância no contexto local, estadual e regional. É chegada a hora de privilegiarmos sua importância na elaboração de um inventário a ela exclusivamente dedicado, a ser disponibilizado à comunidade acadêmica e à população. Concordando com Matos (2004), a preservação documental é assunto relevante no âmbito da sociedade contemporânea e de organismos internacionais, merecendo, da nossa parte, especial atenção.

2.3 O PATRIMÔNIO DOCUMENTAL E SUA PRESERVAÇÃO

A ideia de patrimonializar bens culturais que poderiam ser considerados importantes para a identidade nacional ganhou relevância no decorrer do século XIX, principalmente na Europa Ocidental, articulada aos processos de organização e afirmação dos Estados nacionais modernos e ao processo de construção da ideia de nação. Como afirma Hobsbawm e Ranger (2008), para que fosse possível legitimar instituições, status ou relações de autoridade, era preciso “inventar tradições” com as quais a “comunidade” se identificasse. Na construção de um ideário de uma sociedade una e harmônica, o estado-nação preocupou-se em legitimá-la por meio de símbolos, artefatos, monumentos, entre outros. Com isso, surgiram as políticas públicas de preservação e salvaguarda de bens culturais considerados patrimônio histórico e cultural pelos Estados nacionais (MOLINA, 2013).

No cenário nacional, a preocupação com o patrimônio cultural pode ser observada a partir a Carta Magna de 1934:

“Cabe à União, aos Estados e aos Municípios favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do País, bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual (BRASIL, 1934).”

Entretanto, só com a promulgação do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que organizou a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, como: “o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (BRASIL, 1937), com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a preservação dos bens cultural e histórico começou a ganhar algum respaldo, ainda que inicialmente irrisório.

Mesmo amparado pela Constituição Federal, o patrimônio documental sempre esteve marginal, no Brasil, ao longo dos séculos XIX e XX, como podemos observar na citação abaixo:

foi marginalizado pelas políticas públicas de proteção patrimonial, e desde o início, com a criação do SPHAN, os acervos documentais sob a guarda das instituições foram marginalizados pela política então elaborada, reforçando uma tendência de abandono que vinha gradativamente se consolidando desde o início da fase republicana (CAMARGO, 1999, apud MOLINA, 2013, p. 161).

Embora todas as Constituições brasileiras¹² reiterem a guarda patrimonial nacional, este ditame legal tem sido negligenciado. A Constituição Cidadã de 1988, ora em vigor, diferencia-se das antecedentes, ao ampliar o leque de bens passíveis de proteção, situando também, como patrimônio cultural, bens imateriais, de natureza intangível, determinando a sua guarda, a sua proteção, acatamento, preservação e gestão, como obrigações do poder público em colaboração com a comunidade, conforme verificamos abaixo:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

¹² Constituições e seus respectivos artigos que tratam sobre a proteção do patrimônio cultural no século XX: **1934**, art. 148; **1937**, art. 180; **1946**, art. 175; **1967**, art. 172; **1988**, art. 23.

- I - as formas de expressão;
 - II - os modos de criar, fazer e viver;
 - III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
 - IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
 - V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.
- § 1º O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação;
- § 2º cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem. (BRASIL, 1988, p. 123).

Esta compreensão de patrimônio documental como capital da sociedade, direcionou o olhar das instituições, da coletividade e dos indivíduos para o cuidado com o patrimônio cultural, enquanto acervo de memórias e de identidades local, regional e nacional, ensejando políticas e projetos que resultaram em ações efetivas, nas áreas das ciências humanas e sociais, realçando sua importância por meio do registro da criatividade dos povos e da riqueza das culturas, retratadas nas obras de seus artistas, arquitetos, músicos, escritores e sábios, assim como nas criações anônimas surgidas da alma popular e no conjunto de valores que dão sentido à vida; obras materiais e imateriais que expressam a criatividade do povo: a língua, os ritos, as crenças, os lugares e monumentos históricos, a cultura, as obras de arte e os arquivos e bibliotecas (UNESCO, 2012).

É justo registrar uma preocupação supranacional em relação à preservação do patrimônio histórico-cultural das nações, com destaque para a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), cuja ação tem sido decisiva neste contexto. As convenções e recomendações aprovadas pela referida organização vêm enriquecer o direito internacional da cultura e os direitos internos com a elaboração de leis próprias referentes ao Patrimônio Cultural. Para tanto, instituiu, em 1992, o Programa “Memória do Mundo”, com o objetivo de propor ações de criação, manutenção, preservação e disseminação de acervos. Este programa foi instalado no Brasil em 2004, por ato do Comitê Nacional Programa Memória do Mundo da UNESCO, reconhecido pelo Ministério da Cultura, em 2007, e regulamentado pela Portaria n. 61, de 31 de outubro de 2007.

Em 2011, o Brasil avançou em relação à preservação documental, com a

aprovação da Lei nº 12.527, de 18 de dezembro de 2011, a chamada Lei de Acesso à Informação (LAI), que permite seu livre acesso em instituições públicas e privadas que recebem recursos públicos, viabilizando, desta forma, não somente o acesso, mas também a salvaguarda documental, ao determinar legalmente às instituições o cuidado com o seu acervo documental e seu acesso irrestrito aos cidadãos.

É oportuno dizer que a possibilidade de acesso aos documentos públicos, proporcionada a partir da LAI é um importante recurso ao pleno exercício do direito constitucional, e contribui decisivamente para a sociedade brasileira tomar conhecimento de sua história. Mas, apesar de ser legalmente assegurado, muitas informações estão perdidas, pois, frequentemente, os documentos, independentemente de seu suporte, não estão organizados e, muitas vezes, estão armazenados em locais inapropriados. Por outro lado, faltam recursos técnico-científicos, humanos e financeiros para o seu correto acondicionamento, manuseio e atualização. Esta é precisamente a nossa percepção acerca dos documentos referentes à Escola de Agronomia do Nordeste, fato que nos motiva a prosseguir neste projeto.

A Universidade é uma instituição social que produz Ciência, Tecnologia e Cultura e tem como um de seus propósitos garantir, às gerações futuras, a permanência desses conteúdos publicados, através da guarda, preservação e circulação de sua memória social e de sua produção acadêmica, assegurando aos que estão por vir, a herança deste patrimônio. A Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991, que dispõe sobre os arquivos públicos e privados, expressa: “É dever do Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumentos de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação.” (BRASIL, 1991). Porém, muitas vezes o direito fundamental estabelecido na legislação brasileira se perde na inconsistência ou na ausência de políticas públicas e no descaso de gestores.

Em 2004, a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), com o objetivo expresso em seu artigo 1º, de: “assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes” (BRASIL, 2004). O parágrafo 1º da referida lei atribui, às Instituições de

Ensino Superior, a responsabilidade de promover a identidade institucional, como podemos observar abaixo:

O SINAES tem por finalidades a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da **identidade institucional**" (BRASIL, 2004, grifo nosso).

No seu Art. 3º, a lei que institui o SINAES apresenta, como objetivo da avaliação da IES, "identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais" (BRASIL, 2004), entre elas,

a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, **da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural** (BRASIL, 2004, grifo nosso).

Diante do exposto, constata-se que a preservação da memória de uma instituição, por meio dos documentos de sua própria lavra, tanto quanto dos documentos produzidos por outros, mas a ela referentes, está amplamente amparada por legislações específicas, com respaldo na Carta Magna. Não obstante este vigoroso respaldo, ainda consideramos residuais as iniciativas de preservação da memória da EAN, haja vista que o conhecimento de uma Instituição contribui para a construção da sua identidade, para reeducação da instituição e, por consequência, para o crescimento da comunidade, uma vez que educar é também permitir que toda a comunidade conheça e valorize a sua memória. A possibilidade de resgatar essas memórias através de seus documentos, seus lugares de memória e seus objetos empresta uma sensação de segurança, de poder ir e vir dentro do universo das lembranças; assegura um sentimento de pertencimento e de ligação com as raízes, de solidez no presente e de projeção para o futuro.

2.4 FONTES PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

As fontes estão na origem, constituem o ponto de partida, a base, e o apoio da construção historiográfica que é a reconstrução, no plano do conhecimento, do objeto histórico estudado. São os registros, enquanto testemunhos dos atos históricos, são a fonte do nosso conhecimento histórico, é nelas que se apoia o conhecimento que produzimos a respeito da história. Saviani faz uma analogia da fonte, em seu sentido literal, lugar de onde brota a água, com a fonte estudada na historiografia, como o lugar de onde brota o nosso conhecimento da história. Afirma que as duas têm um caráter de inesgotabilidade: uma das minas de água, a outra expressando-se no sentimento amplamente generalizado entre os historiadores quanto à infinidade das fontes históricas: sempre que a elas retornamos tendemos a descobrir novos elementos, novos significados, novas informações que nos tinham escapado por ocasião das incursões anteriores (SAVIANI, 2006).

A ideia tradicional de fonte histórica, limitada a documento oficial tem evoluído à medida que cresce o interesse pela preservação da memória das instituições, e também à medida que a ciência oferece meios para validar vestígios, restos, depoimentos orais, atas, edifícios, regulamentos, instituições, objetos, representações iconográficas, biografias, diários, autobiografias, mapas, romances, internet e outras pistas históricas anteriormente desprestigiadas. Atualmente, as fontes históricas têm procedência bastante variada, podendo ser conceituadas como “todo material, instrumento ou ferramenta, símbolo ou discurso intelectual, que procede da criatividade humana, através do qual se pode inferir algo acerca de determinada situação social no tempo” (ARÓSTEGUI, 2006, p. 491).

Quando buscamos compreender determinado fenômeno e recorremos aos documentos, aos vestígios, aos indícios acumulados e guardados. A rigor, poderíamos dizer que a multidão de papéis que se acumulam nas bibliotecas e nos arquivos públicos ou privados, as miríades de peças guardadas nos museus e todos os múltiplos objetos categorizados como novas fontes pela corrente da “nova história” não são, em si mesmos, fontes. Com efeito, os mencionados objetos só adquirem o estatuto de fonte diante do historiador que, ao formular o seu problema

de pesquisa delimitará aqueles elementos a partir dos quais serão buscadas as respostas às questões levantadas. Em consequência, aqueles objetos em que real ou potencialmente estariam inscritas as respostas buscadas erigir-se-ão em fontes a partir das quais o conhecimento histórico referido poderá ser produzido. Com isso, ao mesmo tempo em que construímos as fontes de nosso próprio estudo, as disponibilizamos também para eventuais estudos futuros (SAVIANI, 2006).

No presente trabalho, os documentos, nosso principal material de pesquisa, requerem um mergulho profundo nas suas características, na sua representatividade, na sua resistência ao tempo, na sua capacidade potencial de recontar a história e na inesgotabilidade do seu sentido, visto que é a intencionalidade do pesquisador que suscita novas possibilidades de explorá-los, ressignificando-o.

Um documento representa um reflexo da realidade. É um meio através do qual o pesquisador procura uma correspondência entre sua descrição e os eventos aos quais ele se refere. O documento tem o potencial de informar e estruturar as decisões que as pessoas tomam diariamente e a longo prazo; constitui leitura particular dos eventos; exprime aspirações e intenções dos períodos aos quais se refere e descreve lugares e relações sociais de uma época na qual podíamos não ter nascido ainda, ou simplesmente, não estávamos presentes (MAY, 2004, p. 205).

Segundo a conceituação clássica e ampla de documento, podemos defini-lo como:

qualquer elemento gráfico, iconográfico, plástico ou fônico pelo qual o homem se expressa. É o livro, o artigo de revista ou jornal, o relatório, o processo, o dossiê, a correspondência, a legislação, a estampa, a tela, a escultura, a fotografia, o filme, o disco, a fita magnética, o objeto utilitário [...], enfim tudo o que seja produzido por motivos funcionais, jurídicos, científicos, técnicos, culturais ou artísticos, pela atividade humana (BELLOTTO, 2006, p. 35).

Torna-se evidente a enorme abrangência do conceito de documento, na atualidade. Porém ele só veio a ganhar amplitude a partir do século XIX, com os fundadores da Escola dos *Annales*¹³, pioneiros da História Nova, que insistiram

¹³ Escola de *Annales* movimento que diversificou o fazer historiográfico, através de uma

sobre a necessidade de ampliar a noção de documento não limitado ao documento escrito, mas também ao ilustrado, transmitido pelo som, pela imagem, ou de qualquer outra maneira. Não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de força que aí detinham o poder. O documento não é inócuo. É, antes de tudo, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziu, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio (LE GOFF, 2003).

Para nós não é demais valorizar, ao lado dos autores já citados, a contribuição foucaultiana em relação à noção de documento:

A história mudou sua posição acerca do documento: ela considera como sua tarefa primordial, não interpretá-lo, não determinar se diz a verdade nem qual é seu valor expressivo, mas sim trabalhá-lo no interior e elaborá-lo: ela o organiza, recorta, distribui, ordena e reparte em níveis, estabelece séries, distingue o que é pertinente do que não é, identifica elementos, define unidades, descreve relações. O documento, pois, não é mais, para a história, essa matéria inerte através da qual ela tenta reconstituir o que os homens fizeram ou disseram, o que é passado e o que deixa apenas rastros: ela procura definir, no próprio tecido documental, unidades, conjuntos, séries, relações (FOUCAULT, 2007, p. 7).

A história se tornou ciência ao fazer a crítica dos documentos, ou seja, se um papel de prova pode ser atribuído aos documentos consultados, é porque o historiador questiona o documento, que é considerado “prova documental”. “Os documentos só falam quando se lhes pede que verifiquem, isto é, tornem verdadeira, tal hipótese” (RICOEUR, 2007, p. 188). Esta afirmação fortalece ainda mais a importância de traçarmos uma cronologia para situarmos a instituição no interstício demarcado e localizarmos documentos, assim tomaremos como norte uma cronologia¹⁴, que será nosso ponto de partida para a localização de documentos sobre a EAN.

história total. Surgiu na França com o lançamento da revista *Annales d'histoire économique et sociale*, em 1929, por Lucien Febvre e Marc Bloch. Contestava as posturas científicas, opondo-se totalmente ao paradigma tradicional da historiografia (BURKE, 1991).

¹⁴ A cronologia encontra-se na nossa introdução nas páginas 23 A 25.

Neste sentido, adiantamos, com Foucault, que será um trabalho lacunar, pois toda elaboração discursiva, científica e técnica é essencialmente lacunar na medida em que se expressa, por meio do nosso discurso e do nosso ponto de vista historicamente situado e datado; está reportada às nossas intencionalidades particulares e interpretada à luz de autores por nós selecionados; nosso olhar recai sobre uma demarcação cronológica específica, portanto parcial acerca da memória da Escola de Agronomia do Nordeste. Assim, nossa coleta se concentrará na seleção de documentos, “provas” de um passado circunscrito ao marco cronológico da pesquisa (1934-1968), que nos permitam ressignificar a memória da EAN, pois anuímos que “o gesto de separar, de reunir, de transformar assim em documentos, certos objetos distribuídos de outra forma é o primeiro ato de fazer história” (RICOEUR, 2007, p. 178).

Os instrumentos de pesquisa são uma valiosa ferramenta de auxílio aos pesquisadores, auxiliando a localização das fontes históricas. Segundo Belloto (2006, p. 179-180) “Os instrumentos de pesquisa são, em essência, obras de referência que identificam, resumem e localizam, em diferentes graus e amplitudes os fundos, as séries documentais e/ou as unidades documentais existentes em um arquivo permanente”. O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivista (2005), define Instrumento de Pesquisa como o meio que permite a identificação, localização ou consulta a documentos ou a informações neles contidas. Essa expressão é normalmente empregada em arquivos permanentes.

Existem diversos instrumentos de pesquisa, genéricos e abrangentes como os guias, ou parciais e mais detalhados e específicos, tratando de parcelas do acervo, como os inventários e catálogos que permitem a descrição dos documentos, possibilitando que os dados contidos nas séries e/ou unidades documentais cheguem até os pesquisadores. Outros exemplos de instrumentos de pesquisa são os índices, listagens descritivas do acervo, repertórios e tabelas de equivalência¹⁵ (BELLOTO, 2006). Neste trabalho utilizaremos o Inventário como principal ferramenta para a estruturação da memória da EAN, uma vez que a mesma não possui nenhum tipo de instrumento de pesquisa, esperando que possa servir como auxílio para a gestão de documentos da UFPB, para organização do arquivo do

¹⁵ Instrumento que estabelece uma correspondência entre notações diferentes (DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVISTA, 2005).

CCA/UFPB e para trabalhos dos pesquisadores.

O Inventário, dentro da arquivística, é um Instrumento de pesquisa que descreve conjuntos documentais ou partes do fundo¹⁶, com dados referentes a título, datas inclusivas, quantidade, arranjo, relação com outras séries e indicação de conteúdo. Sendo um instrumento do tipo parcial que traz uma descrição sumária e não analítica, esta própria do catálogo (DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVISTA, 2005). O inventário pode contemplar um fundo inteiro, um só grupo ou alguns deles, uma série ou algumas delas ou mesmo parte delas. O tratamento sumário proporcionado pelo inventário é o ideal para a descrição de fundos. Estes, nos arquivos públicos, são constituídos de enormes massas documentais. Como, mesmo após terem sido eliminados, ainda se apresentam em quantidades consideráveis, devem receber uma descrição sumária. Ressalve-se que não é somente o volume do material versus a precariedade dos recursos humanos e financeiros que provoca a opção pela inventariação mais abrangente. Ela se dá muito mais em razão das próprias características do documento administrativo, que é peculiarmente repetitivo e não pode ser considerado fora dos conjuntos, desvinculado dos demais que possam retratar a dinâmica administrativa (BELLOTTO, 2006).

A sistematização da informação é fundamental para a divulgação e a acessibilidade do conhecimento, principalmente nos tempos atuais, com o grande volume de documentos que são gerados diariamente. Como profissionais da informação temos como missão facilitar o acesso à informação. A elaboração de instrumentos de pesquisa é uma das formas de facilitar esse acesso, fornecendo aos pesquisadores a localização e identificação do teor do documento, além de organizar planejar e sistematizar os dados, em todos os campos do conhecimento humano. (FERREIRA; NEVES, 1996). Enquanto mediador entre os usuários e os registros do conhecimento, o bibliotecário busca possibilitar o acesso à informação de forma mais eficaz. E para ser “acessada”, a informação deve estar organizada, disposta de modo a ser agilmente recuperada e, ao mesmo tempo, precisa ser preservada e mantida para que possa ser continuamente utilizada (CAMPELLO, 2006).

¹⁶ Conjunto de documentos de uma mesma proveniência. Termo equivalente a arquivo (DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVISTA, 2005).

Ao final deste percurso teórico sobre as conceitualizações que consideramos fundamentais para o nosso trabalho, consideramos ampliada a nossa compreensão sobre: Memória, deslocando o nosso entendimento de algo rígido, fixo e imutável, para uma concepção dinâmica, processual e ressignificável da memória que alimenta a história. Ampliamos nossa visão de documentos e fontes documentais. Identificamos as Leis que regem o patrimônio cultural e a preservação dos documentos, bem como órgão que trabalham com essa preservação, caso da UNESCO. Conhecemos os instrumentos de pesquisas e assim pudemos eleger o inventário, como ferramenta que melhor se enquadra nesta pesquisa. A nossa curiosidade foi o impulso, o ponto de partida. Nossa energia para a pesquisa teórica careceu da contribuição de outros protagonistas: os autores consultados e a nossa orientadora. Estamos conscientes de que o trabalho científico é uma construção em aberto sujeita à dinâmica do tempo e de que outras contribuições virão.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

Se nenhum método garante a verdade,
a falta dele, torna-a impossível.
(ARÓSTEGUI, 2006)

Iniciamos este capítulo destacando nosso esforço para encontrar um caminho, uma “bússola” que oriente o nosso trabalho no universo da pesquisa para determinar um itinerário racional que possibilitou adentrar ao campo empírico, identificar seus lugares de memória, selecionar e analisar os documentos, eleger categorias segundo as intenções da pesquisa, confrontando-os com a problemática levantada e com os objetivos pretendidos e para inferirmos conclusões que façam jus à riqueza previamente atribuída ao objeto desta pesquisa.

Como parte deste esforço, recorreremos, inicialmente, à **pesquisa teórica** que é meio de formação por excelência, e primeiro passo em qualquer estudo científico. Com Aróstegui (2006), aprendemos que o percurso metodológico é constituído por um conjunto de ações predefinidas, que obedecem a uma ordem lógica, mas também por ações criativas do pesquisador no “diálogo” com as fontes e na intimidade com o seu campo empírico. Para o autor,

método é um conjunto de prescrições que devem ser observadas e de decisões que devem ser tomadas em certa disciplina para garantir, na medida do possível, um conhecimento adequado de seu objeto. Prescrições, porque um método é um conjunto de operações que estão reguladas, que não são arbitrárias, mas que têm uma ordem e uma obrigatoriedade. Decisões, porque um método não é um sistema fechado, [...]; dentro de uma ordem de operações, o sujeito que o emprega deve decidir muitas vezes por si mesmo (ARÓSTEGUI, 2006, p. 92).

Pretendemos abordar o campo empírico à luz do **método historiográfico**, que não se limita à narrativa dos acontecimentos, mas pressupõe a sua análise e interpretação, podendo valer-se de documentos oficiais, documentos pessoais e iconográficos, depoimentos orais, entre outros, ampliando a concepção de história a partir de incorporação dos valores inerentes às ações humanas. “A historiografia é um método de pesquisa que visa ao resgate dos acontecimentos e das atividades humanas ao longo do tempo, possibilitando desvendar e compreender as mudanças,

as contradições e as tendências da realidade social” (VERGARA, 2010, p. 119).

Para nós, o conceito acima se torna mais compreensível a partir das formulações postuladas por Aróstegui (2006) sobre a historiografia: libertando-se das narrativas atreladas exclusivamente aos documentos, a historiografia busca valorizar, como material empírico, uma proporção elevada de restos, pegadas e indícios; estuda os fatos a partir de uma orientação comparativa entre processos simultâneos que se produzem em âmbitos diversos e processos anteriores e posteriores ao fenômeno estudado; investiga a história a partir das composições sociais em determinados momentos cronológicos relacionados a outros que lhes antecedem e sucedem, enfocando a sua permanência ou a sua mudança; valoriza o coletivo, sem esquecer o indivíduo, já que o processo histórico se configura pela interação entre sujeito individual e coletividade; adota a perspectiva de que um fato local pode ser referenciado ao todo; extrapola a ideia de passado já que é erigida a partir do presente, tomando o pesquisador situado como seu próprio sujeito. Em síntese, o método historiográfico tem um caráter fortemente indiciário; busca apreender nas fontes a anterioridade, a simultaneidade e a sucessividade do processo histórico; e postula a inexistência da especificidade do histórico já que este está sempre referenciado à realidade global (ARÓSTEGUI, 2006).

Assim, partindo do princípio segundo o qual as formas de vida social e as instituições contemporâneas têm raízes no passado, é importante pesquisar sua gênese, para assim compreender as relações de força que as originaram, sua natureza, sua função, sua relação passado-presente, sua processualidade histórica, sua influência na atualidade e sua projeção futura.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A literatura sobre metodologia científica é relativamente rica no que se refere à conceituação e à caracterização da pesquisa¹⁷, segundo sua natureza, seu objeto de pesquisa, abordagem do problema e procedimentos. Na presente pesquisa,

¹⁷ Citamos entre outros, Denzi e Lincoln (2000); Sampieri, Collado e Lucio (2006); Cervo, Bervian e Silva (2007); Gil (2008); Richardson (2009); Marconi e Lakatos (2007, 2008, 2010); Cooper, Schindler e Abreu (2011); Demo (2012), Prodanov, (2013).

adotaremos a caracterização que se segue.

Quanto à natureza, o estudo se caracterizou como uma **pesquisa básica**, com a finalidade de gerar conhecimento que servirá de lastro para novas pesquisas, sem aplicação prática imediata, caso deste trabalho, que visou ressignificar a memória da EAN através da elaboração de um inventário, pioneiro, sobre os documentos da instituição. Entretanto, embora a pesquisa básica não tenha finalidade iminente, nosso trabalho também se presta à aplicação imediata, considerando que o conhecimento por ele ressignificado pode ser usado em pesquisa aplicada e tecnológica como subsídio para o desenvolvimento de novas pesquisas, como também oferecer alternativas de solução outrora adotadas que se adequem a situações presentes, por meio de consulta à literatura científica catalogada.

Quanto aos objetivos, a investigação apresentou-se como **pesquisa descritiva de caráter exploratório**, uma vez que registramos, analisamos, descrevemos e interpretamos os fatos observados a partir de um planejamento flexível, à luz de documentos de diversas naturezas, procurando elucidar as relações e os nexos contextuais ao fenômeno estudado.

Quanto à abordagem do problema, classificou-se como **pesquisa qualitativa**, que, segundo Denzin e Lincoln (2006), não determina limites para objetos de estudo, e nem para as técnicas ou métodos a serem utilizados, pois existe um mundo empírico disponível para estudo e análise, e são os tipos de questões e de problemas colocados que nortearão o desenrolar da pesquisa.

Quanto aos instrumentos e técnicas, o estudo apresentou-se como **pesquisa bibliográfica**, que valoriza a produção existente sobre a EAN: livros, periódicos, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico, sites, que possam elucidar a nossa problemática. Seu foco principal foi a **pesquisa documental**. Estudos consultados sobre esta modalidade de pesquisa, à luz Oliveira (1999), May (2004), Cellard (2008), Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009), nos proporcionaram um entendimento sobre pesquisa documental como um procedimento aplicável ao estudo em ciências humanas e sociais, cuja compreensão necessita de localização-espacio-temporal e contextualização sócio-histórico-cultural, apreensão, compreensão, análise e exploração do conteúdo de documentos dos mais variados tipos, visando a reconstrução crítica de dados, a obtenção de inferências e a adução

de conclusões que nos permitiram compreender o fenômeno estudado e produzir conhecimento. Destacamos que a análise dos documentos encontrados nos permitiu agrupar informações que se encontravam dispersas, inacessíveis, esquecidas e desvalorizadas, conferindo-lhes uma nova importância como fonte de consulta.

3.2 ABORDAGEM DAS FONTES DE PESQUISA

Situadas as fontes documentais, os lugares de memória e caracterizada nossa pesquisa, iniciamos a próxima etapa de identificação e seleção dos documentos relevantes ao nosso objeto de estudo, por meio da **análise documental**, que é “o conjunto de princípios e de operações técnicas que permitem estabelecer a **fiabilidade e adequação** de certo tipo de informações para o estudo e explicação de um determinado processo histórico” (ARÓSTEGUI, 2006, p. 506). Este mesmo autor estabelece uma nova taxonomia das fontes históricas, onde os critérios aplicados são variados e usados de acordo com a avaliação das fontes, favorecendo de modo especial a observação crítica, a avaliação documental e o confronto entre variadas fontes que é essencial na pesquisa historiográfica.

Constatamos que a análise documental é muito mais que meramente uma tarefa técnica ou metodológica com o propósito de facilitar a classificação de documentos e a sua organização física. Consiste, acima de tudo, em preservar, disseminar e ressignificar os registros da história e da memória da instituição, para transmitir às gerações, as referências de um tempo e um espaço singular, historicamente revitalizadas.

O primeiro passo consistiu em um levantamento de dados e a identificação das espécies e tipologias documentais encontradas no arquivo do CCA/UFPB, referentes à Escola. O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p.85) define espécie documental como: “Divisão de gênero documental que reúne tipos documentais por seu formato, a exemplos: ata, carta, decreto, disco, filme, folheto, fotografia, memorando, ofício, planta, relatório”. Enquanto tipologia documental é uma divisão de espécie documental que reúne documentos por suas características comuns no que diz respeito à fórmula diplomática, natureza de conteúdo ou técnica do registro. São exemplos de tipos documentais cartas precatórias, cartas régias,

cartas-patentes, decretos sem número, decretos-leis, decretos legislativos, litogravuras, serigrafias, xilogravuras.

Assim foi realizado o processo de descrição dos documentos, que segundo Bellotto (2006), consiste na elaboração de instrumentos de pesquisa, que venham possibilitar a identificação, o rastreamento, a localização e a utilização de dados. Segundo a autora, a descrição desses documentos é a única maneira de possibilitar que os dados contidos nas séries e/ou unidades documentais cheguem até os pesquisadores.

Devido ao grande volume de documentos e ao grande número de lugares de memória existentes no atual Campus II, sobre a EAN, e por não dispormos de tempo nem de pessoal para realizarmos o levantamento de todos esses documentos, achamos por bem escolher dois lugares de memórias: a Biblioteca, lugar que já conhecíamos, por ter trabalhado lá por 8 anos e por ser nossa área de atuação e o Arquivo da Escola, por acreditarmos que lá poderíamos localizar o maior número de documentos que viessem a atender nossos objetivos. Ainda recorreremos ao Arquivo da Direção de Centro e Arquivo do Curso de Agronomia, bem como ao Arquivo Histórico do Estado da Paraíba, para localizarmos documentos do início do funcionamento da Escola. Definidos os lugares (Arquivo e Biblioteca do CCA/UFPB), começamos nossa coleta.

O primeiro lugar explorado foi Arquivo Geral do CCA (Ilustração 3), onde estão localizados a maioria dos documentos da EAN, durante o período da nossa pesquisa o arquivo encontrava-se em processo de mudança para um novo prédio. Até o final desta pesquisa parte dos documentos ainda se encontravam neste prédio.

Ilustração 3 - Prédio onde funcionava o Arquivo do CCA/UFPB, na vigência desta pesquisa



Fonte: A autora, 2017.

O Arquivo do CCA/UFPB, até o final desta pesquisa encontrava-se fechado, sem nenhum responsável por sua gestão, e sem nenhum tipo de organização. Felizmente, conseguimos acesso aos arquivos graças à solicitude do atual Diretor do CCA/UFPB, Prof. Manoel Bandeira, e de alguns servidores do Campus II, em especial o servidor “Derso”, que facilitou o acesso aos dois prédios onde hoje se encontram os documentos do Centro. O primeiro prédio, fronteiro à sede ADUFPB-Areia, encontra-se em péssimo estado de conservação, apresentando infiltrações, umidade, inexistência de climatização e precária iluminação. Quanto aos documentos, foram em grande parte, deteriorados pelo tempo, e pelas condições insalubres de acondicionamento, a ponto de não se prestarem a reparo ou restauro. A pesquisa *in loco* foi inviável. Em face destes problemas, a direção resolveu, no final de 2016 transferir uma parte dos documentos para um outro prédio com melhor infraestrutura, localizado no subsolo do prédio do Programa de Agronomia do CCA/UFPB (Ilustração 4).

Ilustração 4 - Prédio atual do Arquivo do CCA/UFPB¹⁸



Fonte: A autora, 2017.

Esse “novo prédio” apesar de não oferecer uma estrutura física apropriada para um arquivo, encontra-se em melhor condição que o “prédio antigo”. Assim nossa coleta ocorreu apenas com os documentos que estão neste prédio. Na última mudança, os documentos foram colocados de forma aleatória nas estantes e até mesmo no chão, sem nenhum tipo de organização, ou sinalização o que dificultou muito a coleta, sendo necessária uma “arrumação” prévia, para separar os documentos dentro do interstício da pesquisa. Outro agravante da coleta foi o fato de muitos documentos ainda se encontrarem no antigo prédio. Percebe-se que um dia este Arquivo fora organizado cronologicamente, mas com o acúmulo de documentos e sem espaço para armazená-los, além das diversas mudanças de local, e, principalmente a falta de um servidor, Arquivista, destinado a gestão destes documentos, foram danificados ou extraviados.

Nunca foi criado um instrumento de pesquisa para esse Arquivo. Os documentos que lá se encontram estão caoticamente empilhados. Segundo Bellotto (2006) a massa de informações contidas em um arquivo só tem utilidade quando se tem instrumentos de pesquisas que permitam o acesso a elas. Assim resolvemos oferecer como produto final desta pesquisa o Inventário do acervo documental da

¹⁸ O arquivo está localizado apenas no subsolo deste prédio (parte pintada de cinza). No pavimento superior funciona a Pós-Graduação de Agronomia.

Escola de Agronomia do Nordeste.

Para normalização e descrição dos documentos, utilizamos a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), que estabelece diretrizes para a descrição, no Brasil, de documentos arquivísticos, compatíveis com as normas internacionais em vigor: ISAD(G)¹⁹ e ISAAR(CPF)²⁰, tendo por objetivo facilitar o acesso e intercâmbio de informações em âmbito nacional e internacional, fornecendo diretrizes para estruturar a informação a partir de elementos de descrição comuns, partindo do geral para o particular, procurando representar o contexto e a estrutura hierárquica do fundo e suas partes componentes.

Frente às fontes documentais primárias, uma das primeiras iniciativas foi considerar o nível de descrição documental que nortearia o trabalho, tendo em vista os itens norteadores da NOBRADE²¹, optamos por construir o inventário segundo as séries (nível 3), subséries (nível 3,5), dossiês (nível 4) e itens documentais (nível 5), conforme modelo das fichas abaixo:

Quadro 3 - Ficha para o inventário (Série e subsérie)

CÓDIGO DE REF.	
Título	
Data	
Nível de descrição	
Dimensão e suporte	
Conteúdo	
Nota	

Fonte: Adaptado da NOBRADE (2006, p.18).

¹⁹ General International Standard of archival description (NOBRADE, 2006).

²⁰ International Standard Archival Authority Record for corporate bodies e, person and families (NOBRADE, 2006).

²¹ Apresenta seis principais níveis de descrição a saber: acervo da unidade custodiada (nível 0); fundo ou coleção (nível 1); Grupo (nível 2); Série (nível 3) Dossiê/ processo (nível 4) e item documental (nível 5). Admite como níveis intermediários: o acervo da subunidade custodiadora (nível 0,5); a subseção (nível 2,5); e a subsérie (nível 3,5).

Quadro 4 - Ficha para o inventário (Dossiê e item documental)

CÓDIGO DE REF.	
Título	
Data	
Nível de descrição	
Dimensão e suporte	
Conteúdo	
Nota	

Fonte: Adaptado da NOBRADE (2006, p. 18).

A NOBRADE prevê a existência de oito áreas compreendendo 28 elementos de descrição, dos quais, sete são obrigatórios²². Tendo em vista a amplitude do acervo, achamos por bem, resumir a descrição dos documentos inventariados nos setes elementos obrigatórios da NOBRADE. Dois destes elementos, conteúdo e notas, foram adaptados, para que assim pudéssemos descrever em contexto geral, os demais elementos da Norma. Quando necessária alguma anotação específica, por exemplo, da condição de acesso e uso, esta será incluída no campo de “Nota”.

Utilizamos as cores preta, para identificar a ficha da descrição de série e subsérie; e a cinza para identificar ficha de descrição do dossiê e do item documental. O Inventário foi organizado em quatro grandes grupos de documentos relativos às atividades de ADMINISTRAÇÃO, ENSINO, PESQUISA e EXTENSÃO da EAN, seguindo a classificação da “Tabela de Temporalidade de Documento²³”, conforme exemplo abaixo:

GRUPO 1 – ADMINISTRAÇÃO GERAL

SÉRIE – RELATORIOS

SUBSÉRIE – RELATORIOS DE ATIVIDADES

ITEM DOCUMENTAL – RELATÓRIO DE ATIVIDADE DA EAN ANO 1943

Para uma melhor visualização dos grupos, séries e subséries criados no

²² código de referência; título; data(s); nível de descrição; dimensão e suporte; nomes(s) do(s) produtores(s) e condições de acesso (somente para descrições em níveis 0 e 1).

²³ Instrumento de destinação, aprovado por autoridade competente, que determina prazos e condições de guarda tendo em vista a transferência recolhimento, descarte ou eliminação de documentos. Muito utilizada pelos órgãos públicos, na gestão arquivística. (DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 2005).

nosso Inventário, elaborarmos um organograma, que se encontra ao final do inventário no Apêndice B. Esperamos que esta ferramenta venha ajudar o público em geral e os pesquisadores da área, oferecendo-os de forma clara e objetiva a descrição e localização das fontes documentais, facilitando-lhes, assim, o acesso à informação, que é nossa maior missão enquanto bibliotecária.

4 ANÁLISE, DESCRIÇÃO E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

“O passado nunca conhece o seu lugar;
está sempre presente”
(Mário Quintana, 1906-2006)

Reportamo-nos mais uma vez à historiografia para, à luz dos seus postulados, situarmos a importância dos registros documentais, na reconstrução e ressignificação da memória, da história e da identidade das instituições. Assim, apresentamos neste capítulo, os achados de campo. Tomando como referência a nossa proposta de Inventário (Apêndice A), e considerando a variedade, a natureza e a especificidade dos documentos, como também a demarcação dos períodos de evolução da Escola, achamos por bem organizá-los em quatro grandes grupos de documentos. Para isto utilizamos a divisão dada pela Tabela de Temporalidade de Documentos que divide as atribuições das IFES nas seguintes atividades: Administração, Ensino, Pesquisa e Extensão.

4.1 DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS

O conjunto de documentos administrativos, encontrados em nossa coleta de campo, referem-se às atividades relacionadas à administração interna da EAN. Os mesmos foram divididos em séries e subséries que se encontram descritas em nossa Proposta de Inventário (Apêndice A) e que nos permitiram localizar as bases legais que fundamentam a criação, organizam a estrutura e normatizam o funcionamento da Escola. Segue quadro com as principais espécies documentais do “Grupo A” encontradas em nossa coleta.

Quadro 5 - Documentos encontrados no arquivo do CCA (Grupo 1 - Administração)

Espécie Documental	Quantidade
Relatórios	7 dossiês
Livros administrativos	4 livros
Dossiês - patrimônio	14 dossiês
Plantas de construção	17 plantas
Dossiês - orçamento e finanças	2 metros lineares
Ofícios	1 metro linear
Telegramas	15 dossiês
Cartas	46 unidades

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

4.1.1 Fundamentos Legais da EAN

Nascida do desejo de um filho da terra, de restituir a Areia o prestígio perdido²⁴, pela exclusão do município de Areia na rota férrea²⁵ que ligava o litoral ao sertão, e pela falência dos ciclos econômicos que lhe agregaram destaque no século XIX, a Escola de Agronomia do Nordeste dotava o município de um ciclo de oferta do conhecimento, em todos os níveis de ensino, então inexistente no território paraibano. Areia se destaca a partir da implantação da Escola como centro intelectual e cultural segregador dos gêneros, que oferecia escolas públicas em nível primário, para ambos os sexos, porém, separados por turma; escola primária e secundária particular confessional para meninas, escola confessional secundária para meninos e meninas separados por turma e escola superior que ao longo de dez anos de funcionamento só recebeu alunos do sexo masculino. E nos vinte primeiros

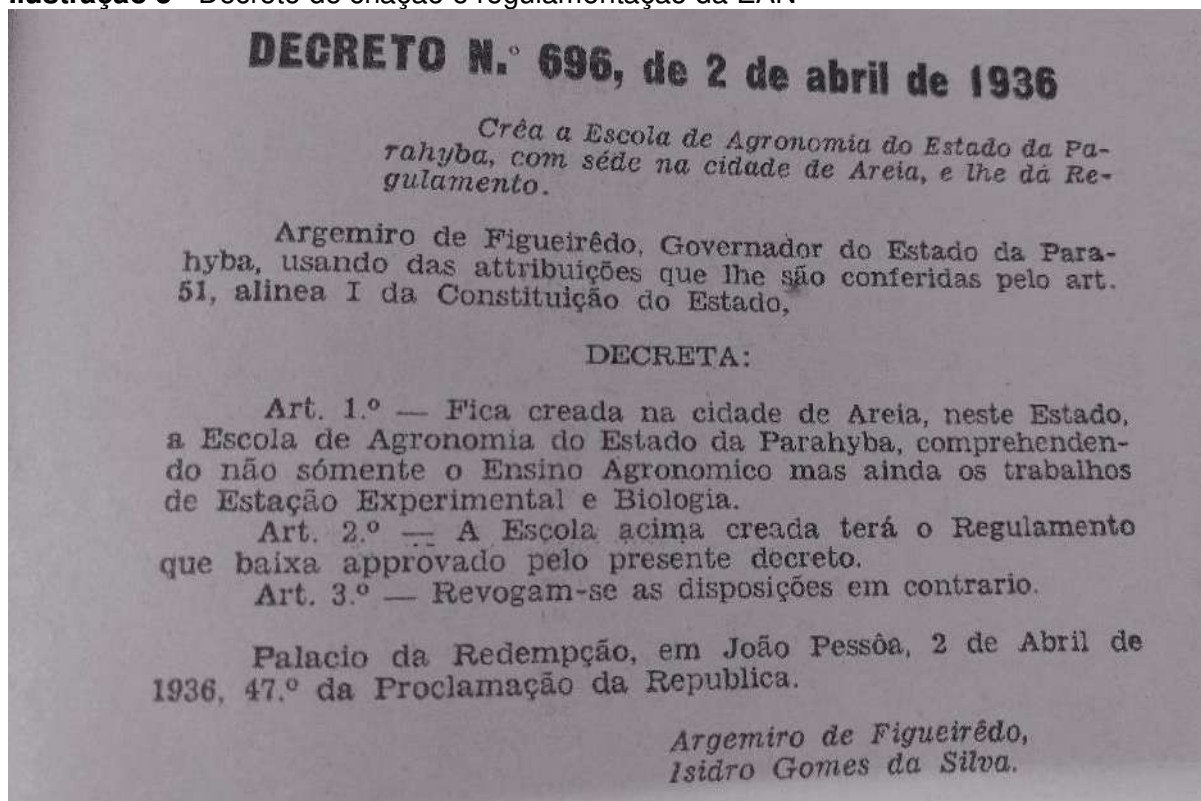
²⁴ Durante o século XIX, Areia destacou-se como polo econômico, sediando a produção aguardenteiro-rapadureira dos engenhos, além de destacar-se na produção do fumo, do algodão e na policultura dos gêneros de subsistência (MELO, 2002, p. 98).

²⁵ Do final do sec. XIX para o XX, o principal benefício da economia paraibana se deu pela implantação do transporte ferroviário. Em João Pessoa o primeiro trem circulou em 1881; Pilar, em 1883; Guarabira, em 1884; Cabedelo, em 1889; Itabaiana e Alagoa Grande, em 1901; Campina Grande, em 1907; Bananeiras, em 1913; Antenor Navarro, em 1923; Sousa e Cajazeiras, em 1926; Pombal, em 1932; Patos, em 1944 e Soledade, em 1958 (MELO, 2002, p. 159-160).

anos de existência a presença feminina no corpo discente e docente do curso de Agronomia, foi residual. O próprio mentor da Escola Superior, José Américo de Almeida, ante a descrença da população sobre o sucesso da EAN, afirmou que: “se a Escola não servisse para outra coisa, serviria para casar as minhas conterrâneas”. Dona Júlia Leal, sua primeira professora, dava-se ao trabalho de enviar anualmente para ele a lista de casamentos realizados²⁶ (TORRES, 1996; CORREIA, 2010).

A Escola de Agronomia do Nordeste, de acordo com Decreto Estadual nº 696, de 02 de fevereiro de 1936 (Ilustração 5), que institui o seu Regulamento publicado no Diário da União, nasceu como um estabelecimento de ensino e pesquisas agrícolas com o fito de “adquirir e disseminar conhecimentos relativos à economia rural em todos os seus graus e modalidades, realizando em conjunto os trabalhos de Estação Experimental e Biologia da Parahyba e Ensino Agrônômico” (PARAÍBA, 1936).

Ilustração 5 - Decreto de criação e regulamentação da EAN



Fonte: Paraíba, 1936.

²⁶ Confinados no internato e só voltando a sua terra natal por ocasião das férias de julho e dezembro, os alunos compensavam-se emocionalmente namorando. Mas de 150 rapazes consorciaram-se com moça areiense e muitos professores também (TORRES, 1996).

Nasceu, portanto, com a múltipla missão de ministrar ensino direto a agricultores e demais interessados; conduzir trabalhos de economia doméstica; prestar auxílio à agricultura com serviços de fomento e de assistência relativos à saúde vegetal e animal; preparar agricultores com conhecimentos necessários à exploração racional do solo; formar administradores rurais, formar técnicos agrícolas, formar engenheiros agrônomos e especializar engenheiros agrônomos. O próprio diretor, em discurso proferido no dia da inauguração, declarou

A Escola que vou dirigir não se limitará a conferir certificados e diplomas aos alunos. Não se preocupará somente com a instrução técnica. Aqui cuidará da formação profissional do homem, integrando-se, além de tudo, no meio para o qual se destina (ARAÚJO, 1986)²⁷

De acordo com o cap. III do seu Regulamento, a EAN tinha como missão promover o acesso ao conhecimento, a pessoas de qualquer grau de instrução, na modalidade teórico-prática e cumpria essa missão de forma valorosa, buscando sempre ajudar os agricultores e procurar soluções para os problemas relacionados a agricultura e ao bem-estar do homem do campo.

Situamos no quadro abaixo, os fundamentos legais que arrolam, desde o crédito para compra do terreno e para a edificação do prédio da EAN, acompanhando a evolução da Escola como instituição experimental, de pesquisa, de extensão e de ensino, sua federalização, sua desvinculação do Ministério da Agricultura, sua alocação ao Ministério da Educação, até a sua incorporação à UFPB, aparato legal sobre o qual se assentam estas memórias e que demonstram a gênese, a evolução e o caso da EAN como instituição isolada de Ensino Superior na Paraíba.

²⁷ Trecho retirado da plaquete Comemorativa do Jubileu de ouro das Ciências Agrárias na Paraíba. 1986. Este Documento encontra-se na Biblioteca do CCA.

Quadro 6 - Leis e Decretos referentes a EAN (1934-1968)

DECRETO	EMENTA	PUBLICADO
Decreto Estadual nº 478, de 12 de janeiro de 1934	Abre crédito especial de setecentos contos de réis (700:000\$000), destinado a construção de Escola de Agricultura no Estado da Paraíba.	Jornal A União
Decreto Estadual nº 696, de 02 de fevereiro de 1936	Cria a Escola de Agronomia do Estado da Parahyba, com sede na cidade de Areia, e lhe dá o Regulamento.	Jornal A União
Decreto 704, de 05 de maio de 1936	Abre crédito de 400:000\$000 (quatrocentos contos de réis) para funcionamento da Escola.	Jornal A União
Decreto nº 5.347, de 6 de março de 1940	Concede fiscalização provisória à Escola de Agronomia do Nordeste.	Diário Oficial da União - Seção 1 - 20/04/1940, Página 6985
Lei nº 1.055, de 16 de janeiro de 1950	Incorpora ao seu patrimônio, mediante acordo, todos os bens que constituem a Escola de Agronomia do Nordeste, situada no município de Areia, no Estado da Paraíba e subordinada à Secretaria de Agricultura, Viação e Obras Públicas daquele Estado, ficando diretamente subordinada ao Diretor Geral do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas do Ministério da Agricultura.	Diário Oficial da União - 23/01/1950 Revogada pelo Decreto-Lei 250, de 28/02/1967
Decreto Estadual nº 461 de 21 de março de 1950	Concede a transferência dos seus bens para o Patrimônio Nacional.	Diário oficial [do] Estado da Paraíba
Lei Estadual nº 1.366, de 02 de dezembro de 1955	Cria a Universidade da Paraíba.	-
Lei nº 3.835, de 13 de dezembro de 1960	Federaliza a Universidade da Paraíba e dá outras providências.	Diário Oficial da União - Seção 1 - 13/12/1960, Página 15869
Decreto nº 60.731, de 19 de maio de 1967	Transfere para o Ministério da Educação e Cultura os órgãos de ensino do Ministério da Agricultura e dá outras providências.	Diário Oficial da União - Seção 1 - 22/05/1967, Página 5543 Coleção de Leis do Brasil - 1967, Página 297, Vol. 4
Decreto nº	Provê sobre a incorporação da Escola de	Diário Oficial da

62.715, de 16 de maio de 1968	Agronomia do Nordeste à Universidade Federal da Paraíba.	União - Seção 1 - 21/05/1968, Página 4065 (Publicação Original) Coleção de Leis do Brasil - 1968, Página 150, Vol. 4
-------------------------------	--	---

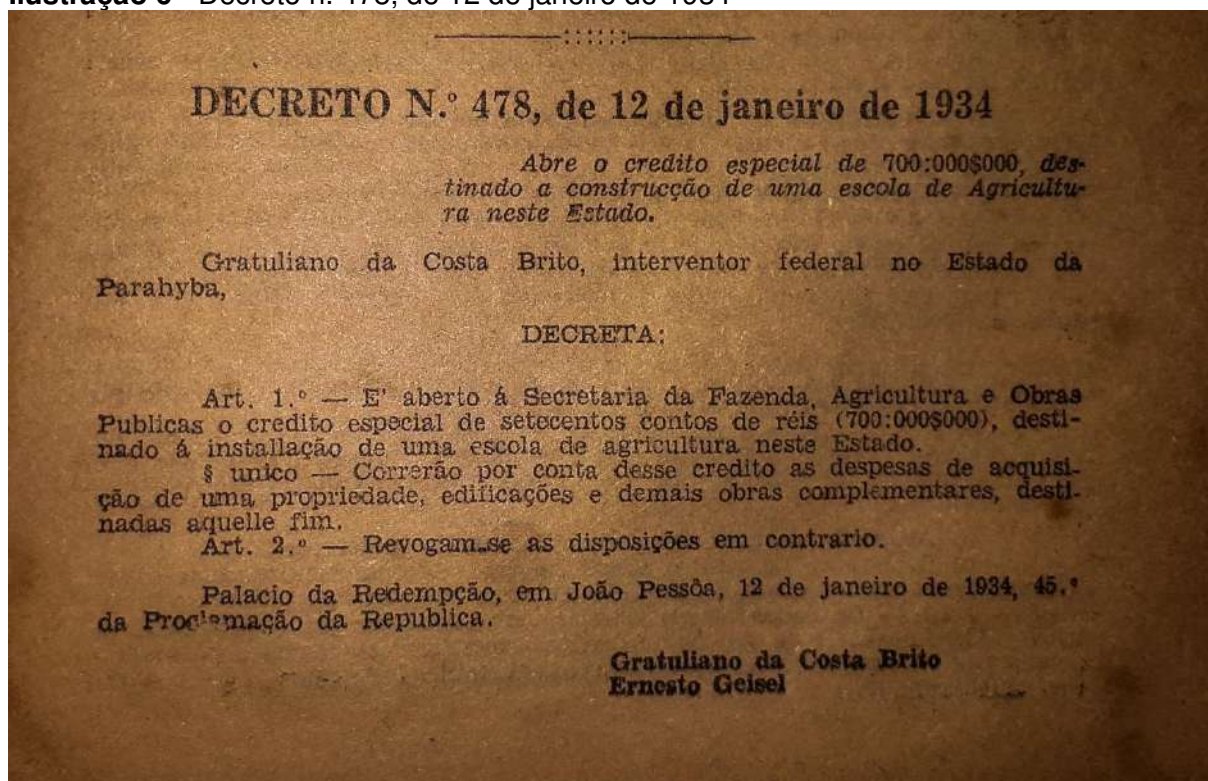
Fontes: Jornal A União; Diário Oficial da União.

Não localizamos nos lugares de memória da EAN, os documentos de fundação da Escola. Toda a documentação legal referenciada neste trabalho, que nos permitiu desvendar a estrutura e o funcionamento da Instituição e conhecer os direitos e deveres dos alunos, professores e funcionários, foi elucidada nos diários e jornais da época, arquivados no Arquivo Histórico da Paraíba, na Fundação Espaço Cultural.

4.1.2 O Projeto Arquitetônico

A construção das instalações da Escola se deu de forma célere. Logo após a visita do presidente, Getúlio Vargas a Areia em setembro de 1933, foram enviados técnicos do Ministério da Agricultura Alfeu Domingues e Navarro de Andrade para os estudos precedentes à implantação da Escola. Em 13 janeiro de 1934 é publicado no Diário Oficial do Estado da Paraíba, o Decreto nº 478 daquele ano (Ilustração 6), abrindo um crédito especial de 700.000\$00 (setecentos contos de réis) a Secretaria da Fazenda, Agricultura e Obras Pública, destinando-se a verba para despesas de aquisição de uma propriedade, edificação e demais obras complementares a construção de uma escola de agricultura neste Estado.

Ilustração 6 - Decreto n. 478, de 12 de janeiro de 1934



Fonte: Paraíba, 1934.

Em 24 de janeiro de 1934, onze dias após publicação do decreto, foi comprada a propriedade do Engenho Várzea por 70:000\$000 (setenta contos de réis) e foram iniciadas as obras. O próprio Governo Estadual por meio do Departamento de Obras Públicas dirigido por Ítalo Joffily, foi o construtor da grande edificação que parece desafiar o tempo. A Escola era chamada no início da sua construção de “Escola da Várzea”, nome herdado do Engenho desapropriado para sua criação. Dois anos depois, em 1936, a Escola começou a funcionar com o nome de “Escola de Agronomia” do Estado da Parahyba, conforme podemos observar na placa de sua inauguração, localizada no hall de entrada do Prédio Central (Ilustração 7). No mesmo ano, passou a ser denominada “Escola de Agronomia do Nordeste”.

Ilustração 7 - Placa de Inauguração da Escola de Agronomia



Fonte: A autora, 2017.

O arranjo arquitetônico da Escola de Agronomia do Nordeste, atendendo as exigências da República Nova, impactou a pequena cidade de Areia por sua monumentalidade. Seguindo os padrões da Diretoria do Ensino Agrônomo, cujas plantas (elaboradas pelo Gabinete do engenheiro da Diretoria Geral de Agricultura sediada no Rio de Janeiro), segundo o Termo de Acordo (celebrado entre os Governos Federal e Estadual e publicado no Diário Oficial da União em 22 de janeiro de 1934), traduziam a competência e o prestígio dos próceres republicanos, entre os quais, destacava-se o areiense José Américo de Almeida, então Ministro da Viação e Obras Públicas do governo Vargas. A arquitetura,

enquanto criação humana inscrita na temporalidade, [...] materializa a cultura das civilizações e, neste sentido, como linguagem articulada ao universo material e simbólico do corpo social, traduziu, através das edificações escolares as intenções de mudança do sentido e dos valores da educação, os anseios de modernização e embelezamento do espaço urbano e o ideal de ordem para alcançar o progresso, ao ensejo dos esforços de reorganização da nação instalados com a República (CORREIA, 2010, p. 143).

Traduzindo o poder da modernidade republicana, mas opostamente, guardando em suas grossas paredes o peso da tradição, as edificações primeiras da EAN, erigidas em terras do antigo Engenho Várzea, têm sua arquitetura harmonizada ao casario histórico da cidade de Areia, tombada pelo Instituto do

Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP) no ano 2005, e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 2006. Com o tombamento, Areia tornou-se a primeira cidade da Paraíba a ter sua área protegida, passando a fazer parte dos conjuntos urbanos a serem legalmente protegidos e preservados para as futuras gerações. Este feito ensejou também o pleito para tombamento das primeiras edificações da EAN, sob os processos 0056/2000 e 0152/2000, atualmente arquivado pelo IPHAEP por falta de documentação complementar.

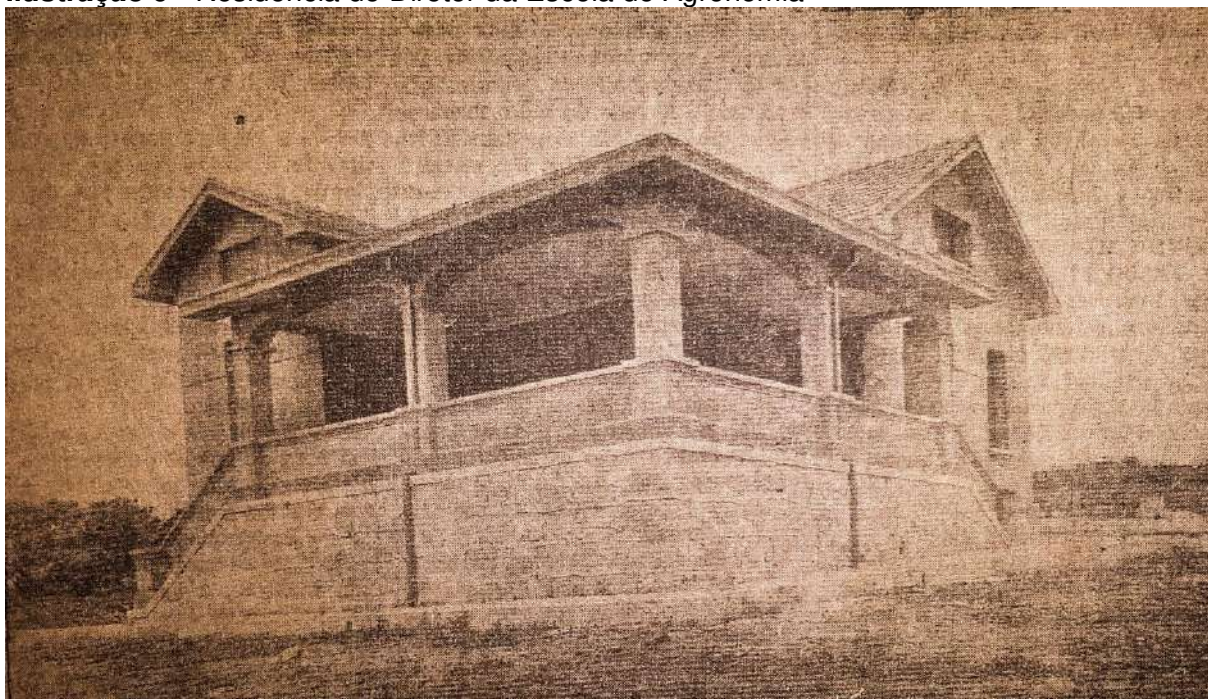
Ilustração 8 - As Primeiras Edificações da EAN



Fonte: Jornal A União, 1936b.

As primeiras edificações da Escola foram: o Pavilhão Central (1); o Pavilhão de Química (2), o prédio (3) não identificado, todos na Ilustração 8 e a Residência do Diretor (Ilustração 9), além das moradias já existentes na antiga propriedade, que foram reconstruídas e ampliadas para servir de residência dos empregados, depósitos de materiais, estábulos e outros.

Ilustração 9 - Residência do Diretor da Escola de Agronomia



Fonte: Jornal A União, 1936b.

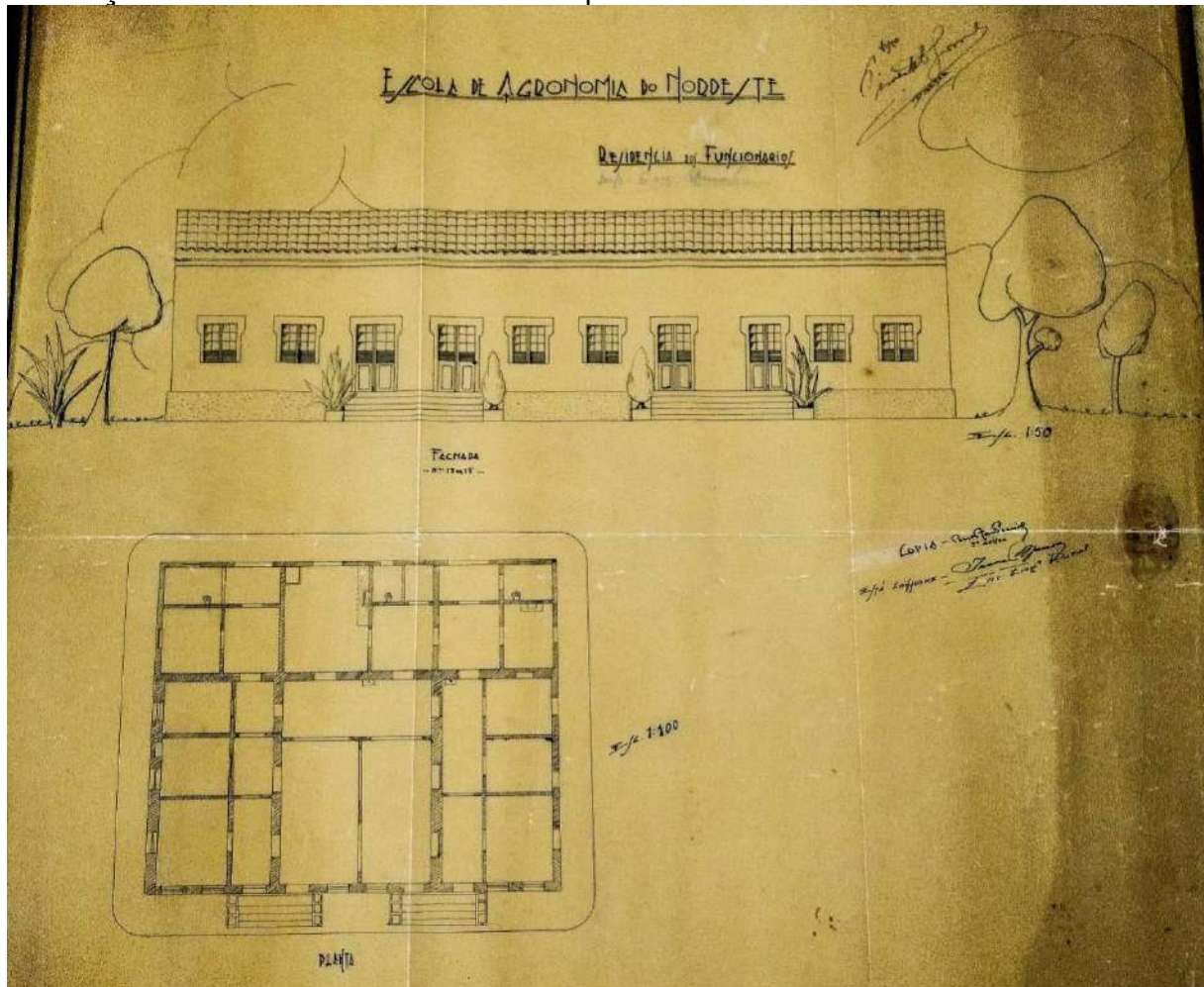
O Ministro da Agricultura, Dr. Odilon Braga, em visita à Escola, no ano de 1937 para conhecer as instalações, deixou suas boas impressões do Estabelecimento de Ensino no “Livro de Autographos da Escola de Agronomia do Estado da Parahyba”²⁸:

O plano de construção e organização da Escola Superior de Agricultura do Nordeste assegura a esse instituto de ensino uma posição privilegiada entre as casas de educação do Norte. A vibração emocional dos alunos ao ouvir esses mestres e os visitantes revela a formação do “espírito” da Escola. O “toque” que lhes fiz satisfez-me plenamente: estão preparados para sentir a beleza da missão a que se devotam e as responsabilidades que assumiram como requerimento de matrícula. Eis uma nova e grande obra ligada à Parahyba pelo Governo instituído para Revolução de 30 e uma confortadora afirmação da cooperação existente entre a União e o Governo parahybano, agora confiado a capacidade construtiva do Gov. Argemiro de Figueiredo. Areia, 31 de agosto de 1937”. Odilon Braga, Ministro da Agricultura (ESCOLA DE AGRONOMIA DO ESTADO DA PARAHYBA, 1936).

²⁸ Livro que contém o registro de impressões escritas de próprio punho, por autoridades, por pessoas destacadas e por coletivos representativos de entidades, que visitavam a instituição. Aberto no dia de sua inauguração, o livro foi alimentado por 50 anos. Encontra-se no Arquivo do CCA/UFPB.

A Residência dos professores foi um dos primeiros prédios construídos na década de 1940 e serviu por muito tempo como moradia para os professores (Ilustração 10) solteiros. Atualmente funciona a Casa de Engenho do Museu do Brejo Paraibano.

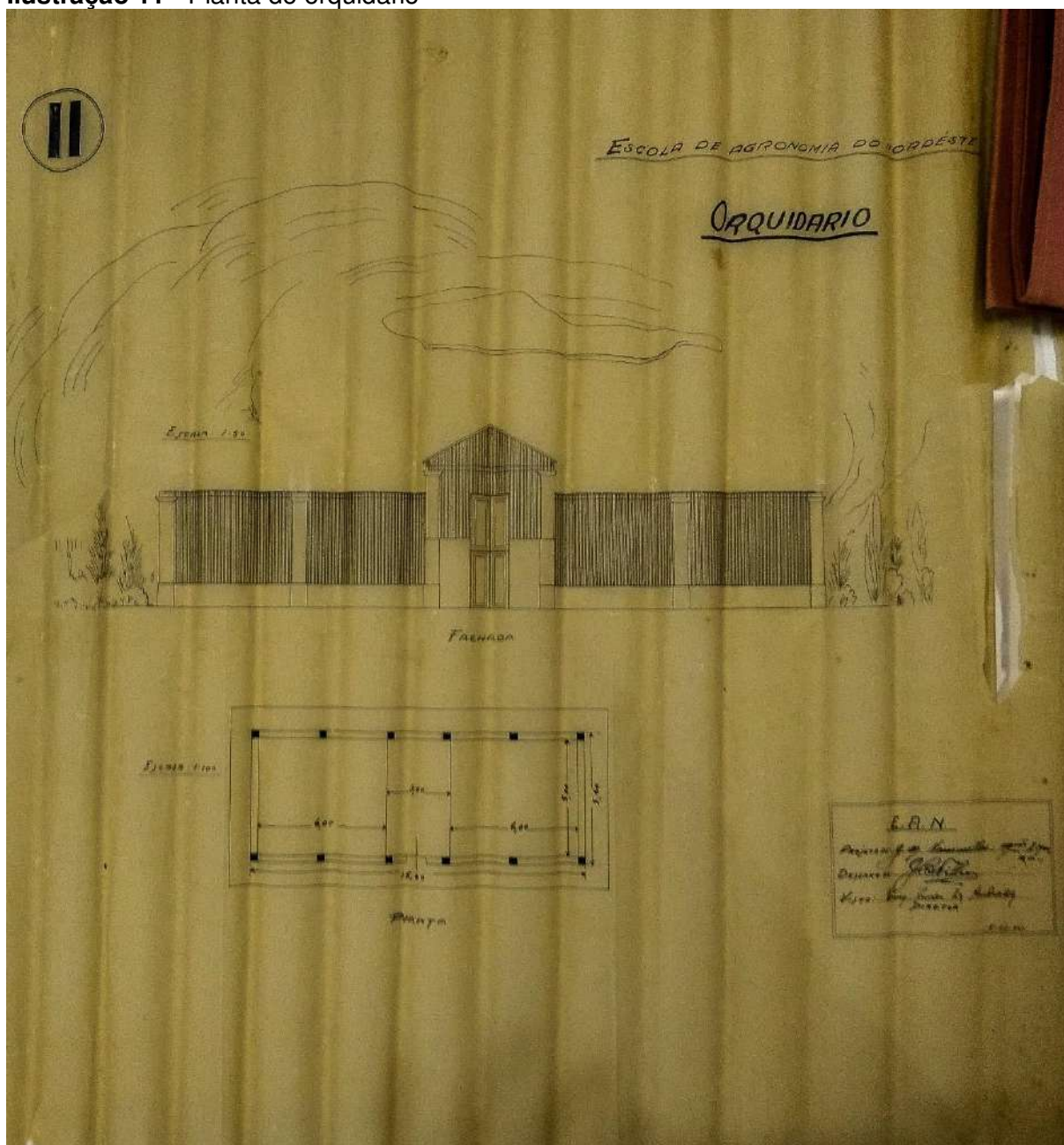
Ilustração 10 - Planta da residência dos professores



Fonte: Arquivo da Direção do CCA/UFPB, 1941.

Outra importante construção da década de 1940 foi o Orquidário (Ilustração 11), projetado pelo professor Jayme Coelho de Moraes Vasconcelos, eminente botânico da Escola, também fundador do Herbário, atualmente identificado com o seu nome. Hoje, o orquidário que leva também seu nome, encontra-se desativado e em ruínas.

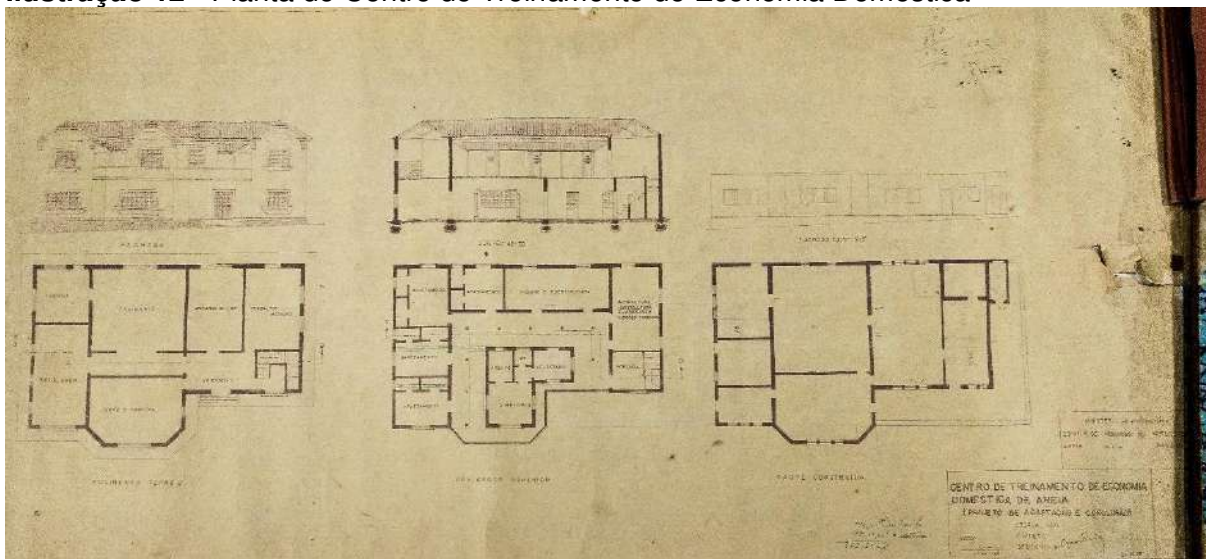
Ilustração 11 - Planta do orquidário



Fonte: Arquivo da Direção do CCA/UFPB, 2018.

Na década de 1950, com a aquisição de verba para o Serviço de Extensão Rural, foi criado um projeto para adaptação e conclusão do prédio onde funcionava o Centro de Treinamento de Economia Doméstica (Ilustração 12), esse projeto buscava ampliar a área deste Setor para melhor atender a comunidade, com alojamento e infraestrutura para ofertar diversos cursos.

Ilustração 12 - Planta do Centro de Treinamento de Economia Doméstica



Fonte: Arquivo da Direção do CCA/UFPB, 2018.

O maior crescimento físico da EAN ocorreu na década de 1960, com a celebração de convênios para ampliação do seu conjunto arquitetônico. Apesar de não havermos encontrado plantas da última década do marco temporal desta pesquisa, os relatórios e os convênios celebrados aludem a esse crescimento. Os principais convênios firmados foram com o Fundo Federal Agropecuário, que liberou verba para manutenção e ampliação do Restaurante, da Vila Acadêmica, de Pavilhões, Alojamentos e Casa de Farinha. Esse fortalecimento da estrutura da Escola possibilitou o aumento das vagas para os alunos e a contratação de funcionários, garantindo sua consolidação.

Atualmente, a direção do CCA/UFPB vem se mostrando preocupada em salvaguardar o patrimônio arquitetônico remanescente da EAN, com o compromisso de manter sua originalidade. Medidas estão sendo tomadas, entre as quais, o projeto de recuperação das residências que compõem a “Vila dos Professores”, composta por sete imóveis, onde residiam os professores casados, com suas famílias. A primeira casa em processo de recuperação, no período desta pesquisa, será a nova sede do Grêmio Estudantil, com previsão para inauguração em maio deste ano. Algumas já foram demolidas ou descaracterizadas. Tombar esses prédios e estudar sua história são medidas de preservação da memória e da identidade da Instituição. Enxergamos aqui, uma vasta área de pesquisa para as áreas de Arquitetura, Edificações, Urbanismo e História.

4.1.3 Estrutura e Funcionamento da EAN

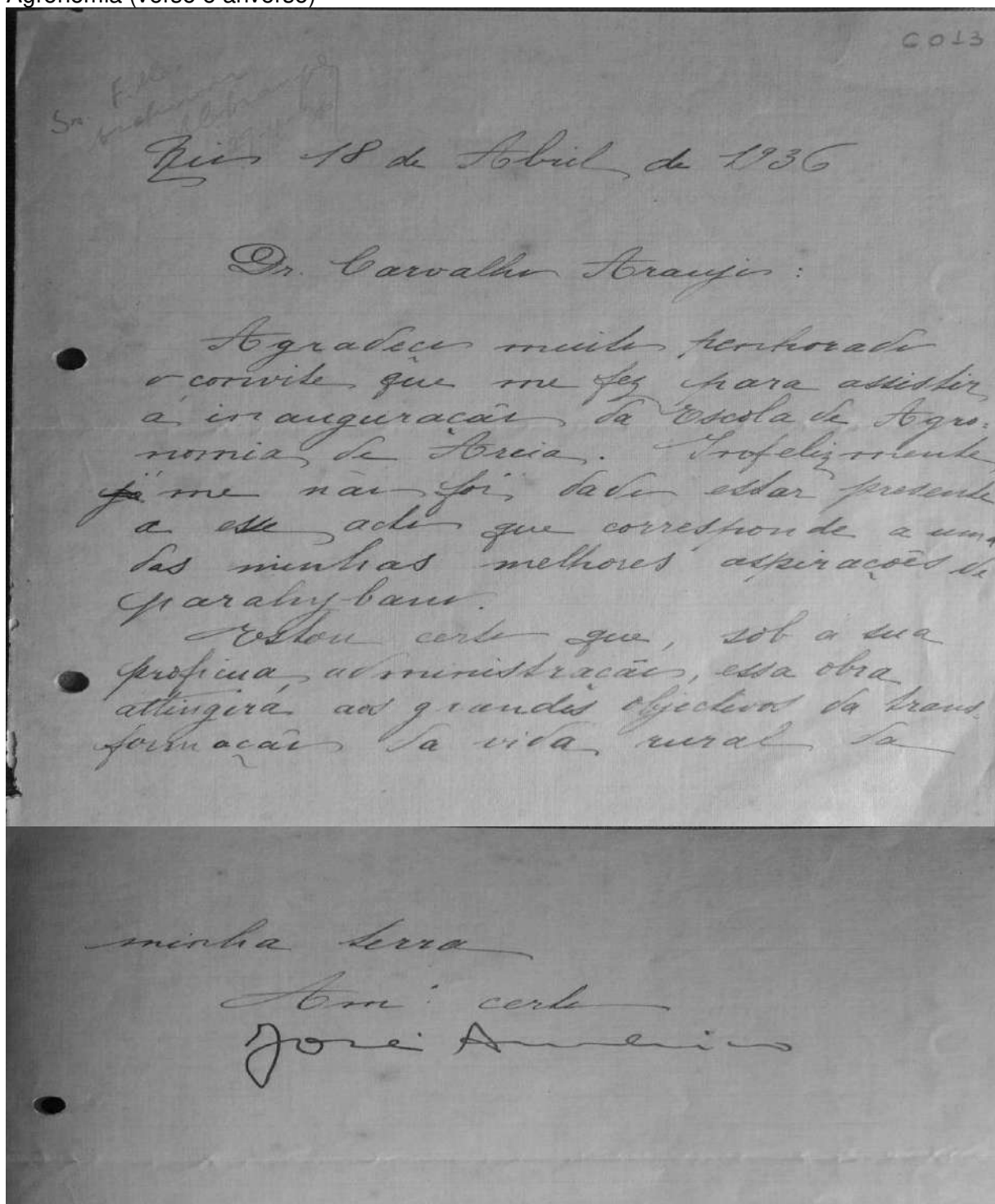
Para iniciar o funcionamento da Escola, o Governo Estadual destinou um crédito de 400:000\$000 (quatrocentos contos de réis), através do Decreto 704, de 05 de maio de 1936. Em agosto do mesmo ano, o Governo Federal repassou a quantia de 3000:000\$000 (trezentos contos de réis) pelo Ministério da Agricultura do Estado, fixando as cotas anuais subsequentes no valor de 250:000\$000 (duzentos e cinquenta contos de réis), através de acordo firmado em 22 de janeiro de 1934. A inauguração da Escola, no dia 15 de abril de 1936, ganhou grande destaque na imprensa da época, o Jornal A União, fez uma matéria sobre a nova Escola que estava sendo inaugurada, detalhando sua infraestrutura e serviços oferecidos, além de informações importantes sobre o funcionamento e os cursos ofertados, como podemos observar no ANEXO C deste trabalho.

No seu primeiro ano de atividade, a Escola recebeu 46 cartas, a maioria endereçada ao Diretor, Luiz Carvalho de Araújo, por pessoas de todos os lugares do Brasil. Filhos de agricultores do interior do Estado encheram-se de esperança com a criação deste estabelecimento. Pleiteavam trabalho, estudo, ou simultaneamente, estudo e trabalho, para custear sua permanência na cidade, já que a Escola não dispunha, ainda, de estrutura física para alojar os alunos.

Essa correspondência ganha relevo por ser a forma ordinária de comunicação da época, como também a mais viável e acessível aos diversos extratos sociais, em um espaço interiorano do Estado da Paraíba, então considerado entre os mais carentes da nação. Imprimimos destaque a este gênero, que se prestou à enunciação dos mais variados conteúdos, desde o discurso filosófico, literário, religioso, amoroso, histórico, político, pessoal, oficial, documental, legal e administrativo, objetivo e subjetivo, aberto ou fechado, de caráter público ou privado. Foi a principal forma de comunicação à distância, desde a invenção da escrita até o final do século XX, quando se deu a popularização da telefonia e do computador.

Em uma das cartas inventariadas, encontramos uma assinada por José Américo de Almeida (Ilustração 13), confirmando a importância agregada à Escola, por cuja criação, se empenhou.

Ilustração 13 - Carta de José Américo ao Dr. Carvalho Araújo, Diretor da Escola de Agronomia (verso e anverso)²⁹



Fonte: Arquivo do CCA/UFPB, 2017.

²⁹ Transcrição da carta: “Agradeço muito penhorado o convite que me fez para assistir a inauguração da Escola de Agronomia de Areia. Infelizmente me não foi dado estar presente a esse acto que corresponde a uma das minhas melhores aspirações de parahybano. Estou certo que, sob a sua profícua administração, essa obra atingirá aos grandes objetivos da transformação da vida rural da minha terra” (sic).

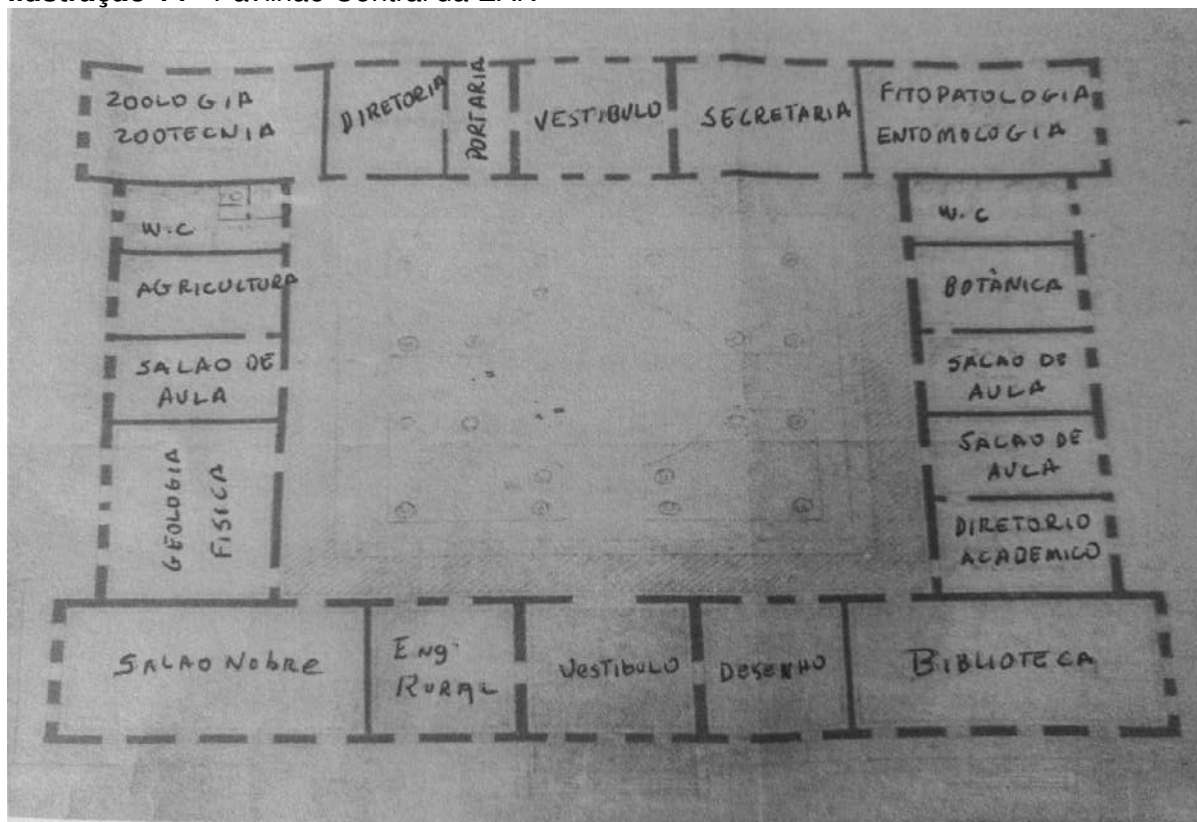
Até 1958, a Escola era iluminada com luz elétrica de seu próprio gerador³⁰, que funcionava das 17 às 22 horas. Daí em diante os professores e alunos trabalhavam à luz de candeeiro ou vela. Com o advento da energia de Paulo Afonso³¹ em 1959, a Escola deu um salto no âmbito das comunicações, com a instalação de um cinema no prédio central, rede telefônica interna e estação de rádio com autofalante.

O prédio principal era composto por quatro grandes pavilhões (Ilustração 14), situados paralelamente dois a dois, unidos entre si, tendo ao centro uma área descoberta, com jardim, circundada por um terraço de 3,40m de largura, onde funcionavam: três salas de aulas, a diretoria, o Salão Nobre, a Secretaria, a Biblioteca, a portaria, o Diretório Acadêmico e os Gabinetes de Botânica; Agricultura; Desenho; Fitopatologia e Entomologia; Zoologia e Zootecnia; Geologia e Física Agrícola; e Engenharia Rural. Contava ainda com dois halls de entrada e dois banheiros, sendo um privativo para senhoras e professores e o outro para os demais usuários.

³⁰ Possuía uma usina elétrica, medindo 90m², aparelhada com um gasogênio, que servia um motor Fair banks Morse de 15 cavalos, o qual acionava um gerador elétrico que a abastecia de luz e força, pois também possuía um poço para abastecimento de água, com motor bomba elétrico para o reservatório.

³¹ No Nordeste os engenheiros e operários da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF) exultavam com o desvio do rio São Francisco o que permitiria o enchimento da barragem Delmiro Gouveia e o funcionamento da primeira máquina da Usina Paulo Afonso, a pioneira na região. Inaugurada em 15 de janeiro de 1955, a Chesf chega a Paraíba no ano seguinte e logo é criada a Companhia de Eletrificação do Brejo (CODEBRO), através da Lei 1660 de 11 de março de 1957, pelo Governador Flavio Ribeiro Coutinho, autorizando a criação de uma distribuidora de energia elétrica para a região do Brejo. A região do Brejo foi a escolhida para iniciar a eletrificação do Estado, por apresentar as condições objetivas para tanto, ou seja, densamente povoada, possuidora de riquezas naturais, e pequena área territorial. Além dessas condições, a mais importante de todas era a promessa da CHESF de instalar uma subestação no município de Areia de onde seria feita a distribuição de energia para as cidades próximas (PAES, 1994).

Ilustração 14 - Pavilhão Central da EAN³²



Fonte: Arquivo da Direção do CCA/UFPB

Inicialmente a Escola era administrada por dois níveis de comando: o núcleo deliberativo, formado por uma congregação composta pelo diretor, secretário e professores, cuja competência era deliberar sobre o ensino e o funcionamento da Escola, à luz dos artigos 97 a 106, do capítulo XV do seu Regulamento (Anexo A), e o núcleo executivo, composto pelo diretor, secretário, contador e bibliotecário³³, cujas competências eram cumprir e fazer cumprir o Regulamento por toda a comunidade acadêmica, contando com o auxílio do porteiro, do apontador, do almoxarife, dos praticantes e dos contínuos. O único Regulamento da EAN, que nos

³² Planta completa encontra-se no Anexo B, deste trabalho.

³³ O Regulamento da EAN em seu art. 107, parágrafo 5º determinava que: “o Bibliotecário deverá ser sempre profissional em Agronomia e manifestar conhecimento prático de inglês, francês, hespanhol, além da literatura agrícola generalizada” (sic). Tinha como função organizar, administrar e zelar a biblioteca da Escola, bem como submeter para aprovação do diretor, listas dos livros a serem comprados e dos jornais e revistas a serem assinados. O cargo de Bibliotecário só foi regulamentado pela Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962, que tornou privativa a designação de profissional bibliotecário para os bacharéis em Biblioteconomia. O primeiro curso de Biblioteconomia do Brasil foi criado 1915, pela Biblioteca Nacional. Atualmente, este curso está agregado à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio).

foi possível acesso, foi o publicado no Decreto nº 696, de 04 de abril de 1936, o mesmo encontra-se dividido em XX capítulos e 154 artigos.

Em 1955, o professor Ruy Barreira Vieira, que era também vigário da Paróquia de Areia, buscando aliar às atividades docentes, sua religião, lançou a pedra fundamental de uma capela³⁴ na propriedade da Escola, em evento de circunstância presidido pelo diretor da EAN, Joaquim Moreira de Melo, ao qual compareceram: o Monsenhor José Coutinho, os bispos Dom Moisés Coelho e Dom Anselmo Pieitrula, representantes do clero paraibano, do corpo docente e discente e dos agricultores locais (TORRES, 1986)³⁵. A Escola acolheu como padroeira, a Virgem do Carmo, nome de origem hebraica que significa “pomar bem cultivado”, “jardim fértil”, “vinha de Deus”; portanto, mais que apropriado para uma Escola cuja missão era capacitar o homem para o melhor aproveitamento da terra.

Esta análise preliminar da estrutura e do funcionamento da EAN em seus primórdios a partir dos Relatórios de Atividades da Escola e do seu primeiro Regulamento, ancorada nos objetivos e funções dos Departamentos, nos leva a vislumbrar a possibilidade da realização de um estudo comparativo com a grade curricular do atual curso oferecido pela UFPB no Campus II ou, até mesmo, com centros de excelência em Agronomia, existentes no Brasil. É possível também a partir da análise do projeto do Curso proceder a um estudo sobre sua adequação à realidade local. Ao estudarmos a iconografia de uma instituição estamos analisando sua história

A EAN possuía na década de 1960, 157 hectares aproximadamente, uma propriedade rural, de nome “Jardim”, localizada a 5,5 km da Escola, adquirida na década de 1950 e possuindo uma área aproximadamente de 99 hectares, perfazendo um total de 256 hectares. Com uma área coberta de 16.290,59 metros quadrados, entre as quais se destacam as residências para o Diretor, professores e servidores, além de alojamento para alunos e diversos prédios e pavilhões como mostra o quadro a seguir:

³⁴ A obra da capela nunca foi realizada. Também não foram localizados registros de comemoração da padroeira na Escola, festejada no dia 16 de julho.

³⁵ Registro que consta na homília de Padre Ruy Vieira, na missa do Jubileu de Ouro da ex-Escola de Agronomia do Nordeste, em 15 de abril de 1986. (Plaquete Comemorativa do 50º aniversário do CCA, organizado por Torres, 1986).

Quadro 7 - Relação de prédios da EAN (1960)

IMÓVEL	ÁREA COBERTA
Residência para o Diretor e professores	3.565,80 m ²
Residência para servidores	1.130,65 m ²
Alojamento para alunos	1.416,20 m ²
Pavilhão Central (onde funcionava a Administração)	2.086,78 m ²
Novo Pavilhão (em construção)	2.384,00 m ²
Pavilhão de Química	432,00 m ²
Pavilhão de Agricultura (em reforma)	606,40 m ²
Pavilhão de Biologia (com adaptação e reforma previstas através da SUDENE para 407,36 m ²)	203,68 m ²
Prédio para Engenharia (adaptado)	453,70 m ²
Galpão para máquinas (recentemente concluído)	530,00 m ²
Prédio para o Diretório Acadêmico	200,00 m ²
Estábulos (com sala de ordenha)	320,00 m ²
Conjunto de pocilgas	172,80 m ²
Conjunto de Aviário (atualmente povoado com 500 aves)	260,30 m ²
Apiário	193,05 m ²
Refeitório com cozinha anexa (concluído em 1966 e aguardando instalação definitiva)	376,80 m ²
Cantina para estudante	36,56 m ²
Prédios para oficinas, garagem e para Seção Elétrica	930,52 m ²
Construções diversas (galpões, abrigos, cocheiras, esterqueira)	991,35 m ²
TOTAL	16.290,59

Fonte: Relatório de atividades da EAN, 1967.

A Escola na década de 1960, de acordo com seu Relatório de Atividades de 1967, tinha seus terrenos distribuídos, conforme quadro a seguir:

Quadro 8 - Distribuição do espaço geográfico da EAN

TERRENO	HACTARES
Matas e parques reflorestados	60 Ha
Terras inclinadas com capoeirões	65 Ha
Lavouras permanentes	35 Ha
Lavouras temporárias	50 Ha
Pastagens naturais e artificiais	40 Ha
Construção em geral, estradas e jardins	6 Ha
TOTAL	256 Ha

Fonte: Relatório de atividades da EAN, 1967.

Tinha como endereço postal “Escola de Agronomia do Nordeste – Areia – Paraíba” e endereço telegráfico “Agriesane – Areia – Paraíba”

A EAN teve como primeiro Diretor o professor Carvalho de Araújo, proveniente da Escola de Agricultura de Viçosa, deixa o cargo em 1938 e é substituído interinamente pelo professor Diniz Xavier de Andrade, até a posse do segundo diretor Sr. Raimundo Pimentel Gomes, agrônomo e jornalista e escritor, natural de Sobral-CE. No período de 1936 a 1968, passaram 12 diretores pela direção da EAN, conforme o Quadro 9, além de outros diretores interinos, que respondiam pela direção até a posse de um novo diretor:

Quadro 9 - Diretores da EAN

ORDEM	DIRETOR	PERÍODO DO MANDATO
1	Prof. Luiz Carvalho Araújo	abril/1936 - agosto/1938
2	Prof. Raymundo Pimentel Gomes	setembro/1938 - janeiro/1941
6	Prof. Antonio Lemos Maia	agosto/1944 - julho/1945
3	Prof. Diniz Xavier de Andrade	janeiro/1941 - maio/1942 novembro/1945 - fevereiro/1946 dezembro/1946 - julho/1947
4	Prof. Joaquim Moreira de Melo	maio/1942 - março/1944

		outubro/1945 - novembro/1945 fevereiro/1946 - dezembro/1946 maio/1951 - junho/1952 outubro/1952 - março/1953 setembro/1953 - julho/1954 outubro/1954 - maio/1955
5	Prof. Laudemiro Leite de Almeida	março/1944 - agosto/1944
7	Prof. José Correia de Vasconcelos	julho/1947 - abril/1948 abril/1962 - janeiro/1966
8	Prof. Abel Barbosa da Silva	abril/1948 - junho/1950
9	Prof. Luiz Carlos de Lyra Neto	junho/1950 - maio/1951 maio/1955 - julho/1958 janeiro/1966 - janeiro/1970
10	Prof. Paulo Maia de Vasconcelos	maio/1951 - maio/1951 julho/1958 - abril/1962
12	Prof. Moysés Guimarães Coêlho	junho/1952 - outubro/1952 março/1953 - setembro/1953

Fonte: Site do CCA/UFPB, 2018.

O último diretor da Escola antes da sua integração à UFPB foi Luiz Carlos de Lyra Neto, que respondeu pela EAN por três períodos: junho de 1950 a abril de 1951; maio de 1955 a julho de 1958 e janeiro de 1966 a janeiro de 1970, sendo o diretor que mais tempo passou respondendo pela EAN (aproximadamente 8 anos).

4.1.3.1 O Corpo Docente

O corpo docente da Escola era constituído por chefes de departamento, professores catedráticos, professores auxiliares, assistentes e encarregados de serviço. **O Catedrático**, nomeado pelo Presidente da República, tinha como funções dirigir, orientar e ensinar a cadeira de sua competência, chefiar departamentos e integrar comissões na Escola, entre outras atribuições descritas no art. 126 do seu Regulamento (Anexo A). **O Auxiliar**, substituto dos catedráticos, de acordo com a

designação do chefe de departamento, precisa combinar com os catedráticos todos os seus serviços. O **Assistente**, tinha como principal atribuição auxiliar no ensino, realizar trabalhos científicos ou de pesquisa, determinado pelo respectivo professor, zela pela ordem dos laboratórios e pela conservação de aparelhos e material. Ao **Encarregado de serviço**, competia a execução e fiscalização direta dos trabalhos, de campo auxiliando os professores no ensino, cuidava dos experimentos, animais e ferramentas de trabalho pertencente a EAN.

Os professores catedráticos e auxiliares tinham carga horária de no mínimo seis horas diárias. Todos os professores, de acordo com os seus cargos, participavam de comissão científica dentro de sua especialidade, organizava os laboratórios, gabinetes e salas de estudo, davam assistência aos alunos nos trabalhos e entregavam anualmente, no início do mês relatórios referentes às suas atividades do ano anterior.

4.1.3.2 Os Departamentos

Conforme seu Relatório de Atividades da Escola, referente ao ano 1943³⁶, a Escola tinha nove Departamentos: Agronomia ou Agricultura, Zootecnia, Silvicultura, Biologia Vegetal, Química e Tecnologia Agrícola, Engenharia Rural e Economia Rural, cada um dos quais era chefiado por um professor catedrático a quem cabia aplicar e prestar contas da verba destinada ao seu Departamento.

No **Departamento de Agricultura** (Ilustração 15), aliadas aos conteúdos curriculares, as atividades práticas eram desenvolvidas em uma área de aproximadamente 43 hectares para cultivo de cana-de-açúcar (5 ha), feijão (4 ha), milho (4 ha), mandioca (3,5 ha), agave (2,5 ha), batata-doce (1 ha) e batatinha (0,2 ha). Através das práticas curriculares pôde a Escola prestar um grande serviço ao brejo paraibano fornecendo aos agricultores sementes de variedades agrícolas resistentes às pragas e moléstias. A cana-de-açúcar produzida era destinada em parte aos Departamentos, principalmente para alimentação dos animais. Os gêneros eram destinados à alimentação dos professores, funcionários e alunos da Escola, e

³⁶ Relatório de Atividade da EAN mais antigo localizado no Arquivo do CCA/UFPB.

ao abastecimento dos mercados da cidade de Areia e das regiões vizinhas.

Ilustração 15 - Vista parcial do Departamento de Agricultura



Fonte: Escola de Agronomia de Areia, 195-.

O **Departamento de Zootecnia** oferecia o Serviço de Experimento e Fomento Animal que era subdividido em cinco seções (Bovinocultura, Equinocultura, Suinocultura, Avicultura e Agrostologia³⁷); o Serviço de Veterinária realizava consultas aos animais da região e pequenas cirurgias; e o Serviço de Selaria. Este último, criado em 1943, desenvolvia trabalhos, como consertos em sela, selins, cabrestos e arreios; confecção de cilhas³⁸, arreios, cabrestos, coalheiras³⁹, loros⁴⁰, correias, sogas⁴¹, cangas⁴² e freios, atendendo as necessidades dos Departamentos

³⁷ Parte da botânica que estuda a família das gramíneas (HOUAISS, 2009).

³⁸ Correia que cinge pelo ventre a cavalgadura para segurar albarda ou sela (BERETTA, 1988).

³⁹ Arreamento em geral de couro, com enchimento de palha, volumosa e reforçada, colocada em volta do pescoço do animal (burro, cavalo) (BERETTA, 1988).

⁴⁰ Correia dupla, afivelada à sela ou ao selin, e usado para sustentar o estribo (HOUAISS, 2009).

⁴¹ Corda de fibra, crina ou tira de couro comprida com que se ata o cavalo a um pau de arrasto, estaca, para mantê-lo preso enquanto pasta (HOUAISS, 2009).

⁴² Peças de madeira colocadas sobre o pescoço dos animais, para uni-los, com a finalidade de puxar o carro de boi (BERETTA, 1988).

da própria Escola.

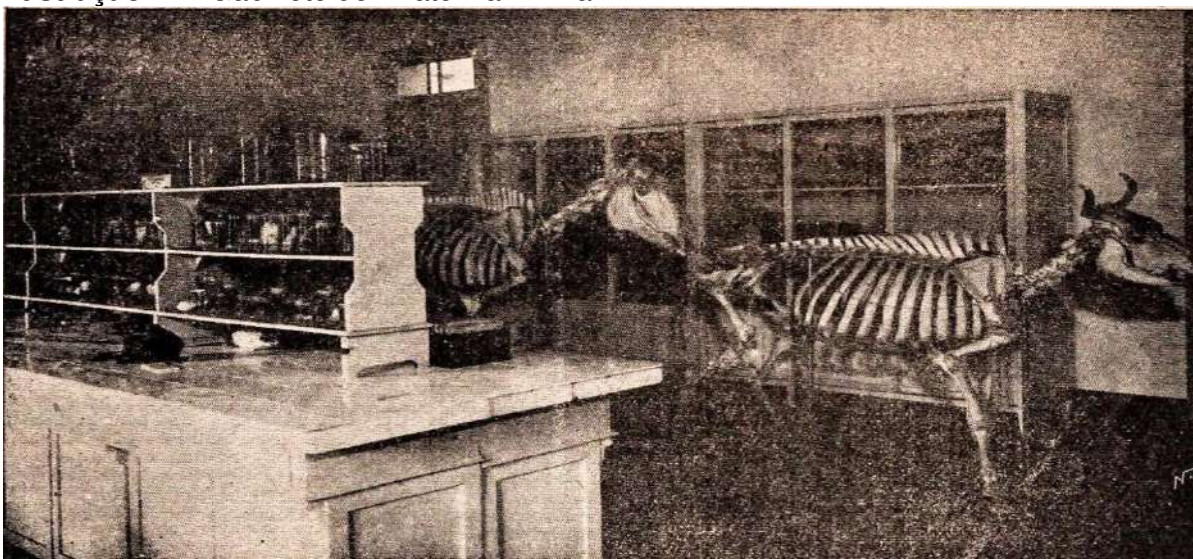
Na Ilustração 16 podemos observar uma das atividades desenvolvidas por este departamento, a pastagem artificial para bovinos, além de contar com um Gabinete de Anatomia Animal (Ilustração 17).

Ilustração 16 - Rebanho em pastagem artificial



Fonte: Escola de Agronomia de Areia, 195-.

Ilustração 17 - Gabinete de Anatomia Animal

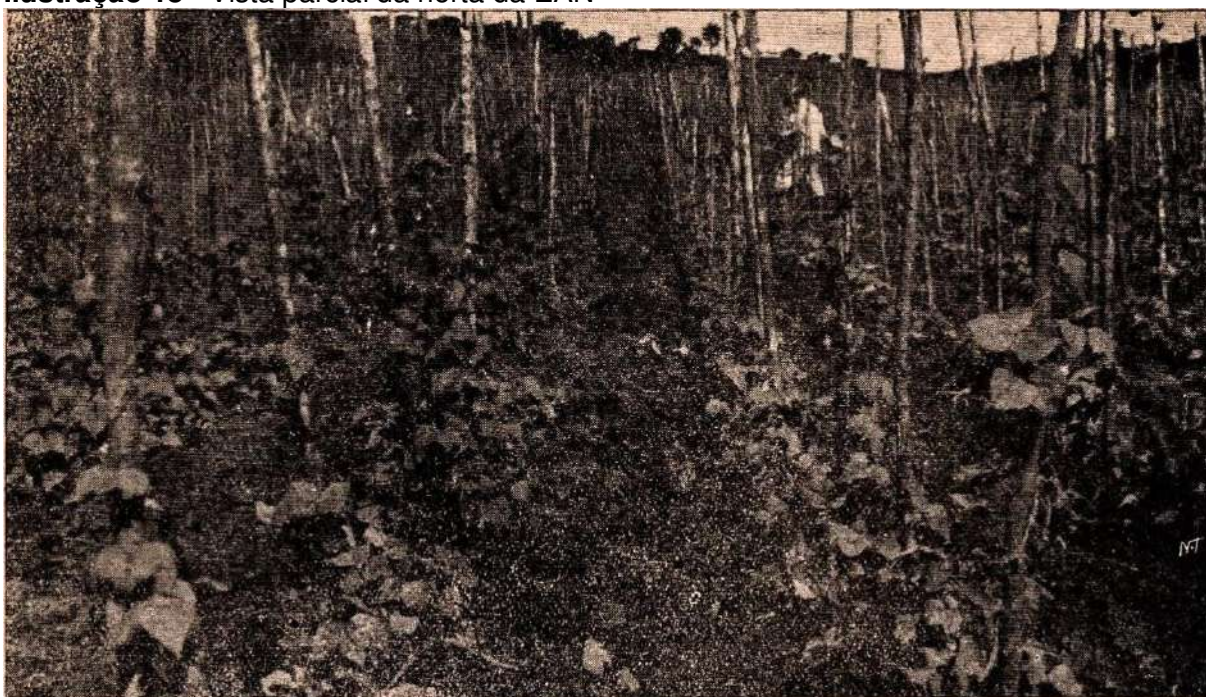


Fonte: Escola de Agronomia de Areia, 195-.

○ **Departamento de Horticultura**, desmembrado nas seções de

Olericultura⁴³ e Fruticultura, possuía uma das melhores e mais bem orientadas hortas do Estado (Ilustração 18), de acordo com o agrônomo Honorato de Freitas do Ministério da Agricultura em visita à Escola no ano de 1943. Destacam-se ainda na seção de Fruticultura, de acordo com Relatório de Atividade da EAN de 1943, múltiplas variedades de frutas locais como abacate, abacaxi, laranja, uva e banana, ao lado de um “pomar coleção” de frutas europeias. Para todas as espécies havia operações de poda, capina, adubação e tratamento contra moléstias e pragas. O serviço hortifrutigranjeiro da Escola serviu amplamente à comunidade por meio de distribuição de sementes, mudas e cavalos⁴⁴ das diversas espécies cultivadas.

Ilustração 18 - Vista parcial da horta da EAN



Fonte: Escola de Agronomia de Areia, 195-.

O **Departamento de Silvicultura**, subdividido nas seções de Silvicultura e Ornamentação, apesar de não contar com instalações adequadas para as sementeiras e viveiros, buscava fomentar o reflorestamento na zona do brejo paraibano, alertando os agricultores através de cartas circulares, sobre a importância da preservação das matas.

⁴³ Cultivo de legumes (HOUAISS, 2009).

⁴⁴ Planta, arbusto ou árvore em que se faz enxerto (HOUAISS, 2009).

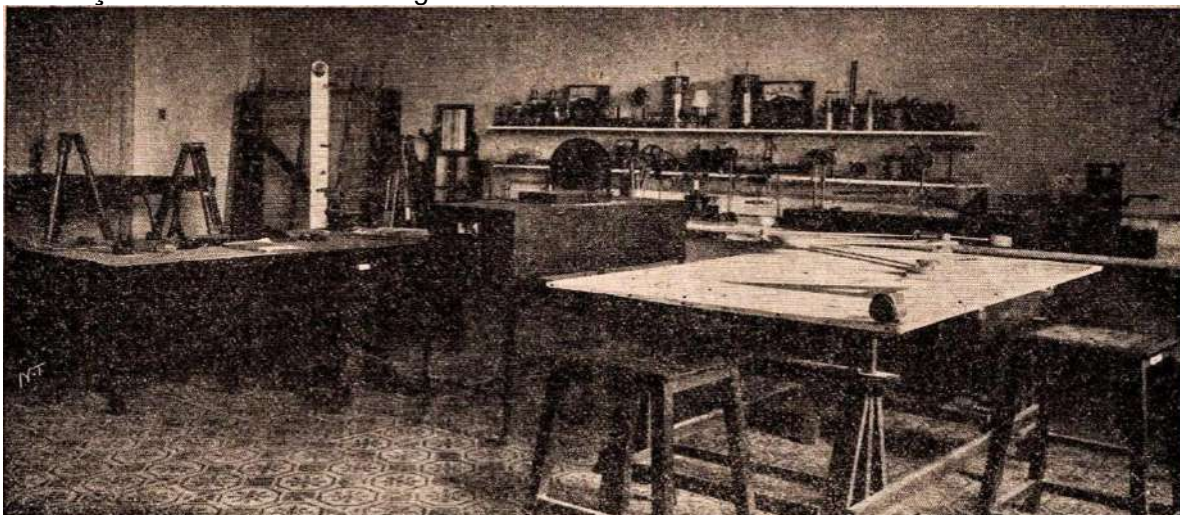
Conforme Relatório de Atividades da EAN de 1943, a produção da Seção de Silvicultura totalizou 3.644 mudas das seguintes espécies: eucalyptus (4 variedades), Camuzé, Angico, Nêspar, Sabiá e Cedro. No próprio terreno da EAN, foram plantados no ano de 1943: 442 Cedros, 27 Aroeiras, 10 Camuzés, 97 *Eucalyptus Tereticornis* e 78 *Eucalyptus resinífera*; sendo projetado para o próximo inverno o plantio de mais de 2.500 espécies de árvores. Em articulação com o Departamento de Zootecnia foram fincadas mudas de 136 essências florestais como cerca viva. Ciente da importância das florestas marginais como proteção às nascentes, a diretoria do Departamento de Silvicultura buscou entendimentos com o diretor de Saneamento de Campina Grande visando o reflorestamento do entorno do manancial de Vaca Brava, para cuja tarefa já contava com as sementeiras prontas.

À luz do mesmo Relatório, a seção de Ornamentação, arborizou do trecho da estrada que dá acesso a Campina Grande dentro dos terrenos da Escola, empregando a espécie Flamboyant. A Escola dispunha de um viveiro de plantas ornamentais para enfeitar seus próprios jardins e destinadas à venda. Foram enviadas mudas de jardinagem para o Serviço de Saneamento de Campina Grande. Estas ações departamentais, realizadas na década de 1940, são perfeitamente cabíveis na atualidade, quando o município de Areia apresenta a maior área de vegetação nativa devastada no Estado da Paraíba, na última década⁴⁵ (CORREIA, 2016).

O **Departamento de Engenharia Rural** era constituído de 4 seções, Gabinete de Engenharia Rural (Ilustração 19): Construções, Pintura, Carpintaria e Ferraria todas destinadas a realizar serviços e reparos nos bens móveis e imóveis da Escola, com extensa lista de serviços constantes às páginas 17 a 24 do Relatório de Atividades da EAN de 1943, indicativo de que a EAN, em seus primórdios, era uma instituição autossustentável, pois, ao capacitar seus alunos, consertava, aperfeiçoava e ampliava seu próprio patrimônio.

⁴⁵ Informações sobre o desmatamento no município de Areia na atualidade, podem ser encontradas no trabalho de: CORREIA, Maria Ivete Martins. A transformação paisagística do município de Areia: elementos para um debate. **Conceitos**, João Pessoa: ADUFPB, n. 24, v. 2, p. dez. 2016.

Ilustração 19 - Gabinete de Engenharia Rural



Fonte: Escola de Agronomia de Areia, 195-.

Dividido nas seções de Fitopatologia (Ilustração 20), Entomologia (Ilustração 21) e Botânica, o **Departamento de Biologia Vegetal** atendia as demandas dos demais departamentos e dos agricultores. Na Fitopatologia, contava, no ano de 1943, com 80 cafeeiros sadios, de 3 anos de idade, e 800 para serem distribuídos com os agricultores no ano seguinte. Na Entomologia, a principal missão era o combate às pragas que infestavam os cultivos do brejo paraibano e a assistência aos agricultores locais. Já a seção de Botânica tinha como principal objetivo cultivar o Jardim Botânico da Escola, e ampliar o estudo das espécies da flora da região, para figurarem em trabalho a ser publicado pela Escola.

Ilustração 20 - Gabinete de Fitopatologia



Fonte: Escola de Agronomia de Areia, 195-.

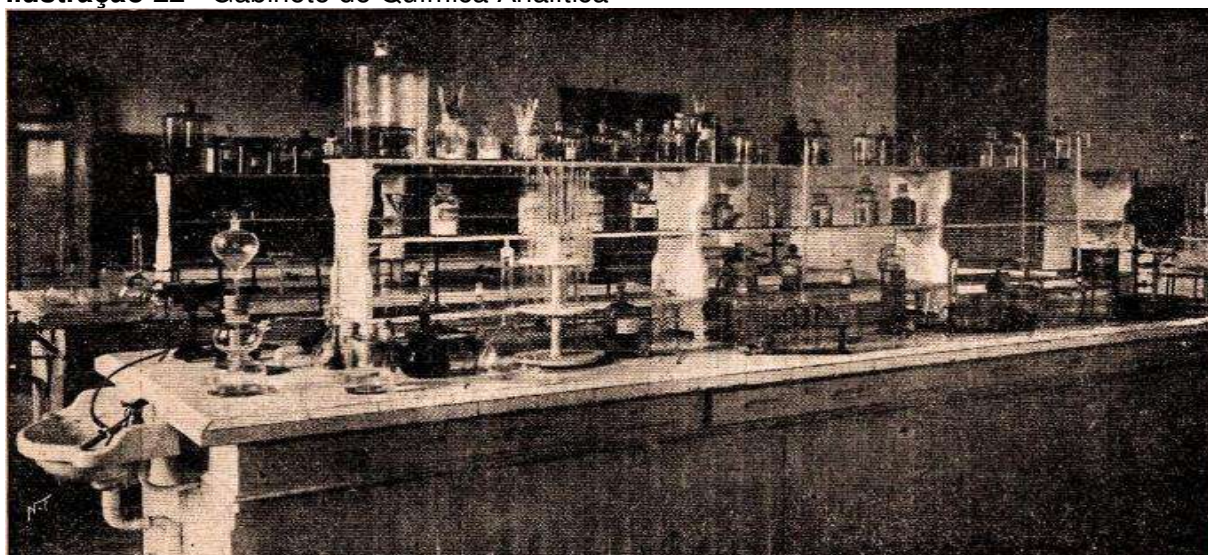
Ilustração 21 - Gabinete de Entomologia



Fonte: Escola de Agronomia de Areia, 195-.

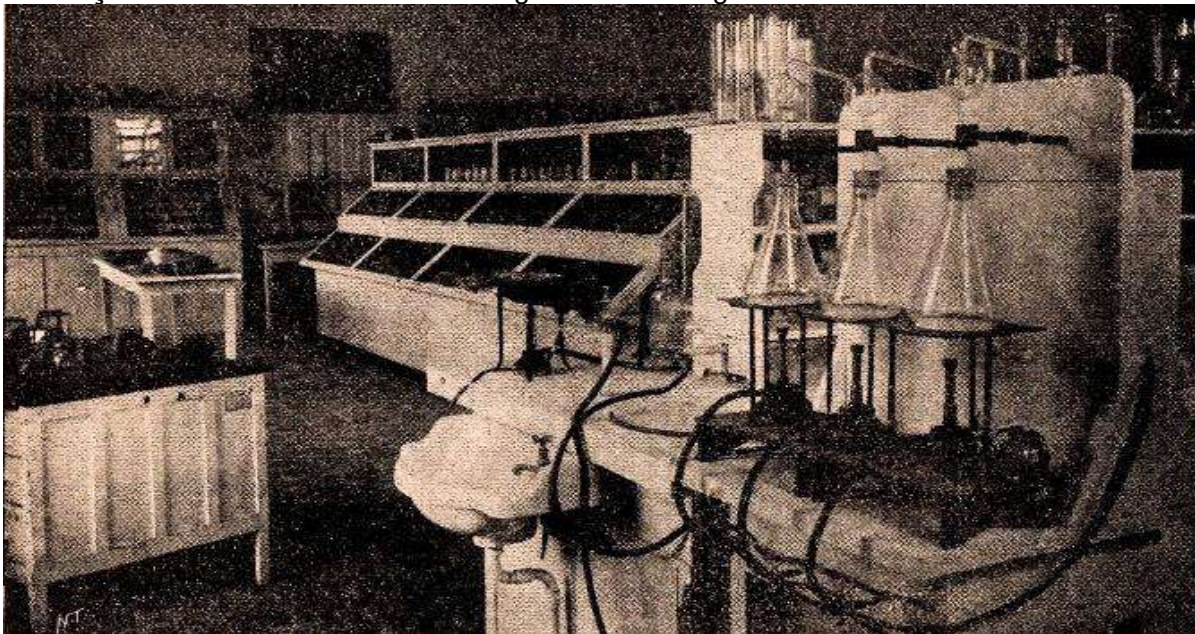
O **Departamento de Química e Tecnologia** possui dois Gabinetes, conforme as Ilustrações 22 e 23 que atendia as consultas de análise de terras oriundas da região e, principalmente, do Departamento de Produção Agrícola do governo do Estado da Paraíba.

Ilustração 22 - Gabinete de Química Analítica



Fonte: Escola de Agronomia de Areia, 195-.

Ilustração 23 - Gabinete de Química Agrícola e Geologia

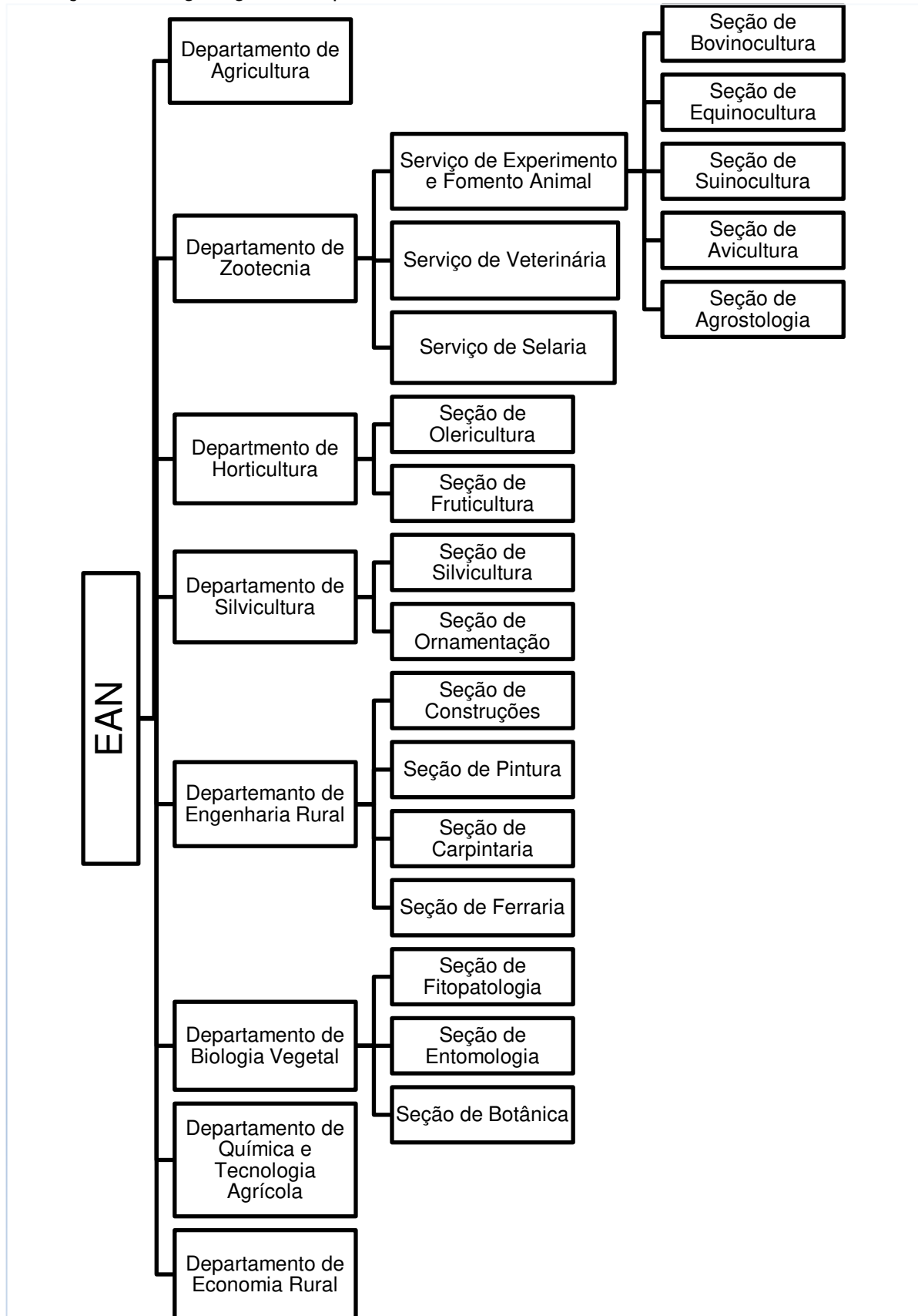


Fonte: Escola de Agronomia de Areia, 195-.

Fechando o relato sobre os Departamentos que constam no organograma da EAN (Ilustração 24), à luz do seu Relatório de Atividades de 1943, descrevemos as funções do **Departamento de Economia Rural**, circunscritas, então, às aulas didáticas, aos estudos teóricos e à elaboração de artigos publicados pela imprensa.

As disciplinas teóricas agregadas aos Departamentos bem como as práticas delas decorrentes, tiveram a participação direta dos alunos, nos dois cursos então oferecidos pela Escola (Curso Médio em Agricultura e Curso Superior em Agronomia), sendo uma das exigências o cumprimento de estágio de trinta dias em cada um dos Departamentos: Agricultura, Zootecnia, Horticultura, Silvicultura e Biologia Vegetal. Os laboratórios e gabinetes eram bem aparelhados. Sua organização era moldada nas exigências da Escola Nacional de Agronomia, do Governo Federal, estabelecimento padrão no Brasil.

Ilustração 24 - Organograma Departamentos da EAN - 1943



Fontes: Relatórios de Atividades da EAN, 1943 e 1944.

A estrutura que acabamos de apresentar sofreu algumas alterações aprovadas pela Congregação em 1966, que resultaram na formatação do curso em duas grandes divisões: Divisão de Administração (sob direção do vice-diretor) e Divisão Técnica, à qual ficaram agregados os Departamentos de Zootecnia, Fitotecnia, Química, Biologia e Sanidade Vegetal, Engenharia Rural, Ciências Sociais. Foram extintos como unidades autônomas: os Departamentos de Agricultura, Horticultura, Silvicultura e Economia Rural, sendo acrescentados os de Fitotecnia e Ciências Sociais.

4.2 ATIVIDADES DE ENSINO

O conjunto referente às atividades de Ensino, desdobra-se em três séries: Documentos do Centro Colegial Agrícola, Documentos do Curso Superior em Agronomia e Documentos do Diretório Acadêmico, que foram divididos em subséries, como mostra a Proposta de Inventário (Apêndice A) e que nos ajudaram a relacionar as disciplinas ministradas nos respectivos cursos, apreender a dinâmica teórico-prática dos currículos e presumir a participação política estudantil.

Dos quatro grupos de documentos inventariados, o mais volumoso refere-se às atividades de Ensino. Foram encontrados documentos do primeiro até o último ano dos Cursos Técnico Agrícola e Superior em Agronomia, tais como as cadernetas de aula, os livros de registros de aulas, os livros de ata de exames finais, dossiês dos alunos que solicitaram transferência, desistiram ou por outro motivo não terminaram o curso e os dossiês dos alunos concluintes.

Integram a série Ensino do Inventário, os documentos referidos no quadro a seguir, em suas respectivas quantidades.

Quadro10 - Documentos encontrados no arquivo do CCA (Grupo 2 - Ensino)

Documento	Quantidade
Dossiês de alunos concluintes ⁴⁶	260 dossiês
Dossiês de alunos concluintes do Curso Técnico Agrícola	155 dossiês
Dossiês de alunos não concluintes	8 metros lineares
Ata de provas	12 livros
Registro de aulas	28 livros
Caderneta de professor	196 cadernetas
Dossiê de prestação de Bolsa de Estudo	9 dossiês
Diretório Acadêmico	1 dossiê

Fonte: Dados da pesquisa, coletados no Arquivo da EAN, 2017.

4.2.1 Cursos Oferecidos pela EAN

Os principais cursos oferecidos pela EAN eram breves, como, a “Semana de Fazendeiro” e de “Fazendeiras”, e os cursos regulares nos níveis: fundamental, com duração de um ano; médio, com duração de três anos; superior, com duração de quatro anos e oferecer especialização com duração de dois anos, conforme o quadro a seguir.

⁴⁶ Pressupomos a existência de mais dossiês no antigo prédio do Arquivo, ao qual não conseguimos acesso em razão das condições de insalubridade e da inexistência de apoio em termos de recursos humanos (funcionários ou estagiários) para suporte à coleta e organização dos dados da pesquisa empírica.

Quadro 11 - Cursos oferecidos pela EAN

CURSO	PUBLICO ALVO	DURAÇÃO	FORMAÇÃO
Fundamental	Agricultores com nível primário incompleto	1 ano	Administrador Rural
Médio	Alunos com nível primário completo	3 anos	Técnicos Agrícolas
Superior	Alunos com 2º grau completo	4 anos	Engenheiros Agrônomos
Especialização	Alunos com ensino superior completo	2 anos	Especialista em Agronomia

Fonte: Paraíba 1936.

Antes da inauguração da Escola e antes da instalação do Curso Superior, já foram implantados os Cursos Fundamental e Médio em Agricultura. O **Curso Fundamental**, do qual não encontramos registros no Arquivo, foi ministrado de 1936 a 1938 (TORRES; 1996). Outros trabalhos⁴⁷ fazem referência à existência deste curso de caráter prático elementar, que formava administradores rurais, a partir da grade curricular que se segue.

Quadro 12 - Grade Curricular do Curso Fundamental

OBRIGATORIAS	Agronomia Zootecnia Horticultura Pomicultura Silvicultura Mecânica Agrícola Extinção da saúva Noções de higiene, de economia, contabilidade e oficinas rurais.
---------------------	---

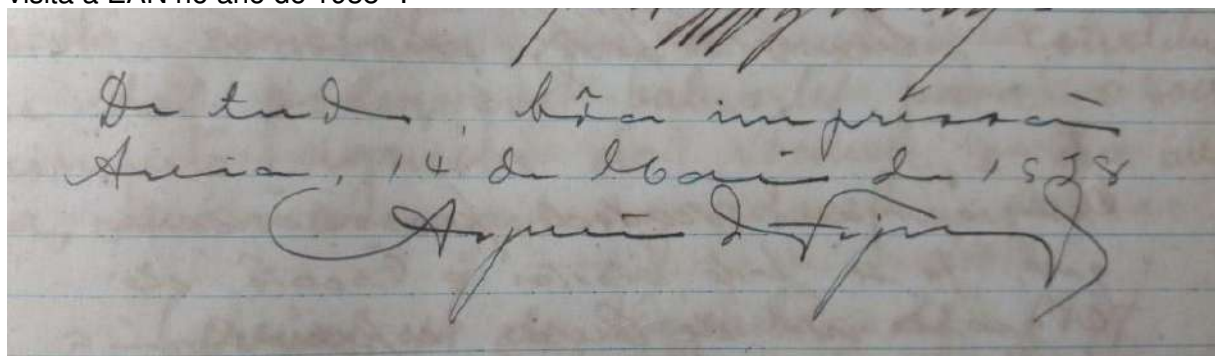
⁴⁷ Doutor Carvalho de Araújo, primeiro diretor da EAN, em discurso proferido na solenidade dos 50 anos da Escola, refere-se à criação de três cursos: o Fundamental, o Técnico e o Superior. Também nesta mesma obra, em uma palestra proferida por outro aluno é mencionada a existência do Curso Fundamental (Tancredo, 1986). No site do CCA/UFPB, também é mencionada a existência do Curso Fundamental.

OPTATIVAS⁴⁸	Português
	Aritmética
	História do Brasil
	Geografia
	Desenho geométrico

Fonte: Paraíba, 1936.

O Curso Médio diplomou, no ano 1937, sua primeira turma com 14 Técnicos Agrícolas, paraninfada pelo interventor Argemiro de Figueiredo, que por motivo superior não compareceu à solenidade, sendo representado pelo Diretor da EAN, Luiz Carvalho de Araújo. Argemiro só veio visitar a Escola um ano depois da primeira diplomação de nível técnico, em 14 de maio de 1938, deixando registrada, no Livro de Autographos da Escola, uma sumária frase, conforme Ilustração 25:

Ilustração 25 - Autógrafo de Argemiro de Figueiredo, então governador da Paraíba em visita a EAN no ano de 1938⁴⁹.



Fonte: Escola de Agronomia do Estado da Parahyba, 1936.

O Curso Médio seria pejorativamente chamado de “capa-gato” em relação ao Curso Superior, que formava “doutores”. Em 1949, foi denominado Curso Agrotécnico (Lei Orgânica do Ensino Agrícola, Decreto-Lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946), com equivalência aos demais cursos de segundo grau, possibilitando o ingresso no ensino superior por meio de exame vestibular, em 1963 passou a ser denominado de Colegial Agrícola, compreendendo a seguinte grade curricular:

⁴⁸ As disciplinas optativas seriam administradas apenas a alunos que necessitassem dos conteúdos a elas referentes.

⁴⁹ Transcrição da Ilustração 25: “De tudo, boa impressão. Areia, 14 de maio de 1938. Argemiro de Figueiredo”.

Quadro 13 - Grade Curricular do Curso Colegial Agrícola

CULTURA GERAL	Português Matemática Biologia Química Física
CULTURA TÉCNICA	Agricultura Geral Máquinas e motores agrícolas Culturas Regionais Pomi-Horti-Silvicultura Noções de Zootecnia (criação, reprodução, e alimentação dos animais domésticos) Desenho técnico e Instalações Rurais Noções de topografia, Irrigação e Drenagem Industriais Rurais e Conservação de Produtos Agropecuários Noções de Economia e Administração Rural Noções de Sociologia e Extensão Rural
PRÁTICAS EDUCATIVAS	Práticas de Higiene, Enfermagem e Socorros de Urgência Práticas de Higiene e Veterinária Práticas de Fitossanidade Educação Física Educação Doméstica Oficinas Educação Cívica

Fonte: Relatório de Atividades da EAN, 1967.

Com duração inicial de um biênio, logo ampliada para três anos, o Curso Médio ofertava suas disciplinas em três séries conforme quadro abaixo:

Quadro 14 - Distribuição das disciplinas do Curso Colegial Agrícola por série

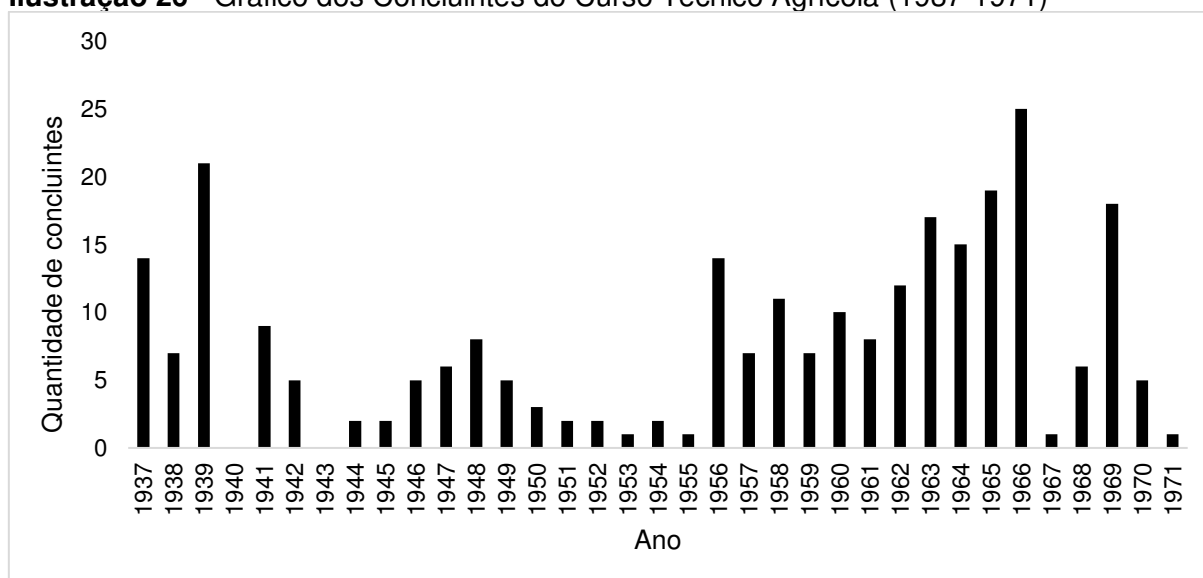
SÉRIE	DISCIPLINA
1ª série	Português Matemática Química História Natural (Botânica) Física Agricultura Geral Noções de Horticultura Desenho Técnico de Instalações Noções de Topografia, Irrigação e Drenagem Prática de Higiene, Enfermagem e Socorros de Urgência
2ª série	Português Matemática Química Física História Natural (Zoologia) Máquinas e Motores Agrícolas Culturas Regionais Zootecnia (Raças, Criação e Reprodução de Animais Domésticos) Desenho Técnico e de Instalações Rurais Noções de Pomicultura Práticas de Fitossanidade
3ª série	Português Matemática Química Física Biologia Culturas Regionais Preparação de Produtos Vegetais Higiene Rural Desenho Técnico Noções de Economia rural Trabalhos Agropecuários: - Culturas regionais - Preparo de produtos vegetais - Economia e administração rural - Defesa Sanitária

Fonte: Relatório de Atividades da EAN, 1967.

Em todas as séries os alunos eram obrigados a práticas de atividades físicas, de acordo com a idade e o sexo. Também eram disponibilizadas oficinas em conjunto com as disciplinas ofertadas, que seriam realizadas de acordo com as condições físicas e o sexo. As alunas, ficavam restritas a participar das oficinas em Economia Doméstica. As oficinas ofertadas pelas demais disciplinas eram exclusivas para o sexo masculino.

Na década de 1940 até metade da década de 1950, observou-se uma queda no número de matrículas para o Curso Médio e, conseqüentemente, de concluintes. Um dos motivos foi a extinção do curso médio, através da Lei Orgânica do Ensino Agrícola, onde, logo foi criado Curso Técnico de nível médio (Curso Colegial Agrícola) com acesso ao vestibular, e com a gradual valorização do Curso Superior em Agronomia, cresce novamente a demanda de alunos para os cursos ofertados pela EAN. As baixas seguintes, demonstradas na ilustração 26, ocorreram em função da oferta do ensino de segundo grau (técnico, científico, pedagógico e clássico) por outros estabelecimentos gradualmente instalados no Estado da Paraíba.

Ilustração 26 - Gráfico dos Concluintes do Curso Técnico Agrícola (1937-1971)⁵⁰



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

O Curso Médio de Agricultura perdurou por trinta e cinco anos, diplomando sua última turma em 1971, quando a Escola já pertencia à Universidade Federal da Paraíba. Ao longo de sua vigência, de acordo com Coelho (2006), foram diplomados 417⁵¹ técnico-agrícolas, o que representa uma média de 12 formandos por turma. Sua permanência por 35 anos justificava-se como fator de equilíbrio, em face da

⁵⁰ Dados retirados dos dossiês encontrados, não foi possível localizar lista dos concluintes em nenhum setor do Centro, apenas informações publicadas em livros que mostram quantitativos de concluintes ao longo de todo o curso.

⁵¹ Nos dados coletados foram possíveis registrar 271 dossiês de concluintes.

pequena demanda de alunos para o Curso Superior nos primeiros anos após sua instalação.

Criado no ano seguinte à inauguração da EAN, o **Curso Superior em Agronomia**, teve suas aulas iniciadas no dia 1 de março de 1937, confirmando a verdadeira finalidade da Escola: diplomar engenheiros agrônomos. Convidado de honra, para a aula magna, o Governador Argemiro de Figueiredo, pela terceira vez designou representante para substituí-lo. O Curso foi reconhecido em 1940, simultaneamente à diplomação da primeira turma que iniciara com trinta e cinco alunos, dos quais, apenas oito galgaram o grau superior; e destes, metade ficaram como integrantes do corpo docente da EAN. O curso era ofertado em quatro séries, sendo uma série por ano, totalizando 4 anos letivos. Constituído de 23 cadeiras, dividido em 2 ciclos: básico e formação profissional, conforme segue abaixo:

Quadro 15 - Grade Curricular do Curso Superior em Agronomia

CICLO BÁSICO	Matemática Desenho (Aguadas, Perspectiva e Sombras) Geologia Agrícola Física Agrícola (Meteorologia e Climatologia) Química Analítica Química Orgânica Botânica Agrícola Anatomia e Fisiologia dos Animais Domésticos Química Agrícola
CICLO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL	Entomologia e Parasitologia Agrícolas Fitopatologia e Microbiologia Agrícolas Mecânica, Motores e Máquinas Agrícolas Agricultura Geral Agricultura Especial e Melhoramento de Plantas Horticultura Silvicultura Zootecnia Geral Zootecnia Especial Genética Tecnologia de Produtos Agropecuários Engenharia Rural (Topografia, Estradas, Hidráulica e Construções) Economia Rural Sociologia e Extensão Rural

Fonte: Relatório de atividades da EAN, 1967.

Essas cadeiras eram divididas em disciplinas, com plano de ensino independente, organizado pelo professor catedrático, e ministradas em período

semestral ou anual. Obedecendo à seguinte seriação:

Quadro 16 - Série e Disciplinas do Curso Superior em Agronomia

ANO	DISCIPLINAS
1º ano	Matemática (Cálculo Infinitesimal e Estatística) Física Agrícola (Meteorologia e Climatologia) Botânica Agrícola (Botânica Geral) Química Analítica Anatomia e Fisiologia dos Animais Domésticos Desenho (Aguadas, Perspectivas e Sombras) Práticas Agrícolas (Agricultura)
2º ano	Mecânica, Motores e Máquinas Agrícolas Geologia Agrícola Botânica Agrícola (Botânica Sistemática) Química Orgânica Entomologia e Parasitologia Agrícola Genética (Estatística Experimental, Citologia e Genética Geral) Práticas Agrícolas (Horticultura e Silvicultura)
3º ano	Engenharia Rural (Topografia e Estradas, Desenho Topográfico e de Estradas) Fitopatologia e Microbiologia Agrícola Agricultura Geral Química Geral Zootecnia Geral (Genética Animal, Exterior e Raças) Horticultura (Olericultura e Fruticultura) Agricultura Especial e Melhoramento de Plantas
4º ano	Agricultura Especial e Melhoramento de Plantas Zootecnia Especial (Criação, Alimentação e Higiene) Tecnologia de Produtos Agropecuários Engenharia Rural (Hidráulica Agrícola, Construções Rurais e Desenho de Construções) Economia Rural (Economia, Administração e Contabilidade Agrícola) Silvicultura (Silvicultura e Jardinagem) Sociologia e Extensão Rural

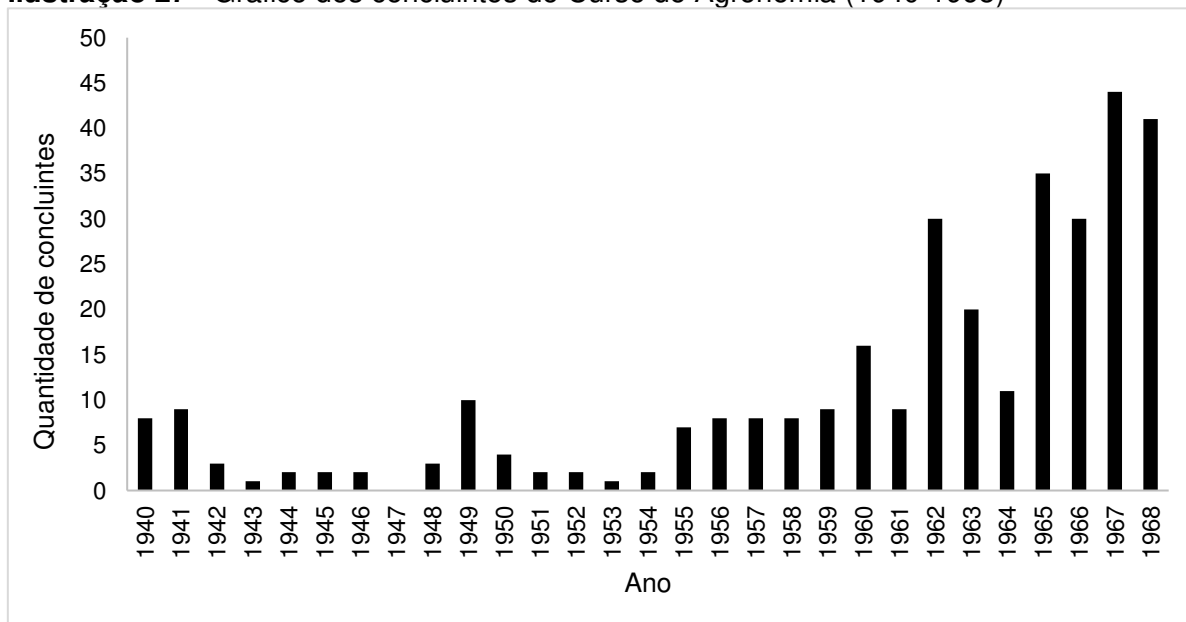
Fonte: Relatório de atividades da EAN, 1967.

O ensino das disciplinas era realizado em cursos ordinários, a cargo dos professores catedráticos e em cursos equiparados, a cargo dos outros docentes; os cursos equiparados, desde que tivesse a autorização prévia do Conselho Técnico Administrativo, que estabeleceria as normas de sua realização, teria o mesmo efeito legal que o ordinário.

Subordinada ao Governo do Estado, a EAN possuía recursos limitados, embora recebesse subvenção do Governo Federal, suas verbas não eram

suficientes para oferecer boas condições de infraestrutura aos alunos, principalmente porque ainda estava se estabelecendo como Instituição de Ensino Superior.

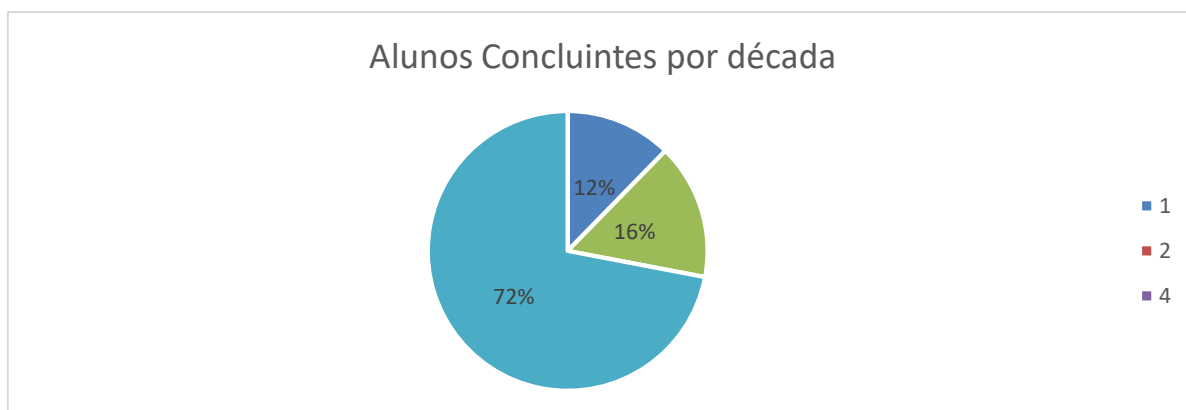
Ilustração 27 - Gráfico dos concluintes do Curso de Agronomia (1940-1968)



Fonte: Coordenação de Agronomia do CCA/UFPB, 2017.

À luz da Ilustração 27, observamos um baixo número de egressos nas décadas de 1940 a 1950. A escola diplomou na década de 1940, exatamente, 40 Engenheiros Agrônomos; na década de 1950, 51 e na década de 1960 até o ano de 1968, 234, conforme ilustração abaixo:

Ilustração 28 - Gráfico dos concluintes do Curso de Agronomia por década



Fonte: Coordenação de Agronomia do CCA/UFPB, 2017.

O reconhecimento legal não simultâneo à inauguração do Curso explica essa baixa nos dois primeiros anos, período no qual não houve ingresso de novos alunos. O reconhecimento do Curso, em 1940, ensejou o aumento do número de matrículas: com o ingresso de 15 alunos em 1941, dos quais apenas 3 permaneceram na EAN em virtude de 12 alunos solicitarem transferência, 17 em 1942, dos quais 9 solicitaram transferência. Centramos nossa atenção no elevado número de transferências, para ressaltar que a Escola, em razão de sua precária estrutura, funcionava como porta de entrada ao Ensino Superior, mas os alunos migravam para instituições melhor estruturadas, como podemos observar na fala no Diretor em relatório encaminhado ao Governo do Estado.

Aqui peço vênias a V.Excia, para chamar a atenção do Governo do Estado para o êxodo verdadeiramente alarmante dos nossos estudantes do Curso Superior para outras Escolas, êxodo que nos levará, dentro de dois ou três anos a não mais poder continuar com o curso superior por falta absolutas de alunos, **si** não for tomada uma medida urgente para eliminar sua causa já por demais conhecida – A FALTA DE INTERNATO (RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA EAN, 1943, p. 26).

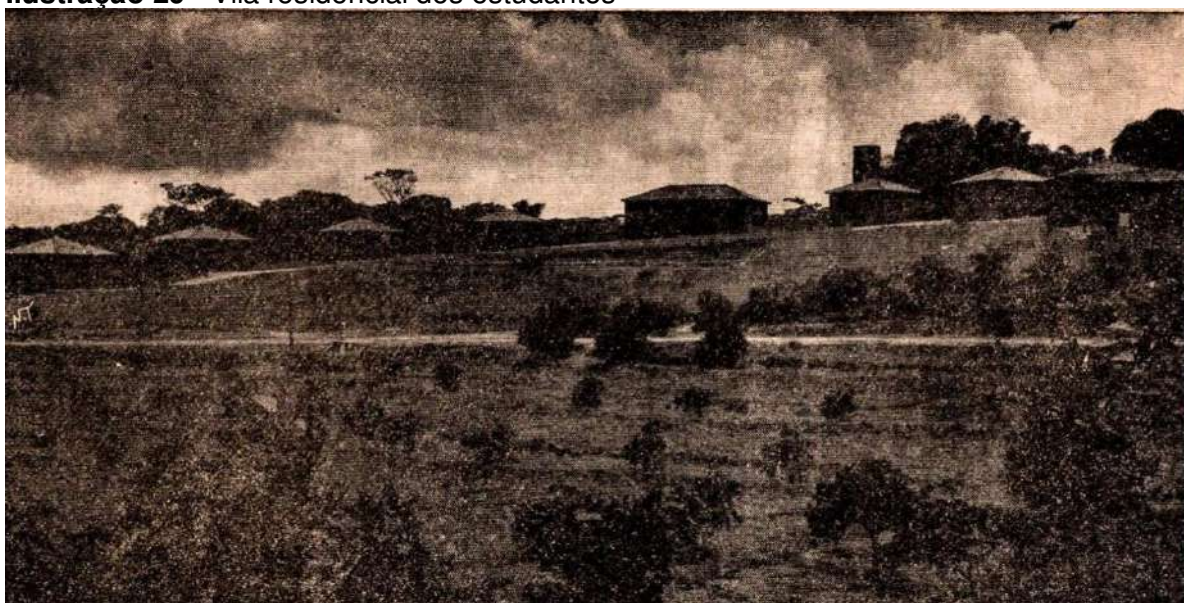
Sendo este o maior entrave ao aumento do fluxo de alunos nos primeiros anos de funcionamento na Escola, a falta de infraestrutura: não havia alojamento para estudantes, nem refeitório, nem bolsas de estudos para todos os alunos, problema que seria solucionado ao final da década de 1940 com a construção do prédio do internato e do restaurante. A partir de então, o fluxo de ingresso e permanência dos alunos cresceu, exigindo ampliação dos alojamentos, das salas de aulas, dos laboratórios do refeitório e do corpo docente e técnico administrativo da Escola.

Outro fator que entavou o ingresso e/ou a permanência dos alunos no Curso de Agronomia, foi o recrutamento de jovens pelo exército, em razão da Segunda Guerra Mundial, que convocava quase 50% das turmas para o serviço ativo do exército, enquanto durou a guerra.

Com a construção do internato (Ilustração 29) que teve início no final de 1944, “fator “sine qua non” da existência e do progresso da Escola de Agronomia do

Nordeste” (RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA EAN 1944, p. 20), começando a funcionar no início do ano de 1946, composta de oito casas, com capacidade para seis pessoas cada e um refeitório central com cozinha (Ilustração 30). A Escola passa a manter seus estudantes, que agora veem condições de terminar seus estudos neste estabelecimento, mas o quantitativo de vagas nos alojamentos ainda era pouco para a demanda que só crescia a cada ano.

Ilustração 29 - Vila residencial dos estudantes



Fonte: Escola de Agronomia do Nordeste, 1950.

Ilustração 30 - Refeitório Central dos estudantes



Fonte: Escola de Agronomia do Nordeste, 1950.

Em 1946 a Escola ganhara sua primeira aluna, a pessoense, Niedja do Nascimento Melo, foi a primeira mulher a ser diplomada em Agronomia na EAN e a segunda paraibana a seguir a mesma profissão⁵². Negra, pobre e mulher, sofreu muitos preconceitos, principalmente de moradores da cidade, ligados a famílias mais tracionais, que a tratavam como a “nega da escola”, contava com o apoio dos colegas de classe e professores. Após sua formatura, veio logo a se integrar ao quadro de professores da Escola, se tornando também a primeira professora da EAN⁵³. A segunda aluna a entrar na Escola, a areiense Maria das Dores Baracho, já fora aluna de Niedja e só por exemplo desta, conseguiu convencer seu pai a cursar Agronomia.

Apenas após mais de 10 anos, em 1958 o internato ganha uma nova ampliação passando de 48 alojamentos em situação normal para 198, 150 novas vagas foram criadas e com uma estrutura para ampliar para mais 30 no futuro próximo. Isso fortaleceu o Ensino e a escola passa cada ano a formar mais alunos, onde chega ao seu ápice no ano de 1968 com 39 formandos. O curso continua em vigor, sendo hoje considerado o mais antigo da UFPB.

Em relação aos **Cursos de Especialização**, para os quais a Escola estava habilitada conforme o Regulamento, não foram encontrados registros da sua implantação, dentro do marco cronológico desta pesquisa.

Todos os cursos oferecidos pela Escola era cobrado uma taxa anual de matrícula de 100\$000 (cem mil réis), que era dividido em quatro parcelas trimestrais, (conforme o último parágrafo da Ilustração 31). Também eram cobradas taxas para o alojamento e refeição, além de um sinal de 50\$000 (cinquenta mil réis) que o aluno era obrigado a depositar, para eventuais danos que viesse a causar a Escola, o dinheiro era devolvido ao final do curso, caso o aluno não tivesse causado nenhum dano aos bens públicos. Após a federalização, a cobrança das taxas continuou, o que dificultava a permanência de alunos carentes, para compensar essa desigualdade, a Escola oferecia trabalho e bolsas de estudos aos alunos com as

⁵² A primeira paraibana a tornar-se engenheira agrônoma era do alto sertão e fora diplomada pela Escola de Agronomia do Ceará.

⁵³ Informações retiradas de uma entrevista de Niedja Nascimento a TV Paraíba de comunicações no ano de 2015.

melhores médias, auxílio que dava ao menos para o pagamento das taxas e assim garantir sua permanência.

Ilustração 31 - Divulgação no Jornal A União dos cursos oferecidos pela Escola

**ESCOLA DE AGRONOMIA DO
ESTADO DA PARAHYBA**
AREIA

CURSO SUPERIOR DE AGRONOMIA

A Escola está se aparelhando devidamente para inaugurar o referido Curso em 1937, devendo tornar publico dentro em breve as condições para o exame vestibular.

CONDIÇÕES PARA O EXAME DE ADMISSÃO AO CURSO MEDIO

Para inscrição no exame de admissão ao Curso Medio, nesta Escola, os candidatos deverão apresentar os seguintes documentos:

- a) — requerimento dirigido ao Director da Escola (sellado devidamente: 2\$000 — sello estadual — e \$200 de educação e saúde);
- b) — attestado medico, provando não soffrer o candidato de molestia infecto-contagiosa, ou repugnante, e estar vaccinado recentemente, contra a variola;
- c) — certidão de idade, provando o candidato ter, no minimo, dezoito annos;
- d) — certificado de haver o candidato terminado o curso de grupo escolar, ou outro documento de semelhante valor;
- e) — pagamento da taxa de admissão: 20\$000, e lo deposito de signal — 50\$000.

Os documentos acima mencionados, necessarios á inscrição, deverão ser apresentados até 14 de abril do corrente anno.

Data do inicio dos exames — Terão inicio estes, ás 8 horas da manhã do dia 23 de abril de 1936

Exame de admissão — Constará de 3 partes:

- a) — Oral e escripta de Português;
- b) — Oral e escripta de Arithmetica;
- c) — Oral de Geometria, Geographia, Historia Natural, Historia do Brasil, e Moral e Civica.

Português — A prova escripta versará sobre um dictado e redacção de cartas ou composições. A prova oral constará da leitura de um trecho e analyse do mesmo.

Arithmetica — As provas escriptas e oral comprehendem toda Arithmetica pratica até regra de três simples e composta inclusive.

Geometria — Traçados de linhas, angulos, triangulos, quadrilateros, polygonos regulares e circumferencia — Definições — Areas de triangulos, quadrilateros, polygonos regulares e circulos.

Geographia — Principaes accidentes geographicos do Brasil — Estudo geral do Estado da Parahyba — Capitaes e principaes cidades dos mais importantes paises do mundo.

Historia Natural — Diferenciação entre seres vivos e mortos — Diferenciação entre animaes e vegetaes — Noções geraes sobre os principaes orgãos do homem — Noções geraes sobre os principaes orgãos da planta — Mineraes, minerios e crystaes (definição e diferenciação).

Historia do Brasil — Descoberta do Brasil — Governadores geraes — Luctas em Pernambuco — Bandeirantes — Inconfidencia mineira — Vinda de D. João VI para o Brasil — Independencia do Brasil — Regencia — Pedro II — Proclamação da Republica — Vultos illustres do Estado da Parahyba.

Moral e Civica — Familia — Patria — Bandeira nacional — Armas do Estado da Parahyba — Patriotismo — Jury — Os três poderes (legislativo, executivo e judiciario) — Principaes vultos nacionaes.

CONDIÇÕES PARA A MATRICULA NO CURSO FUNDAMENTAL

Poderão inscrever-se no Curso Fundamental, os candidatos que houverem concluido o curso primario de grupo escolar estadual ou que apresentarem attestado de preparo equivalente, obtido em estabelecimento de instrucção, cuja idoneidade seja reconhecida pela Escola.

Os candidatos terão que apresentar os mesmos documentos exigidos para o exame de admissão ao Curso Medio.

TAXA DE FREQUENCIA

Para qualquer dos citados Cursos, o alumno pagará a taxa annual de 100\$000, pagamento este feito em quatro prestações trimestraes.

Fonte: Jornal A União, 1936b.

O ensino das matérias dos cursos mantidos pela Escola era realizado em aulas teóricas, teórico-prática e prática, onde as aulas teóricas tinham duração de cinquenta minutos e as práticas de, no mínimo, uma hora. As aulas teórico-práticas e práticas podiam ser realizadas eventualmente fora da Escola, tendo a duração que o professor preferisse. O período escolar mínimo, para todos os cursos mantidos pela EAN, era de cento e oitenta dias, não incluídos o tempo reservado a provas e exames. O início das aulas se dava sempre no primeiro dia útil de março, os meses de janeiro e fevereiro e o período de 20 de junho a 20 de julho eram dedicados às férias. As aulas eram distribuídas em três dias, com no mínimo de quatro e no máximo seis horas de aulas diárias.

Os exames de segunda época eram realizados com alunos que por algum motivo não realizaram os exames finais, ou fora reprovado nos exames finais de no máximo duas disciplinas e eram aplicados na segunda quinzena de fevereiro. Nas nossas coletas foram localizados diversos livros de registro de atas de exames finais de segunda época, onde a Escola dispunha de um livro personalizado para o registro destas atas, conforme Ilustração a seguir:

por particulares, associações ou governo, ao aluno com média máxima no ano.

Na Ilustração abaixo podemos observar um registro de uma turma de alunos da EAN em frente ao Pavilhão Central.

Ilustração 33 - Grupo de alunos da EAN



Fonte: Escola de Agronomia do Nordeste, 1950.

4.2.2 A Política Estudantil

Fundada a Escola e implantados os seus cursos, faltava-lhe o frescor, a efervescência e o idealismo do pensamento estudantil, traduzida em um órgão de classe, em uma voz coletiva institucionalizada, em um ambiente concreto de exercício da cidadania estudantil, para além das reivindicações. Este espaço criativo veio a surgir um ano após a implantação do Curso Superior em Agronomia, no dia 2 de maio de 1938, em reunião presidida pelo então aluno e mais tarde, professor, Francisco Xavier Sobrinho. Foi um ato marcante não somente para os acadêmicos daquela Escola, como para o Estado da Paraíba, que assistia pela primeira vez a implantação de um órgão classista em nível superior.

Compuseram sua primeira diretoria: Afonso Macedo - presidente; Manoel Luiz Pinto - vice-presidente; Sebastião Bezerra Araújo – 1º secretário; Anastácio Pereira

da Silva - 2º secretário; Carlos de Vasconcelos Dutra - 1º tesoureiro; Alyrio de Lira Neto Tavares - 2º tesoureiro; Luiz Terceiro Tavares Jácome - bibliotecário; Orlando Augusto Romero - diretor de publicidade. Ficando acordado o nome de “Diretório Acadêmico da Escola de Agronomia” que mais tarde passou a ser denominado Diretório Acadêmico “Jayme Coelho de Moraes”⁵⁴ em homenagem póstuma ao professor Jayme Coelho de Moraes Vasconcelos, que no ano de 1941 construiu um orquidário como gesto honroso aos concluintes do Curso Médio. O Diretório era subvencionado pela Escola, que repassava anualmente orçamento para o desempenho de sua missão.

De acordo com o Regulamento da EAN de 1960, art. 185º a 190º, competia ao Diretório acadêmico:

1. Desenvolver o espírito universitário;
2. Promover a aproximação e a solidariedade dos alunos da EAN, entre si e com o corpo discente de outras instituições de ensino;
3. Defender os interesses do corpo discente, perante os órgãos coligados da EAN;
4. Participar conjuntamente, com as demais associações estudantis da classe, da eleição de representante e suplente do corpo discente, junto aos órgãos coligados desta instituição, nos termos do 183º;
5. Desenvolver entre os alunos da EAN o interesse pelas conferências e discussões de teses científicas e trabalhos experimentais com elevação e espírito de crítica;
6. Desenvolver as relações sociais e estimular a formação atlética e esportiva do corpo discente;
7. Zelar pelo patrimônio moral e material da EAN.

Inicialmente, as maiores lutas do Diretório Acadêmico foram o reconhecimento do curso e sua equiparação à Escola Nacional de Agronomia. Neste sentido, apresentaram-se em comissão ao Secretário de Agricultura do Estado, que lhes assegurou a continuidade dos estudos na Escola de Agronomia do Estado de Pernambuco, caso o Curso não viesse a ser reconhecido. Ao lado das

⁵⁴ Atualmente, Diretório Acadêmico de Agronomia “Jayme Coelho de Moraes”.

reivindicações ordinárias em favor da classe estudantil, assumiram a luta por bolsas de estudos para os alunos carentes, responsabilizando-se pelo pagamento das bolsas aos alunos e pela prestação de contas ao professor responsável por esse mister. Manifestaram-se veementemente contrários ao aumento da taxa cobrada para transportar os alunos, da cidade para a Escola, em veículo oficial. Este serviço, inicialmente gratuito, passou a ser oferecido mediante cobrança de taxa simbólica, que a direção resolveu inflacionar, requerendo a forte intervenção do Diretório. Mais tarde, com federalização, voltou a ser gratuito. Engajaram-se também, ao lado dos professores e dos diretores, nos processos político-administrativos que viriam a consolidar a instituição, tais como a federalização, e depois sua incorporação à UFPB.

Em artigo sobre Diretório Acadêmico da EAN, o secretário da instituição, Tancredo Torres, enaltece, além do pioneirismo político-acadêmico em nível superior no Estado, a atuação entusiástica dos seus participantes, na elevação no nível de ensino, na realização de torneios esportivos e na promoção das memoráveis festas:

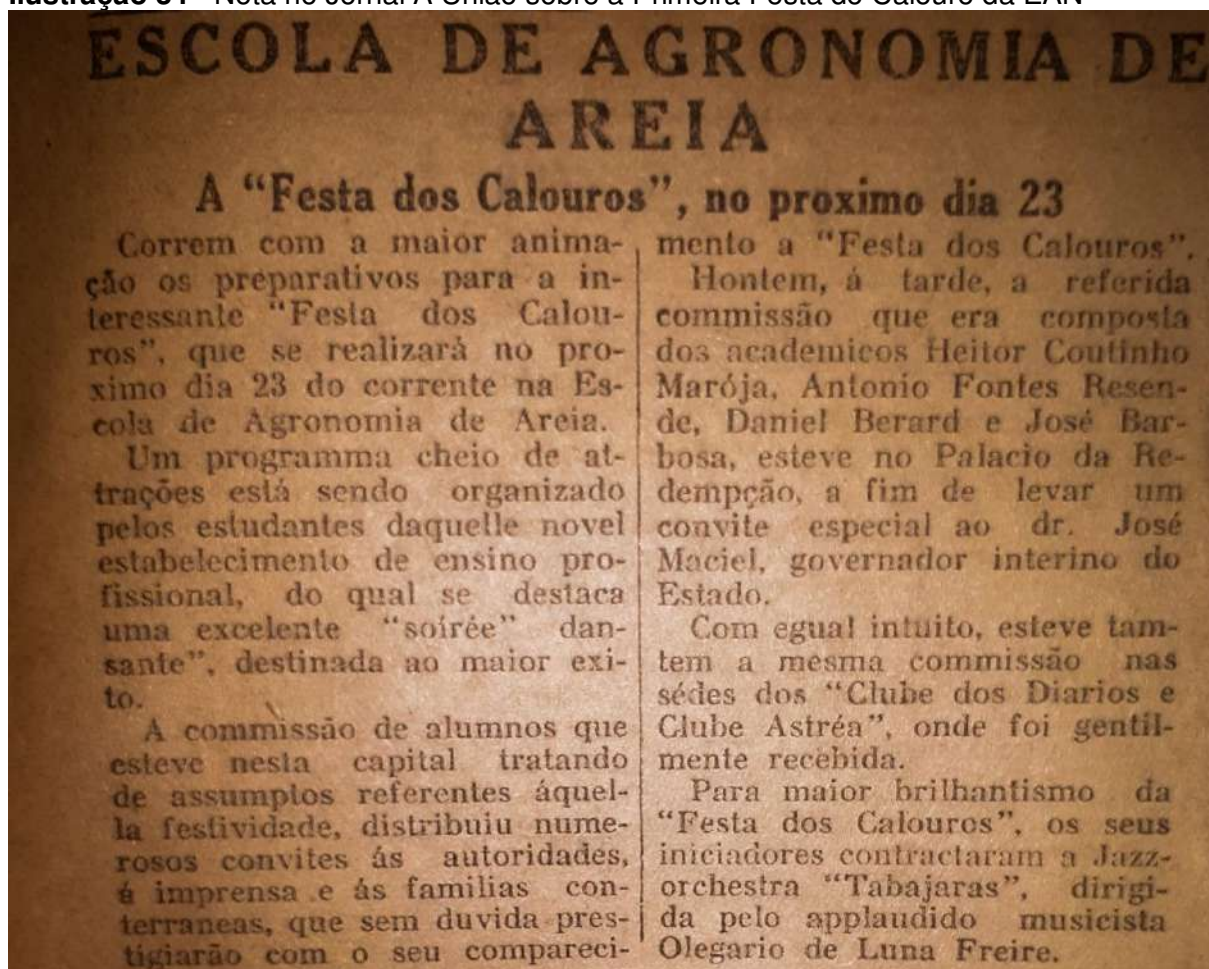
O Diretório sempre prestou excelente serviço, realizando grande atividade, inúmeras festas, conferências das mais brilhantes com técnicos altamente especializados, valendo citar as de Dom Antônio de Almeida Morais Júnior, Arcebispo de Olinda e Recife, de renomados dotes oratórios e comprovada intelectualidade e do Marechal Juarez Távora, a voz da aquiescência para a criação da Instituição, quando era ele Ministro da Agricultura (TORRES, 2001, p. 2).

As festas promovidas pela Escola, junto com o diretório Acadêmico, constituíram um capítulo à parte na trajetória acadêmica. A elas compareciam os familiares dos alunos e as moças casadoiras, não apenas do município de Areia, mas da região. No calendário cultural da Escola, as duas festas mais importantes eram a do Calouro (Ilustração 34) e a de Formatura, realizadas respectivamente em maio e dezembro. Na Festa do Calouro eram escolhidas, entre as mais belas moças da sociedade areiense, a rainha e as princesas, coroadas em noites de esplendor, ao som de orquestras, sob chuva de pétalas de rosas e confetes e salva de vinte tiros. As festas eram realizadas no Salão Nobre da Escola. Abaixo temos a descrição, feita por um calouro, da Festa de 1946:

Naquela grande parede, em cartolina branca pintada de preto, estendia-se a silhueta de Areia vista da EAN, daqui para a cidade. Encimavam-na a lua e estrelas prateadas, tudo isso à gosto da época. Também no mesmo estilo da cartolina, dois grandes exemplares de agave – planta que gerava grande fortuna naqueles tempos – ladeavam o trono armado onde aqui estamos. Debaixo de um docel de seda e veludo, com franjas douradas, sentavam-se as eleitas majestade e suas altezas reais, as duas princesas, e, ao lado, à direita do trono, em grandes e confortáveis poltronas sentavam aquelas cujo reinado havia passado. O forro cobria-se de pinotes de algodão e suas lâmpadas e abajours eram circundadas por guirlandas de cipreste. Da porta de entrada para esse pátio e a da entrada para este salão, arcos de madeiras cobertos de cipreste e serpentinas para a passagem da corte. Iluminação feérica e grande orquestra para as danças. Aguardava-se com ansiedade o momento da coroação e da colocação das faixas reais e a fala do trono, o discurso de sua majestade, recheado de boas novas, de beleza, atraente, da pretensão em realizar um reinado feliz. Toda a preparação era fruto da inteligência e capacidade do jovem mestre, futuro grande cientista da “*Cientia amabilis*”, Jayme Coelho de Moraes e do auxílio do também jovem e alegre professor Dr. Luiz Carlos de Lyra Neto, que no arroubo de sua juventude, passava a noite como arauto do trono, lendo a cada instante os decretos reais, até que à meia noite vinha aquele tão esperado pela calourada, o que proclamava a nossa libertação, não haveria mais trote. Em alguns anos armava-se a jaula no centro desse pátio onde vegeta a frondosa umburana. À meia-noite, sua Majestade ia até lá e com grande chave de um descomunal cadeado, abria a jaula, soltava os feras, retirava de seus ombros as placas contendo os apelidos e dava-lhes total liberdade (TORRES, 1996, p. 13).

Havia ainda a valsa oficial, que era dançada inicialmente pelas integrantes do trono e pelas autoridades do Estado e da EAN. A entrada da festa era com intrasferível cartão de convite e somente a alta sociedade era convidada. O povo ficava de fora olhando pelas janelas. E assim foram tantas festas, ansiosamente esperadas e discutidas pelo povo areiense e pela comunidade “*enaniana*”. Comentava-se desde a eleição, as vestes, as cores até o custo.

Ilustração 34 - Nota no Jornal A União sobre a Primeira Festa do Calouro da EAN



Fonte: Jornal A União, 1936a.

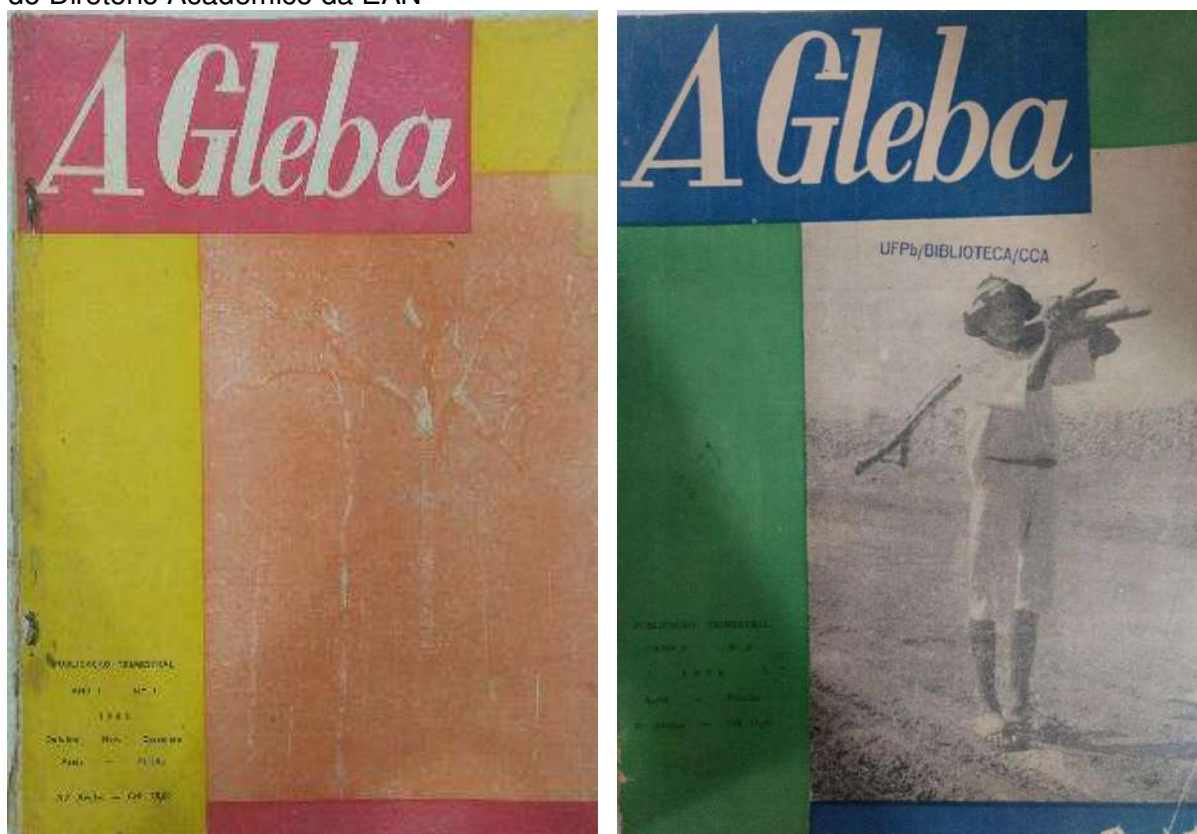
Alguns membros do Diretório Acadêmico chegaram, inclusive, a serem professores da EAN. O professor José Correia de Vasconcelos, segundo presidente do Diretório Acadêmico, no ano de 1939, formado na primeira turma de Agronomia, em 1940, tornou-se professor logo em seguida à sua formatura e Diretor da Escola em duas ocasiões: como diretor interino nos anos de 1947 a 1948 e como Diretor efetivo, no período de 1958 a 1962.

É importante registrar a atuação feminina no Diretório Acadêmico. A pioneira foi Niedja do Nascimento Silva, engajada na política estudantil no ano de 1947. Também Violeta Pereira de Oliveira e Maria das Dores Monteiro foram atuantes no Diretório Acadêmico ainda na década 1950. Esta última viria a assumir também a direção da Escola, se tornando a primeira e até o presente momento, a única Vice-Diretora da história da EAN/CCA/UFPB. Contribuiu para a gestão desta Instituição no período de 1980, final da gestão do Prof. Normando Melquíades de Araújo; e de

janeiro de 1981 a janeiro de 1985, na gestão do Prof. Edvaldo Mesquita Beltrão.

Em 1955, lança um periódico, “**A Gleba**” (Ilustração 35), com publicação trimestral, que tinha como objetivo principal, ser um meio de divulgação e de fomento da classe discente, com o objetivo de criar uma nova mentalidade agrária na região, bem como ajudar o homem do campo através de assessoria e dúvidas que esses tinham em relação a agricultura de forma geral. O custo com a publicação era da Escola, que por não ter verbas suficientes, fez com que sua publicação fosse interrompida.

Ilustração 35 -: Capa do primeiro e do segundo número do periódico “A Gleba”, publicação do Diretório Acadêmico da EAN



Fonte: Biblioteca Setorial Francisco Tancredo Torres/ CCA/ UFPB, 2018.

Ao longo dos 34 anos de existência da EAN, o Diretório Acadêmico foi um órgão ativo, com ações voltadas para o fortalecimento, consolidação do estabelecimento e progresso da ciência agrônômica.

4.3 ATIVIDADES PESQUISA

Nesta seção, trabalhamos com documentos referentes à produção técnico-científica da EAN, recuperados em mínima quantidade, em razão do extravio e do desgaste anteriormente mencionados. Para a construção deste tópico, valemo-nos dos Relatórios de Atividades da Escola, principalmente nos seus primeiros anos, e da sua produção técnico-científica. As principais fontes inventariadas neste grupo (publicações físicas) estão apresentadas no Apêndice A deste trabalho e encontram-se na biblioteca Setorial da CCA “Francisco Tancredo Torres” para consulta. Acreditamos que grande parte desse acervo foi descartada pela falta de espaço para o seu acondicionamento na biblioteca e por ser considerada antiga ou desatualizada. A existência de quatro salas lotadas de livros desbastados do acervo da biblioteca alimenta a nossa confiança de ampliar os dados do quadro abaixo.

Quadro 17 - Documentos encontrados no arquivo do CCA (Grupo 3 - Pesquisa)

Espécie documental	Quantidade
Artigos científicos	2
Boletins	2
Livros	3
Periódicos	2 títulos
Mapas	7
Relatórios de atividades da EAN	5

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

4.3.1 Estação Experimental

De acordo com seu Regulamento, a EAN, enquanto Estação Experimental, deveria, além do ensino agrícola, realizar experimentos e estudos no amplo espectro da agricultura e da pecuária do Estado: pesquisas de propagação de culturas economicamente viáveis em solo paraibano, métodos eficientes de agricultura, tratamento e criação de animais, visando introduzir novas espécies e variedades

adaptáveis às condições do Estado, bem como melhoria da agricultura, da zootecnia, da biologia, das indústrias agrícolas, da inspeção e conservação de produtos de origem animal e vegetal, da genética, das ciências físico-químicas e naturais, do ensino e da educação agrícola e economia rural. As pesquisas realizadas pela Escola tinham como prioridade a vida agrícola paraibana e seus resultados eram publicados em relatórios e outros veículos de comunicação.

Foi a partir dos experimentos e do atendimento aos agricultores e ao Governo do Estado, para remir a lavoura das pragas, implantar novas culturas, exterminar as doenças que afetavam os animais, que a Escola mais se destacou nos seus primeiros anos de funcionamento. Desenvolveu importantes projetos e pesquisas, equiparando-se aos grandes centros, em ações conjuntas com o Instituto de Pesquisas Agronômicas do Estado de Pernambuco, o Instituto Nacional de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo e o Instituto Nacional de Pesquisas do Distrito Federal, por intermédio das quais, publicavam seus trabalhos, uma vez que Escola não dispunha de nenhum órgão de divulgação. Realizou pesquisa inédita, sobre a etiologia do “rolamento” do broto do sisal⁵⁵, como podemos ver no seu Relatório de Atividades de 1944:

O trabalho é inteiramente destituído de citações bibliográficas por tratar-se de assunto até então não investigado em quaisquer partes do mundo, conforme informações prestadas pelo Dr. J. Medina, Técnico do Instituto Agrônomo de Campinas no Estado de São Paulo (RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA EAN, 1944, p. 5).

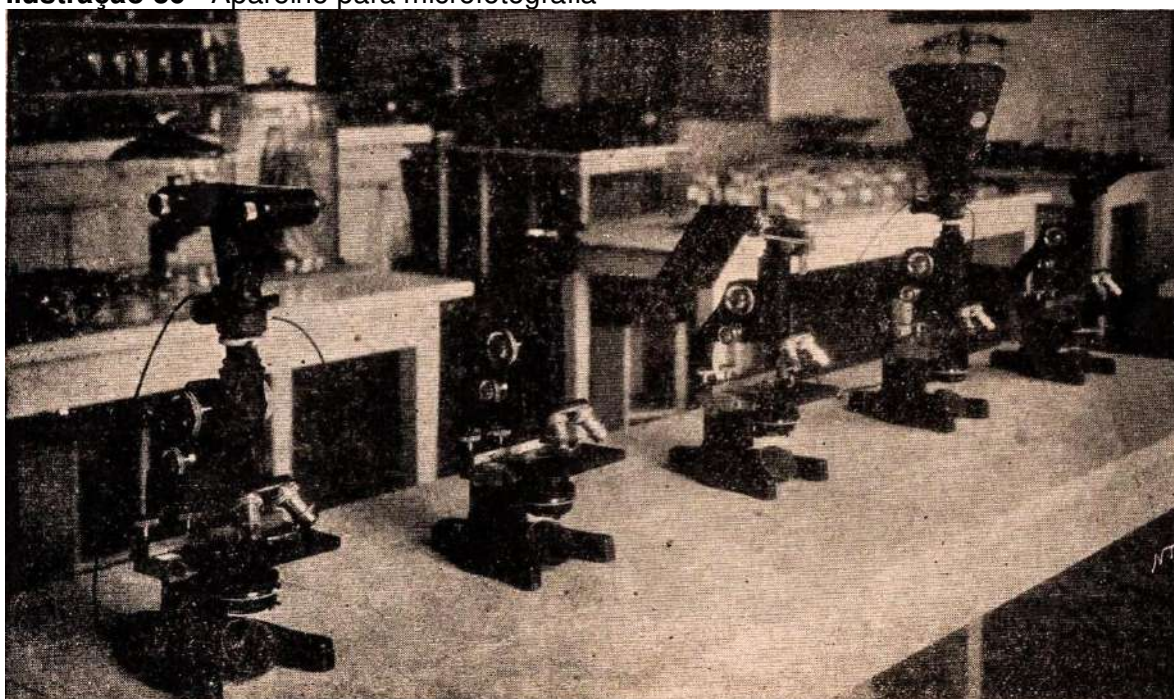
A Escola empreendeu estudo histológico do corpo vegetativo do Gurauá⁵⁶,

⁵⁵ Distúrbio de origem fisiológica do mais interessante. Esta enfermidade tem sido constatada em vários países, no Brasil é frequente em todos os Estados onde o agave é cultivado. O sintoma típico que deu nome à moléstia é o seccionamento num plano perpendicular ao eixo do cone formado pelas folhas do broto, podendo ser total ou interessar apenas um certo número de folhas do cone e nesse caso o rolamento diz-se parcial. A parte distal seccionada cai no terreno e é invadida por bactérias e fungos saprófitos e entra em franca desintegração. Esta anomalia é devido a um desequilíbrio no suprimento d'água que provoca uma distensão rápida das folhas e um aumento brusco na turgidez dos tecidos internos recém-formados pelo afluxo do ápice. Há um atraso total do crescimento das plantas atacadas, pois nem mesmo as folhas que se formam no ápice do broto seccionado são aproveitadas para o desfibramento.

⁵⁶ Curauá (*Ananas erectifolius*) bromélia amazônica, mais concentrada na região norte do Brasil, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela e Guiana Francesa. A fibra extraída de suas

publicado no Boletim da Secretária de Agricultura do Estado de Pernambuco, com rica documentação fotomicrográfica⁵⁷, sendo muito solicitado por órgãos oficiais de pesquisas, como o Instituto Nacional de Pesquisas no Distrito Federal e o Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo. A Escola possuía laboratórios bem equipados, na Ilustração 36 podemos observar aparelhos de microfotografia, o que possibilitou o estudo citado acima e esses equipamentos de última geração fazia com que a EAN se destacasse no cenário científico nacional.

Ilustração 36 - Aparelho para microfotografia



Fonte: Escola de agronomia do Nordeste, 1950.

A Escola realizou também, em parceria com o Instituto Nacional de Experimentação Agrícola, um estudo sobre microquímica, histologia do fruto e patologia da germinação das sementes de cajueiro, estudo de grande interesse, tanto para a produção do caju, quanto à industrialização desta planta, amplamente divulgado em veículos da imprensa nacional.

Atuou, como parceira do Serviço de Combate à Malária no Nordeste,

folhas é muito resistente, macia, leve e reciclável, permitindo composições para diversos usos na indústria.

⁵⁷ Técnica que utiliza um microscópio encaixado na câmera para fotografar objetos diminutos ou mesmo invisíveis a olho nu (HOUAISS, 2009).

prestando informações botânicas sobre várias bromélias epífitas das nossas matas, habitats do mosquito. Trabalhou também junto ao setor de Fomento Agrícola, beneficiando diretamente os agricultores e a população de Areia.

Dentre os experimentos realizados pelo Departamento de Agricultura no ano de 1943, destacaram-se: a análise comparativa entre as variedades de mandioca da região com vistas ao incremento da produção de amido; e o melhoramento da batatinha em cooperação com o Fomento Agrícola Federal.

No Departamento de Zootecnia, a pesquisa foi direcionada ao melhoramento do rebanho da região e do pasto para alimentação animal; ao fomento para criação de cavalos de montaria e de muares para tração e transporte; tinha como perspectiva em curto prazo, incrementar a avicultura, pois como afirmava o diretor Joaquim Moreira de Melo:

A avicultura é indicada para as zonas super-povoadas e pobres como a nossa, onde a população precisa adquirir as proteínas necessárias para a sua alimentação por um preço acessível às classes pobres. Além disso, dada a escassez de carne dos nossos tempos, urge incrementar a avicultura como fonte de abastecimento das populações e um suplemento ao mercado de carne (RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA EAN, 1943, p. 9)

Na Horticultura, trabalhavam com o enxerto de roseiras, abacateiros, citros, além do estudo e cultivo de outras frutas tropical da região. Possuía um pomar coleção, com todas as fruteiras europeias existentes, as quais estudavam quais melhores poderiam se adaptar a região.

Por meio do Departamento de Botânica, realizou levantamento do mapa florístico da Zona do Brejo, descobrindo espécimes e enviando material botânico em grande quantidade, para os especialistas do Sul do país, ampliando anualmente o número de espécies do herbário da Escola.

O Departamento de Entomologia, em colaboração com a Divisão de Defesa Sanitária Vegetal do Ministério da Agricultura localizada em João Pessoa, dedicou-se ao combate das pragas que infestavam as culturas nas regiões circunvizinhas à Escola.

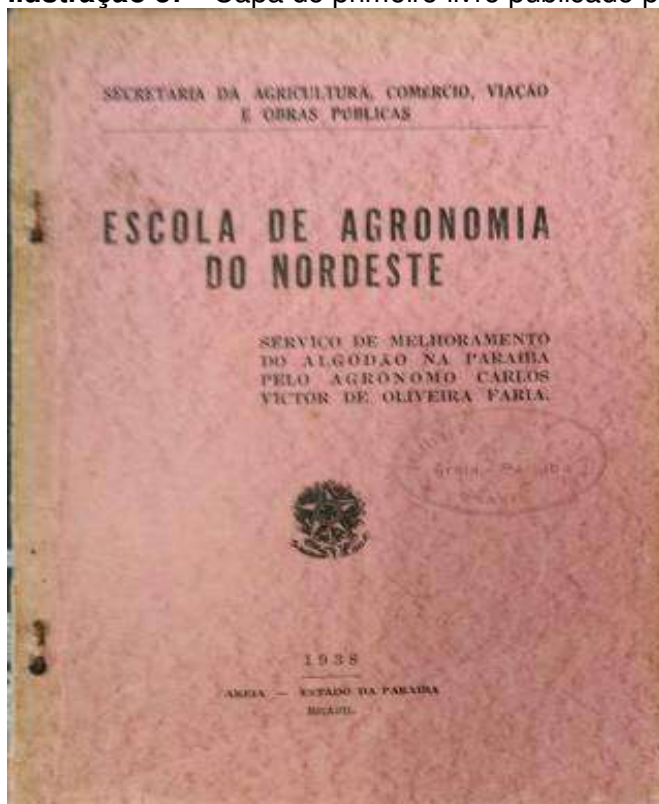
Todas as descrições referentes às pesquisas realizadas pelos departamentos,

que mencionamos nesta seção, têm como fonte os Relatórios de Atividades da EAN referentes aos anos de 1943, 1944, 1947 e 1948.

4.3.2 Produção Técnico-científica da EAN

A publicação mais antiga da Escola, localizada em nossa coleta, data do ano 1938, intitulada “Serviço de Melhoramento do Algodão na Paraíba” (Ilustração 37) de autoria de Carlos Victor de Oliveira Faria, Agrônomo, Técnico da Diretoria de Fomento da Produção e de Pesquisas Agronômicas, ligada a EAN, publicada pela Secretaria da Agricultura, Comércio, Viação e Obras, onde o autor apresenta uma súmula dos trabalhos realizados sobre melhoramento desta espécie na Paraíba, a partir de 1934.

Ilustração 37 - Capa do primeiro livro publicado pela EAN

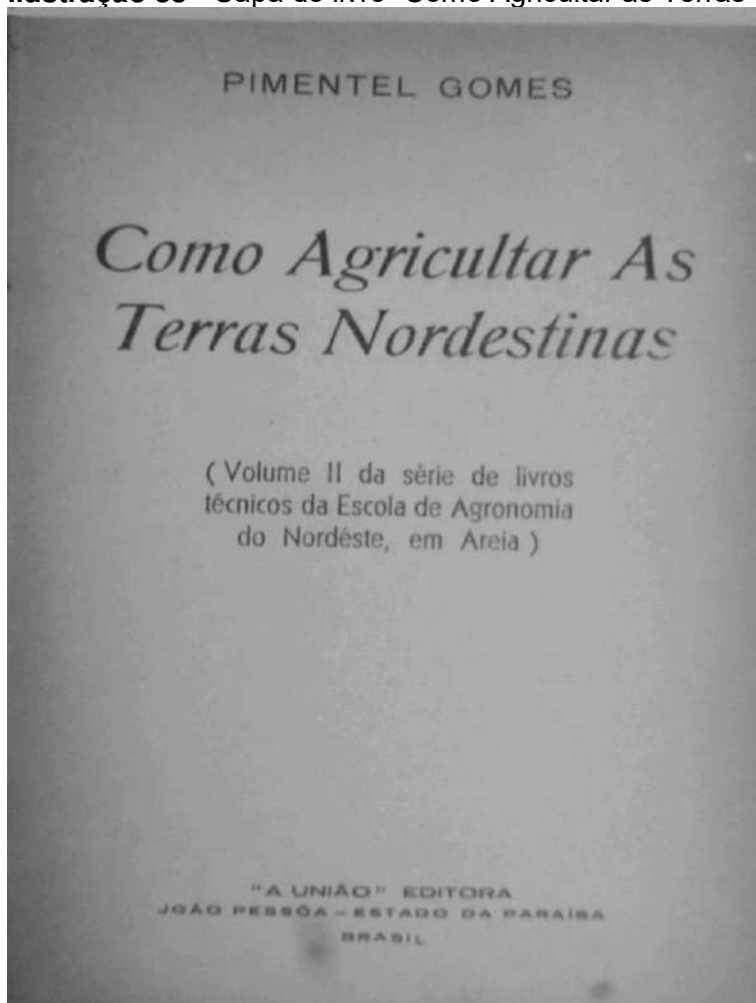


Fonte: Biblioteca Setorial Francisco Tancredo Torres/ CCA/ UFPB, 2017.

Neste mesmo ano a EAN lança uma série de livros técnicos, dos quais localizamos o volume 2, intitulado “Como Agricultar as Terras Nordestinas”

(Ilustração 38) de 1939, do escritor, cearense, Pimentel Gomes, então diretor da Escola. Este livro teve grande repercussão no âmbito agrícola, à época, oferecendo uma solução agrônômica para o problema da seca que assolava a Região. “O Nordeste, resumo, é uma região preñhe de possibilidades, capaz de muito fazer em prol do Brasil, quando perfeitamente compreendida. Apenas se faz mister adaptar ao meio métodos de agronomia que lhe sejam propícios”. (GOMES, 1939, p. 7). O autor chamou a atenção para o problema da água, que, sendo fator limitante das colheitas, precisava receber todas as atenções dos órgãos governamentais, até então desatentos à problemática da estiagem. O livro é uma reação a esta omissão, e também, à falta de estudos científicos e de técnicas de manejo do solo.

Ilustração 38 - Capa do livro “Como Agricultar as Terras Nordestinas”.



Fonte: Biblioteca Setorial Francisco Tancredo Torres/ CCA/UFPB, 2017.

Além dos trabalhos acima citados, foram encontradas outras publicações que

consta no nosso Inventário, quais sejam: livros, boletins informativos, artigos em periódicos científicos, folhetos e mapas. Na década de 1950, foi lançado o “Boletim Técnico da Escola de Agronomia do Nordeste” (Ilustração 39), mas, em razão da escassez de recursos teve periodicidade irregular, sendo extinto dez anos depois, com apenas três publicações:

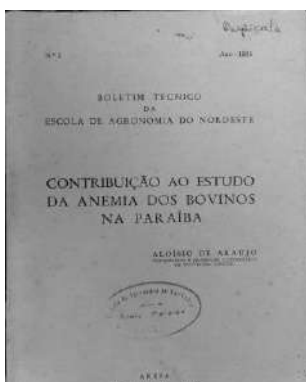
Ilustração 39 - Capas dos Boletins Técnicos da EAN



Boletim nº 1 - Lições de Silvicultura: parte 1, do professor Diniz Xavier de Andrade, 1956.



Boletim nº 2 - Lições de Silvicultura: parte 2, do professor Diniz Xavier de Andrade, 1957.



Boletim nº 3 - Contribuição ao estudo da anemia dos Bovinos na Paraíba, do professor Aloysio de Araújo, 1965.

Fonte: Biblioteca Setorial Francisco Tancredo Torres/ CCA/UFPB, 2017.

A insuficiência de recursos foi a grande causa da evasão de trabalhos científicos para outras praças editoriais fora do Estado da Paraíba. Como vimos, a

EAN desenvolveu um excelente serviço de pesquisa, enquanto Estação Experimental do Estado, que continuaria prolífera após sua federalização. Seus laboratórios eram bem equipados e a área destina à aplicação dos experimentos era privilegiada. Possuía, em seu quadro, eminentes pesquisadores e mantinha parcerias com destacados Institutos de Pesquisa. Esta herança se perpetua na atualidade, vez que a Escola é considerada até hoje, centro de referência de pesquisa na área de Ciências Agrárias, o que está patente no fato de oferecer mais cursos de pós-graduação (nove cursos) do que os próprios cursos de graduação (sete cursos). Reconhecemos, no desenvolvimento deste tópico, um vasto campo de pesquisa a ser explorado, que se bem aproveitado pode dinamizar, revitalizar a vocação agrícola do município.

4.4 ATIVIDADE DE EXTENSÃO

Nosso último grupo, não menos relevante que os demais, centra-se no conjunto de documentos do Serviço de Extensão Rural, que desde o início do seu funcionamento, mesmo sem receber verba específica para tal fim, sempre buscou ofertar esse serviço, em prol da melhoria de vida do homem do campo. As nossas fontes são, mais uma vez, os Relatórios de Atividades da EAN.

No quadro abaixo, apresentamos os principais documentos inventariados nesse grupo. Os mesmos se encontram no Arquivo do CCA/UFPB e estão arrolados em nosso Inventário, com os detalhamentos específicos (Apêndice A).

Quadro 18 - Documentos encontrados no arquivo do CCA (Grupo 4 Extensão)

Documentos	Quantidades
Relatórios de atividades	3
Relatórios de visitas	5
Diário de classes	24
Programa de disciplinas	5
Livro de registro de aula	1
Plano de trabalho	1 dossiê
Ofícios e telegramas	1 dossiê

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

A oficialização do Serviço de Extensão Rural com dotação orçamentária própria no valor de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), só veio a ser formalizada em 1955. O campo de ação para o serviço de extensão na EAN sempre foi amplo. Funcionando com apenas um curso superior, dentro de rígidos limites financeiros, a comunidade acadêmica teve a lucidez suficiente para abrir um leque de ações extensionistas, indo ao encontro das necessidades da população local, estadual, regional e até internacional.

Com uma ampla horta escolar, mantinha, ao longo de décadas, o fornecimento de hortaliças na feira livre da cidade de Areia. Enviava, em média, 500 quilos de hortaliças para os mercados vizinhos. Em 1943, firmou acordo, com a Comissão Brasileira Americana, para o abastecimento de hortaliças nos mercados de João Pessoa e Natal. Forneceu também gêneros para alimentar os soldados na Segunda Guerra Mundial, gêneros estes, exportados pela Base Aérea de Natal. Depois do acordo, a horta da Escola ganhou fama nacional, sendo reconhecida como destacado centro agrônomo, propalado pela imprensa escrita e radiofônica, considerada a maior horta do Brasil, de acordo com seu Relatório de Atividades de 1943.

Ilustração 40 - Cultura do pimentão na EAN, década de 1940

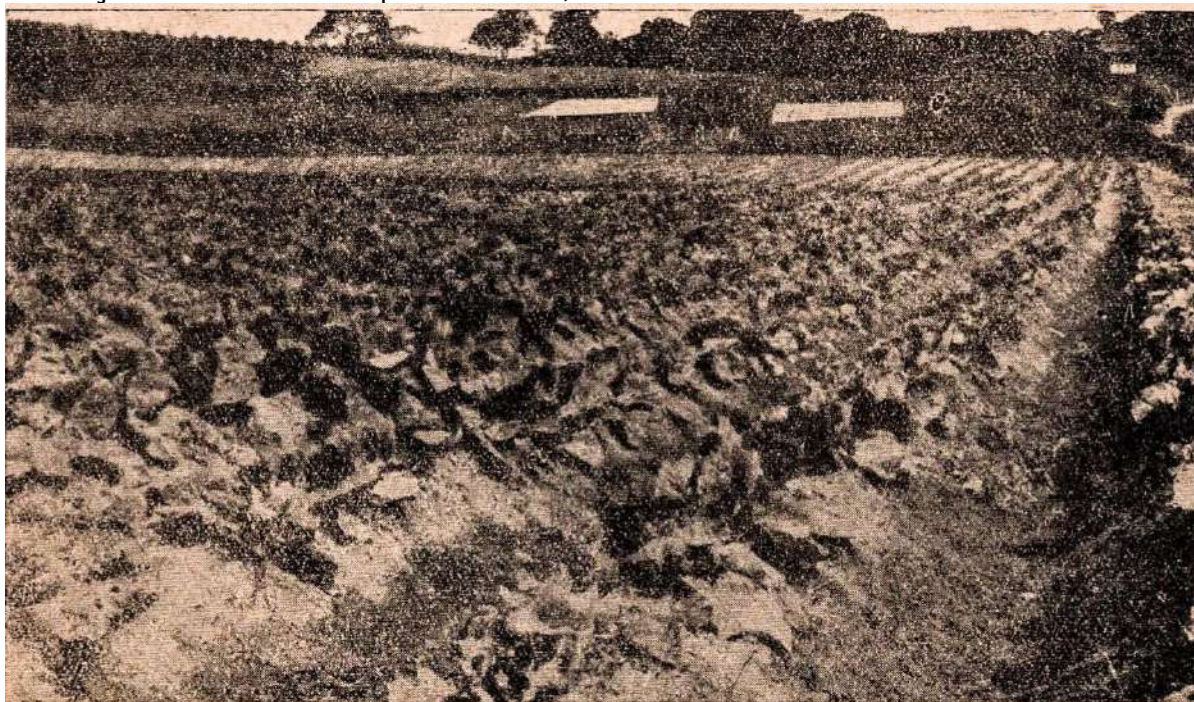


Fonte: Escola de Agronomia do Nordeste, 1950.

A Comissão Brasileira Americana solicitou gêneros em quantidade correspondente a uma área de oito hectares, sendo dois de repolho, dois de tomate, um de quiabo e três com cenoura, cebola, beterraba, melão, melancia e pimentão (Ilustração 40). A Comissão forneceu a matéria orgânica e química, além de todo material e operariado necessário e em 1 de julho de 1943, pouco menos de 3 meses após o acordo, a Escola iniciou a exportação das hortaliças para a base de Natal. O aumento do consumo exigiu a ampliação da área da horta. Uma nova horta, com quatro hectares, foi construída em Remígio, então distrito de Areia. O destaque não se limitava à quantidade de hortaliças produzidas, mas, principalmente, à qualidade dos produtos. Em razão do surgimento da praga “*Plutella maculepens*”⁵⁸ (*sic*), foi criada uma outra horta na propriedade Jardim, pertencente à Escola, para o cultivo do repolho (Ilustração 41) de acordo com seu Relatório de Atividades de 1943, a horta atingiu uma produção de mais de 40 mil quilos de hortaliças.

⁵⁸ Nome da praga grafado como aparece no Relatório de Atividades da EAN de 1943. A grafia correta é *Plutella maculipennis*, espécie de insetos *lepidópteros*, mais especificamente de traças, pertencente à família *Plutellidae*.

Ilustração 41 - Cultura do repolho na EAN, década de 1940



Fonte: Escola de Agronomia do Nordeste, 1950.

Outras atividades eram realizadas, pelo Serviço de Extensão Agrícola da EAN, através do Serviço de Veterinária, que, apesar de não dispor de infraestrutura⁵⁹ para atender a enorme demanda, realizava consultas, efetuava vacinações em animais, em colaboração com Serviço de Defesa Animal da Inspeção Regional do Departamento Nacional de Pesquisa Agropecuária, do Estado da Paraíba, realizava pequenas cirurgias em animais do município e da região, no ano de 1943, de acordo com seu Relatório de Atividades, realizou 150 consultas e atendeu 92 animais, incluindo intervenções cirúrgicas. A Escola também fazia distribuição de sementes e mudas aos agricultores, prefeituras e associações rurais de Areia e das cidades vizinhas. Tinha um excelente trabalho de arborização, com meta anual de plantação de espécies florestais, para serem plantadas na Escola e em seu entorno.

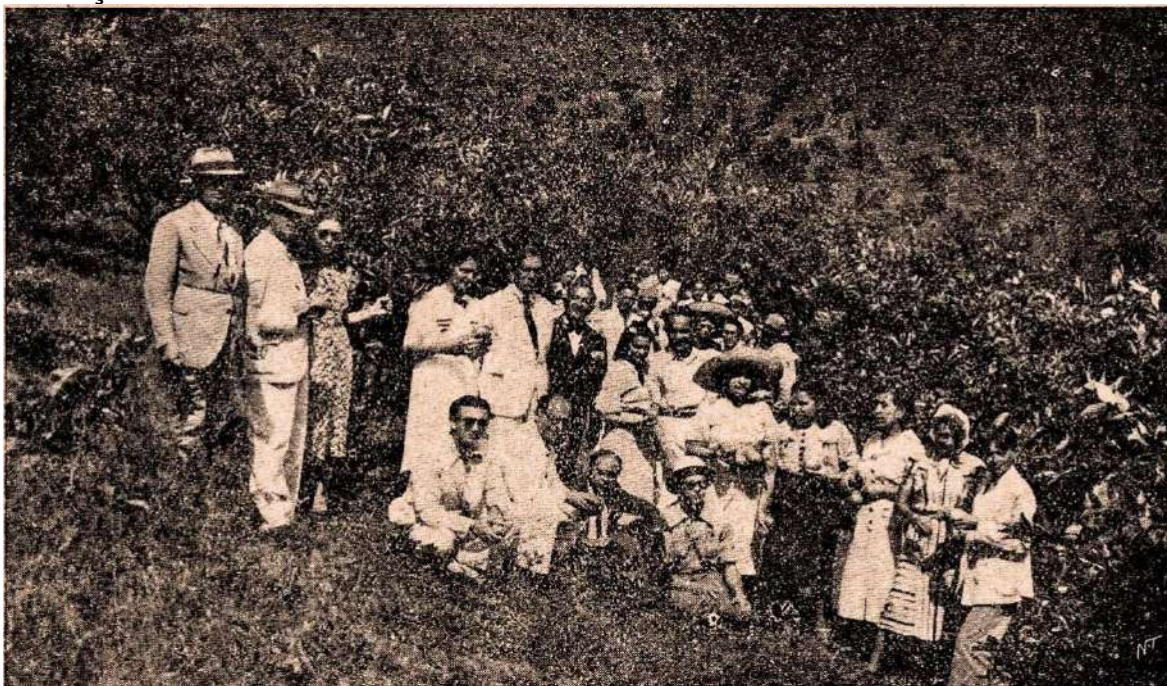
Promovia cursos extras e de férias para diretores de grupos escolares em férias, professores rurais e alunos da EAN (Ilustrações 42 e 43); exposições agrícolas; festividades alusivas ao dia da árvore; competições esportivas; cursos para fazendeiros em Semanas Ruralistas; cursos de extensão agrícola para

⁵⁹ No Relatório de Atividades da EAN de 1948, há uma citação da construção de um hospital veterinário, iniciado neste ano.

agrônomos; cursos para operários rurais; trabalhos educativos para as populações rurais, nas áreas agrícola, doméstica e sanitária. Todas estas atividades que conferiam visibilidade à Escola, de modo que aquela casa de educação se destacava no contexto do município, com excepcional evidência.

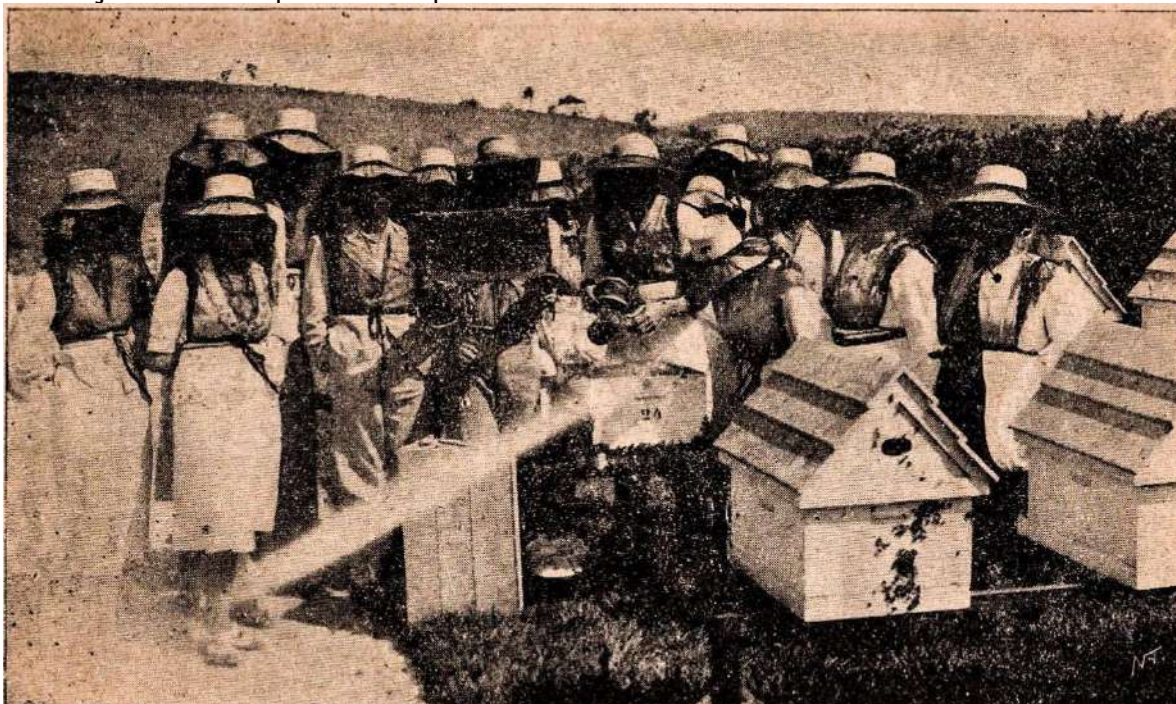
A Semana Ruralista era realizada em conjunto com a paróquia de Areia, tendo em vista que o professor Ruy Vieira, seu idealizador, era também vigário da cidade. Teve início em 1952, com tal sucesso, que passou a fazer parte do calendário da Escola, atraindo grande número de agricultores, além de vários técnicos, do clero paraibano e sacerdotes de outras dioceses.

Ilustração 42 - Diretores de escolas em Curso de Férias na EAN



Fonte: Escola de Agronomia do Nordeste, 1950.

Ilustração 43 - Aula prática de Apicultura em curso de Férias



Fonte: Escola de Agronomia do Nordeste, 1950.

A EAN realizou em 1955, nas dependências do Colégio Santa Rita, um Curso Intensivo de Férias, de caráter extensionista para professoras rurais, em colaboração com a Secretaria Estadual da Educação, com o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), e com Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) de Campina Grande. Das quarenta participantes, vinte e seis foram aprovadas e, para as quatro primeiras classificadas, foram concedidas bolsas para estudo, nas Escolas de Economia Doméstica e de Enfermagem, localizadas em João Pessoa. Tendo em vista o seu sucesso, este curso de extensão passou a ser ofertado anualmente, nos mesmos moldes.

4.4.1 Centro de Economia Doméstica

Abrimos esta subseção para ressaltar o curso de extensão de maior repercussão oferecido pela EAN. Trata-se do Curso de Economia Doméstica, desdobrado da disciplina do mesmo nome, cujas práticas eram realizadas especialmente por estudantes do sexo feminino. Criado em 1955 e ministrado na própria sede da Escola, teve início no mês de julho, com 20 alunas. Neste mesmo

ano foi ministrado também na Escola Doméstica Rural “Nossa Senhora de Fátima”, na Vila de Remígio, então, pertencente ao município de Areia e mantida pela Paróquia.

Este curso também passou a fazer parte do calendário da Escola, sendo realizado em parceria com as Prefeituras, Paróquias e Associações Rurais Municipais. Um ano depois, com seu orçamento dobrado de um milhão, para dois milhões de cruzeiros, foram implantados mais dois Centros, sendo um na cidade de Alagoa Nova e outro em Esperança. O efeito multiplicador deste curso permitiu que em menos de cinco anos fossem criados dezessete Centros de Treinamento de Economia Doméstica, todos mantidos pela Escola de Agronomia do Nordeste, com verba do Serviço de Extensão Agrícola, em parceria com órgãos locais, beneficiando amplamente a população urbana e rural. Conseguiu até 1968, uma média de 5.500 matrículas e 4.400 concluintes. As disciplinas ofertadas eram:⁶⁰:

- a) Administração do Lar;
- b) Arte Culinária e Indústrias Rurais Caseiras;
- c) Corte e Costura;
- d) Trabalhos Manuais;
- e) Tecelagem;
- f) Noções de Agricultura (jardinagem e horticultura);
- g) Higiene e Puericultura;
- h) Português e Aritmética;
- i) Enfermagem e Primeiros Socorros.

Cada Centro de Treinamento era composto por uma equipe formada por quatro professoras e uma servente. Todas eram funcionárias do quadro pessoal do Ministério da Agricultura. Os Centros de Treinamento tinham como principais objetivos:

- a) Ofertar educação doméstica à família rural;
- b) Elevar o nível econômico e social das comunidades rurais;
- c) Oferecer conhecimentos gerais às alunas para bem servirem à comunidade.

⁶⁰ O programa destes cursos, constitui o Anexo C deste trabalho.

A seleção das candidatas considerava como critérios objetivos de seleção: a idade (16 anos completos) e o nível de instrução (alfabetização). O critério subjetivo priorizava a receptividade demonstrada pelas candidatas. Ao final do curso as mesmas estavam habilitadas para qualquer função dentro do lar. Na festa de conclusão do curso, as participantes eram solenemente certificadas e seus trabalhos eram expostos, conforme podemos observar na programação do convite (Ilustração 44) e colocados à venda, sendo o lucro revertido para os próprios Centros.

Ilustração 44 - Convite dos concluintes do Curso de Economia Doméstica Rural da cidade de Remígio



Fonte: Arquivo do CCA/UFPB, 2017.

O curso tinha duração de um ano e foi ministrado, ao longo de sua vigência, em vinte e uma comunidades rurais circunvizinhas. Conforme o quadro a seguir.

Quadro 19 - Centros de Treinamento de Economia Doméstica

Nº	Município	Distância da EAN	Matriculadas até 1966	Concluinte até 1966	Ano da Fundação
1	Areia	3,0 km	292	201	1955
2	Remígio	11,7 km	278	208	1955
3	Esperança	22,5 km	331	245	1956
4	Alagoa Nova	22,4 km	314	256	1956
5	Serraria	40,0 km	292	236	1957
6	Pilões	27,0 km	365	315	1957
7	Caiçara	105,7 km	266	224	1957
8	Pocinhos	50,3 km	266	243	1957
9	Fagundes	77,0 km	302	257	1957
10	Serra Redonda ⁶¹	41 km	54	48	1957
11	Massaranduba	62,0 km	238	210	1958
12	Alagoa Grande	20,0 km	273	202	1958
13	Picuí	105,0 km	295	223	1958
14	Lagoa de Roça	33,4 km	224	188	1958
15	Barra de Santa Rosa ⁶²	59 km	74	43	1958
16	Lagoa Seca	40,4 km	252	195	1958
17	Boa Vista	95,0 km	207	165	1959
18	Nova Floresta ⁶³	107 km	116	85	1960
19	Gurjão ⁶⁴	125 km	103	73	1962

⁶¹ Transferido para Boa Vista em 1959.

⁶² Transferido para Nova Floresta em 1960.

⁶³ Transferido para Campina Grande em 1965.

20	Puxinanã	48,0 km	61	47	1965
21	Campina Grande	47,1 km	63	20	1965

Fonte: Relatório de Atividades da EAN, 1967.

Em 1962, o Serviço de Extensão agregou mais uma parceria para otimizar os Cursos de Economia Doméstica, ao firmar convênio com o Conselho Regional de Serviço Social Rural (CRSR). A partir deste convênio, sete Centros passaram a contar com suporte do CRSR, contando também com o apoio das Prefeituras, Paróquias e Associações Rurais locais.

Os convênios celebrados pela Escola junto a outros órgãos fortaleciam cada vez mais o seu serviço de Extensão. Em 1965, a EAN celebrou outro convênio com a Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural (ANCAR) - Paraíba, visando a difusão do ensino de extensão rural e a sua aplicação prática através de ação conjugada das duas instituições. Foi a partir deste convênio que a Escola inseriu a disciplina Sociologia e Extensão Rural nos programas dos Cursos, que em seu primeiro ano contou com professor cedido pela própria ANCAR.

Se considerarmos o demorado percurso da extensão no Brasil, é forçoso que reconhecemos o pioneirismo da EAN, neste pilar da Educação Superior. Senão, vejamos:

A extensão universitária teve início no Brasil entre os anos de 1911 e 1917, na Universidade Livre de São Paulo, através de conferências e semanas abertas ao público, mas não tratavam de temas relacionados aos problemas sociais e políticos da época. Foi regulamentada em 1931, com o Decreto do “Estatuto da Universidade Brasileira”⁶⁵. Porém, as atividades de extensão limitavam-se à divulgação de pesquisas direcionadas para uma camada privilegiada da população. Somente na década de 1960, encampou ações que visavam à inserção das camadas menos privilegiadas, na realidade sócio-econômica, política e cultural do Brasil. Datam

⁶⁴ Transferido para Puxinanã em 1965.

⁶⁵ A Educação Superior Brasileira tem como um dos primeiros marcos estruturais de regulação legislativa o Estatuto das Universidades Brasileiras promulgado em 11 de abril de 1931, na gestão de Francisco Campos à frente do Ministério da Educação e Saúde Pública. Na mesma data são baixados mais dois decretos-leis: o da Criação do Conselho Nacional de Educação (CNE) e o da Organização da Universidade do Rio de Janeiro (URJ).

dessa década, as parcerias público-privadas, as ações interdisciplinares e a equiparação da atividade extensionista, a estágio curricular, durante o período de férias (NOGUEIRA; 2005).

Nossa EAN, situada no pequenino Estado da Paraíba, exerceu a extensão desde a sua criação 1936, direcionando suas ações às classes populares. Portanto, vinte e três anos antes desta mudança de concepção em nível nacional.

4.5 A INTEGRAÇÃO À UFPB

Durante os primeiros quatorze anos (1936-1950), a EAN esteve subordinada à Secretaria de Viação e Obras Públicas do Estado da Paraíba, com escassa provisão orçamentária, complementada por subvenção do Governo Federal, através do Ministério da Agricultura. Diplomou neste período diminutas turmas de alunos, mantendo-se em funcionamento por sua importância como Estação Agrícola Experimental e pela influência política dos próceres que a criaram, quando várias outras Escolas de Agronomia vinham fechando as portas.

Sua federalização, obtida através da Lei nº 1.055, de 16 de janeiro de 1950, a partir do esforço de todos os segmentos acadêmicos, só foi efetivada um ano depois, mais uma vez pela intervenção de José Américo de Almeida, então governador da Paraíba. Reconciliado com Getúlio Vargas, presidente eleito, exigiu do mesmo o reconhecimento da federalização da Escola, com todo o patrimônio e pessoal existente, questão de importância para o seu Estado. Reconhecida em 8 de novembro de 1951, ficou diretamente subordinada à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, do Ministério da Agricultura.

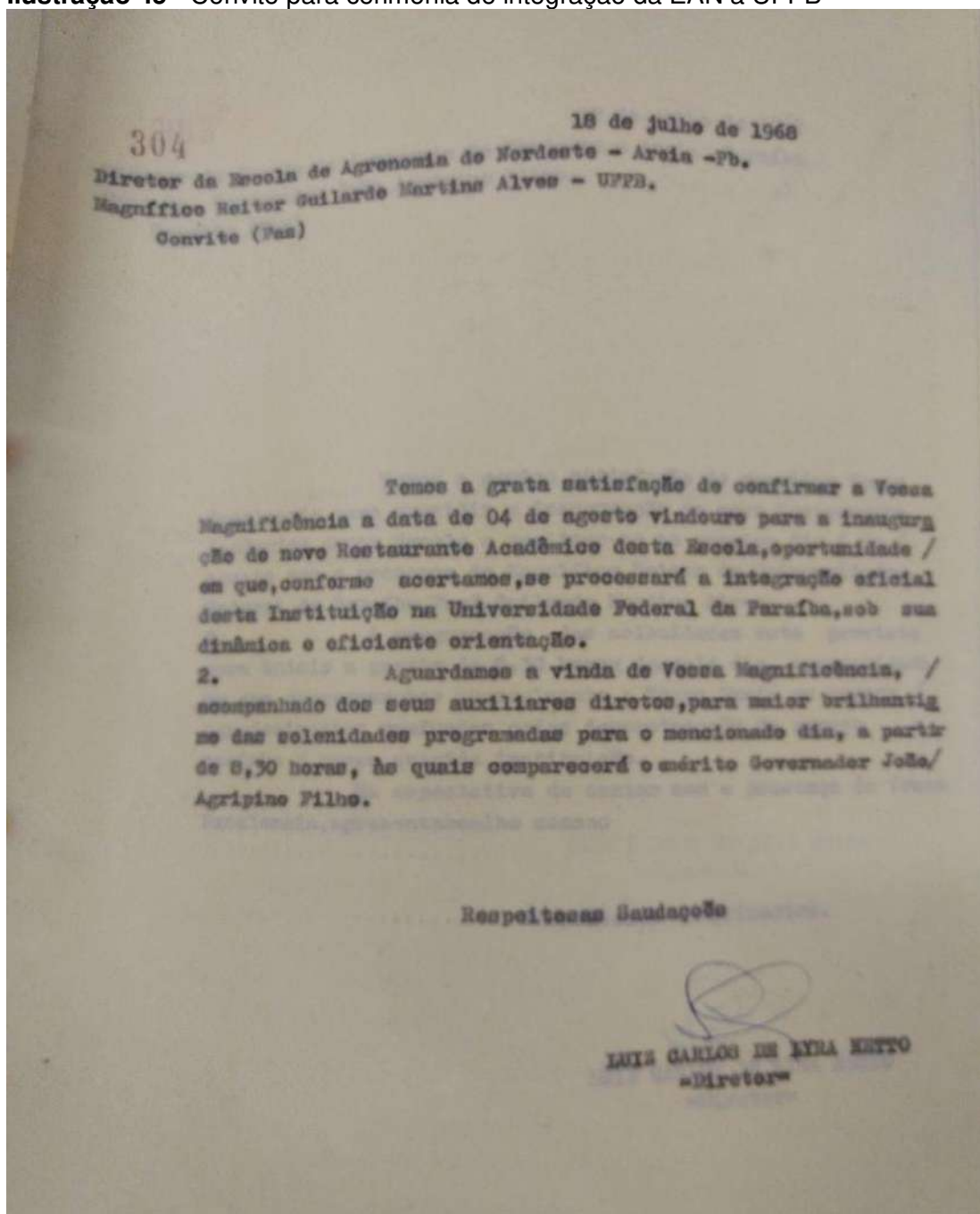
Estava a EAN consolidada. Não obstante, continuaria afetada pela exiguidade da provisão orçamentária. Suas maiores dificuldades residiam na precariedade da infraestrutura para os alunos (hospedagem e alimentação). Com a celebração de convênios, começava um período de crescimento que se fez notar principalmente na ação extensionista e nas atividades de ensino. Subordinada à União, ficou vinculada ao Ministério da Agricultura até 1966, inicialmente à Superintendência de Ensino Agrícola e Veterinário (SEAV), depois ficou por pouco tempo ligada ao Instituto de Pesquisa Agrônômica do Nordeste (IPEANE). Com a Lei Delegada nº 9, de 11 de

outubro de 1962, que reestruturou o Ministério da Agricultura passou novamente a ligar-se a SEAV, agora com autonomia administrativa e didática (Lei de Diretrizes e Bases da Educacional Nacional) e Orçamentária.

Ao ensejo das lutas pela federalização da Universidade da Paraíba, também idealizada por José Américo, a EAN manifestou-se no sentido de agregar-se ao projeto como unidade universitária, através de emenda interposta pelos deputados Abelardo Jurema, os Deputados João Agripino Filho e Plínio Lemos, sendo seu pleito, rejeitado, para não obstacular a celeridade requerida no projeto. Como alternativa de encaminhamento, foi sugerida sua transferência do Ministério da Agricultura para o Ministério da Educação e Cultura, condição que só viria a se concretizar em 19 de maio 1967, através do Decreto nº 60.731, que transferiu para o Ministério da Educação e Cultura os órgãos de ensino vinculados ao Ministério da Agricultura.

Em 1968, quando a Universidade da Paraíba já contava 8 anos de federalização, a EAN finalmente foi a ela agregada, por força do Decreto nº 62.715, de 16 de maio de 1968, o ato oficial de integração da EAN à UFPB se deu no dia 04 de agosto de 1968, junto com a inauguração do Novo Restaurante, em uma sessão extraordinária da Congregação da EAN, no auditório do Colégio Santa Rita, contando com a presença do Governador João Agripino e do então Reitor da UFPB, Guilardo Martins, conforme apresentado na Ilustração 45 a seguir:

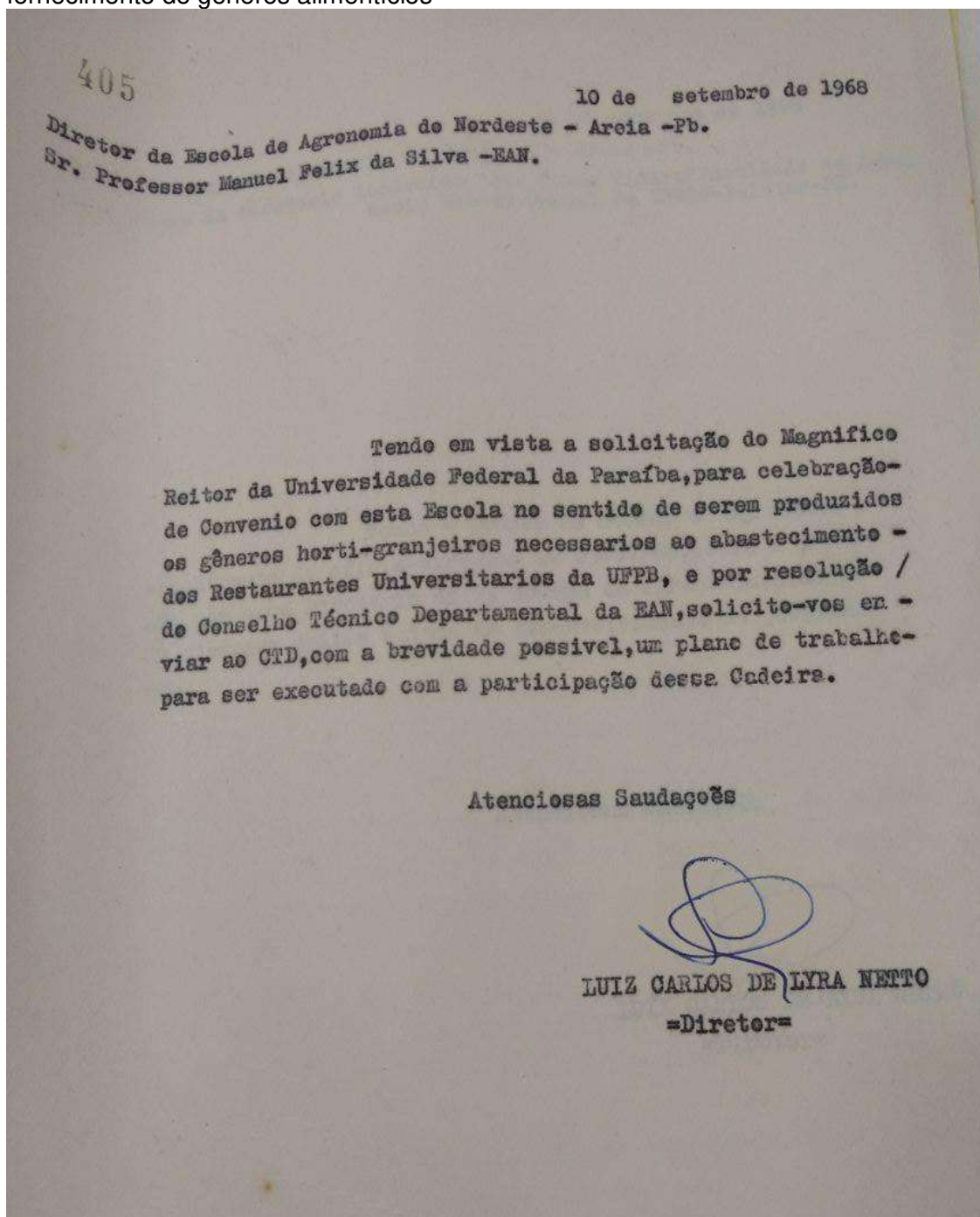
Ilustração 45 - Convite para cerimônia de integração da EAN a UFPB



Fonte: Arquivo do CCA/UFPB, 2017.

Logo após a Federalização da EAN, foi celebrada com a UFPB, parceria para abastecimento do Restaurante Universitário do Campus I, da UFPB – João Pessoa com gêneros hortifrutigranjeiros produzidos no Campus de Areia, conforme pode ser visualizado no documento a seguir:

Ilustração 46 -: Correspondência alusiva à parceria entre a EAN e a UFPB, para fornecimento de gêneros alimentícios



Fonte: Arquivo do CCA/UFPB, 2017.

Fechamos provisoriamente estas memórias, com a clara consciência de que muito ficou pelo caminho, mas com a determinação de retornar para recompor um quadro histórico de muitas glórias para a Educação Superior paraibana e brasileira. Conforta-nos a esperança de encontrar parceiros para esta jornada. Atualmente, a complexificação das sociedades, onde a totalidade pode ser vista também a partir

dos localismos, da valorização das vocações regionais, e da necessidade de distribuição equânime da população no território visando o seu desenvolvimento, vem ensejando mais uma vez a alteração do quadro do Ensino Superior da Paraíba.

Acompanhando estes deslocamentos, a Escola de Areia manifesta-se como entidade inquieta, ambulante e itinerante. Esta processualidade é como um estigma, que se verifica em todos os períodos evolutivos da Escola de Areia e que atesta sua importância para um Estado cuja economia é assentada no setor agrícola. Vislumbra-se mais uma vez uma mudança em sua identidade institucional, ante a possibilidade de sediar a Universidade Federal do Brejo Paraibano (UFBP), aglutinando os campi de Areia e Bananeiras, inclusive com a criação de novos cursos e de um novo campus na cidade Guarabira (POLARI, 2012). Neste sentido, também tramita, na Câmara Federal, Projeto de Lei proposto pelo deputado Efraim Filho, em 2017, para a criação da Universidade Federal do Brejo Paraibano, com sede e foro no Município de Areia, Estado da Paraíba, mediante seu desmembramento da Universidade Federal da Paraíba. Que venham os novos desafios para afirmar a sua identidade

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A distribuição do tempo acadêmico, em função da sua dinâmica e dos seus custos financeiros, determina, para cada curso, a sua culminância e o seu término, sendo forçoso apresentarmos os resultados dos nossos estudos em prazos previamente estabelecidos. Reportando-nos novamente à problemática que gerou esta pesquisa: é possível reconstituir a memória institucional da EAN a partir de achados documentais, parciais e descontínuos? Embora tenhamos consciência do esforço empreendido para respondê-la, temos, igualmente, a certeza de que ela permanece em aberto. Momentaneamente, damo-nos por satisfeita na certeza de que a memória de uma instituição se constitui do resgate, da valorização e da recuperação dos seus documentos históricos que foram idealizados, elaborados, vividos e que cumpriram suas finalidades jurídica, administrativa e educativa, em um tempo pretérito, permanentemente aberto à ressignificação, em um leque de possibilidades que extrapolam os objetivos desta pesquisa.

O objetivo inicial de ressignificar a memória da Escola de Agronomia do Nordeste, a partir das suas fontes documentais, com vistas à elaboração de um catálogo do seu acervo, no interstício 1934-1968, exigiu a redefinição em face da magnitude e dispersão dos achados de campo, reclamam o nosso retorno para novas empreitadas. Este trabalho nos permitiu inventariar o acervo encontrado como condição necessária para a futura realização do pretendido catálogo.

O arquivo, opostamente à noção de depósito inerte, morto e estático é um espaço continuamente aberto à ressignificação. Os achados inventariados a partir desta pesquisa, e muitos outros ainda por serem resgatados, são fontes potenciais para despertar a motivação de pesquisadores, com acuidade, sensibilidade e curiosidade intelectual. De cada espécie documental encontrada, podemos desdobrar estudos interessantes e úteis à comunidade, que revitalizem a EAN, o CCA e a própria UFPB, no ensino, na pesquisa, na extensão, nas áreas da educação, economia rural, sociologia, história, administração rural, ciência da informação, arquitetura entre outras áreas.

A incompletude deste trabalho sobre a memória da EAN nos inquieta, sobretudo, quando, por exemplo, ao questionarmos os documentos, não tivemos a

possibilidade de recorrer aos seus autores. Embora não tenha sido este nosso objetivo, reconhecemos a necessidade de resgate de outras faces da história da EAN, antes que perca a possibilidade de coleta da memória oral interrogando seus protagonistas (alunos, professores e funcionários) que ainda estão entre nós.

Grande parte do acervo da EAN, não limitado ao arquivo, ainda está à espera de tratamento. Todos os seus lugares de memória, nos provocam a interrogá-los, desde o aclave fronteiro ao prédio pioneiro da Escola, que abriga até hoje em gigantescas letras “E A N”, a identidade primeira da instituição, passando pelo orquidário desativado, a vila dos professores situados no ápice da pirâmide social, no município de Areia, a praça com as placas de concluintes fixadas ao chão, junto da árvore-símbolo de cada turma, plantada por eles, desde a primeira diplomação, entre tantos outros lugares carregados de memórias de um tempo tão ricamente vivido.

Esperamos, com essa pesquisa, ter apresentado um retrato da EAN que revele a sua grandeza para Ensino Superior Agrícola no município de Areia, no Estado da Paraíba e no Brasil; situando a Escola como espaço vivo da Universidade Federal da Paraíba, para os gestores, comunidade acadêmica, pesquisadores, e população em geral, abrindo-se ao porvir.

Os achados apontam para delimitação de três importantes momentos que imprimem identidade plural à EAN: o primeiro, inicia-se com a inauguração da Escola, em 1936 e vai até sua a federalização em 1950, no qual a Escola, se destacou por seu caráter de Pesquisa e Estação Agrícola Experimental. O segundo, compreende a década de 1950, quando a Escola, embora já oferecesse serviço de extensão rural, recebeu pela primeira vez, em 1955, verba específica para incremento desta atividade, com destaque para as Feiras Ruralistas, a partir de 1952⁶⁶, e para a criação dos Centros Domésticos de Artesanato Feminino, a partir 1955. O terceiro, abarca a década de 1960 até a integração da EAN à UFPB, em 1968, quando, já estabelecida como Instituição de Ensino, com a estrutura consolidada, dispondo de internato e restaurante, o ensino se sobressaiu sobre as demais atividades, ampliando o número de formandos, de dois a cinco agrônomos por turma nas décadas anteriores, para trinta a quarenta agrônomos. Estes três

⁶⁶ Programação dessa primeira feira pode ser encontrada no Anexo E deste trabalho.

momentos da história da EAN abrem uma série de possibilidades para pesquisadores em diversas áreas do conhecimento.

Os resultados desta pesquisa foram sistematizados e inseridos em um Inventário que segue em Apêndice, o qual esperamos ser um instrumento de pesquisa, de acesso ao acervo, uma ferramenta de preservação da memória da EAN, e um primeiro passo para a implantação de um Centro de Memória, físico e virtual, onde possamos colocar os dados aqui coletados, alimentando a cada novo achado.

Seria inconcebível para a UFPB, enquanto sede do conhecimento, preterir uma memória institucional tão rica de possibilidades para dinamizar o funcionamento do atual CCA, de cuja identidade é herdeiro. A Escola continua viva para as gerações coetâneas à EAN, que anualmente retornam à sua casa de formação, fiéis ao pensamento do seu criador, José Américo de Almeida: “Ninguém se perde no caminho da volta, porque voltar é uma forma de renascer”. Continua também pulsante, no seio da UFPB como sua precursora. Continua viva para o município de Areia, para o Estado da Paraíba e para o Brasil.

Novos cursos foram implantados; horizontes foram alargados, desafios, muitos, estão por vir. Esperamos que os que ora militam e aqueles que virão sejam propulsores do seu progresso, guardiões da sua memória e construtores da sua identidade. A EAN nasceu itinerante, e continuará crescendo, na expectativa de sediar a nova “Universidade Federal do Brejo da Paraíba”. Seja qual for o destino a ela reservado, que bons ventos a conduzam, altaneira, aos novos desafios

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Horácio de. **Brejo de Areia**: memórias de um município. Brasília: MEC, 1958.

ARAÚJO, Luiz Carvalho. **Jubileu de ouro das Ciências Agrárias na Paraíba**. Areia: UFPB/CCA, 1986. (Palestra proferida pelo professor Luiz Carvalho de Araújo, primeiro diretor da EAN em comemoração aos 50 anos do CCA).

ARÓSTEGUI, Júlio. **A pesquisa histórica**: teoria e método. Bauru, SP: Rfudv, 2006.

AZEVEDO NETO, Carlos Xavier. Informação e memória: as relações na pesquisa. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, Dourados, v. 1, n. 2, jul./dez. 2007. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/412/302>>. Acesso em: 30 maio 2016.

BARBOSA, Andréia Arruda. O lugar da memória institucional nas organizações complexas. In: CONGRESSO BRASILEIRO CIENTÍFICO DE COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL E DE RELAÇÕES PÚBLICAS, 4., 2010, Porto Alegre, **Anais...** Porto Alegre: Abrapcorp, PUCRS, 2010. Disponível em: <http://www.abrapcorp.org.br/anais2010/GT2/GT2_Andreia.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2017.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 4.ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 2006.

BERETTA, Cláudio Catani. **Tração animal na agricultura**. São Paulo: Nobel, 1988.

BERNARDES, Ieda Pimenta. Gestão documental e direito de acesso: interfaces. **Acervo**: Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 164-179, jul./dez. 2015. Disponível em: <<http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/616/667>>. Acesso em: 05 out. 2017.

BEZERRA, Francisco Chaves. **O ensino superior de História na Paraíba (1959-1974)**: aspectos acadêmicos e institucionais. 2007. 140f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2007.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 4.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

BRASIL. Conselho Federal de Biblioteconomia. **Código de Ética**: Resolução CFB n.º 42 de 11 de janeiro de 2002. Disponível em: <http://www.cfb.org.br/wp-content/uploads/2017/01/Resolucao_042-02.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2017.

_____. Conselho Nacional de Arquivos. Arquivo Nacional. **Classificação, temporalidade e destinação de documentos de arquivo relativos às atividades-meio da administração pública**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/Codigo_de_classificacao.pdf>. Acesso em: 05 maio de 2017.

_____. **Constituição da República do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, Subsecretária de Edições Técnicas, 1988.

_____. Decreto nº 5.347 de 6 de março de 1940. **Diário Oficial [da] União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 abr. 1940. Seção 1, p. 6985. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-5347-6-marco-1940-341302-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 04 set. 2016.

_____. Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931. **Diário Oficial [da] União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 15 abr. 1931. Seção 1, p. 5800. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 15 out. 2017.

_____. Decreto nº 60.731, de 19 de maio de 1967. **Diário Oficial [da] União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 22 maio 1967. Seção 1, p. 5543. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-60731-19-maio-1967-401466-norma-pe.html>>. Acesso em: 04 set. 2016.

_____. Decreto nº 62.715, de 16 de maio de 1968. **Diário Oficial [da] União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 21 maio 1968. Seção 1, p. 4065. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-62715-16-maio-1968-403841-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 04 set. 2016.

_____. Decreto-Lei nº 06 de 16 de julho de 1934. **Diário Oficial [da] União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 jul. 1934. Seção 1, p. 24056. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm>. Acesso em: 02 fev. 2017.

_____. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. **Diário Oficial [da] União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 06 dez. 1937. Seção 1, p. 24056. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm>. Acesso em: 02 fev. 2017.

_____. Lei nº 1.055, de 16 de janeiro de 1950. **Diário Oficial [da] União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 jan. 1950. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L1055.htm>. Acesso em: 05 nov. 2016.

_____. Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 09 jan. 1991. p. 455. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm>. Acesso em: 15 maio 2017.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial [da] União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. p. 27833. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 03 mar. 2017.

_____. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 15 abr. 2004, p. 3. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm>. Acesso em: 15 maio 2017.

_____. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 18 nov. 2011, Edição extra, p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 15 maio 2017.

_____. Portaria nº 61, de 31 de outubro de 2007. **Diário Oficial [da] União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 nov. 2007. Seção 1, p. 15. Disponível em: <http://mow.arquivonacional.gov.br/images/pdf/PortariaMinC61_regulamentoMOWBrasil.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2017.

BURKE, Peter; ODÁLIA, Nilo. **A escola dos anales 1929-1989**: a revolução francesa da historiografia. São Paulo: UNESP, 1991.

CAMPELLO, Bernadete. **Introdução ao controle bibliográfico**. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2006.

CAPDEVILLE, Guy. O ensino superior agrícola no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 72, n. 172, p. 229-261, set./dez. 1991.

CARPES, Franciele Simon; FLORES, Daniel. O arquivo universitário e a memória da universidade. **Informação. & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v. 23, n. 3, p. 13-22, set./dez. 2013.

CASTELO BRANCO, Uyguciara Velôso. **A construção do mito do “meu filho doutor”**: fundamentos históricos do acesso ao ensino superior no Brasil – Paraíba. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2005.

CASTRO, Celso. **Pesquisando em arquivos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, 2008. Disponível em:
<https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1932953/mod_resource/content/1/CELLARD%20Andr%C3%A9_An%C3%A1lise%20documental.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2016.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, p. 05-15, set./dez., 2003. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/0D/rbedu/n24/n24a02.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2017.

COELHO, Kleymer Julio Freire. A Escola de Agronomia do Nordeste e o Centro de Ciências Agrárias. In: FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra; FERNANDES, David (Orgs). **UFPB 50 anos**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2006. p. 47-48.

COOPER, Donald R.; SCHINDLER, Pamela S.; ABREU, Iuri Duque. **Métodos de pesquisa em administração**. 10.ed. Porto Alegre: Bookman, 2011.

CORREIA, Maria Ivete Martins. **Educação católica, gênero e identidades**: o Colégio Santa Rita de Areia na História da Educação Paraibana (1937 – 1970). 2010. 366 f. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Educação. Universidade Federal da Paraíba, 2010.

COSTA, Icléia Thiesen Magalhães. Memória institucional: um conceito em definição. **Informare**: cadernos do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 45-51, jul./dez., 1995.

DAHER, Andrea. **A oralidade perdida**: ensaios de histórias das práticas letradas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 2012.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonne S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 230 p. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2016.

DIEHL, Astor Antônio. **Cultura historiográfica: memória, identidade e representação**. Bauru, SP: EDUSC, 2002. (Coleção História).

ESCOLA DE AGONOMIA DO ESTADO DA PARAÍBA: Autographos. Areia, 1936. [Manuscrito, Livro de autógrafos com data de abertura no dia da inauguração da Escola, 15 de abril de 1936].

ESCOLA DE AGONOMIA DO NORDESTE: estabelecimento federal. Areia, 1950.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Dicionário online**. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/gratuliano-da-costa-brito>>. Acesso em: 10 out. 2017.

GALDINO, Antônio. **A energia de Paulo Afonso muda a história do Nordeste há 60 anos**. Folha Sertaneja, Paulo Afonso, BA, 16 jan. 2015. Disponível em: <www.folhasertaneja.com.br/noticia_impressao.kmf?cod=21866407&pdf=1>. Acesso em: 05 jan. 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2009.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (Orgs.) **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 2008. Disponível em: <<https://www.scribd.com/document/246283184/A-Invencao-das-Tradicoes-Eric-Hobsbawm-pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2016.

HOUAISS, Antonio (Ed.). **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

JORNAL A UNIÃO, João Pessoa: A União, 12 maio 1936.

JORNAL A UNIÃO, João Pessoa: A União, 15 abr. 1936.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Editora UFMG; Artmed, 1999.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5.ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

LIMA, José Alves de. **Escola de Agronomia do Nordeste**: memória de meio século (1934-1984). Areia: CCA/UFPB, 1985.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

_____. **Metodologia científica**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

_____. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas; amostragens e técnicas de pesquisa; elaboração, análise e interpretação de dados. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARTINS, Roberto de Andrade. O sistema de arquivos da universidade e a memória científica. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ARQUIVOS UNIVERSITÁRIOS, 1., Campinas, **Anais...** Campinas: UNICAMP, 1992, p. 27-48. Disponível em: <<http://www.ghtc.usp.br/server/pdf/ram-43.PDF>>. Acesso em: 02 dez. 2017.

MATOS, Maria Teresa Navarro de Britto. **Memória institucional e gestão universitária no Brasil**: o caso da Universidade Federal da Bahia. 2004. 184f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufba.br:8080/ri/bitstream/ri/10976/1/Maria%20Teresa%20Matos.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

MAY, Tim. **Pesquisa social**: questões, métodos e processos. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MELLO, José Octávio de Arruda. **História da Paraíba**: lutas e resistência. 10.ed. João Pessoa: A União, 2002. (Biblioteca Paraibana de Cultura. Série Histórica, v. 1).

MERLO, Franciele; KONRAD, Glaucia Vieira Ramos. Documento, história e memória: a importância da preservação do patrimônio documental para o acesso à informação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 20, n. 1, p. 26-42, jan./abr. 2015. Disponível em: <www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/18705>. Acesso em: 30 ago. 2016.

MEY, Eliane Serrão Alves. **Catálogo e descrição bibliográfica**: contribuições a uma teoria. Brasília, DF: Associação dos Bibliotecários do Distrito de Brasília, 1987.

MIGUEL, Antonieta; SANTOS, Vânia Muniz dos. **Fontes para a história da educação e do ensino**: as primeiras experiências do projeto missões de pesquisa. 2014. Disponível em: <http://siep3campus6.weebly.com/uploads/3/8/3/9/38392361/antonetamiguel_vania_muniz.pdf>. Acesso em: 30 out. 2017.

MOLINA, Talita dos Santos. Arquivos privados e interesse público: caminhos da patrimonialização documental. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 160-174, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/522>>. Acesso em: 10 out. 2017.

NASCIMENTO, Adailson. Experiências de arranjo e descrição em acervos de Instituições Federais de Ensino Superior. In: _____. **Universidades & arquivos**: gestão, ensino e pesquisa. 3.ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015. p. 81-92.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Pós-Graduados de História**, São Paulo, v. 10, dez. 1993. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>>. Acesso em: 05 maio 2017.

_____. Memória coletiva. In: LE GOFF, Jacques. **A nova história**. Rio de Janeiro: Edições 70, 1991.

NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Arquivos/Arquivo Nacional, 2006. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/nobrade.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2017.

OLIVEIRA, Eliane Braga de; RODRIGUES, Georgete Medleg. O conceito de memória na Ciência da Informação: análise das teses e dissertações dos programas de pós-graduação no Brasil, **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 311-328, mar. 2011. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3302/2918>>. Acesso em: 04 maio 2017.

OLIVEIRA, Sílvio Luiz de. **Tratado de metodologia científica**: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses. 2.ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

ORTEGA y GASSET, José. **Missão do Bibliotecário**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2006.

PAES, Marcelo Renato de Cerqueira. **Do azeite de mamona à eletricidade**: anotações para uma história da energia elétrica na Paraíba. 2.ed. João Pessoa: SAELPA/Fundação Casa de José Américo, 1994. Disponível em: <<https://www.passeidireto.com/arquivo/23563379/ anotacoes-para-uma-historia-da-energia-eletrica-na-paraiba>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

PARAÍBA. Decreto nº 478, de 12 de janeiro de 1934. **A União**, João Pessoa, 1936.

_____. Decreto nº 696, de 04 de abril de 1936. **A União**, João Pessoa, 04 de abril de 1936.

_____. Decreto nº 704, de 05 de maio de 1936. **A União**, João Pessoa, 06 de maio de 1936.

_____. Escola de Agronomia de Areia: A “Festa dos Calouros” no próximo dia 23. **A União**, João Pessoa, 12 de maio de 1936.

_____. Inaugura-se, hoje, em Areia, a Escola Superior em Agronomia do Estado da Paraíba. **A União**, João Pessoa, 15 de abril de 1936.

PEREIRA, Maria Juvanete Ferreira da Cunha. O Arquivo Público enquanto lugar de memória. **Em Tempo de Histórias** - Publicação do Programa de Pós-Graduação em História, Brasília, n. 10, 2006.

POLARI, Rômulo Soares. **A Paraíba que podemos ser: da crítica à ação contra o atraso**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2012.

POLLAK, Michael, Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <<http://www.pgedf.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%20.pdf>>. Acesso em: 05 maio 2017.

PONTES, Joana. História, memória e política. **Ler História [Online]**, v. 60, 2011. Disponível em: <<http://lerhistoria.revues.org/1546> ; DOI : 10.4000/lerhistoria.1546>. Acesso em: 20 jul. 2017.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2.ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RELATÓRIO de Atividades da EAN: gestão do diretor Antônio Lemos Maia. Areia: EAN, 1944.

RELATÓRIO de Atividades da EAN: gestão do diretor Joaquim Moreira de Mélo. Areia: EAN, 1943.

RELATÓRIO de Atividades da EAN: gestão do diretor José Correia de Vasconcelos. Areia: EAN, 1948.

RELATÓRIO de Atividades da EAN: gestão do diretor Luiz Carlos de Lira Neto. Areia: EAN, 1967.

RICCEUR, Paul; FRANÇOIS, Alain. **A memória, a História, o esquecimento**. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2007.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 2009.

ROUSSO, Henry. "A memória não é mais o que era". In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Coords.). **Usos e abusos de história oral**. 8.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 93-101.

RUEDA, Valéria Matias da Silva; FREITAS, Aline; VALLS, Valéria Martin. **Memória institucional: uma revisão da literatura**. CRB-8 digital, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 78-89, abr. 2011. Disponível em: <file:///D:/Documentos/Downloads/62-251-1-PB.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2015.

SABADINI, Aparecida Angélica Z. Paulovic et al. Preservação da memória institucional no Instituto de Psicologia da USP. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 15., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Creusp, 2008. Disponível em: <http://citrus.uspnet.usp.br/cmip/sites/default/files/SNBU.pdf>. Acesso em: 07 out. 2016.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández ; LUCIO, Pilar Baptista. **Metodologia da pesquisa**. 3.ed. São Paulo: Mcgraw-Hill, 2006.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, ano 1, n. 1, jul. 2009. Disponível em: <https://www.rbhcs.com/rbhcs/article/view/6/pdf>. Acesso em: 02 mar. 2017.

SAVIANI, Dermeval. Breves considerações sobre fontes para a história da educação. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. especial, p. 28-35, ago. 2006. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/revis/Especial/Final/art5_22e.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2017.

SISTEMA DE GESTÃO DE DOCUMENTO DE ARQUIVO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL. **Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativos às atividades-fim das instituições federais de ensino superior – IFES**. Disponível em: <http://www.siga.arquivonacional.gov.br/images/codigos_tabelas/portaria_n0922011_tabela_de_temporalidade_e_destinacao.pdf>. Acesso em: 04 maio 2017.

THIESEN, Icléia. **Memória institucional**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

TORRES, Francisco Tancredo (Org.). Escola de Agronomia do Nordeste: primeiro Diretório Acadêmico da Paraíba. **Revista do IHGP**, João Pessoa, n. 34, 2001.

_____. **Jubileu de ouro das Ciências Agrárias na Paraíba**: plaquete comemorativa do 50º aniversário do Centro de Ciências Agrárias (Ex-escola de Agronomia do Nordeste). Areia: Universidade Federal da Paraíba. Centro de Ciências Agrárias, 1986.

_____. **Palestra pronunciada em Sessão Solene do Conselho de Centro do CCA/UFPB, por ocasião do 60º Aniversário da Ex-Escola de Agronomia do Nordeste**. Areia: Editora Universitária/UFPB, 1996.

TOTINI, Beth; GAGETE, Élide. Memória empresarial, uma análise da sua evolução. In: NASSAR, Paulo (Org.). **Memória de empresa**: história e comunicação de mãos dadas, a construir o futuro das organizações. São Paulo: Aberje, 2004. p. 113-126.

UNESCO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Programa Memória do Mundo da Unesco**: Brasil. 2012. Disponível em:
<http://mow.arquivonacional.gov.br/images/pdf/MoWBrasil_pwp_2012.pdf>. Acesso em: 05 maio 2017.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de pesquisa em administração**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

WORCMAN, Karen. Memória do futuro: um desafio. In: NASSAR, Paulo (Org.). **Memória de empresa**: história e comunicação de mãos dadas, a construir o futuro das organizações. São Paulo: Aberje, 2004. p. 23-30.

PARA SABER MAIS SOBRE A ESCOLA DE AGRONOMIA DO NORDESTE

ALMEIDA, Zélia. **Bem-estar e riqueza no Brejo de Areia**. João Pessoa: Ideia, 2010.

COSTA, Manoel Gouveia. **Falando aos moços e revivendo a história**. João Pessoa: A União, [1977].

FERREIRA, Agamenon Marques. **Um marco histórico**. João Pessoa: Sal da Terra, 2008. (Engenheiros Agrônomos – Turma 1967).

FLORENTINO, Ruy. **Nas serras de Areia**: memória de um estudante de Agronomia. João Pessoa: Jaraguá, 1996.

LIMA, José Alves de. **Escola de Agronomia do Nordeste**: memória de meio século (1934 -1984). Areia, PB: Centro de Ciências Agrárias/UFPB, 1985.

LIMEIRA, Marta das Dores; FORMIGA, Zeluza da Silva. Fundamentos históricos da UFPB: das origens a estadualização. In: FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra; FERNANDES, David (Orgs). **UFPB 50 anos**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2006. p. 25-36.

SOUSA, Verneck Abrantes. **A Escola de Agronomia**: década de 1970. João Pessoa: Imprell, 2016

TORRES, Francisco Tancredo. **Discurso proferido no cinquentenário do herbário da Escola de Agronomia do Nordeste, em Areia-Paraíba**. Areia, 29 de set. de 1994. (Reunião Nordestina de Botânica, de 28 de setembro a 02 de outubro de 1994. Aposição da placa comemorativa no Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal da Paraíba, Campus III – Areia – PB).

VITALIANO, José; LEITE, Américo. **As aventuras dos gases nobres**: causos e peripécias. João Pessoa: Editora Universitária, 2007. (Engenheiro agrônomo 1965-1968).

APÊNDICES

APÊNDICE A - PROPOSTA INICIAL DE INVENTÁRIO DO ACERVO DOCUMENTAL DA ESCOLA DE AGRONOMIA DO NORDESTE - AREIA-PB

A elaboração desse inventário constitui uma das primeiras etapas para o processo de organização dos documentos históricos da Escola de Agronomia do Nordeste, instituição que deu origem ao Centro de Ciências Agrárias, atual Campus II da Universidade Federal da Paraíba. A documentação trabalhada refere-se ao período de 1934, ano de sua criação, a 1968 ano que se integra a UFPB.

Os documentos foram divididos de acordo as atividades administrativas, educacionais, de pesquisa e extensão, desenvolvidas pela Escola de Agronomia do Nordeste, no período de sua existência (1934 a 1968). Estão divididos em quatro grupos:

Grupo 1 - Administração

Grupo 2 - Ensino

Grupo 3 - Pesquisa

Grupo 4 - Extensão Rural

Os grupos estão organizados em séries, que por sua vez poderá estar subdivida em subséries, dossiês ou itens documentais, conforme os níveis de descrição apresentados pela NOBRADE, os mesmos estão diferenciados por cores: preto: série e subsérie; cinza: dossiê e item documental. Como não conseguimos ter acesso a todos os documentos da EAN, as séries podem vir a serem modificadas, alteradas, acrescidas e até substituídas de acordo com os documentos que venham a surgir. Algumas espécies documentais serão, num futuro próximo, trabalhadas e separadas de acordo com seus assuntos, caso dos ofícios, telegramas, documentos financeiros, que estão apenas organizados por ano.

Enfim, esta é a primeira proposta de um instrumento de pesquisa, feito depois de mais de 82 anos da implantação da Escola, esperamos que outros instrumentos possam ser construídos, como por exemplo o catálogo, objetivo primeiro desta pesquisa, mas que pelo tempo, volume dos documentos e pelos mesmos estarem sem nenhuma organização, não foi possível sua realização. Que este instrumento

sirva como fonte para novas pesquisas e como ponto de partida para a realização de alguma intervenção de preservação destes documentos, tanto pela gestão maior do CCA, como pela da UFPB.

GRUPO A - ADMINISTRAÇÃO**GRUPO:** ADMINISTRAÇÃO**SÉRIE:** RELATÓRIOS**SUBSÉRIE:** RELATÓRIOS DE ATIVIDADES

BR/PB/EAN	RELATÓRIOS/RELATÓRIO DE ATIVIDADES
Título	Relatórios de atividades da EAN
Data	1943-1944, 1947-1948; 1958-1961; 1966-1967
Nível de descrição	Nível 3,5 (subsérie)
Dimensão e suporte	5 relatórios
Conteúdo	Seguem abaixo as descrições dos itens documentais.
Nota	-

BR/PB/EAN	RELATÓRIOS/RELATÓRIO DE ATIVIDADES
Título	Relatório de atividades da EAN 1943
Data	1944
Nível de descrição	Nível 5 (item documental)
Dimensão e suporte	1 documento da subsérie, 29 fls. numeradas
Conteúdo	Relatório de atividades da Escola do ano de 1943 pelo Sr. Joaquim Moreira de Melo, diretor da EAN ao Sr. José Jofflily, secretário da Agricultura do Estado da Paraíba, relatando as atividades desempenhadas pelos departamentos e os professores responsáveis, bem como os atendimentos, experimentos/produção e pesquisas realizados por cada departamento/seções e as dificuldades enfrentadas pela Escola, por falta de recursos e infraestrutura.
Nota	Falta a primeira folha do relatório. Papel enfraquecido, com dobras e amarelado.

BR/PB/EAN	RELATÓRIOS/RELATÓRIO DE ATIVIDADES
Título	Relatório de atividades da EAN 1944
Data	1944
Nível de descrição	Nível 5 (item documental)
Dimensão e suporte	1 documentos da subsérie, 20 fls. numeradas

Conteúdo	Relatório de atividades da Escola do ano de 1944 assinada pelo Sr. Antônio Lemos Maia, diretor interino da EAN, relatando as atividades desempenhadas pelos departamentos e os professores responsáveis, bem como os atendimentos, experimentos/produção e pesquisas realizados por cada departamento/seções e as dificuldades enfrentadas pela Escola, por falta de recursos e infraestrutura.
Nota	Primeira folha com rasuras, papel enfraquecido, com dobras e amarelado.

BR/PB/EAN	RELATÓRIOS/RELATÓRIO DE ATIVIDADES
Título	Relatório de atividades da EAN 1947
Data	1947-1948
Nível de descrição	Nível 5 (item documental)
Dimensão e suporte	1 documento da subsérie, 6 fls. numeradas
Conteúdo	Relatório de atividades da Escola do ano de 1947 até abril de 1948 pelo Sr. José Correia de Vasconcelos, diretor da EAN ao secretário da Agricultura do Estado da Paraíba em cumprimento ao ofício circular enviado pelo mesmo. Relata as atividades escolares da Escola, bem como os serviços realizados pelos departamentos, os atendimentos, os experimentos, a produção e as pesquisas realizadas por cada departamento e seção. Relata ainda as dificuldades enfrentadas pela Escola, por falta de recursos e infraestrutura.
Nota	Papel enfraquecido, com dobras e amarelado.

BR/PB/EAN	RELATÓRIOS/RELATÓRIO DE ATIVIDADES
Título	Relatório de atividades da EAN 1958-1961
Data	1958-1961
Nível de descrição	Nível 5 (item documental)
Dimensão e suporte	1 documento da subsérie, 13 fls. numeradas
Conteúdo	Relatório de atividades da Escola no triênio de 1958-1961 referente a gestão do Diretor Paulo Maia de Vasconcelos.
Nota	Relatório possui quatro fotografias pequenas, duas do Alojamento e duas do Aviário, obras construídas e/ou reformadas nesta gestão. Fotografias amareladas pela ação do tempo.

BR/PB/EAN	RELATÓRIOS/RELATÓRIO DE ATIVIDADES
Título	Relatório de atividades da EAN 1965
Data	1965
Nível de descrição	Nível 5 (item documental)
Dimensão e suporte	1 documento da subsérie, 6 fls. numeradas
Conteúdo	Relatório de atividades da Escola do ano de 1965 pelo Sr. José Correia de Vasconcelos, diretor da EAN ao Delegado Federal de Agricultura da Paraíba, através de ofício n. 788 de 15 de dezembro de 1965, em cumprimento ao ofício circular enviado pelo Ministério da Agricultura, relatando as atividades da Escola durante o exercício de 1965, apresentando os serviços executados, créditos recebidos e aplicados e os saldos existentes.
Nota	Papel enfraquecido, com dobras e amarelado.

BR/PB/EAN	RELATÓRIOS/RELATÓRIO DE ATIVIDADES
Título	Relatório de atividades 1966-1967
Data	Julho de 1966 a junho de 1967
Nível de descrição	Nível 5 (item documental)
Dimensão e suporte	1 documentos da subsérie, 20 fls. numeradas
Conteúdo	Relatório de atividades da Escola, apresentado à Associação das Escolas de Agronomia e Veterinária do Brasil (AEAVB), na reunião da AEA VB realizado em Belo Horizonte, MG nos dias 23 a 29 de julho de 1967. Dividido em duas partes, parte 1 apresenta dados informativos gerais sobre a EAN, no final da parte 1 apresenta 5 quadros: Quadro 1 - "RELAÇÃO NOMINAL DOS CORPOS DIRETIVO E DOCENTE", Quadro 2 - "CURRÍCULO DO CURSO SUPERIOR DE AGRICULTURA", Quadro 3 - CURRÍCULO DO CURSO COLEGIAL AGRÍCOLA", Quadro 4 - SERVIÇO DE EXTENSÃO RURAL – CENTROS ARTESANAIS RURAIS FEMININOS". Parte 2 apresenta "Relatório de atividade no período julho de 1966 a junho de 1967" concernentes ao período de julho de 1966 a junho de 1967, ao final apresente Quadro 5 - "CALENDÁRIO ESCOLAR – ANO LETIVO DE 1966".
Nota	Possui 3 cópias.

GRUPO: DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS
SÉRIE: ADMINISTRAÇÃO GERAL
SUBSÉRIE: RELATÓRIOS DE VIAGENS

BR/PB/EAN	RELATÓRIOS/RELATÓRIO VIAGEM
Título	Relatório de viagem de estudos
Data	1964
Nível de descrição	Nível 3,5 (subsérie)
Dimensão e suporte	2 relatórios
Conteúdo	Seguem abaixo descrição.
Nota	-

BR/PB/EAN	RELATÓRIOS/RELATÓRIOS DE VIAGEM
Título	Relatório de viagem de estudos
Data	19 de fevereiro de 1964
Nível de descrição	Nível 5 (item documental)
Dimensão e suporte	1 documentos da subsérie, 3 fls. numeradas
Conteúdo	Relatório de viagem apresentado por Paulo Martins de Abreu, professor assistente da cadeira de Física Agrícola, ao Sr. Joaquim Correia de Vasconcelos, Direto da EAN. Representando a Escola no I ENCONTRO DE DIRETORES DE ESTABALECIMENTOS DE ENSINO AGRÍCOLA DE NÍVEL MÉDIO, promovido pela Superintendência do Ensino Agrícola do Ministério da Agricultura, na cidade do Rio de Janeiro, realizado nos dias 24 a 31 de janeiro de 1964.
Nota	-

BR/PB/EAN	RELATÓRIOS/RELATÓRIOS DE VIAGEM
Título	Relatório de excursão dos Técnicos Agrícolas de 1964
Data	1964
Nível de descrição	Nível 5 (item documental)
Dimensão e suporte	1 documento da subsérie, 3 fls. numeradas
Conteúdo	Relatório de excursão da turma concluinte de 1964 do Curso Colegial Agrícola da EAN.

Nota	Assinado por Carlos Barreto Alcoforado, Celizete Rodrigues Luna e Humberto Silva, com o visto de Saulo Assis Pereira.
------	---

GRUPO: ADMINISTRAÇÃO
SUBGRUPO: ADMINISTRAÇÃO GERAL
SÉRIE: CONVÊNIOS

BR/PB/EAN	ADMINISTRAÇÃO GERAL/CONVÊNIOS
Título	Livro de cópias de contratos e convênios
Data	1941-1971
Nível de descrição	Nível 3,5 (subsérie)
Dimensão e suporte	1 livro, 200 fls. tipograficamente numeradas
Conteúdo	Cópias de contratos entre o governo do Estado da Paraíba e funcionários contratados pelo mesmo no ano de 1941, convênios e aditivos celebrados entre a EAN e diversos órgão públicos, entre eles o Conselho Nacional do Serviço Social Rural (CN-SSR), Ministério da Educação e Cultura (CAPES), Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural - Serviço de Extensão Rural (Ancar) - Paraíba, Fundo Federal Agropecuário, Agência para Desenvolvimento Internacional (Usaid/Brasil) e Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).
Nota	Não possui termo de abertura e de encerramento. Preenchida até folha 196.

GRUPO: ADMINISTRAÇÃO
SÉRIE: PESSOAL
SUBSÉRIE: FICHA FUNCIONAL

BR/PB/EAN	PESSOAL/FICHA FUNCIONAL
Título	Ficha Funcional dos funcionários da EAN
Data	1938-1963
Nível de descrição	Nível 3,5 (subsérie)
Dimensão e suporte	1 livro, 600 págs.
Conteúdo	Livro com dados pessoais e funcionais dos funcionários da Escola. Informação em cada pág.: Nome, filiação. Data de nascimentos, naturalidade, estado, profissão, caderneta de reservista, cargo na Escola, data de contrato e um espaço para observação. Preenchida até a página 35, volta a ser preenchida de novo a partir da página 51, onde é acrescentada a informação título de eleitor e vai até a pág. 209.

Nota	Preenchido frente e verso, sendo um lado de cada folha por servidor.
------	--

GRUPO: DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS

SÉRIE: PATRIMÔNIO

SUBSÉRIE: INVENTÁRIO

BR/PB/EAN	PATRIMÔNIO/INVENTÁRIO
Título	Inventário anual
Data	1956-1958
Nível de descrição	Nível 3,5 (subsérie)
Dimensão e suporte	3 dossiês
Conteúdo	Segue abaixo a sua descrição
Nota	-

BR/PB/EAN	PATRIMÔNIO/INVENTÁRIO
Título	Inventário anual dos bens móveis do almoxarifado
Data	31-12-1958
Nível de descrição	Nível 4 (dossiê)
Dimensão e suporte	1 dossiê da subsérie
Conteúdo	Inventário dos bens móveis do almoxarifado da Escola. Impresso: "... (Ministério ou órgão)(Repartição) Inventário de bens móveis em ... de ... de 19...N. ... quadro: coluna 1: "N. de Ordem", coluna 2: "Descrição e número de registro", coluna 3: "Quantidade", coluna 4: "valor histórico", coluna 5: "valor atual", coluna 6: "Observação". Final da folha: Assinatura da Comissão e do responsável.
Nota	2 cópias.

BR/PB/EAN	PATRIMÔNIO/INVENTÁRIO
Título	Inventário anual 1956
Data	31-12-1956
Nível de descrição	Nível 4 (dossiês)
Dimensão e suporte	1 dossiê da subsérie

Conteúdo	Inventário anual dos bens móveis (material permanente, semoventes e de consumo) separado por dependência. Visto do diretor de Escola no final, do presidente da comissão e mais 2 membros.
Nota	-

GRUPO: ADMINISTRAÇÃO

SÉRIE: PATRIMÔNIO

SUBSÉRIE: TERMO DE AVALIAÇÃO DE MATERIAL

BR/PB/EAN	PATRIMÔNIO/TERMO DE AVALIAÇÃO DE MATERIAL
Título	Incorporação dos bens da EAN ao Ministério da educação
Data	1951, 1956, 1958
Nível de descrição	Nível 3,5 (subsérie)
Dimensão e suporte	3 dossiês
Conteúdo	Dossiês com os termos de avaliação para incorporação dos bens da EAN ao patrimônio da União. Impresso: cabeçalho “Escola de Agronomia do Nordeste – Areia – Paraíba – Termo de avaliação N. Corpo do texto: “Para efeito de incorporação dos bens da Escola de Agronomia do Nordeste ao patrimônio da União, o representante do Ministério da Agricultura e a Comissão designada pelo governo do Estado da Paraíba avaliação os bens abaixo discriminados pelo valor de Cr\$, quadro: coluna 1: “Bens”, coluna 2: “valor unitário”, coluna 3: “valor total”. Final da folha: local, data e assinatura do representante do MA e da comissão do governo do Estado.
Nota	Dossiê1: termos de 001 a 026; Dossiê 2: termos do 101 a 200; Dossiê 03: termos de 201 a 300; Dossiê 4: termos de 610 a 691; Dossiê 5: termos de 701 a 800; Dossiê 06: três termos de transferência de material e um termo de avaliação. Data dos termos 25/07/1951.

GRUPO: ADMINISTRAÇÃO

SÉRIE: PATRIMÔNIO

SUBSÉRIE: TERMO DE BAIXA DE MATERIAL

BR/PB/EAN	PATRIMÔNIO/TERMO DE BAIXA DE MATERIAL
Título	Termo de Baixa de material permanente
Data	1958
Nível de descrição	Nível 3,5 (subsérie)

Dimensão e suporte	2 dossiês
Conteúdo	Ofício e Termo de baixa encaminhado e aprovado pelo Diretor da Divisão de Material do Ministério da Agricultura. Impresso. Assinado pelo diretor da Escola, responsável pelo bem e dois funcionários (1 agrônomo e 1 zelador).
Nota	2 cópias.

GRUPO: ADMINISTRAÇÃO
SÉRIE: INFRAESTRUTURA, ENGENHARIA E ARQUITETURA
SUBSÉRIE: PLANTAS DE CONSTRUÇÕES

BR/PB/EAN	INFRAESTRUTURA, ENGENHARIA E ARQUITETURA/PLANTAS DE CONSTRUÇÕES
Título	Plantas de Construções da EAN
Data	1936-1966
Nível de descrição	Nível 3,5 (subsérie)
Dimensão e suporte	28 plantas
Conteúdo	Cópias das plantas dos primeiros prédios da EAN (1936-1949) e das plantas de 1965-1966 elaborada pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, Grupo Interdivisinal de Planejamento Físico, Recife, PE.
Nota	Algumas apresentam-se em papéis enfraquecidos e quebradiços.

GRUPO: ADMINISTRAÇÃO
SÉRIE: ORÇAMENTO E FINANÇAS

BR/PB/EAN	ADMINISTRAÇÃO/ORÇAMENTO E FINANÇAS
Título	ORÇAMENTO E FINANÇAS
Data	1936-1968
Nível de descrição	Nível 3 (série)
Dimensão e suporte	2 metros lineares
Conteúdo	Dossiês com prestação de conta de recursos recebido pela Escola através do governo Estadual, Federal e de convênios firmados pela Escola.
Nota	Material foi apenas separado por ano e disposto nas prateleiras.

GRUPO: ADMINISTRAÇÃO
SÉRIE: COMUNICAÇÕES
SUBSÉRIE: OFÍCIOS

BR/PB/EAN	COMUNICAÇÕES/OFÍCIOS
Título	Ofícios recebidos
Data	1943-1968
Nível de descrição	3,5 (subsérie)
Dimensão e suporte	0,60 metro lineares
Conteúdo	Ofícios recebidos pela EAN, organizados em ordem cronológica.
Notas	-

GRUPO: ADMINISTRAÇÃO
SÉRIE: COMUNICAÇÕES
SUBSÉRIE: OFÍCIOS

BR/PB/EAN	COMUNICAÇÕES/OFÍCIOS
Título	Ofícios expedidos
Data	1943-1968
Nível de descrição	3,5 (subsérie)
Dimensão e suporte	0,40 metros lineares
Conteúdo	Ofícios expedidos pela EAN, organizados em ordem cronológica.
Notas	-

GRUPO: ADMINISTRAÇÃO
SÉRIE: COMUNICAÇÕES
SUBSÉRIE: TELEGRAMAS EXPEDIDOS

BR/PB/EAN	COMUNICAÇÕES/TELEGRAMAS EXPEDIDOS
Título	Telegramas expedidos pela EAN
Data	1943-1968
Nível de descrição	Nível 3,5 (subsérie)
Dimensão e suporte	9 dossiês da subsérie
Conteúdo	Telegramas expedidos pela EAN.

Nota	Organizados em ordem cronológica, alguns dossiês encontram se com telegramas repetidos, como também alguns estão bastante deteriorados, apresentam folhas soltas, um dossiê está organizado por assunto e ordem cronológica o qual segue abaixo a sua descrição.
------	--

BR/PB/EAN	COMUNICAÇÕES/TELEGRAMAS
Título	Telegramas expedidos pela Estação de Meteorologia da EAN
Data	1966-1970
Nível de descrição	Nível 4 (dossiê)
Dimensão e suporte	1 dossiê da subsérie. Pasta classificadora de papelão, impresso na capa " <i>Estante ou Divisão n. ... Principiado em ... Terminado em ...</i> " Impresso na vertical: " <i>N. ... Nome ... Endereço ... Assunto ... De ... 19... a ...19...</i> "
Conteúdo	Telegramas expedidos pela Estação da Escola de Agronomia do Nordeste ao serviço de meteorologia do Ministério da Agricultura, informando: precipitação, termômetro seco, termômetro úmido, temperatura máxima, temperatura mínima e a pluviosidade.
Nota	-

GRUPO: ADMINISTRAÇÃO
SÉRIE: COMUNICAÇÕES
SUBSÉRIE: TELEGRAMAS RECEBIDOS

BR/PB/EAN	COMUNICAÇÕES/TELEGRAMAS RECEBIDOS
Título	Telegramas recebidos pela EAN
Data	1943-1968
Nível de descrição	Nível 3,5 (subsérie)
Dimensão e suporte	5 dossiês
Conteúdo	Telegramas recebidos pela EAN.
Nota	Organizados em ordem cronológica, alguns dossiês encontram-se com telegramas repetidos e alguns estão bastante deteriorados.

GRUPO: ADMINISTRAÇÃO
SÉRIE: COMUNICAÇÕES
SUBSÉRIE: CARTAS

BR/PB/EAN	COMUNICAÇÕES/CARTAS
Título	Cartas recebidas no primeiro ano de funcionamento da EAN
Data	1936
Nível de descrição	Nível 3 (série)
Dimensão e suporte	46 cartas
Conteúdo	Cartas diversas recebidas pela EAN, no seu primeiro ano de funcionamento, vinda de diversas partes do Brasil, solicitando informações sobre a EAN, forma de ingresso nos cursos, solicitação de vaga de emprego para trabalhar na EAN, carta de órgãos governamentais acusando recebido de carta enviadas da direção da Escola.
Nota	Maioria das cartas manuscritas e endereçada ao Diretor da EAN, as mesmas encontram-se em uma pasta acompanhada de um catálogo ⁶⁷ .

GRUPO: ADMINISTRAÇÃO
SÉRIE: COMUNICAÇÕES
SUBSÉRIE: LIVRO DE VISITA

BR/PB/EAN	COMUNICAÇÕES/LIVRO DE VISITA
Título	Livro de visita da EAN
Data	1936 - 1986
Nível de descrição	Nível 3,5 (subsérie)
Dimensão e suporte	2 livros
Conteúdo	-
Nota	-

BR/PB/EAN	COMUNICAÇÕES/LIVRO DE VISITA
Título	Escola de Agronomia do Estado da Parahyba: Autographos
Data	1936 -1938 1964-1969 e 1986

⁶⁷ Elaborado dentro de nossa pesquisa, com a descrição das cartas, data e local, o catálogo será entregue ao Arquivo no final desta pesquisa.

Nível de descrição	Nível 5 (item documental)
Dimensão e suporte	1 livro, da subsérie, não possui folhas numerada
Conteúdo	Livro de Autógrafos aberto no dia da inauguração da Escola contendo assinaturas e impressões dos visitantes a Escola de Agronomia do Nordeste.
Nota	Primeira impressão do Governador interino.

BR/PB/EAN	COMUNICAÇÕES/LIVRO DE VISITA
Título	Livro de visita da EAN
Data	1936 – 07-09-1938 e 12-10-1986
Nível de descrição	Nível 5 (item documental)
Dimensão e suporte	1 livro da subsérie, não possui folhas numeradas
Conteúdo	Livro de visita contendo assinatura dos visitantes, profissão e endereço.
Nota	Não possui termo de abertura e nem de encerramento. Em 1986 o livro foi aberto novamente em comemoração ao Jubileu de Outro da Escola, onde constam as assinaturas dos participantes. Livro com menos de 1/3 de folhas usadas.

GRUPO B - ENSINO

GRUPO: ENSINO
SUBGRUPO: CURSO TÉCNICO AGRÍCOLA
SÉRIE: EXAMES/PROVAS
SUBSÉRIE: ATA DE PROVAS

BR/PB/EAN	EXAMES/PROVA/ ATAS DE PROVAS
Título	Ata de prova
Data	1938-1945
Nível de descrição	Nível 3,5 (subsérie)
Dimensão e suporte	03 livros
Conteúdo	Seguem abaixo as descrições dos itens documentais.
Nota	Alguns livros contêm ata também das provas do curso superior.

BR/PB/EAN	EXAME/PROVA/ATAS DE PROVAS
Título	Ata com termo de prova parcial
Data	16-06-1952 a 20-09-1954
Nível de descrição	Nível 4 (Dossiê)
Dimensão e suporte	1 livro da subsérie, medindo 33x23x3,0cm, com 200 fls. numeradas tipograficamente, encadernação capa dura
Conteúdo	Registro dos exames parciais, por disciplina, do curso Agrotécnico, contendo data da aplicação da prova, local da avaliação, relação dos alunos que realizaram a prova e suas respectivas notas, com assinatura no final de cada termo do professor e do secretário da Escola.
Nota	Não possui termo de abertura e de encerramento, utilizado até a fls. 69, estado de conservação deteriorado.

BR/PB/EAN	EXAME/PROVA/ATAS DE PROVAS
Título	Ata de exames finais [Superior e médio]
Data	11-11-1938-15-06-1945
Nível de descrição	Nível 4 (Dossiê)
Dimensão e suporte	1 livro da subsérie, medindo 40x29x3,0cm, com 150 fls. numeradas tipograficamente e rubricadas pelo diretor da EAN

	Pimentel Gomes, encadernação capa dura
Conteúdo	Livro de registro das provas finais, por disciplina, dos cursos superior e médio, contendo data da aplicação da prova local da avaliação, relação dos alunos que realizaram a prova e suas respectivas notas, com assinatura no final de cada ata da banca examinadora.
Nota	Possui termo de abertura, não possui termo de encerramento, o caderno foi dividido ao meio onde na primeira parte encontram-se as atas do curso superior e na segunda parte, do curso médio, fls. 67 a 70 em branco, resto do livro todo utilizado, verso da capa possui etiqueta azul da <i>"Papellaria Ribeiro – Alexandre Ribeiro & Cia – Fundada em 1884"</i> .

BR/PB/EAN	EXAME/PROVA/ATAS DE PROVAS
Título	Ata de exames de segunda época
Data	24-03-1939 a 22-02-1951
Nível de descrição	Nível 4 (Dossiê)
Dimensão e suporte	1 livro da subsérie, medindo 40x29x3,0cm, com 150 fls numeradas tipograficamente e rubricadas pelo diretor da EAN Pimentel Gomes, encadernação capa dura
Conteúdo	Registro de exames de segunda época por disciplina, dos cursos superior e médio, contendo data da aplicação da prova local da avaliação, relação dos alunos que realizaram a prova e suas respectivas notas, com assinatura no final de cada ata da banca examinadora.
Nota	Possui termo de abertura, não possui termo de encerramento, o caderno foi dividido ao meio onde na primeira parte encontram-se as atas do curso superior até a fls 64 e na segunda parte do curso médio, que inicia na fls. 75 e vai até a 122, fls. 21 a 74 e 123 a 200 em branco, verso da capa possui etiqueta azul da <i>"Papellaria Ribeiro – Alexandre Ribeiro & Cia – Fundada em 1884"</i> .

GRUPO: ENSINO

SUBGRUPO: CURSO TÉCNICO AGRÍCOLA

SÉRIE: EXAMES/PROVAS

SUBSÉRIE: INSCRIÇÃO DE EXAMES

BR/PB/EAN	CURSO TÉCNICO AGRÍCOLA/EXAMES/PROVA
Título	Inscrição de exames finais
Data	02-06-1941 a 14-11-1947
Nível de descrição	Nível 4 (Dossiê)

Dimensão e suporte	1 livro da subsérie, medindo 33x23x1,5cm, com 100 fls. numeradas tipograficamente e rubricadas pelo Diretor da Escola Diniz Xavier de Andrade, encadernação capa dura
Conteúdo	Registro dos termos de abertura das inscrições para os exames finais do curso médio. Contém a assinatura do diretor e do Secretário da Escola ao final de cada termo e abaixo a lista dos alunos inscritos.
Nota	Possui termo de abertura, não possui termo de encerramento, utilizado até a fls. 13. No verso da capa carimbo da secretária da Escola.

BR/PB/EAN	CURSO TÉCNICO AGRÍCOLA/EXAMES/PROVA
Título	Inscrição de exames de segunda época
Data	19-07-1942 a 14-02-1948
Nível de descrição	Nível 4 (Dossiê)
Dimensão e suporte	1 livro da subsérie, medindo 33x23x1,5cm, com 200 fls numeradas tipograficamente e rubricadas pelo Diretor da Escola Diniz Xavier de Andrade, encadernação capa dura
Conteúdo	Registro dos termos de abertura das inscrições para os exames de segundo época do curso superior. Contém a assinatura do diretor e do Secretário da Escola ao final de cada termo e abaixo a lista dos alunos inscritos.
Nota	Possui termo de abertura, não possui termo de encerramento, utilizado até a fls. 24.

GRUPO: ENSINO

SUBGRUPO: CURSO TÉCNICO AGRÍCOLA

SÉRIE: REGISTRO DE AULA

SUBSÉRIE: LIVRO DE REGISTRO DE AULAS

BR/PB/EAN	CURSO TÉCNICO AGRÍCOLA/REGISTRO DE AULAS
Título	Livro de registro de aulas da Secretária
Data	1939-1956
Nível de descrição	Nível 3,5 (subsérie)
Dimensão e suporte	28 livros
Conteúdo	Registro das aulas do curso superior e técnico, contendo data, disciplina, série, curso, assunto da aula e assinatura do professor.

Nota	Inicialmente o registro das aulas eram feitos todos no mesmo livro, organizado por data e disciplina, onde o professor colocava o assunto da aula, quando não havia aula o secretário da Escola justificativa a falta. Alguns livros encontram-se deteriorados.
------	---

GRUPO: ENSINO
SUBGRUPO: CURSO TÉCNICO AGRÍCOLA
SÉRIE: REGISTRO DE AULA
SUBSÉRIE: CADERNETA DO PROFESSOR

BR/PB/EAN	CURSO TÉCNICO AGRÍCOLA/CADERNETA DE AULA
Título	Caderneta do professor
Data	1949; 1954-55; 1957-68
Nível de descrição	Nível 3,5 (subsérie)
Dimensão e suporte	196 cadernetas
Conteúdo	Cadernetas dos professores por disciplinas e ano das aulas ministradas no curso técnico, contendo na primeira parte nome do aluno, notas, dias e meses do ano e na segunda parte o assunto da aula, data e assinatura do professor. Na capa da caderneta encontra-se o ano letivo, a série, o nome da disciplina, do professor e do curso.
Nota	Estão organizadas por ordem cronológica. O nome do curso na capa das cadernetas de 1949 a 1962 está como Agrotécnico, de 1963 a 1968 passa a ser Colegial Agrícola. Algumas cadernetas encontram-se deteriorados. Em algumas cadernetas é possível encontrar o assunto das aulas ministradas.

GRUPO: ENSINO
SUBGRUPO: CURSO TÉCNICO AGRÍCOLA
SÉRIE: DOSSIÊS DE ALUNOS

BR/PB/EAN	CURSO TÉCNICO AGRÍCOLA/DOSSIÊS DE ALUNOS
Título	Dossiê dos alunos concluintes do curso Técnico
Data	1937-39; 1941-42; 1944-55; 1957; 1959-68
Nível de descrição	Nível 3,5 (série)
Dimensão e suporte	155 dossiês
Conteúdo	Dossiês individuais dos alunos concluintes do Curso Técnico-Agrícola, organizados por ano de conclusão. Principais documentos encontrados dentro dos dossiês: documentos pessoais, histórico escolar, certificado de conclusão, documentos

	solicitados para entrada no curso (cartão de admissão, atestado de aprovação, atestado médico, certificado de vacina, certidão de idade).
Nota	Não foram localizados os anos: 40, 43 e 56.

GRUPO: ENSINO

SUBGRUPO: CURSO SUPERIOR EM AGRONOMIA

SÉRIE: PROVAS/EXAMES

SUBSÉRIE: ATAS DE PROVAS

BR/PB/EAN	EXAMES/PROVA/ATAS DE PROVAS
Título	Atas de provas
Data	1938-1960
Nível de descrição	Nível 3,5 (subsérie)
Dimensão e suporte	09 livros
Conteúdo	Seguem abaixo as descrições dos itens documentais.
Nota	2 livros contêm também atas das provas do curso técnico.

BR/PB/EAN	EXAMES/PROVA/ATAS DE PROVAS
Título	Livro de atas de provas parciais [Livro 1]
Data	18-06-1938 a 18-11-1947
Nível de descrição	Nível 4 (dossiê)
Dimensão e suporte	1 livro da subsérie, medindo 40x29x3,0cm, com 150 fls. numeradas tipograficamente e rubricadas pelo diretor da EAN Pimentel Gomes, encadernação capa dura
Descrição	Livro de registro dos exames parciais, por disciplina, do curso superior em Agronomia, contendo data de aplicação da prova, local da avaliação, relação dos alunos que realizaram a prova e suas respectivas notas, com assinatura no final de cada membro da banca examinadora.
Nota	Possui termo de abertura, não possui termo de encerramento, quase todo utilizado, possui no verso da capa etiqueta azul da "Papeleria Ribeiro – Alexandre Ribeiro & Cia – Fundada em 1884", em estado de deterioração.

BR/PB/EAN	EXAMES/PROVA/ATAS DE PROVAS
Título	Livro de atas de provas parciais [Livro 2]

Data	15-06-1948 a 26-11-1951
Nível de descrição	Nível 4 (Dossiê)
Dimensão e suporte	1 livro da subsérie, medindo 40x29x3,0cm, com 200 fls. numeradas tipograficamente, um termo de ata por folha, conforme descrição acima, encadernação em capa dura, revestida por tecido cinza, impresso na capa do livro <i>“Escola de Agronomia do Nordeste – Curso Superior – Prova Parcial – Areia – Paraíba”</i>
Conteúdo	Registro de exames parciais, por disciplina, do curso superior em Agronomia Impresso: <i>“Ata do ... Prova parcial ... do ... ano do CURSO Superior. Aos ... dias do mês de ... do ano de ... na Escola de Agronomia do Nordeste, presentes a banca examinadora designada pelo Conselho de Técnico Administrativo e compostos dos profs. ... realizou-se a ... prova parcial de do ... ano do Curso Superior com o seguinte resultado Para constar foi lavrada a presente ata, que depois de lida e achada conforme será assinada pelo secretário da Escola e demais membros da banca examinadora.....”</i>
Nota	Sem termo de abertura e de encerramento, utilizado até a fls. 105.

BR/PB/EAN	EXAMES/PROVA/ATAS DE PROVAS
Título	Livro de atas de provas parciais [Livro 3]
Data	16-06-1958 a 16-11-1960
Nível de descrição	Nível 4 (dossiê)
Dimensão e suporte	1 livro da subsérie, medindo 33x23x3,0cm, com 200 fls. numeradas tipograficamente, encadernação capa dura
Descrição	Livro de ata com registro das provas parciais, por disciplina, do curso superior em Agronomia, contendo data da aplicação da prova local da avaliação, relação dos alunos que realizaram a prova e suas respectivas notas, com assinatura no final de cada termo do professor e secretário da Escola.
Nota	Não possui termo de abertura e de encerramento, utilizado até a fls 110.

BR/PB/EAN	EXAMES/PROVA/ATAS DE PROVAS
Título	Livro de ata de provas finais [superior e médio]
Data	11-11-1938 a 15-06-1945.

Nível de descrição	Nível 4 (dossiê)
Dimensão e suporte	1 livro da subsérie, medindo 40x29x3,0cm, com 150 fls. numeradas tipograficamente e rubricadas pelo diretor da EAN Pimentel Gomes, encadernação capa dura
Conteúdo	Livro de ata com registro das provas finais, por disciplina, dos cursos superior e médio, contendo data da aplicação da prova local da avaliação, relação dos alunos que realizaram a prova e suas respectivas notas, com assinatura no final de cada ata da banca examinadora.
Nota	Possui termo de abertura, não possui termo de encerramento, o caderno foi dividido ao meio onde na primeira parte encontram-se as atas do curso superior e na segunda parte, do curso médio, fls. 67 a 70 em branco, resto do livro todo utilizado, verso da capa possui etiqueta azul da “ <i>Papelaria Ribeiro – Alexandre Ribeiro & Cia – Fundada em 1884</i> ”,

BR/PB/EAN	EXAMES/PROVA/ATAS DE PROVAS
Título	Livro de ata de provas de segunda época
Data	24-03-1939 a 22-02-1951
Nível de descrição	Nível 4 (dossiê)
Dimensão e suporte	1 livro da subsérie, medindo 40x29x3,0cm, com 150 fls. numeradas tipograficamente e rubricadas pelo diretor da EAN Pimentel Gomes, encadernação capa dura
Conteúdo	Livro de ata com registro de provas de segunda época, por disciplina, dos cursos superior e médio, contendo data da aplicação da prova local da avaliação, relação dos alunos que realizaram a prova e suas respectivas notas, com assinatura no final de cada ata da banca examinadora.
Nota	Possui termo de abertura, não possui termo de encerramento, o caderno foi dividido ao meio onde na primeira parte encontram-se as atas do curso superior até a fl. 64 e na segunda parte, do curso médio, que inicia na fl. 75 e vai até fl. 122, fls. 21 a 74 e 123 a 200 em branco, verso da capa possui etiqueta azul da “ <i>Papelaria Ribeiro – Alexandre Ribeiro & Cia – Fundada em 1884</i> ”,

BR/PB/EAN	EXAMES/PROVA/ATAS DE PROVAS
Título	Livro de ata de exame de provas do concurso de habilitação
Data	18-02-1952 a 14-03-1952
Nível de descrição	Nível 4 (Dossiê)

Dimensão e suporte	1 livro da subsérie, medindo 33x23x1,5cm, com 100 fls. numeradas tipograficamente, encadernação capa dura
Conteúdo	Livro de ata com registro das provas escrita e oral, para o primeiro e segundo concurso de habilitação ao 1º ano do curso superior do ano de 1952, contendo data da aplicação da prova, local da avaliação, banca examinadora, relação dos alunos que realizaram as provas e suas respectivas notas. Disciplinas: Química, História Natural e Matemática.
Nota	Não possui termo de abertura e de encerramento, utilizado até a fl. 9. O primeiro concurso ocorreu no mês de fevereiro e o segundo no mês de março.

BR/PB/EAN	EXAMES/PROVA/ATAS DE PROVAS
Título	Livro de ata de prova parcial
Data	1949 a 1956
Nível de descrição	Nível 4 (dossiê)
Dimensão e suporte	1 livro da subsérie, medindo 34x24x3,5cm, com 200 fls. numeradas tipograficamente, encadernação capa dura
Conteúdo	Livro de ata com registro das notas parciais, por série, do curso superior, contendo série, curso, ano lista de alunos e as disciplinas por série.
Nota	Não possui termo de abertura e de encerramento, utilizado até a fl. 37, não possui notas dos alunos.

GRUPO: ENSINO

SUBGRUPO: CURSO SUPERIOR EM AGRONOMIA

SÉRIE: PROVAS/EXAMES

SUBSÉRIE: INSCRIÇÃO PARA PROVA

BR/PB/EAN	EXAMES/PROVA/INSCRIÇÃO PARA PROVA
Título	Inscrição para prova de segunda época
Data	02-02-1942 a 02-02-1950
Nível de descrição	Nível 4 (dossiê)
Dimensão e suporte	1 livro da subsérie, medindo 33x23x1,5cm, com 100 fls. numeradas tipograficamente e rubricadas pelo Diretor da Escola Diniz Xavier de Andrade, encadernação capa dura
Conteúdo	Livro com termos de abertura de inscrição para os exames de segunda época do curso superior. Contém, ao final de cada termo, a assinatura do diretor e do Secretário da Escola e logo em

	seguida a lista dos alunos inscritos.
Nota	Possui termo de abertura, não possui termo de encerramento, utilizado até a fl. 7.

BR/PB/EAN	CURSO SUPERIOR/EXAMES/PROVA
Título	Inscrição para provas finais
Data	04-11-1942 a 02-11-1949
Nível de descrição	Nível 4 (dossiê)
Dimensão e suporte	1 livro da subsérie, medindo 33x23x1,5cm, com 100 fls. numeradas tipograficamente e rubricadas pelo Diretor da Escola Diniz Xavier de Andrade, encadernação capa dura
Conteúdo	Livro com termos de abertura das inscrições para as provas finais do curso superior. Contém a assinatura do diretor e do Secretário da Escola ao final de cada termo e abaixo a lista dos alunos inscritos.
Nota	Possui termo de abertura, não possui termo de encerramento, utilizado até a fl. 7.

GRUPO: ENSINO

SUBGRUPO: CURSO SUPERIOR DE AGRONOMIA

SÉRIE: REGISTRO DE AULA

BR/PB/EAN	CURSO SUPERIOR/REGISTRO DE AULAS
Título	Livro de registro de aulas [superior e técnico]
Data	1939-1956
Nível de descrição	Nível 3 (série)
Dimensão e suporte	28 livros
Conteúdo	Registro das aulas do curso superior e técnico, contendo data, disciplina, série, curso, assunto da aula e assinatura do professor.
Nota	Alguns livros encontram-se deteriorados.

GRUPO: ENSINO
SUBGRUPO: CURSO SUPERIOR DE AGRONOMIA
SÉRIE: DOSSIÊ DE ALUNOS
SUBSÉRIE: DOSSIÊ DE ALUNOS CONCLUINTES

BR/PB/EAN		CURSO SUPERIOR DE AGRONOMIA/DOSSIÊ DE ALUNOS CONCLUINTES	
Título	Dossiê de alunos concluintes do curso Superior em Agronomia		
Data	1940-46; 1948-52; 1954-55; 1960-68		
Nível de descrição	Nível 3,5 (subsérie)		
Dimensão e suporte	260 dossiês		
Conteúdo	Dossiês individuais dos alunos concluintes do curso superior em Agronomia, organizados por ano de conclusão. Principais documentos encontrados dentro dos dossiês: documentos pessoais, histórico escolar, certificado de conclusão, documentos solicitados para entrada no curso (cartão de admissão, atestado de aprovação, atestado médico, certificado de vacina, certidão de idade).		
Nota	Não foram localizados os anos: 47, 53 e 56-59.		

GRUPO: ENSINO
SUBGRUPO: CURSO SUPERIOR DE AGRONOMIA
SÉRIE: DOSSIÊ DE ALUNOS
SUBSÉRIE: DOSSIÊ DE ALUNOS NÃO CONCLUINTES

BR/PB/EAN		CURSO SUPERIOR DE AGRONOMIA/DOSSIÊ DE ALUNOS NÃO CONCLUINTES	
Título	Dossiê dos alunos não concluintes		
Data	1936-1968		
Nível de descrição	3,5 (subsérie)		
Dimensão e suporte	8 metros lineares		
Conteúdo	Dossiês individuais de alunos que não concluíram o curso superior em Agronomia, seja, por desistência, transferência, reprovação, ou outros motivos.		
Nota	Falta organizar por ano e tipo de situação do aluno.		

GRUPO: ENSINO
SUBGRUPO: CURSO SUPERIOR DE AGRONOMIA
SÉRIE: BOLSA DE ESTUDO

BR/PB/EAN	CURSO SUPERIOR/BOLSAS DE ESTUDOS
Título	Bolsas de estudos SEAV
Data	1953, 1955-1956, 1958, 1961-1963, 1966-1967
Nível de descrição	Nível 3,5 (Subsérie)
Dimensão e suporte	9 dossiês
Conteúdo	Dossiês contendo portarias, prestação de contas, ofícios, convênios e recibos de bolsas de estudos dos alunos da Escola de Agronomia do Nordeste.
Nota	-

GRUPO: ENSINO
SUBGRUPO: CURSO SUPERIOR DE AGRONOMIA
SÉRIE: DIRETÓRIO ACADÊMICO

BR/PB/EAN	CURSO SUPERIOR/DIRETÓRIO ACADÊMICO
Título	Ofícios expedidos do Diretório Acadêmico [1939-1968]
Data	1939 a 1968
Nível de descrição	Nível 4 (Dossiê)
Dimensão e suporte	1 dossiê
Conteúdo	Dossiê contendo ofícios do Diretório Acadêmico.
Nota	-

GRUPO 3 - PESQUISA**GRUPO:** PESQUISA**SÉRIE:** PRODUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA DA EAN**SUBSÉRIE:** LIVROS

BR/PB/EAN	PESQUISA/PRODUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA DA EAN
Título	Livros
Data	1938-1939
Nível de descrição	Nível 3 (subsérie)
Dimensão e suporte	2 livros
Conteúdo	-
Nota	Descrição de cada obra abaixo.

BR/PB/EAN	PRODUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA DA EAN/LIVROS
Título	Serviço de melhoramento do algodão na Paraíba
Data	1938
Nível de descrição	Nível 5 (item documental)
Dimensão e suporte	1 livro, 55p.
Conteúdo	Súmula dos trabalhos realizados sobre melhoramento das plantas, na Paraíba a partir de 1934. Publicado pela Secretaria da Agricultura, Comércio, Viação e Obras Públicas. Prefácio de Pimentel Gomes, Diretor da EAN. Contém ilustrações.
Nota	Autor Carlos Victor de Oliveira Faria, Agrônomo, Técnico da Diretoria de Fomento da Produção e de Pesquisas Agronômicas, ligada a EAN. Documento encontra-se na Biblioteca CCA/UFPB.

BR/PB/EAN	PRODUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA DA EAN/LIVROS
Título	Como agricultar as terras nordestinas autoria de Pimentel Gomes.
Data	1939
Nível de descrição	Nível 5 (item documental)
Dimensão e suporte	1 livro, 125p.
Conteúdo	Apresenta soluções para os problemas das secas no Nordeste e a possibilidade de agricultar nestas terras. Prefácio de Lauro Bezerra

	Montenegro, Agrônomo, Secretário da Agricultura da Paraíba. Publicado pela Editora União. Contém ilustrações.
Nota	Autor foi diretor da EAN no período de publicação desta obra. Livro possui dedicatória e assinatura do autor. Documento encontra-se na Biblioteca CCA/UFPB.

BR/PB/EAN	PRODUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA DA EAN/LIVROS
Título	Herbário "Jayme Coelho de Moraes"
Data	1942-
Nível de descrição	Nível 4 (Dossiê)
Dimensão e suporte	2 volumes
Conteúdo	Formado principalmente por plantas da Região Nordeste, especialmente do Brejo e Agreste da Paraíba. É composto por aproximadamente 8.500 espécimes com destaque para as famílias Orchidaceae, Leguminosae e Gramineae.
Nota	Elaborado pelo professor de botânica Jayme Coelho de Moraes a obra encontra-se na Biblioteca do CCA/UFPB e pode ser consultada pelo público em geral, especialmente por pesquisadores no campo da sistemática de plantas.

GRUPO: PESQUISA

SÉRIE: PRODUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA DA EAN

SUBSÉRIE: FOLHETOS

BR/PB/EAN	PESQUISA/PRODUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA DA EAN
Título	Folhetos
Data	1948-[195-?]
Nível de descrição	Nível 3 (subsérie)
Dimensão e suporte	2 folhetos
Conteúdo	2 folhetos publicados pela a Escola.
Nota	Descrição de cada obra abaixo.

BR/PB/EAN	PRODUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA DA EAN/FOLHETOS
Título	As doenças do agave na Paraíba
Data	1948

Nível de transcrição	Nível 5 (item documental)
Dimensão e suporte	1 folheto, 23p.
Conteúdo	Objetiva chamar a atenção dos agricultores para o estado de saúde da cultura do agave ou sisal. Publicado pelo Governo da Paraíba. Secretaria da Agricultura Viação e Obras Públicas. Escola de Agronomia do Nordeste. Departamento de Publicidade, Divisão de Imprensa Oficial.
Nota	Autor Adelmo A. Machado , Agrônomo, professor de Fitopatologia da EAN. Documento encontra-se na Biblioteca CCA/UFPB.

BR/PB/EAN	PRODUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA DA EAN/FOLHETOS
Título	Escola de Agronomia do Nordeste: Estabelecimento Federal
Data	[195-?]
Nível de descrição	Nível 5 (item documental)
Dimensão e suporte	1 folheto, 40p.
Conteúdo	Boletim informativo e de divulgação da Escola de Agronomia do Nordeste, após sua federalização em 1950. Apresenta uma breve introdução sobre a situação agrícola do país, o histórico da Escola, sua localização, instalações, funcionamento, cursos ofertados e diversas fotos dos seus laboratórios e principais prédios. Areia, PB.
Nota	Sem autor e data de publicação. Documento encontra-se na Biblioteca CCA/UFPB.

GRUPO: PESQUISA

SÉRIE: PRODUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA DA EAN

SUBSÉRIE: PERIÓDICOS

BR/PB/EAN	PRODUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA DA EAN/PERIÓDICO
Título	Boletim Técnico da Escola de Agronomia do Nordeste
Data	1956, 1957 e 1965
Nível de descrição	Nível 4 (Dossiê)
Dimensão e suporte	3 boletins
Conteúdo	-
Nota	Descrição dos periódicos nos quadros abaixo.

BR/PB/EAN	PERIÓDICO/BOLETIM TÉCNICO DA ESCOLA DE AGRONOMIA DO NORDESTE
Título	Lições de Silvicultura 1ª parte
Data	1956
Nível de descrição	Nível 5 (item documental)
Dimensão e suporte	1 boletim, 155p. Contém ilustrações
Conteúdo	Apresenta os princípios básicos da ciência silvícola, publicado em uma época que não haviam textos em português, adaptados as condições especiais do Nordeste, com sua ecologia e flora especializada, n. 1, Areia, PB.
Nota	Autoria de Diniz Xavier de Andrade, Agrônomo, professor catedrático de Silvicultura e ex-diretor da EAN. Documento encontra-se na Biblioteca CCA/UFPB.

BR/PB/EAN	PERIÓDICO/BOLETIM TÉCNICO DA ESCOLA DE AGRONOMIA DO NORDESTE
Título	Lições de Silvicultura 2ª parte
Data	1957
Nível de descrição	Nível 5 (item documental)
Dimensão e suporte	1 boletim, 78p. Contém ilustrações
Conteúdo	Continuação do Boletim Lições de Silvicultura, Apresenta os princípios básicos da ciência silvícola, incluindo o estudo da regeneração natural e artificial dos povoamentos florestais, n. 2, Areia, PB.
Nota	Autoria de Diniz Xavier de Andrade, Agrônomo, professor catedrático de Silvicultura e ex-diretor da EAN. Documento encontra-se na Biblioteca CCA/UFPB.

BR/PB/EAN	PERIÓDICO/BOLETIM TÉCNICO DA ESCOLA DE AGRONOMIA DO NORDESTE
Título	Contribuição ao estudo da anemia dos bovinos na Paraíba
Data	1965
Nível de descrição	Nível 5 (item documental)
Dimensão e suporte	1 boletim, 59p. Contém ilustrações
Conteúdo	Pesquisa realizada em 170 fêmeas pertencentes a 8 propriedades,

	distribuídas em quatro zonas fisiográficas da Paraíba, com o objetivo de identificar as principais causas de anemia nos bovinos e possíveis soluções. Areia, PB; ano 1965, n. 3, 59p. Apresenta no verso da capa o conselho técnico administrativo e o corpo docente do curso superior da EAN em 1965.
Nota	Autoria de Aloísio de Araújo Veterinário e professor catedrático de Zootecnia Especial da EAN. Documento encontra-se na Biblioteca CCA/UFPB.

GRUPO: PESQUISA

SÉRIE: PRODUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA DA EAN

SUBSÉRIE: PERIÓDICOS

BR/PB/EAN	PRODUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA DA EAN/PERIÓDICO
Título	A Gleba
Data	1955-1995
Nível de descrição	Nível 4 (Dossiê)
Dimensão e suporte	4 periódicos
Conteúdo	Publicação trimestral do Diretório Acadêmico da Escola de Agronomia do Nordeste, com o objetivo de divulgar e fomentar uma nova mentalidade agrária, buscando também atender as reclamações do homem do campo, com seção de consultas e repostas. Areia.
Nota	Ano 1, n. 1, out.-dez.1955; v 1. n. 1, maio 1995 v 1.n. 2, jul. 1995. Os dois últimos publicado em formato de jornal.

GRUPO: PESQUISA

SÉRIE: PRODUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA DA EAN

SUBSÉRIE: ARTIGOS DE PERIÓDICOS

BR/PB/EAN	PESQUISA/PRODUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA DA EAN
Título	Artigos publicados em meios de divulgação
Data	-
Nível de descrição	Nível 4 (Dossiê)
Dimensão e suporte	2 artigos publicados em meios de divulgação do Governo do Estado
Conteúdo	Descrição dos artigos nos quadros abaixo.
Nota	-

BR/PB/EAN	PESQUISA/PRODUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA DA EAN
Título	Aborto contagioso
Data	1953
Nível de descrição	Nível 5 (item documental)
Dimensão e suporte	1 artigo, 3p.
Conteúdo	Alerta sobre o perigo da Brucelose, denominada também de aborto contagioso. Artigo publicado na Paraíba Agrícola , Revista de Agricultura, Pecuária, Indústria e Comércio, da Federação das Associações Rurais da Paraíba, maio, ano 30, n. 3, p. 8-10, 1953.
Nota	Autoria de Aloysio de Araújo, Agrônomo, professor da EAN. Documento encontra-se na Biblioteca CCA/UFPB.

BR/PB/EAN	PESQUISA/PRODUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA DA EAN
Título	A cobra-de-duas-cabeças e sua sorte
Data	1953
Nível de descrição	Nível 5 (item documental)
Dimensão e suporte	1 artigo, 3p.
Conteúdo	Artigo publicado na Revista Paraíba Agrícola: Revista de agricultura, pecuária, indústria e comércio, em maio de 1953, ano 30, número 3 de 1953. Alerta o homem do campo para não matar a cobra-de-duas-cabeças, uma vez que a mesma ajuda o arado do solo, o abrindo perfurações na região arável do solo, permitindo uma melhor permeabilização dos agentes meteorológicos.
Nota	Autoria de Antônio Dias, Agrônomo, professor da EAN. Documento encontra-se na Biblioteca CCA/UFPB.

GRUPO: PESQUISA
SÉRIE: PRODUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA DA EAN
SUBSÉRIE: MAPAS

BR/PB/EAN	PESQUISA/PRODUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA DA EAN
Título	Produção técnico-científica da EAN [Mapas]
Data	1941
Nível de descrição	Nível 3 (subsérie)
Dimensão e suporte	7 mapas
Conteúdo	-
Nota	-

GRUPO 4 - EXTENSÃO**GRUPO:** EXTENSÃO RURAL**SÉRIE:** CENTRO DE TREINAMENTO RURAL DOMÉSTICO**SUBSÉRIE:** RELATÓRIOS

BR/PB/EAN	CENTRO DE TREINAMENTO RURAL DOMÉSTICO/RELATÓRIOS
Título	Relatórios de atividades
Data	1964
Nível de descrição	Nível 3,5 (subsérie)
Dimensão e suporte	7 relatórios
Conteúdo	Relatórios das atividades desenvolvidas pelos Centros de Treinamento Rural Doméstico.
Nota	-

BR/PB/EAN	SERVIÇO DE EXTENSÃO RURAL/RELATÓRIO DE ATIVIDADES
Título	Relatório geral das atividades [1955]
Data	1955
Nível de descrição	Nível 4 (dossiê)
Dimensão e suporte	1 dossiê da subsérie, contendo 6 folhas.
Conteúdo	Ofício do Sr. Luiz Carlos de Lyra Netto, Diretor da EAN ao Sr. Superintendente do Ensino Agrícola e Veterinário, acompanhado de Relatório geral das atividades do Serviço de Extensão Agrícola da Escola de Agronomia do Nordeste.
Nota	Faltando folhas.

BR/PB/EAN	SERVIÇO DE EXTENSÃO RURAL/RELATÓRIO DE ATIVIDADES
Título	Relatório geral das atividades
Data	1965
Nível de descrição	Nível 4 (dossiê)
Dimensão e suporte	1 dossiê da subsérie, contendo 6 fls.
Conteúdo	Relatório geral das atividades do Serviço de Extensão Agrícola da Escola de Agronomia do Nordeste, realizado por Ana de Souza,

	supervisora do setor de economia doméstica da Escola.
Nota	-

BR/PB/EAN	CENTRO DE TREINAMENTO RURAL DOMÉSTICO/RELATÓRIO DE REUNIÃO
Título	Relatório de reunião Centro Areia
Data	1964
Nível de descrição	Nível 5 (item documental)
Dimensão e suporte	1 dossiê da subsérie, contendo 1 fl.
Conteúdo	Relatório da reunião realizada pela supervisora, com as professoras e alunas do Centro de Treinamento de Areia, em 02 set. 1964, assunto: o controle de material para cada grupo.
Nota	Assinado pela supervisora.

BR/PB/EAN	CENTRO DE TREINAMENTO RURAL DOMÉSTICO/RELATÓRIO DE REUNIÃO
Título	Relatório de reunião e supervisão Centro Remígio
Data	1964
Nível de descrição	Nível 5 (item documental)
Dimensão e suporte	1 dossiê da subsérie, contendo 2 fls.
Conteúdo	Relatório de reunião, realizada pela supervisora, com as professoras do Centro de Treinamento de Remígio, em 01 de agosto de 1964, assunto: análise do programa do curso e informações gerais.
Nota	Assinado pela supervisora.

BR/PB/EAN	CENTRO DE TREINAMENTO RURAL DOMÉSTICO/RELATÓRIO DE REUNIÃO
Título	Relatório de reunião e supervisão [Lagoa de Roça]
Data	1964
Nível de descrição	Nível 5 (item documental)
Dimensão e suporte	1 dossiê da subsérie, contendo 1 fl.
Conteúdo	Relatório de reunião, realizada pela supervisora, com as professoras e alunas do Centro de treinamento de Lagoa de Roça,

	em 27 de julho de 1964, assunto: Análise do programa dado.
Nota	Assinado pela supervisora.

BR/PB/EAN	CENTRO DE TREINAMENTO RURAL DOMÉSTICO/RELATÓRIO DE REUNIÃO
Título	Relatório de reunião e supervisão 1 [Lagoa Seca]
Data	1964
Nível de descrição	Nível 5 (item documental)
Dimensão e suporte	1 dossiê da subsérie, contendo 1 folha.
Conteúdo	Relatório de reunião, realizada pela supervisora, com as professoras CTED de Lagoa de Roça, em 25 de julho de 1964, assunto: análise do programa dado para ver as vantagens e desvantagens do horário e expediente que foi totalmente transformado neste ano.
Nota	Assinado pela supervisora.

BR/PB/EAN	CENTRO DE TREINAMENTO RURAL DOMÉSTICO/RELATÓRIO DE REUNIÃO
Título	Relatório de reunião e supervisão 2 [Lagoa Seca]
Data	1964
Nível de descrição	Nível 5 (item documental)
Dimensão e suporte	1 dossiê da subsérie, contendo 2 fls.
Conteúdo	Relatório de reunião, realizada pela supervisora, com a as professoras CTED de Lagoa de Roça, em 26 de agosto de 1964, assunto: Análise do programa dado para ver as vantagem e desvantagens do horário e expediente que foi totalmente transformado neste ano.
Nota	Assinado pela supervisora.

GRUPO: EXTENSÃO RURAL

SUBGRUPO: CENTRO DE TREINAMENTO RURAL DOMÉSTICO

SÉRIE: DIÁRIOS DE CLASSE

BR/PB/EAN	CENTRO DE TREINAMENTO RURAL DOMÉSTICO/DIÁRIO DE CLASSE
Título	Diários de classe

Data	1947-1948 1958-1961; 1966-1967
Nível de descrição	Nível 3 (série)
Dimensão e suporte	24 cadernetas
Conteúdo	Cadernetas de aulas dos Centros de Treinamento de Economia Doméstica, por disciplina, cidade e ano, com a relação das alunas, presenças e falta, notas e a descrição das atividades diárias.
Nota	-

GRUPO: EXTENSÃO RURAL

SUBGRUPO: CENTRO DE TREINAMENTO RURAL DOMÉSTICO

SÉRIE: PROGRAMA DE CURSO

BR/PB/EAN	CENTRO DE TREINAMENTO RURAL DOMÉSTICO/PROGRAMA DE CURSO
Título	Programa das Disciplinas
Data	1961
Nível de descrição	Nível 3 (série)
Dimensão e suporte	5 fls. de papel ofício, sendo um programa em cada folha
Conteúdo	Programa das disciplinas de Administração e Arranjo do Lar; Arte culinária; Corte e costura; Trabalhos manuais; Tecelagem e higiene e puericultura, oferecidas pelo Serviço de Extensão Agrícola, através do Centro de Treinamento de Economia Doméstica na cidade de Areia.
Nota	Alguns programas encontram-se com alguns trechos ilegíveis.

GRUPO: EXTENSÃO RURAL

SUBGRUPO: CENTRO DE TREINAMENTO RURAL DOMÉSTICO

SÉRIE: REGISTRO DE AULAS

BR/PB/EAN	CENTRO DE TREINAMENTO RURAL DOMÉSTICO/REGISTRO DE AULAS
Título	Registros das aulas
Data	10-02-1950 a 11-04-1956
Nível de descrição	Nível 4 (dossiê)
Dimensão e suporte	1 livro medindo 33x23x1,5 cm, contendo 69 fls. numeradas tipograficamente

Conteúdo	Livro de registro de aulas do curso do Centro de Artesanato Rural Feminino, contém data da aula, nome da disciplina, turma, assunto e nome da professora.
Nota	Preenchida até a folha 55. Não possui termo de abertura e de fechamento. Não possui nenhuma informação sobre Centro/cidade do mesmo.

GRUPO: EXTENSÃO RURAL

SUBGRUPO: CENTRO DE TREINAMENTO RURAL DOMÉSTICO

SÉRIE: PLANO DE TRABALHO

BR/PB/EAN	CENTRO DE TREINAMENTO RURAL DOMÉSTICO/PLANO DE TRABALHO
Título	Plano de trabalho para aplicação de verbas
Data	1956;1962
Nível de descrição	Nível 3 (série)
Dimensão e suporte	3 dossiês
Conteúdo	Dossiês contendo plano de trabalho para aplicação de verbas destinadas as atividades de extensão da EAN.
Nota	-

GRUPO: EXTENSÃO RURAL

SUBGRUPO: CENTRO DE TREINAMENTO RURAL DOMÉSTICO

SÉRIE: PLANO DE TRABALHO

BR/PB/EAN	CENTRO DE TREINAMENTO RURAL DOMÉSTICO/PLANO DE TRABALHO
Título	Plano de trabalho para aplicação de verba [1956]
Data	05-01-1956
Nível de descrição	Nível 4 (dossiê)
Dimensão e suporte	1 dossiê da série, contendo 7 fls.
Conteúdo	Ofício n. 47/956 do Sr. Luiz Carlos de Lyra Netto, Diretor da EAN ao Sr. Superintendente do Ensino Agrícola e Veterinário, acompanhado de plano de trabalho para aplicação da verba de C\$ 2.000,000,00 (dois milhões de cruzeiros), com o Serviço de Extensão Agrícola.
Nota	-

BR/PB/EAN	CENTRO DE TREINAMENTO RURAL DOMÉSTICO/PLANO DE TRABALHO
Título	Plano de trabalho para aplicação de verba [1962]
Data	26-02-1962
Nível de descrição	Nível 4 (dossiê)
Dimensão e suporte	1 dossiê da série
Conteúdo	Plano de trabalho do Serviço de Extensão Agrícola da EAN para aprovação na importância de C\$ 4.000,000,00 (quatro milhões de cruzeiros), com o Serviço de Extensão Agrícola. Paulo Maia de Vasconcelos, Diretor da EAN.
Nota	-

BR/PB/EAN	CENTRO DE TREINAMENTO RURAL DOMÉSTICO/PLANO DE TRABALHO
Título	Plano de trabalho para aplicação de verba
Data	-
Nível de descrição	Nível 4 (dossiê)
Dimensão e suporte	1 dossiê da série
Conteúdo	Plano de trabalho para aplicação da verba de C\$1.000,000,00 (um milhão de cruzeiros), com o Serviço de Extensão Agrícola.
Nota	2 cópias.

GRUPO: EXTENSÃO RURAL

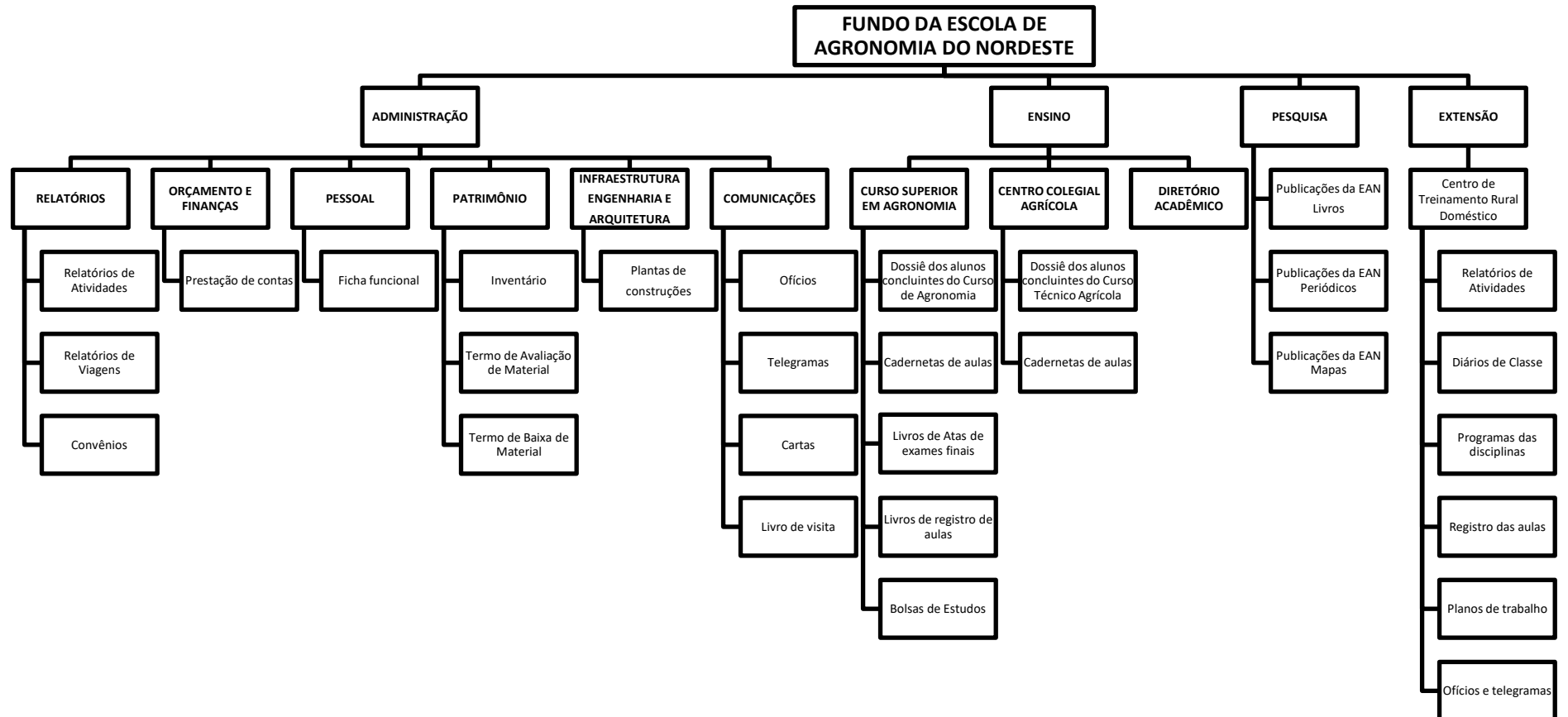
SUBGRUPO: CENTRO DE TREINAMENTO RURAL DOMÉSTICO

SÉRIE: OFÍCIOS E TELEGRAMAS

BR/PB/EAN	CENTRO DE TREINAMENTO RURAL DOMÉSTICO/OFIÍCIOS E TELEGRAMAS
Título	Ofícios e telegramas recebidos e expedidos
Data	1964
Nível de descrição	Nível 3 (série)
Dimensão e suporte	2 dossiês
Conteúdo	Ofício e telegramas encaminhando frequência dos funcionários do

	centro e outros assuntos diversos.
Nota	-

APÊNDICE B - PROPOSTA DE ORGANOGRAMA DO FUNDO DA ESCOLA DE AGRONOMIA DA PARAIBA – 1936-1968
(SÉRIE E SUBSÉRIES)



**APÊNDICE C - SITUAÇÃO DO ARQUIVO DO CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
ANO 2016**



Entrada do arquivo



Documentos colocados no chão por falta de espaço



Documentos no chão





Estado dos documentos em uma das salas que está com o teto quebrado



Documentos abarrotados totalizando cinco salas como esta de documentos até o teto, em estante encostadas na parede e no chão por não ter mais espaço nas estantes.



Uma das salas encontra-se com o teto quebrado.



Estante localizada próxima ao teto quebrado, documentos totalmente destruídos.



Situação dos documentos que se encontra na sala do teto quebrado



Documentos espalhados pelo chão, obstruindo a passagem à sala



Documentos mais recentes acondicionados em sacos de lixos

ANEXOS

COMPLETE SUA COSINHA COM UM FOGÃO "CELINA"

PEÇA INFORMAÇÕES DO NOVO PLANO DE VENDAS EM PAGAMENTOS MENSUAIS DESDE 10000 A 40000 — Rua Macliel Pinheiro, 404

Art. 20.º — Os alunos matriculados, no máximo, a seguinte tabela, segundo o curso fundamental e médio, 24 alunos, no superior, 18, no de especialização, 12, dos quais 6 de cada sexo e 6 por instituição da Congregação.

Art. 21.º — A lista da Diretoria, podendo ser aprovada pelo Estabelecimento, tomar efeitos sem as exigências do presente artigo.

Art. 22.º — As aulas terão duração de 20 minutos; as práticas, duas horas no máximo.

Art. 23.º — A frequência das aulas será, para aprovação de frequência, de 75% a abertura do semestre.

Art. 24.º — Os professores registrarão as notas de dia em cartões próprios, mantendo-se os livros dos alunos, constantes, a critério da Diretoria, das observações da Importância.

Art. 25.º — O horário das aulas escolares será organizado pela comissão formada pelo Diretor, do Secretário e de um professor.

Art. 26.º — O representante do corpo docente será eleito por sua parte.

Art. 27.º — Será regulado o regime de notas para o julgamento da frequência escolar dos alunos.

Art. 28.º — Durante a ausência de um aluno receberão três notas no máximo em cada mês; 1 de observação em dia de sábado, a outra de prova escrita, mensal, donde será tirada a média de mês.

Art. 29.º — Será obrigada a nota prática nos cadernos que tiverem caráter prático.

Art. 30.º — As faltas ou as chamadas erradas não poderão ocorrer no mesmo dia, sendo as faltas em aula, por falta de material, a critério da Diretoria, e as faltas em aula, por falta de material, a critério da Diretoria.

Art. 31.º — O aluno que faltar a aulas, sem motivo justificado, terá sua aula, obrigando-se a fazê-la em este curso.

Art. 32.º — No fim de cada mês realizar-se-ão em todas as classes, provas escritas abrangendo as partes teóricas da prática de cada mês.

Art. 33.º — As provas mensais devem ser avaliadas com 40 horas de aproveitamento.

Art. 34.º — Serão processadas as faltadas provas, de modo a poderem chegar às mãos dos alunos a Secretaria até 20 de cada mês.

Art. 35.º — O aluno que, sem causa justificada, deixar de comparecer a aulas, terá sua aula, e justificadas, deverá fazer outra em substituição.

Art. 36.º — Os trabalhos dos alunos serão julgados por notas de zero (0) a dez (10), com arredondamento de décimos.

Art. 37.º — As notas terão as seguintes valias:

- a) de 9 a 8,5 Insuficiente.
 - b) de 8 a 7,5 Insuficiente.
 - c) de 7 a 6,5 Insuficiente.
 - d) de 6 a 5,5 Insuficiente.
- Art. 38.º — As notas mínimas serão calculadas, multiplicando-se a média de mês por dois, juntando-se ao produto a nota do prova escrita e dividindo-se o total por três. Será pelo menos processo, a nota de exame mensal.
- Art. 39.º — Até o dia 15 de cada mês, serão remetidos aos responsáveis dos alunos boletins com as notas do mês anterior.
- Art. 40.º — Os alunos que tiverem reprovação em 50% ou mais, nas matérias em que foram matriculados, em dois meses consecutivos, poderão ser convidados pela Diretoria a se afastarem do Estabelecimento, excluindo-se na contagem oitavas futuras.

Art. 41.º — Sendo aluno contribuinte interno ou semi-interno, será-lhe restituída a importância correspondente à taxa de matrícula, no tempo que lhe faltar para pagar o semestre.

Art. 42.º — O aluno que, tiver incurso nas disposições do Art. 41.º deste artigo, somente poderá ser readmitido com licença especial da Congregação.

Art. 43.º — Realizar-se-á nos dias úteis uma reunião geral, com a duração máxima de 15 minutos, a qual compreenderá nota a presença do Diretor, todos os docentes, alunos do Estabelecimento.

Art. 44.º — Das reuniões gerais serão tratados especialmente assuntos que versarem sobre: higiene, física, economia, administração e sociologia.

Art. 45.º — Aos alunos que faltarem a 50% do número total de reuniões gerais, com justificação, em 5 dias úteis, não poderão ser concedidos certificados ou diplomas em primeira época.

Art. 46.º — O regime interno, anualmente votado pela Congregação, deverá ser integralmente observado por todos os membros da Escola.

Art. 47.º — Todo aluno ficará sujeito às regulamentações da Escola, desde a matrícula até a terminação de suas aulas com o Estabelecimento.

CAPÍTULO VII DOS EXAMES

Art. 48.º — Realizar-se-ão, no fim de cada semestre, os exames de primeira época de todas as matérias cursadas nos diferentes cursos da Escola.

Art. 49.º — Uma comissão, eleita pela Congregação, dirigirá os exames de primeira e segunda época, organizando o horário que deverá ser aprovado pela Diretoria.

Art. 50.º — Os exames de primeira época realizar-se-ão no decorrer de 7 a 13 de Julho e Dezembro de cada ano.

Art. 51.º — Os exames de primeira época consistirão de uma prova escrita para cada matéria, abrangendo todo o programa teórico e prático dos respectivos cursos, cujas notas serão consideradas com as médias trimestrais, observadas os dispositivos referentes à aprovação das matérias (6) (sempre).

Art. 52.º — Além da prova escrita nos exames de primeira época, haverá ainda uma prova prática nas matérias em que forem convenientes, a critério da Congregação, não sendo observados os valores de notas, isto é, o candidato será habilitado ou não.

Art. 53.º — Somente poderá entrar em exames de primeira época o aluno que estiver devidamente matriculado, que tenha a frequência exigida e que haja alcançado, para cada matéria, a nota mínima trimestral (6) (sempre).

Art. 54.º — Será reprovado o examinando que obter nas provas as notas inferiores a quatro, ou sessenta depois de considerada com as médias trimestrais, observados os dispositivos referentes à aprovação das matérias mensais.

Art. 55.º — De 20 de Fevereiro ao último dia do mês, realizar-se-ão os exames de segunda época, destinados aos alunos reprovados em primeira época, nos exames e candidatos estrangeiros.

Art. 56.º — Ao aluno que curar todo o ano lectivo, será facultado prestar os exames do segundo semestre em época regular.

Art. 57.º — Os exames de cada matéria, em segunda época, consistirão de uma prova escrita, de uma oral e de uma prática.

Art. 58.º — O mínimo, em cada prova, para aprovação, será a nota mínima, sendo o resultado final do exame a média das três notas.

Art. 59.º — As inscrições, para exames de segunda época, deverão ser feitas individualmente, até 14 de Fevereiro de cada ano.

Art. 60.º — O aluno não poderá fazer mais de duas provas para as matérias em que não tiverem sido aprovados em primeira época.

Art. 61.º — A duração máxima das provas será de duas horas para as escritas e de quatro horas para as orais e práticas.

Art. 62.º — Nos exames escritos entrarão os pontos teóricos e práticos de cada matéria.

Art. 63.º — Na segunda época, os exames serão prestados perante comissão de três membros, nas duas matérias, escolhidas pela Diretoria, sendo o professor da cátedra.

Art. 64.º — A lista final de notas das duas provas será a média das notas das três examinadas.

Art. 65.º — Será aprovado qualquer examinando que obtiver

um aproveitamento de 50% ou mais nas matérias em que estiverem matriculados.

Art. 66.º — O aluno que, sem causa justificada, deixar de comparecer a aulas, terá sua aula, e justificadas, deverá fazer outra em substituição.

Art. 67.º — Os trabalhos dos alunos serão julgados por notas de zero (0) a dez (10), com arredondamento de décimos.

Art. 68.º — As notas terão as seguintes valias:

- a) de 9 a 8,5 Insuficiente.
- b) de 8 a 7,5 Insuficiente.
- c) de 7 a 6,5 Insuficiente.
- d) de 6 a 5,5 Insuficiente.

Art. 69.º — As notas mínimas serão calculadas, multiplicando-se a média de mês por dois, juntando-se ao produto a nota do prova escrita e dividindo-se o total por três. Será pelo menos processo, a nota de exame mensal.

Art. 70.º — Até o dia 15 de cada mês, serão remetidos aos responsáveis dos alunos boletins com as notas do mês anterior.

Art. 71.º — Os alunos que tiverem reprovação em 50% ou mais, nas matérias em que foram matriculados, em dois meses consecutivos, poderão ser convidados pela Diretoria a se afastarem do Estabelecimento, excluindo-se na contagem oitavas futuras.

Art. 72.º — Sendo aluno contribuinte interno ou semi-interno, será-lhe restituída a importância correspondente à taxa de matrícula, no tempo que lhe faltar para pagar o semestre.

Art. 73.º — O aluno que, tiver incurso nas disposições do Art. 72.º deste artigo, somente poderá ser readmitido com licença especial da Congregação.

Art. 74.º — Realizar-se-á nos dias úteis uma reunião geral, com a duração máxima de 15 minutos, a qual compreenderá nota a presença do Diretor, todos os docentes, alunos do Estabelecimento.

Art. 75.º — Das reuniões gerais serão tratados especialmente assuntos que versarem sobre: higiene, física, economia, administração e sociologia.

Art. 76.º — Aos alunos que faltarem a 50% do número total de reuniões gerais, com justificação, em 5 dias úteis, não poderão ser concedidos certificados ou diplomas em primeira época.

Art. 77.º — O regime interno, anualmente votado pela Congregação, deverá ser integralmente observado por todos os membros da Escola.

Art. 78.º — Todo aluno ficará sujeito às regulamentações da Escola, desde a matrícula até a terminação de suas aulas com o Estabelecimento.

CAPÍTULO VIII DOS PROGRAMAS

Art. 79.º — Aos professores cathedráticos, evitados os auxílios na parte cujo ensino lhes competir, cumprir organizar os programas das respectivas cátedras.

Art. 80.º — Todos os cursos terão anualmente e entregues à Diretoria até 31 de Dezembro.

Art. 81.º — Deverá a Diretoria enviar a cada professor cópia do programa, a fim de serem devidamente estudados.

Art. 82.º — Os programas serão identificados e aprovados pela Congregação, em sua reunião de 15 de Fevereiro.

Art. 83.º — Depois de aprovados, os programas deverão ser distribuídos gratuitamente, no início do ano lectivo, aos interessados.

Art. 84.º — Os programas terão forma resumida e simples, contendo o curso teórico-prático, e deverão mencionar as obras aconselhadas em cada curso.

Art. 85.º — Uma vez aprovados, deverão os professores executar na prática, salvo motivo de força e juízo da Congregação.

CAPÍTULO IX DAS EXCURSÕES, ESTAGIOS E PREMIOS

Art. 86.º — A Escola promoverá a realização de excursões práticas, para alunos dos diferentes cursos, em regiões e Estabelecimentos agrícolas, onde possam adquirir conhecimentos úteis.

Art. 87.º — Terminada a excursão, deverão os alunos apresentar, dentro de 30 dias, relatório circunstanciado sobre os estudos e observações feitas.

Art. 88.º — A conferência de títulos a alunos, que concluírem curso, dependerá da aprovação dos aludidos relatórios pelos professores.

Art. 89.º — O material científico colhido nas excursões pertencerá à Escola.

Art. 90.º — Os alunos deverão fazer integralmente as excursões, obedecendo aos programas organizados.

Art. 91.º — Para os alunos que estiverem a terminar os cursos superiores, haverá, após a conclusão das excursões, curso prático abrangendo o conhecimento de partes e as vantagens do comércio inter-estadual e as dos produtos parafarmacos de exportação, sustentando-se, para as disciplinas do artigo 62.º o seu parágrafo.

Art. 92.º — As melhores crianças, que concluírem os cursos da Escola, a critério da Congregação, poderão ser concedidas passagens ferroviárias e marítimas e outros favores, para estágio de aperfeiçoamento em Estabelecimentos nacionais e estrangeiros, com a concessão de aumentos relativos circunstanciais tratadas dos assuntos, que tiverem estudado, sob pena de indenização das despesas.

Art. 93.º — A Escola preparará seus melhores alunos pelos seguintes meios:

- a) facilitando-lhes estudos facultativos prescritos neste regulamento;
- b) permitindo-lhes trabalhos remunerados, quando houver êxito;
- c) conferindo-lhes os prémios que forem instituídos por particulares, associações ou Governos;
- d) auxiliando-lhes, monetariamente, na realização de estagios científicos agrícolas.

Art. 94.º — Para instituir o prêmio para o aluno que alcançar o melhor aproveitamento em cada curso.

Art. 95.º — A duração do prêmio será de 10 dias, contados a partir da data da conclusão dos estudos.

Art. 96.º — O prêmio será dividido em partes iguais, para cada curso.

Art. 97.º — Este prêmio será disputado por todos os alunos do Estabelecimento.

Art. 98.º — A Escola aceitará toda e qualquer contribuição destinada a premiar aos seus alunos e servidores, e fará a gestão de aplicação desde que sejam feitas por pessoas ou colectividades idôneas e as condições estabelecidas pelos doadores não contrariarem disposições do presente regulamento.

CAPÍTULO X DAS TRANSFERÊNCIAS

Art. 99.º — A Escola aceitará transferência de alunos de Estabelecimentos concorrentes, desde que sejam equivalentes as condições de matrícula e de curso, ou em caso contrário sujeitos os candidatos a cumprir todo o curso necessário para a rigorosa observância deste Regulamento.

Art. 100.º — O candidato a transferência deverá requerer licença escolar, assim como Regulamento e programas da Escola que frequenta.

Art. 101.º — Os documentos de candidato a transferência serão examinados pela comissão de classificação, que emitirá parecer a respeito.

Art. 102.º — As transferências serão concedidas pela Congregação.

Art. 103.º — A Escola fornecerá a seus alunos a documentação necessária, a fim de se transferirem para outros Estabelecimentos.

CAPÍTULO XI DOS TÍTULOS, DIPLOMAS, CERTIFICADOS, ATTESTADOS

Art. 104.º — A Escola conferirá aos que satisfizerem seus estudos teóricos e práticos, para fins de administração, de agricultura agrícola, diplomas de bacharelado agrícola, por parte dos alunos nas estabelecidas desta Regulamento.

Art. 105.º — Serão conferidos certificados de admittituras, para os que terminarem o curso fundamental e as técnicas, pelo Diretor e Secretário da Escola.

Art. 106.º — Aos alunos que concluírem o curso superior de agricultura, serão conferidos diplomas de bacharelado agrícola, sendo apresentados pelo Secretário da Agricultura, serepente e pelo Secretário do Estabelecimento.

Art. 107.º — Aos alunos, que concluírem o curso de especialização em qualquer das matérias, serão conferidos diplomas de especialização, com a apresentação do Governador do Estado, pelo Governador da Agricultura e pelo presidente da Congregação.

Art. 108.º — Os alunos que concluírem o curso de especialização, serão conferidos diplomas de especialização, com a apresentação do Governador do Estado, pelo Governador da Agricultura e pelo presidente da Congregação.

dos os quais serão assinados pelo Diretor e pelo Secretário do Estabelecimento e pelo Governador, que os tiverem apresentados.

Art. 109.º — Os alunos, que terminarem o curso de especialização em qualquer tempo poderão defender these, para a obtenção do diploma de especialização.

Art. 110.º — A defesa de these será feita perante toda a Congregação e em sessão pública, sendo-lhe o candidato a arguido pelos membros da mesma.

Art. 111.º — Os trabalhos de defesa serão apresentados à Escola, com antecedência de 30 dias, para o prazo estabelecido por uma comissão de especialistas sobre o assunto, designada pela Congregação.

Art. 112.º — A entrega de certificados e a colheita de notas, para a obtenção do diploma de especialização, serão feitas pelo Diretor e Secretário da Escola, em sessão pública, perante toda a Congregação.

Art. 113.º — Os alunos, que concluírem o curso de especialização, serão conferidos diplomas de especialização, com a apresentação do Governador do Estado, pelo Governador da Agricultura e pelo presidente da Congregação.

Art. 114.º — Os alunos, que concluírem o curso de especialização, serão conferidos diplomas de especialização, com a apresentação do Governador do Estado, pelo Governador da Agricultura e pelo presidente da Congregação.

CAPÍTULO XII DA RESIDÊNCIA DE ALUNOS DO SERVIÇO DE SAÚDE MILITAR, DESPORTIVO E MÚSICA

Art. 115.º — Os alunos terão internio, semi-interno e externo, obedecendo às disposições estabelecidas pela Congregação.

Art. 116.º — No internio será adoptado o regime de responsabilidade pessoal dos alunos que serão grupados, no máximo, até cinco em cada apartamento.

Art. 117.º — O semi-interno destinar-se-á aos alunos que desejarem passar o dia na Escola, com direito às refeições.

Art. 118.º — O externo, quanto a residência, fica sujeito a mudança de alunos, por motivo de higiene ou de moralidade, tendo nella preferência os que tiverem família residente nas proximidades da Escola.

Art. 119.º — A Escola organizará, pelo sistema cooperativo, o serviço de saúde para seu pessoal e alunos.

Art. 120.º — Este serviço dará direito a exame sanitário, a exames médicos, farmacológicos e enfermários em algumas enfermidades, e a exames clínicos de laboratório.

Art. 121.º — O serviço de farmácia limitará-se a formular as prescrições e a preparar as medicações de urgência, a critério do respectivo médico.

Art. 122.º — Terão direito ao que prescreverem os parágrafos anteriores as pessoas da família do funcionário e os que residam sob sua tutela.

Art. 123.º — Será rigorosamente exigido o bom estado de saúde de todos os servidores e alunos do Estabelecimento.

Art. 124.º — Para admissão de qualquer servidor do Estabelecimento, será exigido atestado passado pelo médico chefe ou por outro, a critério da Diretoria.

Art. 125.º — Os empregados dos serviços da Escola poderão tomar parte nos serviços de saúde.

Art. 126.º — A Escola manterá, para os alunos que não possuírem carteiras de reservista de exército nacional, o serviço militar, constituído de acordo com os dispositivos expedidos pelo Ministério da Guerra.

Art. 127.º — A Escola organizará o serviço de desportos, com o fim de estimular a educação física de seus alunos, promovendo a prática de todos os recommendados como atividades físicas.

Art. 128.º — Serão permitidas excursões desportivas aos alunos, que não tenham sido reprovados em estudos.

Art. 129.º — Os alunos de curso fundamental ficarão sujeitos a dois semestres de desportos, do médio, a três, do de superior, a quatro, salvo prescrição médica.

Art. 130.º — Os semestres de desportos deverão ser os primeiros dos cursos.

Art. 131.º — Quanto à frequência, os alunos ficarão sujeitos às disposições do artigo 37.º a seus parágrafos.

Art. 132.º — A Escola organizará o serviço de recreio, facultando aos alunos e empregados, que a desejarem.

Art. 133.º — Por licença especial do Diretor, poderão pessoas estranhas ao Estabelecimento gozar do que dispõe o presente artigo.

CAPÍTULO XIII DAS CONTRIBUIÇÕES

Art. 134.º — As despesas relativas à instrução propriamente dita, ficando a Escola com o cumprimento dos alunos contribuem para as despesas de manutenção e com pequena percentagem para as de expediente e conservação em geral.

Art. 135.º — Poderão ser cobradas aos alunos taxas para auxílio à manutenção dos serviços de saúde, de acordo com as condições estabelecidas no presente regulamento.

Art. 136.º — O pagamento das taxas e emolumentos devidos à Escola deverá ser efetuado em dinheiro, depositado em caixa de habilitação que for adoptada.

Art. 137.º — A Escola reserva-se o direito de cobrar taxa e qualquer outra taxa, por falta de cumprimento da exigência do presente artigo.

Art. 138.º — As taxas a serem cobradas pelo estabelecimento são as seguintes:

- 1) taxa de admissão — com anuário às despesas de expediente;
- 2) taxa de frequência;
- 3) taxa de internio (somente aos internos) — destinada exclusivamente à alimentação e conforto dos alunos;
- 4) taxa de exames da segunda época — destinada às despesas extraordinárias, durante os exames;
- 5) taxa de saúde — como contribuição ao serviço médico;
- 6) taxa de desportos — para auxílio à aquisição de material e movimento desportivo;
- 7) taxa de música — para aquisição e conservação do instrumental necessário;
- 8) taxa de material — para aquisição e conservação de material que seja previamente feito o disposto no regulamento.

Art. 139.º — Todo aluno deverá ter em depósito a quantia integral estipulada para Internio no estabelecimento por períodos causados pelo Internio.

Art. 140.º — Uma vez matriculado o aluno, o depósito de sua parte será em depósito de garantia.

Art. 141.º — Pela entrega de atestado, certificado, diploma, ou de qualquer outro documento, o aluno obriga-se a pagar a taxa de transferência, de acordo com as condições estabelecidas no presente regulamento.

Art. 142.º — Aos alunos que concluírem o curso de especialização, serão conferidos diplomas de especialização, com a apresentação do Governador do Estado, pelo Governador da Agricultura e pelo presidente da Congregação.

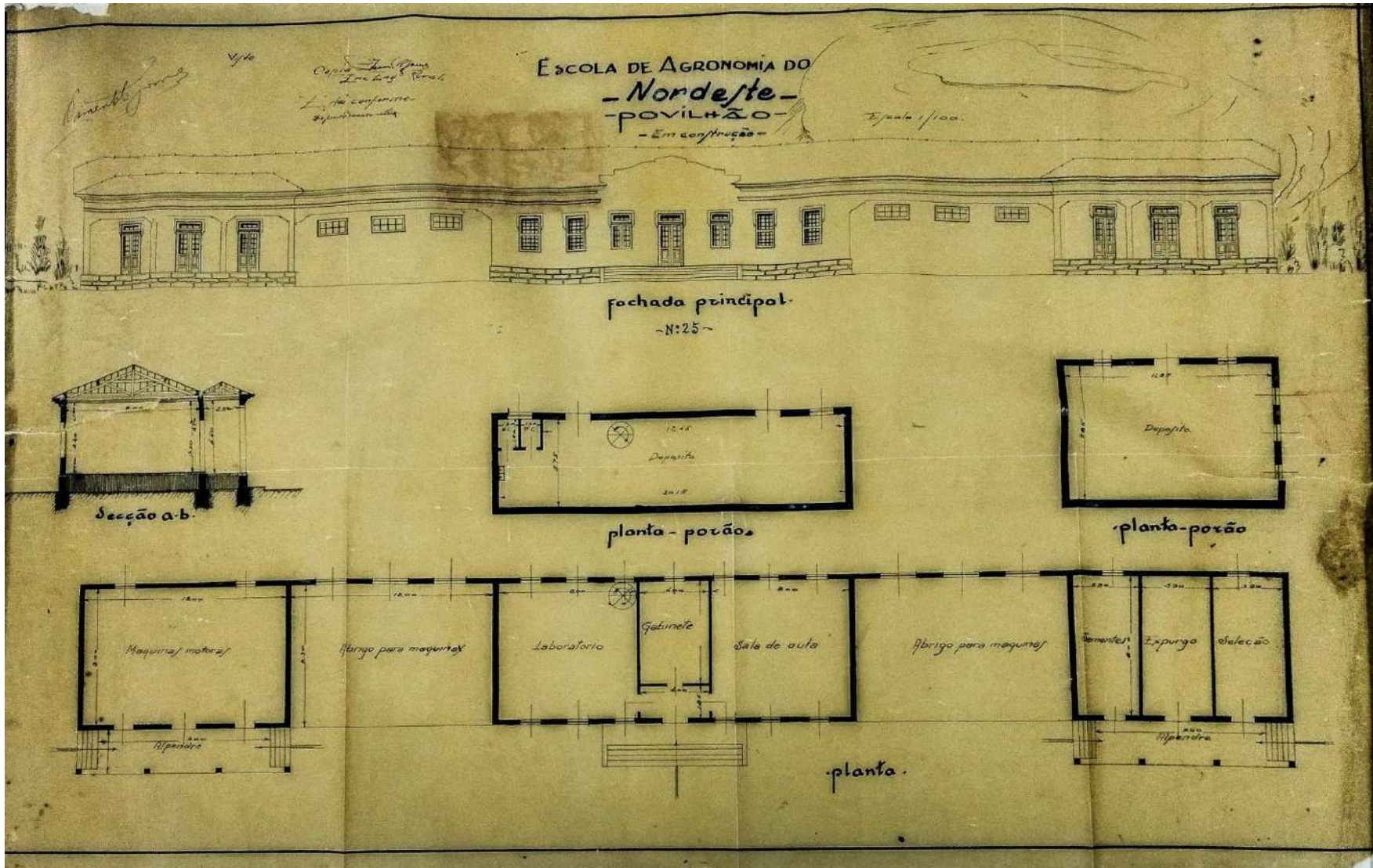
Art. 143.º — Os alunos, que concluírem o curso de especialização, serão conferidos diplomas de especialização, com a apresentação do Governador do Estado, pelo Governador da Agricultura e pelo presidente da Congregação.

CAPÍTULO XIV DA ADMINISTRAÇÃO DA ESCOLA

Art. 144.º — A Escola será administrada por dois poderes: 1) Executivo — constituído pelo Diretor e seu auxiliar; 2) Fiscal — constituído pelo Diretor e seu auxiliar.

Art. 145.º — A regulamentação da Escola será sempre

ANEXO B - CÓPIA DA PLANTA DO PAVILHÃO CENTRAL DA EAN



ANEXO C - MATÉRIA NO JORNAL À UNIÃO SOBRE A INAUGURAÇÃO DA EAN (1936)

2.ª SECÇÃO

A União

8 PAGINAS

ORGAN OFFICIAL DO ESTADO
JOÃO PESSOA — Quarta-feira, 15 de abril de 1936

INAUGURA-SE, HOJE, EM AREIA, A ESCOLA SUPERIOR DE AGRONOMIA DO ESTADO DA PARAÍHYBA

O ACTO SERÁ PRESIDIDO PELO EXMO. DR. JOSÉ MACIEL, GOVERNADOR INTERINO DO ESTADO

Inaugura-se hoje a "Escola de Agronomia do Estado da Parahyba", localizada na cidade de Areia.

O facto se reveste do maior relevo se considerarmos ser o Instituto de ensino, ora a entrar em suas plenas funções, o primeiro estabelecimento de ensino superior com que conta o nosso Estado, graças a uma feliz iniciativa do Governo estadual ao tempo da interventoria do dr.



O dr. Carralho Araújo, director da Escola de Agronomia da Parahyba

Gratiliano Brito, que firmou em 19 de Janeiro de 1934, contrato com o ministerio da Agricultura para a manutenção, em cooperação, da Escola.

Proseguindo e rematando as obras dos edificios que compõem a "Escola de Agronomia do Estado da Parahyba", o governo Argentino de Figueiredo cumpriu integralmente as obrigações assumidas pelos poderes estaduais de dotar a Parahyba de uma realiação que vem ao encontro do programma de desenvolvimento da economia parahybana.

"Escola de Agronomia de uma escola superior de ensino tecnico-profissional.

Moldada no mesmo programma que notabilizou a "Escola de Agronomia de Viçosa", em Minas, a nossa, a ser inaugurada, hoje, às 10 horas, com solenidade, perante as altas autoridades estaduais, está fadada a cumprir uma tarefa cultural das mais uteis.

A INAUGURAÇÃO

Ocorrerá, hoje, as dez horas, com a presença do sr. governador José Maciel, auxiliares da administração e outras autoridades estaduais, federais e municipais, e representantes da imprensa que desta capital, deverão partir, pela manhã.

O acto se revestirá de solenidade, constituindo um acontecimento de maior importância na vida daquella povoação municipal, e, tambem para o publico educativo na Parahyba, que terá, assim, a sua primeira escola superior.

DIRECCÃO E CORPO DOCENTE

E director da Escola de Agronomia de Areia o professor Luiz Carralho de Araújo, da Escola de Agronomia de Viçosa, e um dos seus mais amados na parohyba que sempre, tendo sido ainda contratado pelo Estado, no qual outros professores qualificados allega a sua direção, lecciona e orienta

escola superior, elevando-a ao grau de concelho que outras congregações usufruem no país.

OS CURSOS E AS CONDIÇÕES DE MATRICULA

CURSO SUPERIOR DE AGRONOMIA — A Escola está aparelhada, devotamente, para inaugurar o referido Curso em 1937, devendo tornar publico, dentro em breve, as condições para o exame vestibular.

CONDIÇÕES PARA O EXAME DE ADMISSÃO AO CURSO MEDIO — Para inscrição no exame de admissão ao Curso Medio, nesta Escola, os candidatos deverão apresentar os seguintes documentos:

- a) — requerimento dirigido ao Director da Escola (assinado devidamente: 20000 — selo estadual — e \$200 de educação e saúde);
- b) — affidavit medico, provando não soffrer o candidato de moléstia infecto-contagiosa, ou repugnante, e estar vacinado recentemente, contra a varíola;
- c) — certidão de idade, provando o candidato ter, no minimo, dezoito annos;
- d) — certificado de haver o candidato terminado o curso de grupo escolar, ou outro documento de semelhante valor;
- e) — pagamento da taxa de admissão: 20000, e do deposito de signal — 50000.

Os documentos acima mencionados, necessários à inscrição, deverão ser apresentados até 14 de abril do corrente anno.

Data do inicio das exames — Terço inicio estes, às 8 horas da manhã do dia 23 de abril de 1936.

Exame de admissão — Constará de 3 partes:

- a) — oral e scripta de Português;
- b) — oral e scripta de Arithmetica;
- c) — oral de Geometria, Geographia, Historia Natural, Historia do Brasil e Moral e Civica.

Português — A prova scripta versará sobre um dictado e redacção de cartas ou composições. A prova oral consistirá da leitura de um trecho e analyse do mesmo.

Arithmetica — As provas scriptas e oral comprehenderão toda Arithmetica pratica até regra de três simples e composta incluídas.

Geometria — Tracados de linhas, angulos, triangulos, quadrilateros, poligonos regulares e circunferencia — Definições — Areas de triangulos, quadrilateros, poligonos regulares e circulos.

Geographia — Principaes accidentes geographicos do Brasil — Estado geral do Estado da Parahyba — Capitales e principaes cidades dos mais importantes países do mundo.



Aspecto geral dos edificios da Escola de Agronomia

Historia Natural — Diferenciação entre seres vivos e mortos — Diferenciação entre animais e vegetaes — Noções gerais sobre as principaes orgaos do homem — Noções gerais sobre os principaes orgaos da planta — Mineraes, minereos e crystaes (definição e diferenciação)

Historia do Brasil — Descoberta do Brasil — Governadores gerais — Luctas em Pernambuco — Bandeirantes — Independencia mineira — Vinda de D. João VI para o Brasil — Independencia do Brasil — Regencia — Pedro II — Proclamação da Republica — Voltos illustres do Estado da Parahyba.

Moral e Civica — Família — Patria — Bandeira nacional — Armas do Estado da Parahyba — Patriotismo

Jury — Os três poderes (legislativo, executivo e judicial) — Principaes vultos nacionais.

CONDIÇÕES PARA A MATRICULA NO CURSO FUNDAMENTAL — Poderão inscrever-se no Curso Fundamental os candidatos que houverem concluído o curso primario de grupo escolar estadual ou que apresentarem attestado de preparo equivalente, obtido em estabelecimento de instrução, cuja idoneidade seja reconhecida pela Escola.

Os candidatos terão que apresentar as mesmas documentações exigidas para o exame de admissão ao Curso Medio.

TAXA DE FREQUENCIA — Para qualquer dos citados Cursos, o alumno pagará a taxa annual de 10000, pagamento este feito em quatro prestações trimestraes.

O QUE É A ESCOLA DE AGRONOMIA

Os edificios actualmente terminados são os seguintes: a) **Edificio Central**, medindo 52m,40 x 47m,90 e contendo salas para a directoria (8m,40 x 8m,00), visitas, (8m,40 x 8m,00), biblioteca (8m,40 x 9m,60), physica (8m,40 x 12m,40), botanica (8m,40 x 12m,00), zoologia (8m,40 x 12m,00), quatro salas de aula, medindo duas 8m,40 x 12m,00, cada uma, e duas outras 18m,00 x 8m,40, cada uma. Secretaria (8m,40 x 7m,00). Congregação (8m,40 x 7m,00). Vestibulo (8m,40 x 8m,00). 10 gabinetes sanitarios de 2m,00 x 1m,00, cada um, distribuidos em duas secções sanitarias.

Ha internamente uma area decorativa, com jardim, circundada por um terreo de 2m,40 de largura. Todo o edificio é fôrjado de centro machucado com travessamento de madeira de lei. Os pisos são revestidos de mosaico. As secções sanitarias são revestidas de azulejo até a altura de 1m,20. Ha escriptorio e bomba electrica para o edificio. O edificio foi construido em duas partes: a) — Reservatorio, construido de concreto na parte mais alta do terreno, com uma capacidade de 36 metros cubicos, e donde parte a canalização de distribuição pelas diversas dependencias da Escola.

b) — **Residencia do director** — Tem uma area de 190m,2 com terracos, salas de visitas e de refeições, 4 quartos, copos, cozinha e instalações sanitarias.

c) — **Residencia de porteiros** — Area de 82m,2, 95. Terracos, salas de visitas e de refeições, 3 quartos, cozinha e instalações sanitarias.

d) — **Outras dependencias** — Antigo edificio da fazenda adquirida pelo Estado para a construção da Escola tem sido reconstruido e ampliado para servir de residencia de empregados, depositos de material edificado, etc.

A instalação electrica tanto no interior dos edificios como exteriormente ao longo das estradas de acesso foi distribuida com o maior cuidado e todo o material é da melhor qualidade. O saneamento das edificações obedece a modernas prescrições sobre o assumpto, lido ter as effluentes a serem onde soffrerão tratamento biologico.

Além dos edificios citados a propriedade em varias seções, e que tem servido durante a construção para o transporte de material, como pedras, tijolos, madeira e areia, ha aberta uma estrada de rodagem de acesso ao estabelecimento, ligando a estrada de Areia e Lagoa de Areia, a qual tem uma extensão de 400 metros, através de cortas e aterros.

A construção da Escola de Agronomia de Areia foi iniciada em 1934 e vem sendo realizada, activamente, e em parte, pela Directoria de Vias e Obras Publicas, segundo plano de Matricula de Architectura.

As obras competentes para a inauguração prepararam-se e estão

o edificio actualmente terminados são os seguintes: a) **Edificio Central**, medindo 52m,40 x 47m,90 e contendo salas para a directoria (8m,40 x 8m,00), visitas, (8m,40 x 8m,00), biblioteca (8m,40 x 9m,60), physica (8m,40 x 12m,40), botanica (8m,40 x 12m,00), zoologia (8m,40 x 12m,00), quatro salas de aula, medindo duas 8m,40 x 12m,00, cada uma, e duas outras 18m,00 x 8m,40, cada uma. Secretaria (8m,40 x 7m,00). Congregação (8m,40 x 7m,00). Vestibulo (8m,40 x 8m,00). 10 gabinetes sanitarios de 2m,00 x 1m,00, cada um, distribuidos em duas secções sanitarias.

Ha internamente uma area decorativa, com jardim, circundada por um terreo de 2m,40 de largura. Todo o edificio é fôrjado de centro machucado com travessamento de madeira de lei. Os pisos são revestidos de mosaico. As secções sanitarias são revestidas de azulejo até a altura de 1m,20. Ha escriptorio e bomba electrica para o edificio. O edificio foi construido em duas partes: a) — Reservatorio, construido de concreto na parte mais alta do terreno, com uma capacidade de 36 metros cubicos, e donde parte a canalização de distribuição pelas diversas dependencias da Escola.

b) — **Residencia do director** — Tem uma area de 190m,2 com terracos, salas de visitas e de refeições, 4 quartos, copos, cozinha e instalações sanitarias.

c) — **Residencia de porteiros** — Area de 82m,2, 95. Terracos, salas de visitas e de refeições, 3 quartos, cozinha e instalações sanitarias.

d) — **Outras dependencias** — Antigo edificio da fazenda adquirida pelo Estado para a construção da Escola tem sido reconstruido e ampliado para servir de residencia de empregados, depositos de material edificado, etc.

A instalação electrica tanto no interior dos edificios como exteriormente ao longo das estradas de acesso foi distribuida com o maior cuidado e todo o material é da melhor qualidade. O saneamento das edificações obedece a modernas prescrições sobre o assumpto, lido ter as effluentes a serem onde soffrerão tratamento biologico.

Além dos edificios citados a propriedade em varias seções, e que tem servido durante a construção para o transporte de material, como pedras, tijolos, madeira e areia, ha aberta uma estrada de rodagem de acesso ao estabelecimento, ligando a estrada de Areia e Lagoa de Areia, a qual tem uma extensão de 400 metros, através de cortas e aterros.

A construção da Escola de Agronomia de Areia foi iniciada em 1934 e vem sendo realizada, activamente, e em parte, pela Directoria de Vias e Obras Publicas, segundo plano de Matricula de Architectura.

As obras competentes para a inauguração prepararam-se e estão



O edificio principal da Escola

**ANEXO D - PROGRAMAS DAS DISCIPLINAS OFERTADAS NO CENTRO DE
TREINAMENTO DE ECONOMIA DOMÉSTICA**

Escola de Agronomia do Nordeste
Aracá - Paraíba

SERVICÓ DE EXTENSÃO AGRICOLA EI

Centro de Treinamento de Economia Doméstica de Aracá

Ano letivo 1961

Curso DOMÉSTICO Duração do curso Anual

PROGRAMA DE APOSTE CULINÁRIA

Professora Elisa Albuquerque

Número de turmas 1

Natureza do curso Prático

- 1 - Feijão: simples, com carne e sem verdura. Tutá - Feijão deورتista.
- 2 - Arroz: Cozido em água e sal. Refogado. Do forno. Bolinhos. Rosôto. Bolo de Arroz e figado. Croquetes de arroz e repolho.
- 3 - Massa: Macarrão: com molho de tomate - molho branco - do forno - en-carrada - bolinhos tipo preparo de talharim - talharim / do molho de tomate - bolinhos de pão - pizza - nhoque - ravioli e gnocchetti.
- 4 - Carne seca: Bife, Bombo e picadinho.
- 5 - Carne verde: Bife: rãpico, encolado, à milanesa, enrolado com ovos, Almondogs, croquetes, lombo recado, frito. Roastbe e pastelão.
- 6 - Carne de porco: Prepero de lombo. Costeletas à milanesa.
- 7 - Paixe: Ensopado, pastelão e soufflé.
- 8 - Bacalhau: Rosôto e bolinhos.
- 9 - Repolho: Ensopado no leite de côco, croquetes, recheteado, crêms, bolo e salada.
- 10 - Vegetais: Fritada - omelete - salada.
- 11 - Cenoura: Enrolado - salada e bôlo.
- 12 - Kurd: À milanesa e salada.
- 13 - Batatinha: Nhoques, crepsa, bife, fritas, pastelão e sôpa.
- 14 - Jerimum: Creme e salada.
- 15 - Batata Doce: Recheteada e pudim.
- 16 - Macochaíra: Pudim, bolinhos e purê.
- 17 - Banana: Caramelada - lobinho e tortas.
- 18 - Galinha: Descossada e recheteada. Pudim, cuscus, coxinhas e forminhas.
- 19 - Pudim: (açúcar de macochaíra, jerimum, batata doce, queijo, leite condensado).
- 20 - Crêms: De jerimum, queijo, mazazujá, manjar branco, boccólôr.
- 21 - Tortas: De banana, limão e biscoito.
- 22 - Dôces: De pão, laranja (compota cristalizada), abacaxi, goiaba, banana e batata.
- 23 - Sopa: Batatinha, de massa sem carne.
- 24 - Molhos: Prepero de molho inglês - Molho de tomate para esofa, branco e molho.
- 25 - Milho: Pó de milho, de açúcar e bôlo.
- 26 - Licôres: de abacaxi, banana, goiaba, e mazazujá.
- 27 - Massa: Prepero de massa folhada simples. Pastel folhado, Pastel de carne, Empadas. Biscoitos variados (doçes e salgados) Prepero do bôlo.
- 28 - Confeitaria: Prepero de glacês e merengues - preparo de Bisco. Confecção de animalinhos, de rosas de açúcar. Confecção de bolos artísticos e enfeites para mesa de aniversário, de natal e de casamento.

Escola de Agronomia do Nordeste
Aracá Paraíba

SERVICO DE EXTENSAO AGRICOLA

Centro de Treinamento de Economia Doméstica de Ma Aracá

Ano de 1961

Curso DOMESTICO

Duração do curso Anual

PROGRAMA DE ADMINISTRAÇÃO E ARRANJO DO LAR

Professora Maria das Neves Santes

Número de turmas 1

Natureza do curso Prático

AULAS TEÓRICAS:

Importância da vida em família e papel da mulher no lar.
Necessidade da Economia Doméstica.
A casa, abrigo primitivo do homem - como surgiram diversos tipos de construção.

A casa: principais condições que devem ser observadas ao se construir, digão construir uma casa.

Dependências da casa e arranjo de cada uma com o qenti do de torná-la agradável, e adequada aos seus filhos, digão fins.

Os móveis.

Limpeza da habitação- Como espanar tetos e paredes. Como varrer e como lavar.

A ordem: ordem no trabalho, no tempo e no lar.

O armário de roupa: onde colocá-lo, como arrumar, como dobrar toalhas, lençóis, frouhas, etc. (demonstração prática).

Combate aos insetos e outros animais daninhos.

Combate às moscas, mosquitos, etc. Como forrar uma lata de lixo (demonstração prática). Como combater o mofó.

AULAS PRÁTICAS:

Como fazer bainha à máquina. Maneira fácil de emendar viés. Como fazer bainha com jornal. Como fazer um alfineteiro de pulso. Confecção de estôje de costura feito com agave. Como carzir meias. Carzido à mão. Carzido para te-lhado. Como conservar por mais tempo os lençóis. Como fazer remendos. Carzido à máquina. Como virar colarinho de camisa. Como remendar tropical ou linho com agulha de chá. Como fazer ombreiras de bambú. Como fazer um quadro de um prato de papelão. Como fazer um vaso para plantas, imitando mosaico. Confecção de vasos para plantas, pintando com tinta e fuligem. Como fazer um porta-lençóis. Como fazer um pegador de panelas, aproveitando retalhos. Como fazer um costureiro de cunha de alho. Como fazer barras marmorizadas, aproveitando os retalhos de tecido.

AREIA
 SERVIÇO DE EXTENSÃO AGRÍCOLA
 CENTRO DE TREINAMENTO DE ECONOMIA DOMÉSTICA DE Areia
 Ano letivo de 1961
 Curso DOMÉSTICO Duração do curso Anual

PROGRAMA DE HIGIENE E PUERICULTURA

Professora Maria Sousa de Vasconcelos

Número de turmas 1

Natureza do curso Prático

- 1º - Introdução ao estudo da Higiene; sua definição, objeto e importância.
- 2º - Generalidades sobre infestação e infecção. Contágio. Os meios de evitar as doenças e a educação higiênica.
- 3º - Higiene de habitação - Ventilação e asseio da residência. Tratamento do lixo.
- 4º - Cuidados com a contaminação da água. Água potável.
- 5º - Asseio Corporal. Banhos, cuidados especiais às para o corpo e para o vestuário e suas adaptações às necessidades do organismo e as condições ambientais.

B) PUERICULTURA

- 1º - A puericultura. Definição e divisões. Importância atual e necessidade.
- 2º - A puericultura pré-natal. Mortalidade materna. Obras de proteção e assistência a maternidade.
- 3º - Mortalidade infantil e suas causas. Obras de proteção e assistência a infância.
- 4º - Cuidados com o recém-nascido. Primeiros cuidados higiênicos; resfriamento axilar; banhos, lavagem e ~~antisseptico~~ antisséptico dos olhos. O berço e seu preparo.
- 5º - Vestuário e alimentação: Cuidados relativos ao asseio, vestuário, alimentação e do sono da criança.
Técnica da amamentação materna; horário da alimentação e necessidade nutritiva da criança. Cuidados com escolha do leite, esterilização e conservação do leite, chapetas, bicos e mamadeiras.
Métodos de imunização contra as doenças contagiosas; vacinação e o seu emprego.

Escola de Agronomia do Nordeste
 Araia - Paraíba

SERVIÇO DE EXTENSÃO AGRÍCOLA

Centro de Treinamento de Economia Doméstica de AREIA
 Ano letivo de 1961

Curso DOMÉSTICO Duração do Curso ANUAL

PROGRAMA DE CORTE E COSTURA

Professora RITA DA LUZ

Número de turmas 2

Natureza do curso PRÁTICO

TEORIA DO CORTE:

Técnica de tirar medidas. Padrões.

CONFECÇÕES DE PEÇAS PARA O VESTUÁRIO.

ROUPAS DE MULHER:

Blusa simples: - blusa quimono.
 Saias de prega.
 Godês simples e duplo.
 Blusa de gola.
 Mangas raglan, luva.
 Espora cegonha.
 Vestidos - Tailleurs.

ROUPAS DE HOMEM:

Camisas, pijamas, calças, cuecas.

ROUPAS DE CRIANÇAS:

Tinão - vestidinhos e calças.

.....

Colocação de viés em decotes e em recortes.
 franzidos - Casca de abóvia - Nervuras re-
 tas e oncostoladas - Pliegado - Espinha de
 coixe - Chulengo - Casca à mão - Garnecido.

MVT/.

Escola de Agronomia do Nordeste
 Aracaju " Paraitiba

SERVIÇO DE EXTENSÃO AGRÍCOLA

CENTRO DE TREINAMENTO DE ECONOMIA DOMÉSTICA DE Aracaju

ano letivo de 1961

Curso DOMÉSTICO

Duração do curso Anual

PROGRAMA DE TRABALHOS MANUAIS

Professora Jesefa Augusta de Lima

Número de turmas 2

Naturaleza do curso Prático

1 - PONTOS DE ORNAMENTAÇÃO:

Matis - Rococó - Corrido - Aplicado - Bainha - Cruz - Crivo - Cheio - Ping-pong - Labirinto - Sombra - Maste - Paris - Rechilieu - Americana - no - Esteira - Lagada - Funisiano.

2 - TRABALHOS DE AGULHA:

Tricô simples: confecção de meias, casaquinhos, sapatos, toucas, casais e babadoiros.

Tricô artístico: Toalhadões, colchas, centros e ceminhas de mesa, panos, etc.

Croché: Confecção de panos, casais para crianças, chapéusinhos, chales e boleas.

3 - TRABALHOS DE MÁQUINA:

Bainhas, cordão, rechilieu, matis, ponto corrido, aplicado e cheio.

4 - TRABALHOS DIVERSOS:

Vagonite, filé simples e artístico frivolité

5 - FLORES:

Como cortar pétalas e folhas. Como cobrir arames. Como tingir fazenda e papel para confecção de flores. Grande variedade de flores em papel, pano e parafinadas. Confecção de grinaldas, buquês e flores para ornamentação de vestidos.

Escola de Agronomia do Nordeste
 Areia - Paraíba

SERVIÇO DE EXTENSÃO AGRÍCOLA

CENTRO DE TREINAMENTO DE ECONOMIA DOMÉSTICA DE AREIA
 Ano letivo de 1961

Curso DOMÉSTICO Duração do curso ANUAL

PROGRAMA DE TECNICAGEM

Professora MARIA SOUSA DE VASCONCELOS

Número de turmas 2

Modalidade do curso PRÁTICO

- 1º - Conhecimento do tear. Como manejar a urdidreira.
- 2º - Preparo de lição.
- 3º - Cálculo e preparação do teares.
- 4º - Como tingir a agave para execução de trabalhos.
- 5º - Colocação de trabalhos em teares.
- 6º - Confecção de tapetes e bolsas em agave.
- 7º - Confecção de chales de lã.
- 8º - Confecção de jogos americanos.
- 9º - Confecção de passadeiras em agave.
- 10º - Confecção de centros de mesa de lã.
- 11º - Confecção de toalhas de rosto em fio.
- 12º - Confecção de saias em lã e linha.
- 13º - Aproveitamento da bicha do agave para confecção de sacachos.

RVT/

ANEXO E - PROGRAMAÇÃO DA I FEIRA RURALISTA DA EAN**PRIMEIRA SEMANA
RURALISTA DE AREIA****14 A 18 DE ABRIL DE 1952**

Promovida pelo Serviço de Informação Agrícola, pela Paróquia de Areia, e Escola de Agronomia do Nordeste, em cooperação com a Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, Ministério da Educação, Governo do Estado da Paraíba e Ação Católica Brasileira.

L O C A L**ESCOLA DE AGRONOMIA DO NORDESTE****AREIA - PARAÍBA**

"Na Semana Ruralista de Areia, lavradores, criadores, técnicos, sacerdotes e professores, debaterão problemas agropecuários e sociais, indicando-se os meios adequados para solucioná-los".

PROGRAMA

DIA 14 DE ABRIL — ABERTURA

Às 8 horas — Festiva recepção à Imagem de Nossa Senhora do Carmo, excelsa padroeira da Escola de Agronomia do Nordeste, ofertada pela Venerável Ordem Carmelitana da Paraíba. A Imagem da Virgem será saudada pelo exmo. dr. Joaquim Moreira de Melo, Diretor da E. A. N. Em seguida, o exmo. sr. Dom Frei Anselmo Pietrulla, Bispo de Campina Grande, celebrará missa em honra da Virgem do Carmo, sob cujo patrocínio realizar-se-à a 1ª Semana Rural de Areia.

Às 19,30 horas — Sessão Solene, no Salão Nobre da Escola, sob a presidência de honra do exmo. Sr. José Fernandes de Lima, Secretário da Agricultura. Saudação aos Semanistas pelo exmo. Sr. Deputado Pedro Moreno Gondim.



«Que por todos os recantos do Brasil ressoe êste grande pregão de alerta:

Não deixem os campos pelas cidades para se não agravar duplamente êste problema econômico-social, mas exijam para seus ambientes campesinos o fiel respeito a seus inegáveis direitos» (Pastoral coletiva do Episcopado Brasileiro).

HORÁRIO GERAL DA SEMANA

15 A 18 DE ABRIL

Das 6,45 às 7,30 horas:	Café
Às 7,40 horas:	Reunião em frente ao Edifício principal para distribuição dos Cursos.
Das 8 às 9,30 horas:	1ª aula
Das 9,45 às 11,30 horas:	2ª aula
Às 12 horas:	Almôço
Das 14 às 15,30 horas:	Círculo de Estudos no salão nobre da Escola.
Às 15,35 horas:	Reunião em frente ao edifício principal para distribuição dos Cursos.
Das 15,45 às 17,30 horas:	3ª aula
As 18,30 horas	Jantar
As 19,30 horas:	Reunião no salão nobre da Escola. Conclusão do dia. Entretenimento.



«O Sentido Social é, antes de tudo, o sentido da responsabilidade que nos cabe como membros de uma comunidade. Deixar-se estar inativo é permitir o aumento das anomalias sociais».

LISTA GERAL DOS CURSOS

Nº	DENOMINAÇÕES	REPETIÇÕES
1	Conservação do solo. Combate à erosão	2
2	Mecanização. Máquinas agrícolas	2
3	Cultura da agave	2
4	Cultura da cana de açúcar	2
5	Cultura do algodão	2
6	Combate à saúva	3
7	Combate às moléstias das plantas	2
8	Cultura das hortaliças	2
9	Silvicultura	2
10	Fruticultura	2
11	Adubação. Preparo de adubos	2
12	Doenças dos bezerros	2
13	Verminose dos animais	2
14	Alimentação do gado	2
15	Administração de medicamentos aos animais	2
16	Julgamento do gado. Escolha de reprodutores	2
17	Combate às pragas das plantas	3
18	Inseminação artificial	2

«Em via de regra, sòmente a estabilidade proporcionada pela posse dos bens de raiz faz da família a célula perfeita e mais fecunda da propriedade» (Rerum Novarum).

HORARIO DAS AULAS E CIRCULOS DO DIA 15 TERÇA-FEIRA

1ª Aula — das 8 às 9,30 horas	Nº do curso	Local	Professor
Mecanização. Máquinas agrícolas	2	P. Agricultura	Parente <i>Normando</i>
Alimentação do gado	14	Zootecnia	Aloisio
Adubação. Preparo de Adubos	11	Agricultura	Carvalho
2ª Aula — das 9,45 às 11,15 horas			
Fruticultura	10	Dep. Horticul.	Salvino
Combate à saúva	6	Dep. Biologia	Normando <i>Alfonso</i>
Conservação do solo. Combate à erosão	1	Dep. Geologia	Luiz Lira
Inseminação artificial	18	Zootecnia	Wilson <i>Alberto</i>
3ª Aula — das 15,45 às 17,30 horas			
Doenças dos bezerros	12	Zootecnia	Wilson
Combate às moléstias das plantas	7	Dep. Biologia	Adelmo
Cultura da agave	3	Dep. Agricult.	Moisés

CIRCULOS DE ESTUDOS

PARA SACERDOTES:

Às 9 hs.: **Ver** os problemas da Comunidade Rural Dom Luiz do Amaral Moutinho.

Às 14 hs.: **Julgar** os problemas à luz do Evangelho, dos ensinamentos pontifícios, da reforma agrária e dos deveres dos párocos. Mons. Helder Câmara.

PARA PROFESSORAS:

Às 9 hs. e às 15 hs.: Palestras sobre alimentação e recreação rural. — Dona Edy Costa Leite, funcionária do SAPS.

PARA TODOS:

Às 19,30 hs.: — Palestra: A Campanha Anti-Vermínica.

Às 20 hs.: — Projeção cinematográfica.

HORÁRIO PARA O DIA 16 — QUARTA-FEIRA

AULAS

1ª Aula — das 8 às 9,30 horas	Nº do curso	Local	Professor
Cultura de hortaliças	8	Dep. Horticult.	Salvino
Vermínose dos animais	13	Zootecnia	Aloisio
Combate à saúva	6	Dep. Biologia	Normando
2ª Aula — das 9,45 às 11,15 horas			
Cultura da cana de açúcar ...	4	Dep. Agricult.	Moisés
Julgamento do gado. Escolha de reprodutores	16	Dep. Zootecnia	Lemos Maia
Silvicultura	9	Dep. Silvicult.	Diniz
3ª Aula — das 15,45 às 17,30 horas			
Cultura do algodão	5	Dep. Agricult.	Fernando
Administração de medicamentos a animais	15	Dep. Zootecnia	Aloisio
Combate às pragas das plantas	17	Dep. Biologia	Paulo Maia

CÍRCULOS

PARA SACERDOTES:

Às 9 hs. — Necessidade da A. C. Rural. Como organizar núcleos. Como recrutar líderes — Mons. Helder Câmara.

PARA PROFESSORAS:

Às 9 hs. — A escola e o meio rural — Dr. Artur Rios.

PARA TODOS:

Às 14 hs. — «O Serviço Social Rural» — João Gonçalves de Souza

Às 14,50 hs. — Mesas redondas:

a) sacerdotes — Mons. Helder Câmara

b) professoras — José Artur Rios

c) técnicos — José Irineu Cabral

d) fazendeiros — Aylda Pereira

Às 19,30 hs. — Projeção cinematográfica.

«O bem estar de cada um depende do bem estar de todos».

HORÁRIO PARA O DIA 17 — QUINTA-FEIRA

AULAS

1ª Aula — das 8 às 9.30 horas	Nº do curso	Local	Professor
Mecanização. Máquinas agrícolas	2	P. Agricultura	Parente <i>Normando</i>
Vermínose dos animais	13	Dep. Zootecnia	Aloísio
Adubação. Preparo de adubos	11	Dep. Agricult.	Carvalhoeira
2ª Aula — das 9,45 às 11,15 horas			
Fruticultura	10	Dep. Horticult.	Salvino
Julgamento do gado. Escolha de reprodutores	16	Dep. Zootecnia	Lemos Maia
Cultura do algodão	5	Dep. Agricult.	Fernando
3ª Aula — das 15,45 às 17,30 horas			
Doenças dos bezerros	12	Dep. Zootecnia	Wilson
Cultura da cana de açúcar ...	4	Dep. Agricult.	Moisés
Combate às pragas das plantas	17	Dep. Biologia	Paulo Maia

CÍRCULOS DE ESTUDOS

PARA SACERDOTES:

Às 9 hs. — A Escola no meio rural. Dom Carlos Coelho.

PARA PROFESSORAS:

Às 9 hs. — Como conhecer a comunidade rural. Dr. Artur Rios.

PARA TODOS:

Às 14 hs. — «A Mobilização dos recursos no Serviço Social Rural» (organização de serviços locais) — Dr. José Irineu Cabral. Mesas redondas com a mesma distribuição anterior.
 Às 19,30 hs. — Palestra: Privadas Higiênicas.
 Às 20 hs. — Projecção Cinematográfica.

HORÁRIO PARA O DIA 18 — SEXTA-FEIRA

AULAS

1ª Aula — das 8 às 9,30 horas	Nº do curso	Local	Professor
Cultura de hortaliças	8	Dep. Horticult.	Salvino
Alimentação do gado	14	Dep. Zootecnia	Aloísio
Combate às pragas das plantas	17	Dep. Biologia	Paulo Maia
2ª Aula — das 9,45 às 11,15 horas			
Combate à saúva	6	Dep. Biologia	Normando <i>Alcides</i>
Cultura da agave	3	Dep. Agricult.	Moisés
Silvicultura	9	Dep. Silvicult.	Lauro
Inseminação artificial	18	Zootecnia	Wilson
3ª Aula — das 15,45 às 17,30 horas			
Combate às moléstias das plantas	7	Dep. Biologia	Adelmo
Conservação do solo. Combate à erosão	1	Dep. Geologia	Lira <i>Alberto</i>
Administração de medicamentos a animais	15	Dep. Zootecnia	Aloísio

CÍRCULOS DE ESTUDOS

PARA SACERDOTES:

As 9 hs. — "Organização e funcionamento de uma Missão Rural" — Co. Eugênio Sales.

PARA PROFESSORAS:

As 9 hs. — "A professora e a comunidade rural" — Dr. Artur Rios.

PARA TODOS:

As 14 hs. — "Reforma Agrária — Elemento de Serviço Social Rural" — Dr. João Gonçalves de Souza. — Mesas redondas com a mesma distribuição anterior.
As 19,30 hs.: Sessão solene de encerramento, no Salão Nobre da Escola, sob a presidência de honra do Exmo. Sr. Governador do Estado, Dr. José Américo de Almeida e do Exmo. Sr. Arcebispo Metropolitano Dom Moisés Coêlho. Leitura das conclusões da semana. Conferência do Exmo. Sr. Dom Luiz do Amaral Moutinho, bispo de Cajazeiras, sobre — "A Igreja e o problema rural". Palavras do Mons. Helder Câmara — Assistente Nacional da A. C. Brasileira. Números de arte. Encerramento pelo Exmo. Sr. Governador do Estado.

ANEXO F - TERMO DE ANUÊNCIA



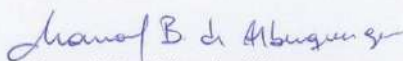
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS Agrárias
DIREÇÃO DE CENTRO



DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA

Declaramos para os devidos fins, que Katiane da Cunha Souza, CPF nº 051.539.694-01, aluna do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior, da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação da Prof.^a Dra. Maria Ivete Martins Correia, que tem como pesquisa intitulada "MEMÓRIA E IDENTIDADE INSTITUCIONAL: inventário do acervo da Escola de Agronomia do Nordeste (1934-1968)" está autorizada a coletar os dados pertinentes à sua pesquisa no Arquivo deste Centro, localizado no Campus II da Universidade Federal da Paraíba.

Areia-PB, 01 de agosto de 2017.


Manoel Bandeira de Albuquerque
Diretor do CCA/UFPB